

PSICOLOGIA CLÍNICA

Questões contemporâneas da mulher

31.3

PSICOLOGIA CLÍNICA

Questões contemporâneas da mulher

31.3

PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

EDITORES RESPONSÁVEIS

Isabel Fortes

Esther Maria de M. Arantes

EDITORES ASSOCIADOS

Andrea Seixas Magalhães

Lidia Ley de Alvaenga

Luciana Fontes Pessoa

Thomas Eichenberg Krahe

Karla Patricia Holanda Martins

COMISSÃO EXECUTIVA

Isabel Fortes

J. Landeira-Fernandez

ASSISTENTE DE EDIÇÃO: *Ney Klier*

SECRETÁRIO EXECUTIVO: *Francisco Wellington Barreto*

SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA: *Vera Lúcia L. da Silva*

REVISÃO: *Claudio R. C. Faria*

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: *Ingroup Tecnologia e Serviços Ltda.*

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Wagner, UFRGS, Porto Alegre, Brasil

Alberto Konicheckis, Université Paris Descartes – Paris V, Paris, França

Ana Maria Rudge, UVA, Rio de Janeiro, Brasil

Cleonice Alves Bosa, UFRGS, Porto Alegre, Brasil

Eduardo João Ribeiro dos Santos, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Fernando Urribarri, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Ilana Strozenberg, ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil

Jefferson Machado Pinto, UFMG, Belo Horizonte, Brasil

Jurandir Freire Costa, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil

Luiz Augusto M. Celes, UnB, Brasília, Brasil

Luiz Eduardo Prado de Oliveira, Université de Bretagne Occidentale,

Brest, França

Maria Consuelo Passos, UNICAP, Recife, Brasil

Maria da Graça Bompassor Borges Dias, UFPE, Recife, Brasil

Marta Gerez Ambertin, Universidad Nacional de Tucumán, San Miguel
de Tucumán, Argentina

Nelson da Silva Junior, USP, São Paulo, Brasil

Pierre Benghozi, Université Paris 8 – Vincennes St Denis, Paris, França

Renato Mezam, PUC-SP, São Paulo, Brasil

Roland Gori, Université de Provence Aix-Marseille I, Marseille, França

Silvia Helena Koller, UFRGS, Porto Alegre, Brasil

Silvia Maria Abu-Jamra Zornig, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil

Teresa Cristina Carreiro, UFF, Niterói, Brasil

Apoio:



Departamento de Psicologia
PUC-Rio

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da PUC-Rio

PSICOLOGIA CLÍNICA. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Centro de Teologia e Ciências Humanas. Departamento de Psicologia. v. 31 nº 3, set-dez/2019
CDD.157.9

ISSN: 0103-5665 (impresso)

ISSN: 1980-5438 (online)

MISSÃO DO PERIÓDICO

Divulgar trabalhos originais na área da Psicologia Clínica, contribuindo para a qualidade da pesquisa, para a produção de conhecimento e para a consolidação desse campo no Brasil.

LINHA EDITORIAL

A revista *Psicologia Clínica* é uma publicação quadrimestral de trabalhos originais que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: relatos de pesquisa, estudos teóricos, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área de psicologia clínica.

HOME PAGE:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-5665

PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

NACIONAIS:

INDEX PSI www.bvs-psi.org.br

LILACS/BIREME lilacs.bvsalud.org

QUALIS (A2) www.periodicos.capes.gov.br

INTERNACIONAIS:

CLASE dgb.unam.mx/index.php/catalogos/scruiunam

Latindex www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=17689

PsycINFO www.apa.org/pubs/databases/psycinfo/coverage.aspx#P

Redalyc www.redalyc.org/revista.0a?id=2910

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea
22453-900 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (55 21) 3527-2109
Fax: (55 21) 3527-1187
E-mail: psirevista@puc-rio.br

SUMÁRIO

SUMMARY

EDITORIAL 415

SEÇÃO TEMÁTICA – QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DA MULHER

MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE E SEUS FILHOS: O SISTEMA DE
JUSTIÇA CRIMINAL EM PERSPECTIVA

*Female inmates and their children: criminal judicial system
in perspective*

*Mujeres en privación de libertad y sus hijos: el sistema de justicia criminal
en perspectiva*

Ilka Franco Ferrari

Vanessa Fusco Nogueira Simões 421

REPRESENTAÇÕES MATEERNAS DE GESTANTES SOBRE O BEBÊ CONCEBIDO
POR OVODOAÇÃO

*Pregnant women's maternal representations about the baby conceived
by egg donation*

*Representaciones maternas de gestantes sobre el bebé concebido
por donación de óvulos*

Ivana Elia Schneider

Tagma Marina Schneider Donelli..... 439

“MULHER OBJETO”: FEMINISMO E PSICANÁLISE

“Object woman”: feminism and psychoanalysis

“Mujer objeto”: femenisimo y psicoanalisis

Lúcia Alves Mees

Maria Cristina Poli..... 461

REPERCUSSÕES DE DESENCONTROS E AMBIENTE FAMILIAR NA RELAÇÃO
MÃE-BEBÊ: EXPERIENCIANDO O MÉTODO BICK DE OBSERVAÇÃO

*Repercussions of mismatches and family environment in the mother-baby
relationship: experiencing the Bick observation method*

*Repercusiones de desencuentros y ambiente familiar en la relación
madre-bebé: experimentando el método Bick de observación*

Luiza Guazzelli da Costa Rodrigues

Márcia Pinheiro Schaefer 481

SEÇÃO LIVRE

TEMPO DE ESPERA: NARRATIVAS DE CASAIS QUE AGUARDAM
PELO PRIMEIRO FILHO ADOTIVO

*Pending time: narratives of couples who are waiting for their
first adoptive child*

*Tiempo de espera: narraciones de parejas que esperan por
el primero hijo adoptivo*

Vivian Mazzini Pekny

Tania Mara Marques Granato 499

EMOTIONAL DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH
ATTENTION DEFICIT HYPERACTIVITY DISORDER

*Desenvolvimento emocional de crianças com
Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade*

Desarrollo emocional de niños con

Trastorno de Déficit de Atención / Hiperactividad

Ana Paula Mucha Tonetto

Fernanda Kimie Tavares Mishima-Gomes

Valeria Barbieri 521

O DINHEIRO COMO PROMOTOR DE SATISFAÇÃO? DA ECONOMIA POLÍTICA
À ECONOMIA PSÍQUICA

*Money promoting satisfaction? From political economy
to psychic economy*

*El dinero como promotor de satisfacción? De la economía política
a la economía psíquica*

Lillian Nathalie Oliveira da Silva

Rogério da Silva Paes Henriques 541

REPENSANDO O CASO LEFEBVRE COM JEAN LAPLANCHE

Rethinking the Lefebvre case with Jean Laplanche

Repensando el caso Lefebvre con Jean Laplanche

Sarug Dagir Ribeiro

Fábio Roberto Rodrigues Belo..... 557

O CONCEITO DE IMAGINÁRIO COLETIVO EM SUA ACEPTÃO PSICANALÍTICA:

UMA REVISÃO INTEGRATIVA

*The concept of collective imaginary in its psychoanalytic sense:
an integrative review*

*El concepto de imaginario colectivo en su acepción psicoanalítica:
una revisión integrativa*

Débora Cristina Joaquina Rosa

Daiane Marcia de Lima

Rodrigo Sanches Peres

Manoel Antônio dos Santos 577

EDITORIAL

O número 31.3 da revista *Psicologia Clínica* apresenta duas seções, uma temática e outra livre. A seção temática versa sobre “Questões contemporâneas da mulher” e reúne quatro artigos.

O primeiro, *Mulheres privadas de liberdade e seus filhos: o sistema de justiça criminal em perspectiva*, das autoras Ilka Franco Ferrari (da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) e Vanessa Fusco Nogueira Simões (da Universidade Federal de Minas Gerais), investiga o trabalho de juízes em processos que envolvem mulheres privadas de liberdade e seus filhos, com elas reclusos por algum tempo. A pesquisa percorreu o sistema de justiça criminal do Brasil e de Minas Gerais, e apresenta reflexões psicanalíticas dentro da perspectiva da sociologia jurídico-penal, baseadas na observação de uma realidade social que prima pela complexa judicialização da relação entre mãe e filho. Os atores do sistema de justiça circulam pela administração ordinária da justiça penal, regida pelo princípio da eficiência, que é ainda distante das particularidades que supõem a diferença entre os sexos e a garantia dos direitos fundamentais da criança.

O artigo seguinte, *Representações maternas de gestantes sobre o bebê concebido por ovodoação*, das autoras Ivana Elia Schneider e Tagma Marina Schneider Donelli (ambas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS), busca compreender as representações maternas de gestantes sobre o bebê concebido por ovodoação. A partir dos dados resultantes de uma pesquisa qualitativo-exploratória, com três gestantes entre 44 e 45 anos, considerados os aspectos objetivos e subjetivos, destacaram-se as expectativas em torno das características físicas e da saúde do bebê vinculadas à doadora, bem como a preferência por não revelar à criança sua origem genética.

O terceiro artigo da seção temática, *“Mulher objeto”: feminismo e psicanálise*, de Lúcia Alves Mees e Maria Cristina Poli (ambas da Universidade Federal do Rio de Janeiro), tem por finalidade retomar as elaborações lacanianas quanto às fórmulas da sexuação, ressitando o lugar de objeto que comporia o gozo feminino, numa releitura voltada para a contemporaneidade do feminino, notadamente no cinema, na política e na moda, esta como expressão da posição objetal feminina, repensando sobretudo a questão do “objeto a” na posição feminina e sugerindo que ele segue a nova lógica ali escrita, sendo “não-todo” efeito do desejo masculino no fantasma.

A seção temática se completa com o artigo *Repercussões de desencontros e ambiente familiar na relação mãe-bebê*, das autoras Luiza Guazzelli da Costa Ro-

drigues (da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, RS) e Márcia Pinheiro Schaefer (da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS), que tem como objetivo discutir as dificuldades iniciais na relação mãe-bebê decorrentes dos desencontros ocorridos e a importância do ambiente familiar, a partir de um relato de experiência de uma observação da relação mãe-bebê e das formulações teóricas de Winnicott, realizada por meio de uma adaptação do método Bick. Concluiu-se que o ambiente familiar e, especialmente, o auxílio da avó materna foram importantes enquanto fontes de afeto e empatia para o desenvolvimento da criança.

A seção livre se inicia com o artigo *Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo*, das autoras Vivian Mazzini Pekny e Tania Mara Marques Granato (ambas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas), um estudo qualitativo de orientação psicanalítica visando a compreender os sentidos afetivo-emocionais da adoção e da família adotiva para casais no primeiro processo de adoção. As entrevistas foram realizadas na residência de cada um dos cinco casais participantes, inicialmente com a apresentação de uma narrativa interativa como instrumento de acesso à experiência emocional. Os dados coligidos revelaram conflitos, fantasias, expectativas parentais e o sofrimento parental engendrado pelo próprio processo de adoção.

O segundo artigo, *Emotional development of children with attention deficit hyperactivity disorder*, das autoras Fernanda Kimie Tavares Mishima-Gomes e Valeria Barbieri (ambas da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), é um estudo clínico-qualitativo, empregando a psicanálise winnicottiana como referencial teórico, visando a compreender o desenvolvimento emocional de crianças diagnosticadas com TDAH. Por meio das “narrativas transferenciais” e do teste de apercepção temática infantil, quatro crianças diagnosticadas com TDAH revelaram que os comportamentos desatentos e hiperativos surgem como uma deficiência no recebimento do “*holding*”, o que resulta em enfraquecimento e desconsideração do gesto criativo que promove e sustenta o vínculo emocional com o mundo, o que faz com que a capacidade para vivenciar a transicionalidade, para o brincar e para a simbolização não possam se desenvolver. Este estudo abre possibilidades de intervenção e auxílio terapêutico às crianças e suas famílias.

O terceiro artigo da seção, *O dinheiro como promotor de satisfação? Da economia política à economia psíquica*, dos autores Lillian Nathalie Oliveira da Silva e Rogério da Silva Paes Henriques (ambos da Universidade Federal de Sergipe) é um ensaio teórico que analisa o dinheiro como elemento conflitivo de satisfação e condensador de opostos no psiquismo humano, contrapondo a economia psíquica, de uma perspectiva psicanalítica, à economia política ca-

paz de satisfazer necessidades humanas, enfocando o dinheiro como atributo fálico em suas relações com a demanda e com o desejo do sujeito pulsional e denunciando assim o engodo da tentativa de contrabalançar a falta estrutural do sujeito com o dinheiro.

O penúltimo artigo, *Repensando o caso Lefebvre com Jean Laplanche*, dos autores Sarug Dagir Ribeiro e Fábio Roberto Rodrigues Belo (ambos da Universidade Federal de Minas Gerais), propõe uma releitura do caso Lefebvre, de Bonaparte, cujo resgate histórico-epistemológico interessa à psicanálise contemporânea por apontar justamente para o descentramento radical. Do referencial da teoria da sedução generalizada e com base na teoria tradutiva do recalçamento, o texto é trabalhado no sentido de desentranhar seus elementos concernentes à sedução originária e seus possíveis destinos e fracassos, tendo como princípio a primazia da sedução do outro nas origens da vida psíquica inconsciente e o ganho de realidade na psicose.

O artigo que fecha a seção e este número da revista, *O conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica: uma revisão integrativa*, dos autores Débora Cristina Joaquina Rosa, Daiane Marcia de Lima, Rodrigo Sanches Peres (os três da Universidade Federal de Uberlândia, MG) e Manoel Antônio dos Santos (da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), expõe uma revisão integrativa empreendida mediante consultas às bases de dados PEPsic e SciELO-Brasil, sem limite de tempo, visando a mapear, analisar e avaliar criticamente a produção científica brasileira em forma de artigos sobre o imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica. Um estudo que realça a plasticidade do conceito de imaginário coletivo e revela uma gama de produções imaginativas não conscientes que ensejam atuações no mundo externo ou delas representam um momento inicial, captando assim uma diversidade de processos psicológicos que são, ao mesmo tempo, individuais e sociais.

*Isabel Fortes
Esther Arantes*

SEÇÃO TEMÁTICA

Questões contemporâneas da mulher

Mulheres privadas de liberdade e seus filhos:
o sistema de justiça criminal em perspectiva

Representações maternas de gestantes sobre
o bebê concebido por ovodoação

“Mulher objeto”: feminismo e psicanálise

Repercussões de desencontros e ambiente familiar na relação
mãe-bebê: experienciando o método Bick de observação

MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE E SEUS FILHOS: O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL EM PERSPECTIVA

*FEMALE INMATES AND THEIR CHILDREN:
CRIMINAL JUDICIAL SYSTEM IN PERSPECTIVE*

*MUJERES EN PRIVACIÓN DE LIBERTAD Y SUS HIJOS:
EL SISTEMA DE JUSTICIA CRIMINAL EN PERSPECTIVA*

*Ilka Franco Ferrari**

*Vanessa Fusco Nogueira Simões***

RESUMO

O texto surge de informações obtidas em uma pesquisa intitulada “Laços sociais de crianças após o cárcere” e se desenvolve percorrendo o sistema de justiça criminal do Brasil e de Minas Gerais, com reflexões psicanalíticas em interlocução com a perspectiva da sociologia jurídico-penal. Centra-se numa das fontes geradoras de conhecimentos utilizadas na pesquisa, o trabalho de juízes em processos que envolvem mulheres privadas de liberdade cujos filhos permanecem reclusos com elas por algum tempo. Traz declarações de juízes acerca de pontos cruciais sobre o assunto, nas quais se observa que os atores do sistema de justiça circulam pela administração ordinária da justiça penal, regida pelo princípio da eficiência, por competência voltada para o exato cumprimento da lei, e ainda distante das particularidades que supõem a diferença entre os sexos, a garantia dos direitos fundamentais da criança, numa realidade social que prima pela complexa judicialização da relação entre mãe e filho.

Palavras-chave: mulheres encarceradas; filhos; sistema judiciário; psicanálise; sociologia jurídico-penal.

* Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

francoferrari@terra.com.br

** Pesquisadora Associada do CRISP (Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública), da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

vfusco1@hotmail.com

Este estudo teve apoio e financiamento da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

ABSTRACT

The idea to write this text came from information acquired during a research entitled “Social bonds of children after prison”, which was done studying the criminal justice system of Brazil and Minas Gerais. The research has psychoanalytic reflections in interlocution with the perspective of legal-penal sociology. The work of judges in cases involving women sentenced to prison and their children, who have lived with their mothers some time, is the focus of this research. It contains judges’ statements related to crucial points in the subject, in which the actors of the judicial system can be observed. Those statements spread through the ordinary administration of criminal justice, governed by the principle of efficiency and by competence directed towards strict law enforcement. However, these procedures are still far from the particulars that gender differences and the guarantee of the child’s fundamental rights entail, in a social reality mainly represented by the complex judicialisation of the relation between mother and child.

Keywords: female inmates; children; justice system; psychoanalysis; legal-penal sociology.

RESUMEN

El texto surge a partir de informaciones obtenidas en una investigación titulada “Lazos sociales de niños tras la cárcel”, y se desarrolla recorriendo el sistema de justicia criminal de Brasil y de Minas Gerais y con reflexiones psicoanalíticas en interlocución con la perspectiva de la sociología jurídico-penal. Se centra en una de las fuentes generadoras de conocimientos utilizadas en la investigación, el trabajo de los jueces en los procesos en que están involucradas mujeres privadas de libertad y sus hijos que permanecen reclusos con ellas durante algún tiempo. Se citan declaraciones de jueces sobre los puntos cruciales de este tema en las que se observa que los actores del sistema de justicia se difunden por la administración ordinaria de la justicia penal regida por el principio de eficiencia, por la competencia orientada al exacto cumplimiento de la ley, y todavía distante de las particularidades que supone la diferencia de sexos y la garantía de los derechos fundamentales del niño en una realidad social en la que prevalece la compleja judicialización de la relación entre madre e hijo.

Palabras clave: mujeres encarceladas; hijos; sistema de justicia; psicoanálisis; sociología jurídico-penal.

Introdução

Este artigo resulta de pesquisa intitulada *Laços sociais de crianças após o cárcere*, realizada com crianças que estiveram, juntamente com suas mães, no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (CRGPL), localizado na cidade de Vespasiano, MG, durante seus primeiros cinco anos, ou seja, de 2009 a 2014. Ela surgiu a partir da seguinte pergunta: como é a vida da criança após sua saída do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, determinada pelo juiz, no que diz respeito à sua socialização, depois de um ano de convivência praticamente dualizada com a mãe, e o que se pode dizer da implicação subjetiva da mãe nesse processo de socialização?

Para responder a essa pergunta, foi feito um percurso com eleição de objetivos específicos como os que se seguem: articular a importância da lei da cidade com a lei do desejo, considerando a posição dos juízes implicados nesses processos; escutar mães e responsáveis pela guarda sobre os modos de funcionamento da criança logo após sua saída da instituição e sua inserção, ao longo do tempo, no novo espaço de vida; observar as crianças selecionadas, em espaços naturais de sua convivência e na sala de jogos situada na clínica de psicologia da PUC Minas; escutar e circunscrever as falas das mães acerca do vivido durante o processo de guarda da criança, analisando suas implicações subjetivas nesse processo e na sequência da vida de seu filho.

O trabalho foi desenvolvido na forma de um estudo exploratório e nos parâmetros do que se conhece como pesquisa qualitativa, que se centra na busca do novo (Flick, 2009). Realmente se tratou de estudo inovador, escolhido pela Fapemig, entre os vários projetos por ela financiados, para estar na mostra *Ciência, Inovação e Tecnologia*, em 2016. Em uma pesquisa qualitativa, vale recordar, o que importa é a possibilidade de transferência dos dados para outras situações com características semelhantes, e não sua generalização. Essa forma de pesquisar não se opõe à orientação psicanalítica presente na base dessa investigação, em interlocução com a perspectiva da sociologia jurídico-penal.

As disciplinas Psicanálise e Direito, como se conhece, têm objetos de estudo e metodologias que lhes são próprias. Aqui não se ignoram as lógicas diferentes sob as quais se estruturam: o Direito, pela razão, pela consciência, pelo texto escrito, sistemático e sem falhas; e a Psicanálise, pela desorganização dessa lógica, consistindo em lógica excludente (Ferrari, 2012). Enquanto no campo do Direito se organiza uma história em torno do ideal de justiça, que requer igualdade diante da lei, calcada na razão, no que se conhece como sensatez, codificação e limite, no terreno da Psicanálise, é onde se encontra a lógica do desejo inconsciente, que

determina o sujeito em sua singularidade, conseqüentemente, local de encontro com a possibilidade da desrazão, da transgressão dos limites, do não sabido e inclassificável. Marcados por muitos opostos, mas exatamente por isso, Psicanálise e Direito não podem existir um sem o outro, tal como afirma o psicanalista Braunstein (2006, p. 15).

Os pesquisadores Álvarez, Esteban e Sauvagnat (2004), também psicanalistas, lembram a seus leitores que a criminologia, já no século XIX, incorporou informações sobre fenômenos histéricos e que Freud, no início do século XX, trouxe contribuições expressivas sobre o delinquente por sentimento de culpabilidade, aquele levado ao crime ou a delitos para conseguir castigo, se fazer castigar. Ambertín (2006), conhecida por suas articulações entre Psicanálise e Direito, com livros publicados sobre o assunto, considera que foi Pierre Legendre quem realizou o encontro possível entre esses dois campos de saber e o fez exatamente por meio da culpa e do proibido. Assim, historicamente, sabe-se que superar as contradições e buscar uma articulação necessária é importante, principalmente quando se é pesquisador.

Em pesquisa anterior, finalizada em 2014, intitulada *Mulheres encarceradas: laços com o crime, desenlace familiar*, base para a pesquisa atual e que teve o CRGPL como objeto de estudo, ouviram-se mães e funcionárias, e surpreendeu bastante a afirmação de que a maioria das mães pesquisadas dizia preferir não estar naquela instituição, então considerada modelo para a América Latina, por vários motivos.¹ Entre eles por se submeterem a ser mães 24 horas por dia, com os filhos grudados o tempo todo em seus corpos, por considerarem que os juízes tardavam muito nas decisões de guarda da criança e que elas próprias deveriam decidir quando queriam ou não ficar com as crianças. Expressavam que não deveriam ser obrigadas a isso, algumas muito longe da família e mães de outros filhos aos quais lhes resultava impossível o acesso, outras enfermas mentais, outras assustadas e angustiadas com a total responsabilidade por uma criança... Para a maioria, naquela época, estar ali com as crianças era mais um castigo. Fazia-se necessário, portanto, ouvir juízes sobre esse processo e, conseqüentemente, entrar na interface Psicanálise e Direito.

Os sujeitos que foram considerados imprescindíveis para ajudar a construir a resposta para a pergunta levantada dentro dos objetivos propostos consistiam em mães que continuaram presas após a saída de suas crianças, as crianças que foram entregues para guardiões, os guardiões que as acolheram e, obviamente, juízes. O critério de suas escolhas considerou que todos deveriam estar vivendo na Região Metropolitana de Belo Horizonte, garantindo recursos para efetivar a realização da pesquisa, ademais da importância de a mãe continuar

presa, já que, no projeto criador dessa penitenciária, havia o ideal de que laços fortes, estabelecidos no primeiro ano de vida, assegurariam futuros laços duradouros após a saída da mãe do cárcere. Os sujeitos foram selecionados, portanto, por meio do critério da conveniência, em um tipo de amostragem intencional em que foram escolhidos os casos mais acessíveis, sob determinadas condições (Flick, 2009). Eles deveriam compor a comunidade que esteve no Centro de Referência naqueles primeiros cinco anos de sua existência, ou seja, 2009 a 2014. Elegeram-se duas crianças para cada ano, conseqüentemente, as duas mães que continuaram no cárcere e dois guardiões, totalizando dez crianças, dez mães ainda prisioneiras e dez guardiões. Nessa forma de escalonamento, seria possível encontrar crianças com alguns anos a mais que outras, conseqüentemente, com histórias bem distintas. Em relação aos juízes, considerou-se que três deles poderiam fornecer informações expressivas sobre essa realidade de decisão da guarda da criança, mas, durante a execução do projeto, somente foi possível o encontro com dois deles, um homem e uma mulher, envolvidos diretamente na temática da execução penal no Estado de Minas Gerais. Neste texto, o que se apresenta é o recorte daquilo que se ouviu desses juízes, mas considerando a realidade social em que todo esse processo de vida reside.

O encarceramento feminino no Brasil: o universo

Segundo o último relatório do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), datado de junho de 2014 (Brasil, 2014), o Brasil contava com uma população de 579.781 pessoas custodiadas no sistema penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. No período de 2000 a 2014, o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento do contingente masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres.

O perfil dessas mulheres era de jovens que tinham filhos e ainda eram as responsáveis pela provisão do sustento familiar, tinham baixa escolaridade, eram oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerceram atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento. Estavam incluídas nesse perfil as mulheres que participaram da pesquisa.

Nessas circunstâncias, importa deter-se no motivo que determina a situação de vulnerabilidade da criança, ou seja, o momento em que a mãe vai para o cárcere, para seu “castigo”, na perspectiva de David Garland (1990), em sua obra *Punishment and modern society: a study in social theory*. Para ele, deve-se consi-

derar “castigo” como uma instituição social supradeterminada e multifacetada, um complexo processo legal que sanciona e condena os transgressores do direito penal, de acordo com categorias e procedimentos legais específicos. Ainda na visão de Garland, esse complexo processo gera vários subprocessos: legislação, condenação, administração das penas, marcos discursivos de autoridades, símbolos, figuras e imagens, segundo as quais o processo penal se representa ante os diversos estratos da sociedade. A pesquisa realizada teve o condão de revelar um desses subprocessos: o marco discursivo das autoridades e suas repercussões na dinâmica do encarceramento de uma mãe que tem filhos a seu cuidado, apresentado neste texto.

Conforme análise do Depen, no Relatório de 2014 (Brasil, 2014), se analisarmos a evolução da taxa de aprisionamento de homens e mulheres em relação à população nacional desagregada, por gênero, é possível afirmar que, se o ritmo de crescimento da população prisional total no Brasil é acelerado e contrapõe-se às tendências mais recentes dos países que historicamente investiram em políticas de encarceramento em massa, quando olhamos especificamente para a evolução da população de mulheres no sistema prisional, esse movimento cada vez mais profundo de encarceramento é ainda mais contundente. Enquanto a taxa total de aprisionamento aumentou 119% entre 2000 e 2014, a de aprisionamento de mulheres aumentou 460% no período, saltando de 6,5 mulheres presas em cada 100 mil mulheres, no ano 2000, para 36,4 mulheres em 2014. Segundo o mesmo relatório, o problema mais grave, e que ainda persiste, é a carência de estabelecimentos prisionais exclusivamente femininos. Existiam, em junho de 2014, 1.420 unidades prisionais no sistema penitenciário estadual. A maior parte dos estabelecimentos (75%) é voltada exclusivamente ao público masculino. Apenas 7% são voltados ao público feminino, e outros 17% são mistos, no sentido de que podem ter uma sala ou ala específica para mulheres dentro de um estabelecimento anteriormente masculino. O Estado de São Paulo é aquele com o maior número absoluto de presos e tem também a maior população absoluta de mulheres encarceradas, respondendo por 39% do total de mulheres presas no país, em 2014. O Rio de Janeiro, com 4.139 mulheres presas (11% do total), e Minas Gerais, com 3.070 presas (8,2%), ocupam, respectivamente, a segunda e terceira posições no *ranking* de 2014.

Alarmados com os números, em maio de 2017, os membros do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos (Cadhu), organização com sede em São Paulo, impetrou habeas corpus coletivo no Supremo Tribunal Federal. O HC 143.641 teve como objeto a concessão, pelo STF, de prisão domiciliar a todas as mulheres grávidas ou mães de crianças com menos de 12 anos de idade, que se

encontrassem presas em virtude de prisão preventiva. O referido habeas corpus foi concedido em 20 de fevereiro de 2018 e contemplou todas as mulheres encarceradas nessas condições. A decisão determinou que os juízes de execução fizessem o levantamento dos casos, nas prisões, no prazo de 60 dias, a contar da data do julgamento. Trata-se de uma decisão pioneira no que se refere ao sujeito ativo da impetração, pois em vez de abranger uma só pessoa, estende-se a um coletivo, e também quanto à matéria, que sinaliza uma paulatina atenção dos defensores públicos e do Poder Judiciário ao tema.²

Esses acontecimentos foram o pano de fundo em que se desenvolveu a pesquisa.

O sistema penitenciário feminino no Estado de Minas Gerais: o cenário da pesquisa

O cenário em que se desenvolveu o problema estudado tem início numa penitenciária. Segundo a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), art. 87, a penitenciária é um tipo de estabelecimento prisional destinado ao condenado à pena de reclusão em regime fechado. O Regulamento de Execução e Normas de Procedimento do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais (RENP), por sua vez, em seu art. 91, relativo à classificação dos estabelecimentos prisionais, prevê que penitenciárias são “Unidades Prisionais próprias para custodiar presos condenados nos regimes fechado ou semiaberto”. Elas se diferenciam, portanto, dos presídios, que são unidades prisionais próprias para custodiar presos provisórios, podendo, contudo, acolher presos condenados até a liberação de vagas em estabelecimentos adequados, e da cadeia pública, destinada ao recolhimento de presos provisórios.

Em Minas Gerais, há três penitenciárias exclusivamente femininas: Penitenciária Estevão Pinto, na capital; o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (CRGPL), na cidade de Vespasiano, situada na Região Metropolitana Belo Horizonte; e um presídio na cidade de Caxambu, no interior do estado. É importante ressaltar que os juízes desempenham, por mandamento legal, papel crucial com relação à decisão acerca do recolhimento de presos, homens e mulheres. Segundo a Lei de Execuções Penais, em seu art. 72, parágrafo terceiro, “Caberá ao juiz competente, a requerimento da autoridade administrativa, definir o estabelecimento prisional adequado para abrigar o preso provisório ou condenado, em atenção ao regime e aos requisitos estabelecidos.”³

Os atores do sistema de justiça e as mães privadas de liberdades: o sistema dinâmico de justiça e a fala dos juízes

Quando nos referimos às mulheres encarceradas, devemos lembrar que muitas delas são ou serão mães enquanto estiverem recolhidas à prisão, e sofrem um duplo estigma: aquele relativo ao desvio criminoso e outro relativo ao desvio social. O tipo de castigo para as mulheres transgressoras das normas foi desenvolvido, historicamente, pela elaboração de um tipo de tratamento e controle que definiu a “mulher presa” como uma transgressora não somente das leis penais (desvio criminoso), mas também das normas sociais que regulam o que se espera de sua condição feminina (desvio social) (Almeda, 2006).

Convém ressaltar que as funções desempenhadas pelos promotores de justiça e juízes da infância e da juventude diferem daquelas da área penal. Os juízes criminais e de execução penal são aqueles que estão encarregados de velar pelos processos judiciais penais, desde a investigação criminal. Em caso de prisão em flagrante, já se inicia toda a questão da privação de liberdade de homens e mulheres, presos provisórios, que podem se tornar definitivos após a condenação por uma sentença penal irrecorrível.

Sob a perspectiva do rol desempenhado pelos juízes, pode-se afirmar que a competência na área criminal é essencialmente positivista, no sentido de voltada para o exato cumprimento da legislação, independentemente de levar em conta razões de política criminal. O juiz da execução penal, no entanto, está mais sujeito a variáveis empíricas a serem consideradas, tais como interdição de presídios, penitenciárias e cadeias públicas, greve de fome de detentos, greve de agentes penitenciários, rebeliões, superlotação, presença de menores e mulheres. O mesmo acontece com os juízes de família ou da infância e juventude, que foram entrevistados para a pesquisa. Estes, por sua vez, para decidirem os casos levados à sua apreciação, valem-se de estudos sociais, avaliações psicológicas, avaliam intercorrências da vida real que fazem com que suas decisões levem em consideração, muitas vezes, circunstâncias pontuais e do momento, para além do que prevê a legislação que rege a matéria. E, não raras vezes, há a necessidade de realização de encontros com outros atores do executivo, do Ministério Público e da comunidade, visando à resolução de conflitos. No que se refere à guarda de crianças, entretanto, cujas mães estão encarceradas, o juiz de direito encarregado de se manifestar nos processos é o juiz da área de família ou da infância e juventude, caso a criança esteja sob situação de risco, ou seja, em uma das situações previstas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A total desconexão entre o juiz de direito, que decreta prisão de uma mulher, o juiz criminal e o juiz de família ou da infância e juventude, que vai decidir sobre a guarda da criança filha de uma mãe privada de liberdade, demonstra que ainda há pouca atenção sobre a temática, no âmbito do Poder Judiciário e do sistema de justiça como um todo. Sobre o tema, vale recordar o que Simões (2013) escreveu no livro *Filhos do Cárcere*:

Nesse ponto, acredito que no sistema de justiça penal do Brasil, os Promotores de Justiça da área criminal devem estabelecer fluxos para acompanhar a execução da pena da mãe encarcerada com uma criança, até mesmo comunicando aos Promotores de Justiça de Infância e Juventude para que tutelem seu efetivo interesse superior. No exercício de seus papéis, o MP deve privilegiar a atuação como um Promotor de Justiça dos fatos em defesa dos direitos fundamentais. (Simões, 2013)

Nas entrevistas realizadas, nota-se a dependência do sistema prisional como um todo ou do aparato policial na comunicação da ocorrência do encarceramento de uma mãe que tem filhos sob sua responsabilidade. Compreende-se melhor essa afirmação pelo detalhamento das respostas dos juízes, para algumas perguntas que lhes foram feitas, na forma de entrevista semiestruturada, como se observa a seguir.

Em relação à pergunta sobre sua atuação como juiz, no processo de decisão da guarda das crianças, os dois entrevistados demonstraram o zelo pela objetividade e cumprimento da lei, visando ao princípio da eficiência, como mencionou Saporì (1995). A juíza afirmou que “O poder de família é função típica dos pais e deve durar por toda a menoridade, não sendo suscetível de renúncia voluntária”. Trata-se de função “irrenunciável, inalienável e indelegável”. Caso se constate “a existência de fato incompatível com o exercício do poder de família, configura-se a possibilidade de suspensão ou até mesmo perda do poder familiar”. E isso se aplica às mães privadas de liberdade, que, a princípio, não têm o poder familiar suspenso, “Apenas se concede a guarda da criança, completado um ano de idade, a um membro da parentela extensa que ela indicar, caso o pai esteja impossibilitado de exercer a guarda”. E isso acontece por meio de um estudo social, realizado por assistente social lotado no Poder Judiciário, no qual se verifica a disponibilidade da pessoa indicada pela mãe para exercer a guarda, “bem como são analisados aspectos estruturais, socioeconômicos e emocionais relativos à família”, sempre visando ao bem-estar da criança. O juiz diz basicamente o mesmo, a seu

estilo, em fala na qual transparecem, mais que na anterior, as intercorrências da vida real, ou seja, o mais além do previsto na legislação que rege a matéria: “[...] Se não for possível que nem o pai nem a mãe assumam essa guarda, então se procuram os membros da chamada família extensa ou ampliada [...] que possam assumir a guarda dessa criança.” O objetivo é evitar o acolhimento, chamado de abrigo antes da lei de 2009, fazendo esforços para que a criança fique na família. Para ele, o tempo do aleitamento até justifica que a criança fique com a mãe, embora a questão seja polêmica: “Mas, ultrapassado esse período e não havendo perspectiva de uma liberdade próxima, nós temos que primeiro procurar familiares e, não existindo familiares, existe a perspectiva, a possibilidade da colocação em família substituta.” Trata-se, em suas convicções, “do caso a caso, depende do caso concreto”, pois, muitas vezes, o delito pelo qual a mãe foi condenada não tem nada a ver com suas condições de exercer a maternidade: “Às vezes, ela pode ser uma ótima mãe, mas ela é traficante, digamos assim.” Considera que a questão é complexa, mas se devem esgotar todas as tentativas de manter a criança na família biológica, que é a prioridade do Estatuto, assim evitando abrigo de longos anos, que pode “ter consequências irreversíveis na formação afetiva e emocional dessa criança”.

Sobre de quem parte a iniciativa do processo de guarda da criança filha de uma mãe encarcerada, as respostas, também sustentadas na lei, são semelhantes: ela parte da própria dirigente do CRGPL (Centro de Referência de Gestantes Privadas de Liberdade), que ajuíza o pedido de providência visando a inserir o menor sob a guarda da pessoa que a genitora reclusa indicar, ouvido o promotor de justiça da infância e juventude. Na maioria dos casos, é respeitada a vontade da mãe no processo. Isso somente não ocorre quando a pessoa por ela indicada não tem condições de exercer a guarda, com base em estudo social realizado pela assistente social judicial.

Acerca da participação da mãe e familiares nesse processo de guarda, tal como lhes foi perguntado, os dois juízes deixaram clara a importância da mãe na indicação, como já se viu. Um deles ressaltou que geralmente eram indicados avós paternos ou maternos (no caso desta pesquisa, foram as avós maternas) e tios da criança. Podia acontecer que os indicados recusassem o encargo, por exemplo, por já cuidar de outros filhos da mãe reclusa, não apresentando mais condições de exercer a guarda de outras crianças, e aí esses filhos eram “abrigados e inscritos em lista para adoção, obedecido o procedimento próprio”. Esse procedimento, no entanto, era mais raro.

Quando lhes foi perguntado sobre o que podiam dizer sobre o tempo de tramitação do processo, concordaram que ele era rápido, principalmente quan-

do era um parente, desde que a pessoa indicada pela mãe tivesse, efetivamente, condições de exercer a guarda da criança. Caso contrário, demorava de acordo com o tempo necessário para a realização dos estudos sociais. O juiz enfatizou que urgia legalizar a responsabilidade jurídica sobre a criança, permitindo que ela viajasse com os guardiões, fosse a um posto de saúde, se matriculasse numa escola, numa creche etc. A revogação da guarda judicial e o restabelecimento da guarda dos pais, se eles se mostrassem aptos para tal, era quase imediata, diferentemente da adoção, na qual a criança mudaria o registro, numa situação que, a princípio, não teria volta. Tratava-se de pensar muito mais na guarda, principalmente por parente que, a princípio, manteria o contato com a mãe, iria visitá-la se não houvesse problemas maiores. Havia casos em que os pais ou familiares já requeriam a guarda na Vara de Família e, muitas vezes, nem chegavam à Vara da Infância nem do Conselho Tutelar. Esse juiz não soube informar se havia um protocolo estabelecido para a tramitação do processo, mas considerou a importância de sua existência para evitar que a criança ficasse em situação irregular, “entre aspas, esquecida”. Em relação a essa questão de protocolo, a juíza afirmou que, em Minas, ele não existia, a fim de noticiar à Defensoria Pública, ao Ministério Público ou ao Judiciário que a mulher encarcerada tinha filhos menores sob sua guarda.

Sobre a polêmica questão da Lei de Execução Penal, prevendo que as crianças podiam ficar em companhia de suas mães, no cárcere, até os sete anos de idade, ao lhes ser pedido esclarecimento sobre seu exercício em Minas Gerais, constatou-se que, neste estado, é pela analogia com a Resolução nº 56/2005, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança de Belo Horizonte (CMDCA), que se considerava a permanência da criança em companhia de sua genitora, no cárcere, até que ela completasse um ano de idade.

Uma entrevista semiestruturada permite que novos temas apareçam durante a conversa. Em uma delas, surgiu a importante discussão abordando se o Ministério Público demorou muito a observar essa população “invisível”, essas crianças que estavam nas prisões junto com as mães, e se o Judiciário, de uma forma genérica, prestava ou não atenção a esse tema. O juiz considerou que ele prestava atenção é no aleitamento, inclusive existindo uma ação civil pública sobre a questão do aleitamento das crianças nos abrigos.

Outro tema que apareceu durante a entrevista com o juiz foi relativo às mães que não queriam ficar no centro de referência com a criança, por diversas razões, algumas mencionadas no início deste texto, mas também por problemas referentes ao edifício, que era antigo, onde funcionara a clínica psiquiátrica Serra Verde, local propício para doenças respiratórias nos bebês, aparecimento de répteis e roedores. Havia permissão para ficar, mas elas não queriam, e a questão

era se essa atitude podia, posteriormente, dificultar-lhes voltar a ter a criança sob seus cuidados. Ele considerou que não, porque a mãe, nesse caso, visava a proteger a criança e não se devia, a princípio, entender sua atitude como falta de vínculo afetivo.

O que se percebe é que as autoridades administrativas, a exemplo do representante da administração do estabelecimento prisional feminino e da polícia civil ou militar são, de fato, os primeiros agentes do Estado a terem contato no momento da prisão da mulher e a fazerem constatação de sua situação de mãe com filhos menores, em sua variedade de circunstâncias: lactentes, portadores de deficiência etc.

A rigor, apesar de as demandas serem apreciadas com zelo e velando pelo interesse superior da criança, elas chegam pela mesma porta de entrada para o conhecimento do judiciário, ou seja, dependem de atores da administração, como foi dito. E isso dá margem a uma série de improvisações, porque esses atores, na maioria das vezes, não têm o treinamento necessário para a atuação nessa seara específica, a exemplo das polícias. Deve-se, ainda, levar em conta que os policiais têm como orientação o acionamento do Conselho Tutelar e que, se na capital do estado os conselhos tutelares enfrentam várias dificuldades, a situação é muito pior no interior: é frequente a restrição de recursos e de pessoal para o atendimento 24/7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias na semana), muitas vezes necessário. Fica claro, portanto, que se faz necessária a garantia dos direitos fundamentais da criança, muito antes de se judicializar a questão.

Com relação à judicialização, Max Weber (1984) se refere a ela como sendo o ápice do processo histórico de racionalização da criação e aplicação do Direito. Quase que paradoxalmente, a despeito de seu perfil burocrático, a Justiça moderna e, em especial, a Justiça criminal não podem ser adequadamente compreendidas em seu funcionamento rotineiro se tomarmos como referência sua estrutura formal. A atuação dos atores legais é balizada, em diversas situações, não pelas prescrições normativas do sistema, mas sim por programas de ação, de caráter informal, que estão institucionalizados nas varas criminais.

Segundo Saporì (1995, p. 47), “Tais programas de ação, inclusive, impelem os atores legais à violação das próprias prescrições normativas formalizadas em diversas situações”. Menciona que, nas audiências, é comum, por exemplo, que os juízes solicitem aos promotores e aos defensores públicos “a dispensa da inquirição de testemunhas quando entendem que o depoimento delas não irá acrescentar nada de importante às provas do processo”. Ainda continuando sua exposição, afirma que há a expectativa, por parte dos juízes, de que seus colegas

de trabalho não apresentarão resistência nessas situações e que existe a expectativa recíproca de compromisso com a agilidade da justiça.

É importante salientar que os indivíduos, atores do sistema de justiça, desde a fase policial, são regidos por regras formais. Eles estabelecem, contudo, em sua rotina cotidiana, procedimentos informais de acordo com sua discricionariedade, com o objetivo de cumprir metas ou desempenhar com maior “facilidade” suas funções. A prevalência da meta da eficiência na justiça criminal brasileira também possibilita a institucionalização de uma série de procedimentos práticos que determinam como fazer justiça de modo ágil. Saporì (1995, p. 42) denominou esse conjunto de procedimentos como compondo uma “Justiça linha de montagem”. O que a caracteriza é o fato de que as varas criminais brasileiras institucionalizaram um certo modo de fazer justiça, caracterizado pelo processamento seriado dos crimes, pelo tratamento padronizado dos processos. Suas especificidades e individualidades são desconsideradas. Procura-se, antes de tudo, classificar os processos em categorias que, por sua vez, vão definir padrões de decisão e de ação.

A despeito do perfil burocrático apresentado pela “Justiça linha de montagem”, deve-se salientar que ela se institucionalizou como um arranjo informal no sistema. A distinção estabelecida entre a dimensão formal e a informal das organizações, de acordo com o paradigma institucional, resulta da comparação entre as disposições formalizadas, como idealizações normativas, e os padrões observados de conduta. No caso em que os padrões de conduta observada coincidem com as disposições programáticas formalizadas, tem-se então o domínio da estrutura formal. Por outro lado, não havendo essa coincidência, então os padrões estáveis de conduta fazem parte da estrutura informal (Selznick, 1971).

As condutas formais e informais, entretanto, podem significar a violação dos direitos fundamentais dessas crianças filhas de mães encarceradas. Na expedição de um mandado de prisão preventiva, por exemplo, não há a distinção da diferença sexual, ou seja, não há, nas regras formais, tampouco nas informais, informação que permita ao magistrado tomar sua decisão levando em conta se é mulher ou homem. Muito menos que aquela mulher possa ser mãe e única cuidadora de uma criança, ou mesmo estar amamentando. O que se leva em conta, no momento, é o cumprimento exato do cabimento da decretação da prisão preventiva à luz da legislação processual penal.

Igualmente, na esfera administrativa, o órgão encarregado das movimentações no Sistema Penitenciário em Minas Gerais verifica pelos dados que há uma mulher recolhida em uma cadeia pública e simplesmente agenda sua transferência. Esse fato foi recentemente registrado na Comarca de Serro, Minas Gerais, em

que uma presa em regime semiaberto, funcionária pública estadual, foi transferida pela autoridade administrativa (SEAP – Secretaria de Administração Prisional), sem qualquer consulta prévia. A mulher/mãe/presa estava naquele local, entretanto, trabalhando com autorização judicial no serviço público (onde trabalhava antes de ser recolhida), na cidade de residência de seu filho, que dependia de sua renda para sustento.⁴

Conclusões

Pelo que foi desenvolvido, considera-se que o art. 3, item 2 da Convenção dos Direitos das Crianças, do qual o Brasil é signatário, que estabelece o privilégio de certos direitos das crianças em relação a seus pais e tutores, deve ser interpretado como um mandato do Estado para privilegiar determinados direitos das crianças diante de situações conflitivas em que o Estado deva restringir ou limitar direitos individuais ou interesses coletivos. Todos os atores que exercem função estratégica tomando decisões nos temas da prisão, pelo que se constatou, atuam cotidianamente sem levar em conta o princípio do interesse da criança. Estão muito mais interessados na judicialização da questão.

Os motivos que ensejam essa tendência à judicialização geralmente obedecem às seguintes razões: ordem, segurança e disciplina nas penitenciárias; atenção a sujeitos especiais, a exemplo da mulher; atenção a outra categoria de direitos, a exemplo de pessoas portadores de deficiência ou idosos; privilégio dos direitos fundamentais dos reclusos diante do interesse superior da criança. Como mencionado, a administração do centro penitenciário é quem, de fato, estabelece as regras do jogo no contexto da prisão.

Por outro lado, as entrevistas com os juízes da infância e juventude demonstraram, positivamente, que a estrutura que o judiciário possui para auxiliar o corpo técnico é um aliado fundamental na tomada de decisões que envolvam questões de separação ou manutenção da criança em companhia das mães. De acordo com Bergalli (2003), a sociologia jurídico-penal se propõe estudar as instâncias e instrumentos que promovem a legitimação da ordem, destacando os interesses socioculturais e políticos subjacentes, e a fala dos magistrados entrevistados, experientes sobre a matéria, a partir de algumas perguntas consideradas fundamentais para os objetivos propostos, acabou por revelar essa questão. Mostrou a perspectiva do profissional juiz de direito, em todo o sistema de justiça, e muito menos sua perspectiva pessoal.

Nas falas dos juízes, aparece o que Sapori (1995) colocou em manifesto, ou seja, que a administração ordinária da justiça penal é regida pelo princípio da eficiência. Segundo esse autor, juízes, promotores e defensores públicos estão imbuídos da ideia de acelerar o fluxo dos processos penais e tratam de ser eficientes, administrando a sobrecarga de trabalho que incide sobre os tribunais penais. Tentam manter certo nível de produtividade na realização das audiências e na realização de processos, com o fim de evitar um abarrotamento indesejável da justiça penal. E os entrevistados marcam essa posição com a necessidade de eficiência reforçada com a criação do Conselho Nacional de Justiça e com o estabelecimento de objetivos para os juízes.

Acredita-se, no entanto, que o propósito das penas privativas de liberdade deve levar em conta a diferença de sexo, já que, ao ditar sentenças de privação de liberdade para uma mulher, quer seja provisória ou definitiva, os interesses do menor que possa estar a seu cuidado sempre devem estar presentes. É importante o uso de enfoques mais criativos, baseados nas alternativas penais e em fórmulas de justiça restaurativa, bem como a manutenção do contato com os progenitores encarcerados, sempre que for conveniente e de forma adequada, velando-se pelo interesse superior do menino ou menina. É importante considerar a subjetividade inerente naquilo que se conhece como relação mãe-filho, nunca passível de ser generalizada, porque supõe desejo inconsciente e modo de funcionamento gozoso, que extrapola o princípio do prazer.

Pelo dizer dos juízes, por exemplo, o processo de guarda é rápido, mas nem todas mães o consideraram assim. O que se ouviu delas é que o procedimento era demorado, como já mencionado. Algumas se sentiam não ouvidas naquilo que desejavam, à mercê do exato cumprimento da legislação cujo sentido até questionavam: consideravam que as mães, sim, deveriam decidir quando ficar com a criança, “já que cada um sabe a alegria e a dor de existir”, nas palavras de uma delas. Se, por analogia com a Resolução nº 56/2005 do CMDCA de Belo Horizonte, a permanência da criança no cárcere tem sido mantida até que ela complete um ano de idade, muitas mães avaliaram que essa decisão desconsidera que lugar de criança não é na cadeia e dificulta sua saída, a não ser que o pai se apresente para retirá-las. E pais que agem assim são pouquíssimos. A maior parte deles também cumpre pena. Assim, segundo os juízes, tudo anda criteriosamente obedecendo aos procedimentos legais institucionalizados, mas muitas mães, vivendo sob a égide de outra legislação, a subjetiva, dizem de um tempo de demora que as angustia. Essa situação de impasse é a que ainda parece não encontrar uma boa e justa medida. Há evidente descompasso entre a

obstinação dos atores do sistema de justiça em fazer cumprir resoluções e leis, e os sentimentos da mulher/mãe encarcerada.

A aplicação do princípio do interesse superior da criança, nesses casos, pode ajudar a reduzir o risco de que o delito se perpetue de geração em geração, além de garantir que, no intuito de fazer justiça, não se castigue outra pessoa, que não cometeu o delito, nesse caso, uma criança. Mas há ainda a complexidade dos casos de guardiões que se julgam castigados, na obrigação de zelar pelo menor que está a seus cuidados.

Referências

- Almeda, E. (2006). Pasado y presente de las cárceles femeninas en España. *Sociológica*, 6, 75-106. http://www.ucipfg.com/Repositorio/EPDP/Curso%20002/bloque_academico/Unidad04/001.pdf (acessado em 12-dez-2017).
- Álvarez, J. M.; Esteban, R.; Sauvagnat, F. (2004). *Fundamentos de psicopatologia psicoanalítica*. Madrid: Síntesis.
- Ambertín, M. G. (2006). Ley, prohibición y culpabilidad. In: Ambertín, M. G. (org.). *Culpa, responsabilidad y castigo en el discurso jurídico e psicoanalítico*, p. 37-56. Buenos Aires: Letra Viva.
- Bergalli, R. (2003). Jurisdicción y administración de Justicia: jueces y fiscales en la sociedad compleja. In: *Sistema penal y problemas sociales*, p. 315-349. Valencia: Tirant lo Blanch.
- Brasil. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. (2014). *Levantamento nacional de informações penitenciárias: Infopen mulheres, Junho/2014*. Santos, T.; Vitto, R. C. P. (coord.). Brasília: Ministério da Justiça. <http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf> (acessado em 23-dez-2017).
- Braunstein, N. (2006). Los dos campos de la subjetividad: Derecho y Psicoanálisis. In: Ambertín, M. G. (org.). *Culpa, responsabilidad y castigo en el discurso jurídico e psicoanalítico*, p. 15-30. Buenos Aires: Letra Viva.
- Ferrari, I. F. (2012). Interface psicanálise e direito. In: Rudge, A. M.; Besset, V. L. (org.). *Psicanálise e outros saberes*, p. 67-86. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Garland, D. (1990). *Punishment and modern society: a study in social theory*. Chicago: University of Chicago.
- Sapori, L. F. (1995). A administração da Justiça Criminal em uma área metropolitana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10(29), 83-105. http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_08.pdf (acessado em 12-dez-2017).

- Selznick, P. (1971). Fundamentos da teoria da organização. In: Etzioni, A. *Organizações complexas*, p. 159-166. São Paulo: Atlas.
- Simões, V. F. N. (2013). *Filhos do cárcere: limites e possibilidades de garantir o direito fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil*. Porto Alegre: Núria Fabris.
- Weber, M. (1984). *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.

Notas

- ¹ O relatório está disponível na biblioteca da PUC Minas. A pesquisa foi financiada pelo CNPq, Fapemig e FIP PUC Minas.
- ² As leis brasileiras e internacionais que regem a matéria: artigos 117, III, 114, parágrafo único, e 115, todos da LEP, c/c 317 e 318, V, ambos do CPP (alterado pela Lei nº 13.257/2016, o Estatuto da Primeira Infância); artigos 5º e 227 da Constituição da República, de 1988; regras de Bangcoc 2, 26, 45, 57, 58 e 64; Resoluções das Nações Unidas 61/143 e 63/241; Manual para administradores de prisões e formuladores de políticas públicas sobre mulheres e encarceramento (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2008); Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente (Decreto nº 99.710/1990).
- ³ Art. 86. A Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas, conforme o art. 78 do Decreto Estadual nº 46.647/2014, tem a finalidade de estabelecer diretrizes e normas, coordenar e controlar as atividades relativas ao registro inicial e à movimentação de presos entre unidades prisionais, competindo-lhe “[...] IV – definir critérios para a movimentação de presos entre Unidades Prisionais considerando as características pessoais do preso e da pena que lhe foi aplicada, bem como o perfil de cada Unidade Prisional, consultando, quando necessário, a Superintendência de Atendimento ao Preso ou a Superintendência de Segurança Prisional”.
- ⁴ Processo em trâmite perante a Vara de Execuções Penais na Comarca de Serro, MG, relativo à presa M. N. C.

Recebido em 05 de abril de 2018

Aceito para publicação em 24 de maio de 2018

REPRESENTAÇÕES MATERNAS DE GESTANTES SOBRE O BEBÊ CONCEBIDO POR OVODOAÇÃO

*PREGNANT WOMEN'S MATERNAL REPRESENTATIONS
ABOUT THE BABY CONCEIVED BY EGG DONATION*

*REPRESENTACIONES MATERNAS DE GESTANTES SOBRE
EL BEBÉ CONCEBIDO POR DONACIÓN DE ÓVULOS*

*Ivana Elia Schneider**

*Tagma Marina Schneider Donelli***

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar as representações maternas de gestantes sobre o bebê concebido por ovodoação. Realizou-se uma pesquisa qualitativo-exploratória, com delineamento de estudo de casos múltiplos. Participaram três gestantes com idades entre 44 e 45 anos, que preencheram uma ficha de dados sociodemográficos e clínicos, responderam à entrevista IRMAG e a uma entrevista sobre reprodução assistida; também foram utilizadas anotações de campo. Os dados foram analisados a partir de dois eixos temáticos, um apoiado em elementos da realidade objetiva e outro em elementos da realidade subjetiva, abordando a ovodoação de forma transversal. Os resultados destacaram as expectativas em torno das características físicas da criança ao nascer, evidenciando a genética, e expectativas sobre a saúde física do bebê vinculadas à doadora. Revelar à criança sua origem genética não é considerado relevante nesse momento pelas gestantes. As representações são comuns às de gestações naturais e a doadora se fez presente nas representações sobre o bebê.

Palavras-chave: representações maternas; gestação; ovodoação; bebê.

* Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

ivanaschneider.psyco@gmail.com

** Professora Assistente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

tagmad@unisinos.br

ABSTRACT

This study had the goal of investigating pregnant women's maternal representations about the baby conceived by egg donation. A qualitative-exploratory research was conducted, with a multicase study design. Three pregnant women aged between 44 and 45 years took part, who filled a sociodemographic and clinical data sheet, answered the IRMAG interview and were interviewed about assisted reproduction; field notes were also used. The data was analyzed along two thematic axes, one based on elements of objective reality, and the other on elements of subjective reality, approaching egg donation transversely. The results highlight the expectations around the physical characteristics of the child to be born, pointing out genetics, and the expectations about the baby's physical health related to the donor. Revealing to the children their genetic origin was not considered relevant by the pregnant women at this moment. The representations are common to natural pregnancies and the donor was present in the representations about the baby.

Keywords: maternal representations; pregnancy; egg donation; baby.

RESUMEN

Este estudio investigó las representaciones maternas de gestantes sobre el bebé concebido por donación de óvulos. Se realizó una pesquisa cualitativo-exploratoria, con delineamiento de estudio de casos múltiples. Participaron tres gestantes entre 44 y 45 años, que llenaron una ficha de datos sociodemográficos y clínicos, respondieron a la entrevista IRMAG y a una entrevista sobre la reproducción asistida; además se utilizaron anotaciones de campo. Los datos fueron analizados a partir de dos ejes temáticos, uno apoyado en elementos de la realidad objetiva y otro apoyado en elementos de la realidad subjetiva, abordando la donación de forma transversal. Los resultados destacaron expectativas en torno a las características físicas del bebé, evidencia de la genética, y las expectativas sobre su salud física, vinculadas a la donadora. La revelación sobre el origen genético para el niño no es considerada relevante en este momento por las gestantes. Las representaciones son comunes a las de gestaciones naturales y la donadora se hizo presente en las representaciones sobre el bebé.

Palabras clave: representaciones maternas; embarazo; donación de óvulos; bebé.

Introdução

A gestação é um período de profunda complexidade na vida de uma mulher, envolvendo transformações biológicas e psíquicas. Ao mesmo tempo em que ela abriga outro ser no interior de seu corpo e mente, o bebê permanece ausente da realidade visível. Esse estado desencadeia um universo de representações mentais características, estudado por diferentes autores (Ammaniti, 1995; Aulagnier, 1999; Brazelton & Cramer, 1992; Bydlowski, 2002; Golse, 2002; Lebovici, 1987; Stern, 1997).

Stern (1997), psicanalista que se dedicou ao estudo das relações iniciais mãe-bebê, apresentou contribuições importantes para a compreensão das representações no contexto da maternidade, tanto no que diz respeito à constituição destas na mente da criança, quanto na dos pais. Ao falar sobre o mundo representacional dos pais, o autor considera que ele inclui não apenas as experiências das interações atuais com o bebê, mas também suas fantasias, esperanças, medos, sonhos, lembranças da própria infância, modelos de pais e expectativas para o futuro bebê. A criança, portanto, é representável, ao mesmo tempo, por elementos atuais e do passado (Aulagnier, 1999; Bydlowski, 2002; Rebelo, 2015; Stern, 1997).

No período gestacional, conforme o feto vai se desenvolvendo no útero da mãe, o bebê representado também é desenvolvido em sua mente (Stern, 1997). Especialmente entre o quarto e o sétimo mês de gestação, a sensação dos movimentos do bebê ocasiona um rápido aumento da riqueza, quantidade e especificidade das representações sobre o futuro bebê. Já a partir do sétimo mês, as representações tendem a diminuir pela proximidade do parto, preparando um espaço para o bebê real (Stern, 1997).

A literatura psicanalítica identifica vários tipos de bebês com os quais a mãe se relaciona em sua mente. Lebovici (1987) utiliza o termo “bebê imaginário” para referir-se à representação do bebê desenvolvido na gestação, resultado do desejo do casal, diferenciando-o do “bebê edípico”, composto pelas fantasias presentes desde a infância em cada um dos membros do casal. Golse (2002) amplia esses conceitos, acrescentando a noção de “criança narcísica”, sucessora dos ideais dos pais, e “criança mítica”, resultante do grupo de representações coletivas de uma determinada sociedade.

Uma gestação pode ocorrer em contextos os mais diversos. No caso de uma gestação obtida por meio de tratamento de reprodução assistida, esta pressupõe uma situação prévia de infertilidade, apresentando certas peculiaridades que farão parte do universo representacional materno. Entre as diversas possibilidades que a

tecnologia de reprodução assistida proporciona, destaca-se a ovodoação. Trata-se de uma prática que viabiliza a fertilização a partir de óvulos de doadora, quando a mulher não tem a possibilidade de utilizar seus próprios óvulos para a obtenção de uma gestação (Santos & Quayle, 2013).

A gestação por meio da ovodoação difere de outras, espontâneas ou por tratamento de reprodução assistida, pela presença do óvulo alheio e sua respectiva doadora, preservando a genética do parceiro. Por exigências da legislação brasileira, até o ano de 2017 a doação de óvulos era condicionada a que a doadora também estivesse em tratamento para infertilidade. A Resolução nº 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2017) definiu a possibilidade de doação voluntária de óvulos, mantendo a condição da preservação do sigilo da identidade entre doadora e receptora. Embora seja vedado o caráter comercial da doação, esta alteração possibilita a aquisição de óvulos em bancos específicos.

Tal contexto coloca muitos desafios ao psiquismo, sendo escassos os estudos encontrados que abordem essa temática. Referindo-se ao trabalho psicológico de fantasia do bebê durante a gestação nos casos de concepção por meio de ovodoação, Faria (2005) considera ser essa uma tarefa particularmente difícil. Segundo a autora, o desconhecimento de parte da genética faz com que as fantasias e medos sejam exacerbados, levando também a uma necessidade de fantasiar a doadora. O estudo de Figueiredo (2012) observou que a presença da doadora é uma constante nas diversas etapas da gestação ao nível simbólico, influenciando na construção do bebê imaginário.

Ehrensaft (2012) também menciona a presença de fantasias em torno da doadora, relacionando a manutenção do segredo sobre o assunto por parte dos pais a esse fato. A questão da manutenção do segredo ou revelação da origem genética tem sido destacada com relevância em diversos estudos que tratam do tema da ovodoação (Cochini et al., 2011; Ehrensaft, 2012; Figueiredo, 2012; Montagnini, Malerbi & Cedenho, 2012; Plut & Oliveira, 2013).

As representações maternas têm sido estudadas em diferentes contextos, abordando a forma como cada situação específica de gestação impacta o psiquismo materno e sua relação com o bebê após o nascimento (Budzyn, Wendland & Levandowski, 2017; Cox & Maccotta, 2014; Faria & Piccinini, 2015; Ferrari, Piccinini & Lopes, 2007; Marciano, 2017; Piccinini et al., 2004). Tratando especificamente sobre as representações maternas e a ovodoação, encontrou-se na literatura a pesquisa de Cochini et al. (2011), cujo objetivo foi o de estudar as experiências e as representações maternas de mulheres inférteis durante as etapas de tratamento de reprodução assistida com doação de óvulos. Os autores apontaram que nenhuma se dispôs a participar do estudo após a concretização da gestação.

Entenderam esse resultado como uma defesa frente às inquietudes e questionamentos ocasionados pelo processo de ovodoação, numa tentativa de pensar o mínimo possível sobre o assunto.

A reprodução assistida vem sendo abordada de forma crescente na literatura psicanalítica, mas são escassas as pesquisas publicadas, especialmente sobre a prática específica da ovodoação. Considerando a relevância da construção do bebê no psiquismo materno durante a gestação pelas implicações nas relações precoces após o nascimento (Chagas, 2014), constitui objetivo deste estudo investigar as representações maternas de gestantes sobre o bebê concebido por ovodoação.

Método

Delimitação

A presente pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa do tipo exploratória, a partir da realização de estudos de casos múltiplos (Yin, 2010).

Participantes

Participaram desta pesquisa três gestantes que passaram por tratamento de reprodução assistida e que conceberam por meio de óvulos de doadora, mantendo a ligação genética do parceiro, conforme apresentado na Tabela 1. Foram utilizados nomes fictícios, no propósito de preservar o anonimato das participantes.

Tabela 1 — Caracterização das Participantes

	Caso 1 – Aline	Caso 2 – Fernanda	Caso 3 – Marta
Idade	44	45	44
Idade gestacional na coleta dos dados	26 semanas	12/24 semanas	22 semanas
Tempo de casamento	4 anos	14 anos	3 anos
Causa da infertilidade	Baixa quantidade/qualidade de óvulos (idade)	Obstrução parcial de trompa e baixa quantidade/qualidade de óvulos (idade)	Baixa quantidade/qualidade de óvulos (idade)
Opção pela ovodoação	Insucesso da FIV com óvulo próprio	Insucesso da FIV com óvulo próprio	Insucesso da FIV com óvulo próprio

Instrumentos e Procedimentos

As participantes foram abordadas numa clínica de reprodução assistida da região Sul do Brasil, que mediou o contato entre as gestantes interessadas em participar e a pesquisadora. A coleta dos dados deu-se na residência de cada participante e todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foi preenchida uma Ficha de Dados Sociodemográficos e Clínicos elaborada para este estudo, coletando informações sobre idade, escolaridade, nível socioeconômico, situação conjugal e profissional, bem como questões referentes à situação da infertilidade e gestação. Na sequência, foi realizada a Entrevista Sobre a Reprodução Assistida, também elaborada para este estudo, composta por nove questões abordando a história da infertilidade, história do tratamento de fertilização e tópicos específicos sobre a ovodoação.

A coleta de dados finalizou com a aplicação da IRMAG (*Intervista per le Rappresentazioni Materne in Gravidanza*), específica para avaliar as representações maternas na gestação. Trata-se de uma entrevista semiestruturada validada por Ammaniti et al. (1995), constituída por 41 questões, que abordam seis grandes áreas: (1) desejo da maternidade na história da mulher e do casal; (2) emoções em torno do anúncio da gravidez; (3) emoções e mudanças durante a gestação; (4) percepções e fantasias sobre o bebê; (5) expectativas e preparação para a chegada do bebê; e (6) identidade como futura mãe e como filha de sua mãe.

Os dados foram coletados num único encontro, com exceção de uma das participantes, com quem a coleta de dados se deu em dois momentos distintos. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise dos dados. Durante todo o processo, foram feitas anotações de campo sobre as situações e percepções da pesquisadora relacionadas aos procedimentos da pesquisa.

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS sob o CAAE nº 54815616.8.0000.5344, estando em conformidade com as exigências éticas e metodológicas esperadas de uma pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução CNS nº 466/2012.

Procedimentos de Análise de Dados

A Entrevista sobre a Reprodução Assistida e a IRMAG foram analisadas qualitativamente por meio da análise temática proposta por Braun e Clarke (2006). As categorias temáticas foram definidas *a posteriori*, a partir dos dados levantados nas entrevistas e considerações da literatura sobre o tema.

Em seguida, foram organizados dois eixos temáticos que auxiliaram na construção individual de cada caso: Eixo 1: *representações sobre o bebê apoiadas em elementos da realidade objetiva*, para analisar os aspectos imaginados acerca do bebê provenientes de dados reais, tais como procedimentos de fertilização e ovoduação, procedimentos de ecografia, movimentos fetais e identificação do sexo do bebê; e Eixo 2: *representações sobre o bebê apoiadas em elementos da realidade subjetiva*, para analisar os aspectos imaginados acerca do bebê provenientes do mundo interno e imaginativo da gestante. Neste eixo foram abordados os sonhos noturnos, compreendidos como expressão de desejos inconscientes e tentativas de elaboração, expectativas em torno de características físicas e de personalidade, temores, e escolha do nome.

Os casos foram estruturados individualmente e o tema da reprodução assistida por ovoduação foi abordado de forma transversal, perpassando a compreensão dos eixos em cada caso, embora tenha sido abordado de forma mais específica no Eixo 1. Os dados da ficha de dados sociodemográficos e clínicos e as anotações de campo foram utilizados para complementar a construção de cada caso.

Após isso, foi desenvolvida uma síntese pelo cruzamento dos casos conforme a proposta de Yin (2010), sendo que o confronto dos resultados obtidos na análise individual possibilitou a identificação de convergências e divergências, proporcionando evidências que auxiliaram na investigação das representações maternas das gestantes sobre o bebê concebido por ovoduação.

Resultados

Caso 1 – Aline e a filha forte e independente

Aline tem ensino superior completo e pós-graduação, trabalha como profissional liberal e tem sua própria empresa. O marido tem um filho de casamento anterior. Sua primeira tentativa para engravidar deu-se aos 40 anos de idade. Não relatou outros problemas de infertilidade e não tem histórico de aborto.

(a) Representações sobre o bebê apoiadas em elementos da realidade objetiva

A proposta da ovoduação, como alternativa de tratamento para a infertilidade constatada, levou Aline a buscar muitas informações sobre essa

prática. Encontrou apoio na ideia de que *“aquela carga genética que a criança vai carregar é muito pouco do que vai ser o teu filho realmente”*, minimizando o fator genético.

No processo de decisão pela ovodoação, o pensamento em torno da real possibilidade de seu bebê vir a ter irmãos se fez presente. A impossibilidade de acesso a informações acerca da doadora despertou temores relacionados com o futuro da filha, no sentido de estar exposta a relações incestuosas.

A fertilização resultou em três embriões, sendo necessário realizar uma escolha para implantação. Frente à decisão do casal de implantar somente um embrião para evitar a possibilidade de uma gestação gemelar, a escolha recaiu sobre o embrião de *“excelente qualidade”*, conforme a avaliação do médico.

Aline afirmou que a presença de um óvulo doado não implica que o bebê pertença a quem o doou. Com muita ênfase, disse que este bebê lhe pertence: *“Tá, tem o DNA, mas ela tá na minha barriga, é os meus sentimentos que ela tem. Eu que tô gerando ela. Eu que vou criar, então ela é minha.”*

Sustentou que não faria diferença para a filha saber ou não saber sobre sua origem genética. Condicionou a decisão sobre a revelação da ovodoação às características da filha no futuro: *“Eu gostaria de contar. Mas acho que vai depender dela. Porque eu acho que isso não vai mudar nada na vida dela. Ela é minha filha.”*

Relatou ter sentido muita emoção, chorando a cada vez que via a filha nas ecografias, assegurando o desenvolvimento saudável. O temor de doenças pelo desconhecimento da genética da doadora se fez presente a cada exame.

Quanto à percepção dos movimentos fetais, Aline associou as manifestações do bebê aos seus próprios sentimentos. Atribuiu-lhe a capacidade de intencionalidade e autonomia, fato identificado nas verbalizações em que diferenciou os movimentos do bebê de suas próprias intenções.

Antes de decidir pela ovodoação, imaginava-se olhando para um filho, questionando sua capacidade de suporte caso a criança apresentasse um aspecto físico diferente do seu. Pensava que se tivesse um menino, a falta de semelhança física não a afetaria. A confirmação de uma menina no exame de ecografia contrariou sua expectativa inicial acerca do sexo do bebê, afirmando com pesar a convicção de que a filha não iria se assemelhar fisicamente a ela: *“dá um quezinho assim, de pensar – ‘ahh, a [nome da filha] não vai ser parecida comigo’.”*

(b) Representações sobre o bebê apoiadas em elementos da realidade subjetiva

Aline recorda ter sonhado com seu bebê em três ocasiões, sempre em torno das características físicas: “*ela era muito moreninha e tinha uns olhão assim saltados, parecia uma caricatura. E daí eu dizia, ‘meu Deus do céu, como é que eu vou dizer que essa criança é minha filha?’*.” Relacionou esse sonho com a preocupação de não ter revelado sobre a ovodoação aos familiares e com o temor de que a filha pudesse nascer com feições muito diferentes das de sua família.

Em outro sonho, o bebê apresentava características que vinham ao encontro de seu desejo, “*bem branquinha, de olhinho claro [...] igual à mamãe*”. Em um terceiro sonho, o bebê apresentava características mais uma vez diferentes: “*já sonhei com ela normalzinha, assim, castaninha. É justamente por eu não conseguir imaginar, né, eu acho que eu fico sonhando...*”. Expressou a expectativa de desfazer a importância atribuída à semelhança física após o nascimento da filha.

Quanto às características de personalidade da filha, imaginou-as como provenientes tanto de si mesma quanto do marido. Aline escolheu para o bebê um nome que considera forte, bonito e fácil, revelando suas expectativas em relação à personalidade do bebê. Além de possuir significado religioso associado ao seu tratamento de fertilização, era o nome de sua bisavó: “*Eu acho um nome forte. A minha bisavó era [nome da filha] também, foi uma mulher muito forte [...]. Então eu imagino a minha filha uma pessoa forte, uma pessoa do bem, forte, de personalidade.*”

Aline manifestou muitas expectativas em relação à filha, esperando que “*ela se torne adulta cedo*”, para não ser totalmente dependente dos pais. Verbalizou o desejo de que a criança desenvolva características de personalidade que se assemelhem a sua família e que seja diferente da família do marido em alguns aspectos.

Caso 2 – Fernanda e o filho predestinado e voraz

Fernanda tem ensino superior completo e pós-graduação, e trabalha como servidora pública. Tentou engravidar pela primeira vez aos 34 anos de idade, quando um exame diagnóstico constatou a obstrução de uma de suas trompas. Desistiu das tentativas para engravidar, retomando somente oito anos mais tarde, em clínicas de reprodução assistida. Optou pela ovodoação após insucesso de FIV com os próprios óvulos, associado às características de sua idade. Engravidou após a segunda tentativa de FIV com óvulo de doadora.

(a) *Representações sobre o bebê apoiadas em elementos da realidade objetiva*

Para Fernanda, a decisão de realizar uma ovodoação foi possível por considerar que um filho é um ser espiritual já destinado ao casal: *“Já está determinado. Então, independe muito, assim, do físico dele, da genética dele, é um ser espiritual que vem.”* Atenuou o sentimento em torno da possibilidade de não ter um filho parecido fisicamente com ela pela falta de sua genética com a ideia de que os cuidados e a educação *“moldados”* pelo ambiente criam identidades, tornando-o semelhante.

Durante as etapas da fertilização, Fernanda demonstrou necessidade de compreender o que se passava no interior de seu corpo, solicitando muitas informações a seu médico. Procurava imaginar o que aconteceria ao colocar o embrião em seu útero: *“o embrião é como se fosse uma planta carnívora. Ele [o médico] disse assim: ‘Ele [o embrião] vai pegar e vai tentar se agarrar no teu endométrio, ele vai lançar umas raízes e ele vai começar a se enraizar’. [...] ‘Ah, então tá! [...] Porque eu pensei que ele largou ali e pronto, né’.”*

O início da gestação de Fernanda foi marcado pela ocorrência de sangramentos, havendo a necessidade de fazer repouso. As ecografias tiveram uma grande importância nesse período, assegurando a continuidade de sua gestação. Eram realizadas ecografias quinzenais para ver, segundo Fernanda, a *“evolução do [problema que ocasionou os sangramentos]”*. Nas ecografias subsequentes, o olhar era voltado para a presença de um mioma, a situação da placenta baixa e o diâmetro do colo do útero, configurando um conjunto de fatores percebidos como riscos para a gravidez.

Fernanda mencionou que costuma olhar as fotos das ecografias. Ao mostrá-las para sua ginecologista, esta comentou que o bebê se parecia com ela, ao que respondeu *“pois é, eu vou contrariar todas as teorias da genética. Tu vai ver, ele vai se parecer comigo.”*

Fernanda solicitou o auxílio de uma amiga para tentar reconhecer os primeiros movimentos do bebê, procurando diferenciar as sensações de seu próprio corpo: *“daí eu comecei a prestar bastante a atenção pra tentar diferenciar o que que é um pum mesmo e o que que é um pum dentro.”* Relacionou os movimentos do bebê como resposta à sua agitação, notando que ele se acalma assim que ela mesma fica quieta. As sensações dos movimentos do bebê na barriga trouxeram muitas preocupações: *“Até o momento dele não se mexer, não sentir, tudo estava na alegria da gestação: ‘ah que coisa boa, já está aparecendo o barrigão e tal’ e agora já começa a preocupação.”*

(b) Representações sobre o bebê apoiadas em elementos da realidade subjetiva

Os sonhos noturnos revelaram preocupações em torno do aspecto físico do bebê. Relatou um sonho, quase um pesadelo, em que “*nascia um prematuro e que não se parecia comigo*”. Atribuiu esse sonho à dificuldade de assimilar a ovodoação e à imagem do bebê prematuro de sua irmã gravada em sua memória.

Apesar de ter afirmado que o aspecto físico não tem importância, gostaria que o filho fosse fisicamente parecido com o marido, por ser apaixonada por ele. O fato de saber que a doadora escolhida é fisicamente parecida com ela remeteu à ideia de que a genética dela venha a ser dominante como a sua. Dessa forma, embora tenha afirmado não saber com quem o bebê vai se parecer, imaginou que o filho teria suas características físicas.

Gostaria que o filho tivesse um pouco da personalidade calma do pai, mas que se assemelhasse a ela quanto ao caráter, valores familiares e cultura de seu país de origem. Fernanda escolheu para seu bebê o nome de seu irmão mais velho. O marido gostou do nome sugerido e, ao pesquisarem o significado, confirmaram a decisão. Trata-se de um nome bíblico, relacionado à história de uma mulher que não podia ter filhos. Essa mulher prometeu dedicar o filho a Deus, caso Ele ouvisse suas preces. Ao conceber e dar à luz, ela escolheu um nome cujo significado é “*Deus ouviu as minhas preces*”.

A maior expectativa de Fernanda situou-se no desejo de ter um bebê saudável, confiando que o processo de seleção feito pela clínica tenha escolhido óvulos de uma doadora saudável. Fez muito esforço para imaginar as necessidades de um recém-nascido, pois mencionou que costuma pensar em situações características de um bebê maior. Com base nas informações que buscou de amigas, afirmou imaginar que “*ele vai mamar o tempo todo*”.

Caso 3 – Marta e o bebê evoluído

Marta, 44 anos, é casada, empresária e tem ensino superior incompleto. É a mais nova de uma prole de dois. Seu marido não teve filhos do casamento anterior. Tentou engravidar pela primeira vez aos 39 anos de idade. Engravidou naturalmente, mas houve um aborto espontâneo na oitava semana de gestação. Aos 42 anos passou por uma FIV com os próprios óvulos, que resultou em uma gestação e outro aborto espontâneo. Optou por fertilizar com óvulo de doadora em função da idade. Não relata outros problemas de infertilidade.

(a) Representações sobre o bebê apoiadas em elementos da realidade objetiva

O contexto da reprodução assistida proporciona a Marta a oportunidade de escolha do embrião a ser implantado. Entre os cinco embriões resultantes, um foi considerado excelente, segundo a opinião médica. Marta e o marido decidiram: *“vamos pegar então o melhor, a gente quer um só”*.

A ovodoação proporcionou mais tranquilidade quanto a sua preocupação com possíveis problemas genéticos do bebê provenientes da idade. Disse confiar na avaliação médica realizada pela clínica sobre a escolha de uma mulher mais jovem e saudável.

Quanto a revelar à criança sobre a ovodoação, considerou não ser necessário contar-lhe, mas caso surgisse o assunto, pensou que iria falar. Entendeu tratar-se de uma situação diferente da adoção: *“A adoção, sim, [...] desde quando o nenê chega em casa, ele começa já a amadurecer, a gente já vai contando né, que é filhinho do coração. Agora, a ovodoação vou deixar por conta do destino.”*

Por já ter passado por dois abortos, Marta estava muito apreensiva em relação à ecografia. Os resultados normais trouxeram sensação de alívio. Ficou surpresa ao saber sobre o sexo do bebê, pois a ecografia revelou um sexo diferente do que havia imaginado.

Marta identificou com muita convicção a primeira percepção de movimento do bebê: *“Ela mexeu, [...] eu tenho certeza que é ela!”*. Disse conversar muito com seu bebê contando histórias, rezando, mantendo uma comunicação onde ambas se expressam e se fazem compreender. Disse que costuma conversar com a filha sobre o parto, considerando o bebê como um ser diferenciado, dotado de vontade própria e autonomia.

(b) Representações sobre o bebê apoiadas em elementos da realidade subjetiva

Contou ter sonhado poucas vezes com o bebê, sempre em torno da identificação do sexo, falando de forma vaga sobre o assunto. Marta afirmou não se importar com as características físicas de sua filha, considerando mais importante que seja saudável: *“vindo com saúde, perfeítinha, assim, pra mim já tá de bom tamanho”*. Mesmo levando em conta a parte genética do marido, disse não saber se a filha será parecida com a família dele, pois não são fisicamente parecidos entre si.

Gostaria que a filha desenvolvesse características de personalidade provenientes tanto de sua família quanto da família do marido. Escolheu um nome inspirada em pessoas de destaque na mídia, valorizando a estética sonora. Queria um nome “forte”, argumentando que nomes fortes “sustentam mais a gente como ser humano”.

Marta manifestou a ideia de que seu bebê faz parte de uma geração mais evoluída, de crianças que já vêm com um “layout diferente”. Afirmou que, como pais, terão mais a aprender do que ensinar à filha, que virá “para melhorar o mundo”.

Discussão

Síntese dos casos cruzados

A análise dos dados possibilitou verificar que todas as participantes desenvolveram esquemas de representações sobre o bebê. Em relação ao eixo temático *Representações sobre o bebê apoiadas em elementos da realidade objetiva*, no que diz respeito aos procedimentos de fertilização e ovodação, estes proporcionaram a situação de escolha do embrião a ser implantado. Foi possível observar a atribuição de características já nesse momento.

Marta e Aline decidiram pela implantação de um único embrião, com o critério de escolha pelo “melhor” ou “excelente”, conforme avaliação médica. Se o discurso médico é direcionado ao campo do biológico, é possível compreender tal associação com o processo natural de “seleção da espécie” pela escolha do mais forte para a reprodução. Mas, entre as palavras proferidas pelo médico e a escuta da paciente (Szejer & Stewart, 1997), em sua origem este bebê pode ser considerado melhor que os demais, incrementando o narcisismo, fundamental para a construção e investimento libidinal no bebê imaginado (Brazelton & Cramer, 1992; Ferrari, Piccinini & Lopes, 2007).

Os procedimentos de reprodução assistida incrementaram ansiedades e fantasias, especialmente em Fernanda, que solicitou muitas informações nas etapas de fertilização. Sua ideia inicial de um “embrião solto” em seu útero deu lugar à ideia de um embrião “planta carnívora”, que se agarra e se enraíza em seu endométrio, metáfora utilizada pelo médico para explicar o que acontecia após a implantação.

Aline e Fernanda minimizaram a importância da questão genética presente na concepção por ovodação, enfatizando a maior influência e determinação do ambiente no desenvolvimento da criança, confirmando as constatações feitas por

Canneaux et al. (2013). Já Marta atribuiu maior importância e valor à genética da doadora, por representar a possibilidade de ter um bebê saudável.

A ruptura da filiação genética pela presença do óvulo da doadora fere o narcisismo vinculado aos desejos de imortalidade (Brazelton & Cramer, 1992; Plut & Oliveira, 2013). É possível atribuir a tendência de Aline e Fernanda para o deslocamento da expectativa de continuidade materna às trocas interativas a este fato. O estudo de Imrie et al. (2018), no qual realiza um comparativo da relação parental em famílias que realizaram ovodoação e outras que utilizaram fertilização *in vitro* (FIV) com os próprios óvulos, sugere haver diferenças nas relações mãe-bebê, o que mostra o quanto a questão da genética alheia na gestação não é irrelevante após o nascimento.

No período de decisão pela ovodoação, somente Aline reflete sobre a real possibilidade de seu bebê vir a ter outros irmãos. Tal situação despertou a preocupação de que esse bebê possa estar sujeito a envolver-se em relações incestuosas no futuro, corroborando os achados da literatura quanto ao incremento dos temores e fantasias durante a gestação relacionados com a presença da doadora (Faria, 2005; Figueiredo, 2012).

Um aspecto peculiar aos casos de crianças nascidas por ovodoação é a revelação, por parte dos pais, sobre sua origem genética. Foi possível observar que a questão da revelação para a criança ainda não foi pensada por Fernanda. Aline e Marta pensaram sobre o assunto e consideraram essa informação desnecessária para criança. Apoiados na consideração de que o aspecto físico se apresenta como evidência externa acerca da origem genética, Monagnini, Malerbi e Cedinho (2012) apontam a tendência a manter o sigilo sobre a ovodoação quando há semelhança física entre pais e filhos, pois provavelmente não ocorrerão questionamentos de outras pessoas.

Sobre esta questão, Szejer (2002) enfatiza a importância de revelar à criança sua origem genética, entendendo que os “não-ditos” possam impedir sua estruturação psíquica saudável. Em geral, alguma pessoa de relacionamento mais próximo do casal tem conhecimento sobre a ovodoação realizada. Caso a criança venha a saber por vias indiretas, tal situação pode resultar em efeitos devastadores (Szejer & Stewart, 1997).

A tendência à não revelação é constatada e abordada em diversos estudos (Ehrensaft, 2012; Figueiredo, 2012; Montagnini, Malerbi & Cedinho, 2012; Plut & Oliveira, 2013). A pesquisa de Golombok et al. (2013) revela que as mães que mantiveram as origens de seus filhos em segredo mostraram níveis elevados de sofrimento, e, mesmo que as crianças saibam sobre as circunstân-

cias de sua concepção, elas ficam vulneráveis aos efeitos do sofrimento materno acerca dessa questão.

O argumento apresentado por Marta sobre a obviedade de se revelar a um filho sobre a adoção e a não necessidade de falar sobre a ovodoação é abordado no estudo de Montagnini, Malerbi e Cedenho (2012). Os autores entendem essa diferença pelo fato de que na ovodoação há a recepção de uma célula e não de um bebê, como no caso das adoções, que passaram pela vivência de gestação em outra mulher. Ao receber uma célula, o bebê já estaria inserido na família desde a concepção, sendo considerado filho.

Com relação aos procedimentos de ecografia, foi possível observar que a percepção do bebê pelas imagens adquiriu significados relacionados com as vivências que cada participante enfrentou no percurso dos tratamentos. Para Marta e Fernanda, foi tranquilizador constatar a continuidade da gestação, lembrando que Marta passou por dois abortos anteriormente e Fernanda teve sangramentos na fase inicial da gestação, temendo abortar. Aline aliviou-se ao constatar o desenvolvimento saudável do bebê. Enquanto Marta associou a saúde do bebê com a genética da doadora, Aline a percebeu como fonte potencial de doenças.

A preocupação com o estado de saúde do bebê e o temor de deformidades é comum em muitas gestantes (Piccinini et al., 2004; Sälevaara et al., 2016). No entanto, nas gestantes em estudo esses temores foram direcionados para a genética da doadora, que é inserida e utilizada conforme as angústias e necessidades de cada uma nas questões relativas ao estado de saúde do bebê.

Alguns autores consideram que o conhecimento do sexo do bebê antes do nascimento pode ser profilático quando a constatação real se distancia da expectativa, no sentido de proporcionar um tempo de elaboração e preparação de um melhor acolhimento da criança (Grigoletti, 2005; Szejer, 2002). Nos casos de Marta e Aline, o sexo do bebê identificado na ecografia contrariou suas expectativas, observando-se que, especialmente para Aline, a importância atribuída ao sexo ficou associada a seus conflitos iniciais em torno da ovodoação: a perspectiva de não encontrar sua imagem refletida em uma filha menina desafia sua tolerância quanto à percepção da ausência de sua genética.

Quanto às representações desenvolvidas a partir dos movimentos fetais, Aline e Marta identificaram seus bebês como diferenciados de seu próprio corpo, referindo-se ao bebê como “*ela*”, atribuindo intencionalidade e autonomia às suas manifestações. Fernanda esforçou-se em diferenciar o bebê, mas este foi nomeado conforme sua própria sensação corporal – “*um pum dentro*” –, sendo percebido como uma modificação de um aspecto seu. A percepção do bebê como um ser diferenciado é considerada um fator importante, pois promove o

exercício de desfazer gradualmente o sonho de fusão emocional proporcionado pelo período simbiótico do primeiro trimestre (Faria, 2005; Szejer, 2002; Szejer & Stewart, 1997). Na medida em que a percepção dos movimentos conferiu mais realidade ao bebê, tal situação causou preocupação para Fernanda, pois precisou deslocar a “alegria da gestação”, o fato de estar grávida (ênfase narcísica), para dar lugar a uma criança.

No eixo temático *Representações sobre o bebê apoiadas na realidade subjetiva*, o conteúdo dos sonhos noturnos revelou de forma muito clara as preocupações de Aline e Fernanda em torno das características físicas do bebê associadas à ovoduação, evidenciando a permanência de suas apreensões existentes já antes da gravidez. Aline verbalizou seu temor de não conseguir reconhecê-la como sua filha caso apresentasse um aspecto físico muito diferente do seu. O estudo de Anzieu-Premmeurer (2017) descreve um caso de importantes problemas interativos mãe-bebê pela falta de semelhança física do bebê com a mãe, sinalizando o quanto a ideia da genética de doadora pode interferir de forma perturbadora.

Ao contrário da maior parte das mulheres grávidas, que podem ter a ilusão de colocar no mundo uma criança “cópia de si”, as gestantes por ovoduação precisam renunciar a essa ilusão durante a gestação, ou mesmo antes (Canneaux et al., 2013). Os sonhos podem conter tanto uma função elaborativa e/ou evacuativa, como também de transição entre o mundo imaginário e a realidade (Zimmerman, 2001). Percebe-se a expressão da angústia de Aline e a tentativa de elaboração psíquica mediante sonhos com bebês de características diferentes, ampliando as opções para receber o bebê real.

A preconcepção de Fernanda acerca do embrião “*planta carnívora*”, agarrado em seu endométrio no período inicial da gestação, parece se estender à sua representação sobre o bebê após o nascimento, mantendo a ideia de voracidade ao imaginar um bebê que mamará o tempo inteiro. Por habitar solos pobres em nutrientes e terem raízes fracas, as plantas carnívoras desenvolveram a característica de digerir pequenos animais a fim de absorverem seus nutrientes, mas a imagem folclórica associada a um “monstro comedor de gente” parece estar presente (Saridakis, Torezan & Andrade, 2004). Embora o propósito da analogia utilizada pelo médico estivesse voltada para a fixação de raízes, Fernanda parece tê-la associado ao aspecto voraz.

Bydlowski (2002) considera o feto uma representação metafórica do objeto interno da gestante, no sentido de que o bebê que a gestante atual foi no passado tenha constituído um bom ou um ameaçador objeto interno, dependendo dos cuidados recebidos quando recém-nascida. Dessa forma, é possível inferir que as

representações atuais no caso de Fernanda tenham mais relação com sua própria história infantil do que com a genética alheia do filho.

As preocupações em torno das características físicas são citadas em várias ocasiões ao longo das entrevistas, mas quando questionadas diretamente, todas afirmam não conseguirem imaginar com quem o bebê se parecerá, embora expressem suas expectativas. Marta é quem parece ter conferido menos ênfase ao aspecto físico, abordando expectativas mais relacionadas à saúde do bebê. Imagina uma criança com características físicas próprias, não relacionadas a ela e tampouco ao marido. Pelo critério de semelhança física contemplado pela clínica na escolha da doadora, Fernanda imaginou que seu bebê teria características físicas suas, apesar de dizer que gostaria que se parecesse com o marido. Aline tem a expectativa de desfazer a importância atribuída ao aspecto físico assim que a filha nascer, pois apesar do grande desejo de ver um traço que se assemelhe a ela, tem a convicção de que será diferente. Surpreende o fato de que nenhuma das participantes imaginou o bebê com semelhança física ao pai, uma vez que a genética dele é tão presente quanto a da doadora.

Para Szejer e Stewart (1997), a preocupação com o que é visível, a aparência da criança que os outros vão ver, é característico no período final da gestação. Associam a uma angústia narcísica de não corresponder às expectativas, temor ligado à história pessoal de cada uma. Para Aline e Fernanda, tal preocupação é marcante desde o início da gestação, por ser uma evidência externa da genética da doadora. Se o desejo consciente de ter uma criança que se assemelhe a si é ligado à necessidade de projetar imagens familiares sobre o feto a fim de reduzir sua estranheza, mesmo em gestações com a própria genética, no caso de doação de óvulos esse processo torna-se ainda mais delicado (Canneaux et al., 2013).

Quanto às definições de personalidade e caráter, Aline as relacionou com aspectos provenientes de si mesma e do marido, embora tenha manifestado o desejo de que a filha desenvolvesse características valorizadas de sua família e não da família do marido. Já Fernanda expressou a expectativa de que o bebê tenha a personalidade do pai, mas que mantivesse os valores da cultura de sua família e seu país de origem. Marta pareceu valorizar mais as características de personalidade do pai, mas não enfatiza expectativas sobre o desenvolvimento de características familiares específicas.

Sobre a escolha do nome do bebê, nos três casos os nomes foram sugeridos por elas, com a concordância dos maridos. As escolhas de Aline e Marta expressaram simbolicamente características esperadas para as filhas associadas à força e personalidade. Marta valoriza a estética sonora do nome, inspirando-se em pessoas de destaque profissional observadas na mídia. Aline e Fernanda escolheram

nomes de familiares especialmente importantes para elas, possuindo também um significado religioso relacionado ao fato de terem conseguido engravidar. Segundo Lebovici (1987), a escolha do nome pode constituir uma forma de verificar o lugar que a criança ocupa no imaginário da mãe, tanto o seu lugar no sistema familiar, quanto na natureza da projeção de seus desejos inconscientes. Nos casos de Aline e Fernanda, a criança carregará em seu nome elementos alusivos à superação da infertilidade.

A atribuição de características físicas, de personalidade e a designação de um nome não somente personificam o bebê como um ser diferenciado, como também o inserem numa linhagem (Brazelton & Cramer, 1992; Ferrari, Piccini & Lopes, 2007). A filiação permite reconhecer a criança como seu filho e a afiliação como pertencente ao mesmo grupo familiar. Percebe-se que Fernanda e Aline procuram aproximar o bebê de características suas e de suas famílias, se não for possível pelo aspecto físico, pelos traços de personalidade, cultura familiar e escolha do nome de pessoas de seu lado da família. Já Marta parece não buscar esses tipos de aproximação, desenvolvendo em suas representações uma criança de características próprias, um bebê diferente.

Finalizando, as representações acerca do bebê gestado por ovodoação observadas nos dados deste estudo foram em grande parte comuns às de gestações espontâneas descritas na literatura, como percepção dos movimentos fetais, atribuição de características físicas e de personalidade, ou preocupações com a saúde do bebê (Brazelton & Cramer, 1992; Sälevaara et al., 2016; Stern, 1997; Szejer & Stewart, 1997). No entanto, foi possível observar a interferência das peculiaridades do processo de ovodoação em alguns pontos específicos, envolvendo referências ao fator genético e à doadora tanto em representações apoiadas na realidade objetiva, quanto na subjetiva.

Considerações finais

Considerando os dados obtidos, observa-se que grande parte das questões abordadas pelos casos deste estudo são comuns às de gestações naturais descritas na literatura sobre o tema, sendo que a vivência da ovodoação se faz presente de forma significativa nas representações sobre o bebê, salientando a presença da doadora e a ausência da genética materna. As referências ao aspecto físico do bebê recebem destaque, pois tal fato oferece uma evidência externa da expressão genética, evocando a presença da doadora.

As dúvidas sobre a revelação da origem genética, questão comum aos três casos, sugere dedicar maior atenção no trabalho clínico nesse contexto, especialmente diante da posição de alguns autores psicanalíticos quanto às implicações para o desenvolvimento da criança. Por estar no interior do corpo da mãe, o bebê ainda não possui o caráter de objeto externo, limitando as formas de interação. Após o nascimento, o aspecto físico do bebê real talvez adquira outra importância diante da possibilidade de novas formas de interação, auxiliando ou dificultando a abordagem dessa parte da história com a criança.

Qualquer gestação envolve um intenso trabalho psíquico no sentido de sonhar o bebê para depois transformar suas representações e acolher o bebê real ao nascer, que nunca será igual ao imaginado. Nesse sentido, a gestação pode ser também um período de elaboração das marcas da infertilidade e das peculiaridades da ovodoação, facilitada ou dificultada pelas histórias individuais, em que um acompanhamento psicológico poderia trazer muitos benefícios.

Em relação às limitações deste estudo, a dificuldade de acesso à população estudada pode não ter contemplado aspectos significativos acerca das representações maternas sobre o bebê gestado por ovodoação em outras situações de infertilidade, não relacionadas ao fator da idade. O exercício da parentalidade já contém por si só muitos desafios. Para que pais e filhos da ovodoação não carreguem essa parte de suas histórias como um estigma, tendência em quaisquer situações diferentes das naturalmente concebidas, sugere-se o desenvolvimento de novas pesquisas no intuito de promover intervenções clínicas possíveis para esse contexto. Pesquisas abordando a revelação sob a perspectiva da criança nascida por ovodoação poderiam proporcionar elementos para destacar a importância desse ponto e minimizar temores e fantasias por parte dos pais.

Em suma, o presente estudo contribuiu no avanço da compreensão do tema sobre a ovodoação no sentido de identificar representações maternas presentes em gestantes acerca do bebê, em vista da carência de estudos específicos. Situações comuns às de outras gestações, tais como temores e expectativas, mostraram-se vinculados à presença da genética da doadora nos casos estudados, fazendo emergir um universo de fantasias. O apoio psicológico tem muito a contribuir nesse campo.

Referências

Ammaniti, M.; Candelori, C.; Pola, M.; Tambelli, R. (1995). *Maternità e gravidanza*. Milano: Raffaello Cortina Editore.

- Anzieu-Premmereur, C. (2017). Using psychoanalytic concepts to inform interpretations and direct interventions with a baby in working with infants and parents. *International Forum of Psychoanalysis*, 26(1), 54-58. <https://doi.org/10.1080/0803706X.2016.1195512>
- Aulagnier, P. (1999). Nascimento de um corpo, origem de uma história. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 2(3), 9-45. <https://doi.org/10.1590/1415-47141999003002>
- Braun, V.; Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brazelton, B.; Cramer, B. (1992). *As primeiras relações*. São Paulo: Martins Fontes.
- Budzyn, C.; Wendland, J.; Levandowski, D. (2017). Representações de Gestantes Adolescentes do sul do Brasil sobre o bebê. *Revista de Psicologia da IMED*, 9(1), 69-86. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2017.v9i1.1627>
- Bydlowski, M. (2002). O olhar interior da mulher grávida: transparência psíquica e representação do objeto interno. In: Corrêa Filho, L.; Corrêa, M. E. G.; França, P. S. (org.). *Novos Olhares Sobre a Gestação e a Criança até os 3 anos: Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê*, p. 205-214. Brasília: L. G. E.
- Canneaux, M.; Chabert, C.; Golse, B.; Wolf, J.; Maccotta, B. (2013). Comment devient-on mère grâce à un don d'ovocytes? *La psychiatrie de l'enfant*, 1(56), 67-96. <https://doi.org/10.3917/psy.561.0067>
- CFM – Conselho Federal de Medicina (2017). *Resolução nº 2.168/2017*. Brasília. <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2168> (acessado em 18-dez-2018).
- Chagas, C. S. (2014). *Bebê imaginário vs. bebê real: qual a influência na percepção materna dos comportamentos do recém-nascido e no nível de confiança nos cuidados a prestar ao bebê?* (dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa, Portugal. <http://hdl.handle.net/10451/18233>
- Cochini, A.; Letur-Könirsch, H.; Granet, P.; Wainer, R.; Cupa, D. (2011). Le vecú de patients et les representations maternelles au fil des étapes d'un don d'ovocytes. *Gynécologie Obstétrique & Fertilité*, 39(9), 533-537. <https://doi.org/10.1016/j.gyobfe.2011.07.005>
- Cox, F. E. M.; Maccotta, B. B. (2014). Representações maternas durante uma gravidez patológica: o caso da anemia falciforme. *Estilos da Clínica*, 19(2), 309-324. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i2p309-324>
- Ehrensaft, D. (2012). The 'Birth Other' in assisted reproduction. In: O'Reilly-Landry, Maureen. *A Psychodynamic understanding of modern medicine*, p. 162-173. Londres: Radcliffe Publishing Ltd.
- Faria, C. (2005). Amor de mães: a experiência gravídica e parentalidade na fertilização com óvulos de doador. In: Leal, I. *Psicologia da gravidez e da parentalidade*, p. 175-193. Lisboa: Fim de Século.
- Faria, E. R.; Piccinini, C. A. (2015). Representações maternas no contexto do HIV: gestação ao segundo ano da criança. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 625-637. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.28749>

- Ferrari, G. A.; Piccinini, C. A.; Lopes, R. S. (2007). O bebê imaginado na gestação: aspectos teóricos e empíricos. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 305-313. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200011>
- Figueiredo, M. M. D. (2012). *Da (in)fertilidade à parentalidade após recurso a ovócitos de doadora: vivências de quatro casais portugueses* (dissertação de mestrado). ISPA – Instituto Universitário, Lisboa, Portugal. <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/2324>
- Golombok, S.; Blake, L.; Casey, P.; Roman, G.; Javda, V. (2013). Children born through reproductive donation: a longitudinal study of psychological adjustment. *Journal of child psychology and psychiatry*, 54(6), 653-660. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12015>
- Golse, B. (2002). O que temos aprendido com os bebês. In: Corrêa Filho, L.; Corrêa, M. E. G.; França, P. S. (org.). *Novos Olhares Sobre a Gestação e a Criança até os 3 anos: Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê*, p. 116-134. Brasília: L. G. E.
- Grigoletti, L. V. S. (2005). A influência da ultrassonografia na representação do filho imaginário – filho real. *Psico*, 36(2), 149-157. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1384/0>
- Imrie, S.; Jadva, V.; Fishel, S.; Golombok, S. (2018). Families Created by Egg Donation: Parent-Child Relationship Quality in Infancy. *Child Development*, 90(4), 1333-1349. <https://doi.org/10.1111/cdev.13124>
- Lebovici, S. (1987). *O bebê, a mãe e o psicanalista*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Marciano, R. P. (2017). Representações maternas acerca do nascimento prematuro. *Revista da SBPH*, 20(1), 143-164. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582017000100009&lng=pt&tlng=pt (acessado em 18-dez-2018).
- Montagnini, H. M. L.; Malerbi, F.; Cedenho, A. P. (2012). Ovodoação: a questão do sigilo. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(2), 231-239. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000200009>
- Piccinini, C. A.; Gomes, A. G.; Moreira, L. E.; Lopes, R. S. (2004). Expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(3), 223-232. <http://hdl.handle.net/10183/19889>
- Plut, S.; Oliveira, J. F. (2013). Ovodoação: da carga genética à maternidade. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, 14(2), 535-551.
- Rebelo, S. P. T. M. (2015). *Representações maternas no segundo trimestre de gravidez* (dissertação de mestrado). ISPA – Instituto Universitário, Lisboa, Portugal. <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/4011>
- Sälevaara, M.; Punamäki, R.; Poikkeus, P.; Flykt, M.; Tulppala, M.; Tiitinen, A. (2016). Fear and experience of childbirth among women who conceived with donated oocytes: a prospective cohort study. *Acta Obstetrica et Gynecologica Scandinavica*, 95(7), 755-762. <https://doi.org/10.1111/aogs.12888>

- Santos, J.; Quayle, J. (2013). Ovodoação: Vivências das Doadoras de Óvulos em um Hospital Universitário. In: Straube, K. M.; Melamed, R. M. (ed.). *Temas Contemporâneos de Psicologia em Reprodução Assistida*, p. 137-146. São Paulo / Rio de Janeiro: Livre Expressão.
- Saridakis, D. P.; Torezan, J. M. D.; Andrade, G. (2004). Microhabitat preferences of six drosera (droseraceae) from Tibagi river basin, Paraná state, Brazil. *Brazilian Archives of Biology and Technology*, 47(4), 495-501. <https://doi.org/10.1590/S1516-89132004000400001>
- Stern, D. N. (1997). *A Constelação da Maternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Szejer, M. (2002). Uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento. In: Corrêa Filho, L.; Corrêa, M. E. G.; França, P. S. (org.). *Novos Olhares Sobre a Gestação e a Criança até os 3 anos: Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê*, p. 188-204. Brasília: L. G. E.
- Szejer, M.; Stewart, R. (1997). *Nove meses na vida da mulher*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*, 3ª ed. Porto Alegre: Bookman.
- Zimmerman, D. E. (2001). *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre: Artmed.

Recebido em 27 de abril de 2018

Aceito para publicação em 15 de janeiro de 2019

“MULHER OBJETO”: FEMINISMO E PSICANÁLISE

“OBJECT WOMAN”: FEMINISM AND PSYCHOANALYSIS

“MUJER OBJETO”: FEMENISMO Y PSICOANALISIS

Lúcia Alves Mees*

Maria Cristina Poli**

RESUMO

Neste artigo, propomos retomar as elaborações lacanianas em torno das fórmulas da sexuação, com vistas a ressituar o lugar de objeto que comporia o gozo feminino. A inscrição da fórmula do fantasma no quadro da sexuação ainda é sujeita a inúmeros debates e interpretações diversas. Proporemos nossa leitura, de modo a conduzir o debate para algumas expressões contemporâneas do feminino, notadamente no cinema e no movimento feminista. Tanto no filme quanto na política, destacamos as roupas como expressão da posição objetual feminina: no primeiro caso, como mostra daquilo que no fantasma recobre o objeto; no segundo, enquanto plataforma de intervenção sobre o corpo da mulher. Nosso objetivo, nos limites possíveis a um artigo, é o de repensar sobretudo a questão do “objeto a” na posição feminina, considerando que ele não coincide de todo com o que o desejo masculino propõe que ele seja. Sugerimos, assim, que o “objeto a”, na parte das fórmulas da sexuação que descreve a posição feminina, segue a nova lógica ali escrita: ele é “não-todo” efeito do desejo masculino no fantasma.

Palavras-chave: sexuação; psicanálise; fantasma; feminismo; objeto a.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

lucia.mees@gmail.com

** Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
mccpoli@gmail.com

A autora Lúcia Alves Mees é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A autora Maria Cristina Poli é bolsista de produtividade em pesquisa 2 do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

ABSTRACT

In this article, a proposal is made to reconsider the Lacanian elaborations around the formulae of sexuation, aiming at situating the place of object comprising the feminine jouissance. The inscription of the formula of the phantom in the sexuation diagram is still subject to many debates and various interpretations. Our take is designed so as to conduct the debate to some contemporary expressions of the feminine, mostly in the cinema and the feminist movement. Both in the movies and in politics, clothing is emphasized as an expression of the feminine objectal position: in the first case as an example of what in the phantom wraps the object; in the second, as a platform to intervene over the woman's body. Our focus, within the limits an article allows, is to reconsider particularly the question of the “object a” in the feminine stance, taking into account that it does not match fully what the masculine desire proposes it to be. Thus, we suggest that the “object a” in the part of the sexuation formulae that describes the feminine stance follows the new logic therein inscribed: it is “not-all” effect of the masculine desire in the phantom.

Keywords: sexuation; psychoanalysis; phantom; feminism; object a.

RESUMEN

En este artículo, es propuesto retomar las elaboraciones lacanianas alrededor de las fórmulas de sexuación, con vistas a resituar el lugar del objeto que compone el goce femenino. La inscripción de la fórmula del fantasma en el cuadro de la sexuación es sujeta, aún, a varias discusiones e interpretaciones. Propondremos nuestra lectura para conducir el debate para algunas expresiones contemporáneas del femenino, notadamente en el cine y en el movimiento feminista. Tanto en las películas cuanto en la política, destacamos las ropas como expresión de la posición objetal femenina: en el primer caso, como muestra de lo que en el fantasma recubre el objeto; en el segundo, en cuanto plataforma de intervención sobre el cuerpo de la mujer. Nuestro objetivo, en los límites posibles a un artículo, es el de repensar sobretudo la cuestión del “objeto a” en la posición femenina, considerando que no coincide completamente con lo que el deseo masculino propone que sea. Así, sugerimos que el “objeto a” en la parte de las fórmulas de sexuación que describe la posición femenina siga la nueva lógica acá escrita: él es “no-todo” efecto del deseo masculino en el fantasma.

Palabras clave: sexuación; psicoanálisis; fantasma; feminismo; objeto a.

Introdução

Desde o princípio da psicanálise, a feminilidade tem lugar fundamental nas indagações lançadas aos psicanalistas, assim como está associada à formulação de vários conceitos. Foi assim com Freud, e também com Lacan. Se as histéricas da virada do século XIX para o XX marcaram a ausência de um saber que desse conta de seus sintomas – o que levou Freud à descoberta do inconsciente – com Lacan, entre as décadas de 60 e 70, foram – além das analisantes – as feministas que participaram da retomada da pergunta sobre a feminilidade (Roudinesco, 1988). Lacan não coaduna com as opiniões das feministas, que buscam, via de regra, afirmar uma identidade propriamente feminina; entretanto, as escuta a ponto de formular uma particularidade feminina mediante a proposição de um gozo singular, suplementar. Diferentemente de uma identidade fechada, o psicanalista cerca o debate afirmando pela negação: “não há relação sexual”, “a mulher não existe”, quer dizer, não existe uma diferença sexual que se complementaria até formar um todo, e cada mulher existe apenas singularmente, sem um conjunto ou identidade que valha para todas.

O *Seminário 20, Mais, ainda* (Lacan, 1972-1973/1985) é de especial relevância para estas formulações e considerações sobre a feminilidade. Nesse *Seminário* estão as fórmulas (ou quadro) da sexuação, que constituem importante resposta ao problema tanto teórico quanto clínico das identidades sexuais ou sexuadas. Não se trata nessas fórmulas de escolha de objeto, tema caro a Freud; não se pode afirmar, portanto, se alguém é masculino ou feminino de acordo com o(a) parceiro(a) escolhido(a). Lacan desloca a questão relativa ao masculino e feminino para as posições de gozo, o que permite incluir também as parcerias homossexuais, por exemplo. Além disso, outro ponto fundamental dessa formulação psicanalítica é a demarcação de outro momento de virada no ensino de Lacan, qual seja, o da conceptualização da alteridade feminina, com uma especificidade que ela não possuía até então em sua teoria, e tampouco na psicanálise freudiana, na qual se baseavam suas formulações anteriores acerca da dialética fálica (Soler, 2005).

Hoje, novas indagações se somam às anteriores e, mais uma vez, a feminilidade e o feminismo têm posição fundamental para levar a revisitar o já produzido, na psicanálise e fora dela. Nessa revisão, incluem-se as perguntas se as fórmulas da sexuação ainda têm vigência para descrever a atualidade dos laços eróticos entre masculino e feminino, bem como se contemplam as críticas do feminismo atual à reificação das mulheres na posição objetal. Para debater estas questões, apresentaremos o *Quadro (ou fórmulas) da sexuação* proposto

por Lacan e utilizaremos um filme para ilustrá-lo, problematizando-as à luz de expressões culturais de cunho feminista.

Parte-se do pressuposto que o que hoje parece estar na ordem do dia do movimento feminista é o lugar de objeto atribuído ao feminino no jogo erótico. Isso diz respeito tanto à apropriação do corpo pelas mulheres – presente no bordão feminista “meu corpo, minhas regras” – quanto aos movimentos que buscam denunciar condutas masculinas abusivas. Em comum, há a referência repetida sobre as roupas das mulheres, interpretadas aqui como aquilo que o masculino *reveste* o feminino enquanto objeto causa de desejo: o *objeto a*.

O feminismo na atualidade

Na atualidade, o movimento feminista vem indagando justamente sobre a posição de objeto atribuída às mulheres. Se Lacan buscou responder àquilo que estava em pauta no movimento feminista da década de 60 e 70, hoje a questão lançada parece ser outra¹. Trata-se atualmente de tomar a experiência singular e o corpo como bandeira política. O “corpo plataforma” – o que afirma “meu corpo, minhas regras” – serve para aludir também às roupas, sobre as quais elas próprias querem decidir, não aceitando um sentido pressuposto ao desejo delas, por exemplo, o de que se estão com pouca roupa isso significaria uma oferta de si ou convite a qualquer tipo de abordagem erótica.

Se para a geração das mulheres dos anos 1960 a descoberta de que o “pessoal é político” marcou um novo universo de atuação política, hoje as minas descobrem que o “político é que é pessoal” e agem como sujeito, descrevendo e postando suas experiências, demandas e causas que, potencializadas pelas redes [sociais], tornam-se rapidamente comuns a todas as minas. O mesmo ocorre nas marchas feministas jovens onde o corpo e a experiência vivida são plataformas políticas importantes. (Hollanda, 2018)

Antes, podíamos identificar a indagação relativa ao falo e ao sujeito, ou seja, a questão da identidade sexuada, à pergunta sobre o que é ser uma mulher, ou mesmo a reivindicação de um lugar na cultura com voz ativa, quer dizer, com participação reconhecida na linguagem. Atualmente, a reivindicação dos movimentos sociais das mulheres diz respeito, pelo menos em parte, ao lugar de

objeto, ou seja, a afirmação que a posição de objeto que causa desejo passa necessariamente pelo desejo delas.

Recentemente, a discussão colocada entre as atrizes norte-americanas e francesas também dá mostra disso. Enquanto as primeiras denunciam os considerados abusos dos poderosos de Hollywood, as segundas defendem o valor do galanteio. O ano de 2018 começou com o protesto na premiação do *Globo de Ouro* do cinema americano. As mulheres vestiram preto para denunciar os assédios sofridos pelas atrizes de Hollywood, mobilização que veio na sequência de dezenas de acusações de estupro contra o poderoso produtor Harvey Weinstein. Dois dias depois desse protesto, uma carta redigida por mais de cem personalidades francesas – entre elas a atriz Catherine Deneuve, porta-voz do grupo –, publicada no jornal “Le Monde”, opôs-se ao movimento, defendendo a “liberdade de importunar dos homens”, tida por elas como “indispensável para a liberdade sexual”. O corpo/roupa enquanto plataforma política se fez presente e a polêmica aberta bem representa o debate atual em torno da questão da mulher-objeto: trata-se de se insurgir sobre o lugar de objeto quando ele é forçado, não consentido, ou a intenção é polícialisca, restritiva ao jogo da sedução?

Outro caso paradigmático do tipo de questão atual presente nas reivindicações femininas foi o ocorrido numa escola tradicional de Porto Alegre, há dois anos, intitulado “vai ter shortinho sim”². A escola, ao proibir às meninas o uso de shorts durante as aulas, recebeu um abaixo-assinado³ que ganhou notoriedade na mídia e nas redes sociais e que assim principiava: “Exigimos que a instituição deixe no passado o machismo, a objetificação e sexualização dos corpos das alunas; exigimos que deixe no passado a mentalidade de que cabe às mulheres a prevenção de assédios, abusos e estupros; exigimos que, ao invés de ditar o que as meninas podem vestir, ditem o respeito”. Tal como vários movimentos mundiais com o bordão “meu corpo, minhas regras”, as meninas do colégio gaúcho denunciaram a recorrente afirmação do lugar de objeto das mulheres, como se fosse algo dado e coubesse a elas evitá-lo: “regras de vestuário reforçam a ideia de que meninas têm que ‘se cobrir’ porque *garotos serão garotos*; reforçam a ideia de que assediar é da natureza do homem e que é responsabilidade das mulheres evitar esse tipo de humilhação; reforçam a ideia de que as roupas de uma mulher definem seu respeito próprio e seu valor”, escreveram elas no abaixo-assinado.

Para citar apenas mais um exemplo, pois o discurso se repete em diversas manifestações atuais, a escritora Cláudia Tajés (2018) declarou recentemente em sua coluna de jornal: “*Hashtag* fica a dica: foi-se a época de bater com o tacape na cabeça da garota para arrastá-la para a caverna. Ou de botar o olho na menina e mandar a guarda real sequestrá-la para seu uso e prazer. A regra é simples: a mu-

lher sempre tem que querer. Só isso.” Diferenciando paquera e assédio, a escritora resume nessa passagem o marco divisório entre um e outro: o desejo feminino.

Os três exemplos são uma pequena amostra do repetido assinalamento atual sobre o lugar da mulher em relação ao próprio desejo. Elas não querem mais *vestir* simplesmente o que o masculino dita, ou ao menos, não sob quaisquer circunstâncias. As jovens da referida escola querem escolher com o que adornar seus corpos. As atrizes do cinema americano, de outro lado, denunciaram os abusos do desejo masculino como abuso de poder e de violência, *vestindo* determinada cor para dizê-lo.

Trata-se nessas situações de retirar a naturalização da posição de *objeto* enquanto marca da feminilidade, afirmando que há algo nele que cabe àquela que o porta determinar. Assim como não há em nenhum dos movimentos de mulheres citados acima a afirmação categórica sobre o que elas desejam, apenas o assinalamento que não é necessariamente o que o parceiro propõe.

Neste sentido, é preciso considerar, em consonância com a referência proposta por Lacan sobre o gozo Outro – gozo feminino e *não-todo* fálico –, que a inscrição do *objeto a* neste situa algo de estritamente singular, impossível de ser subsumido pelas *vestimentas* – que constituem também marcas identitárias – que o desejo do outro lhe propõe. Como já afirmado em outro lugar: “O gozo Outro é, assim, o que mais nos aproxima da possibilidade da constituição de uma inscrição singular da enunciação que sendo sexuada dispensa o recurso às identidades sexuais.” (Poli, 2007, p. 58)

O que está em causa, portanto, é a descolagem das máscaras identitárias que estabelecem no jogo erótico o lugar de objeto para as mulheres e de sujeito de desejo para os homens, o que repete a tão combatida proposição freudiana da passividade feminina e atividade masculina.

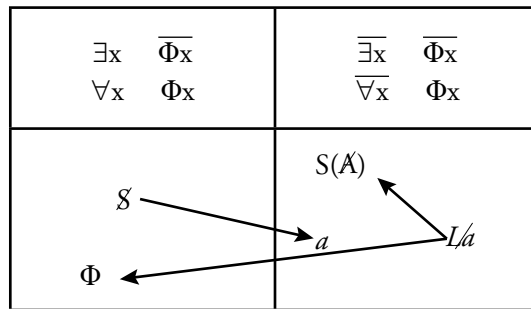
Lacan, na década de 70, propôs o famoso *Quadro da sexuação*, no qual se encontra inscrita sua fórmula do fantasma, posicionando o \mathcal{S} (sujeito do desejo) em direção ao *objeto a* (objeto causa do desejo). Nestas fórmulas, trata-se de outra forma de tomar as diferenças sexuais, dispensando as referências identitárias, sejam elas pautadas pela anatomia ou pelo desempenho de papéis sociais. Para o psicanalista, são posições de gozo que inscrevem uma diferença fundamental no campo sexual e que Lacan designa como “lado homem” e “lado mulher”.

Permanece, contudo, nestas fórmulas a inscrição do \mathcal{S} do lado homem (gozo fálico) e o *objeto a* do lado mulher (gozo *não-todo* fálico). Estariam afirmadas aí posições reificadas no jogo erótico, tão criticadas atualmente pelas feministas, ou tratar-se-ia de outra forma de concebê-las, podendo se depreender do quadro modos de subversão a partir da psicanálise? É o que examinaremos a seguir.

As fórmulas quânticas da sexuação

O quadro das sexuações (Quadro 1) busca escrever duas formas de gozo, como já mencionado, apresentadas no seminário *Mais, ainda* (Lacan, 1972-1973/1985), depois de Lacan cercar o tema nos seminários anteriores. Trata-se do gozo fálico, inscrito no lado masculino, e o gozo Outro, *não-todo*, feminino, representado do lado direito das fórmulas, o que denota uma formulação inédita na psicanálise.

Quadro 1



Fonte: Lacan (1972-1973/1985, p. 105)

Na parte superior, dividida em dois grupos, temos propriamente as fórmulas da sexuação: duas para o campo masculino e duas para o campo feminino. Os símbolos das fórmulas, os quantificadores, estão presentes tanto na matemática quanto na lógica modal. Lacan, no seminário *O ato analítico* (Lacan, 1967-1968/2001), também trabalha a lógica dos quantificadores que retornará no seminário *Mais, ainda* e, antes deste, no seminário *Ou pior* (Lacan, 1971-1972/2012) e em *O aturdido* (Lacan, 1972/2003).

O 'A' invertido é o quantificador universal e se lê "para todo", indicando o que vale para todo elemento. O 'E' ao contrário é chamado quantificador existencial e significa "existe um", "existe ao menos um" ou simplesmente "existe". Indica algo que se aplica não a todos os elementos, mas ao menos a um deles. Do lado masculino, Lacan escreveu: "todo *x phi* de *x*", quer dizer, a todo elemento desse conjunto se aplica a função Φ_x , ou, dito de outra forma: todo elemento do conjunto masculino é concernido pela função fálica. Abaixo, à esquerda, lê-se "existe um *x não phi* de *x*", ou seja, existe ao menos um elemento desse conjunto para o qual essa função não se aplica; existe ao menos um que escapa à função fálica.

Quer dizer, do lado da sexuação masculina, o *ao-menos-um* que escapa à castração define a exceção que faz existir a regra de que *todo x é função de x*, ou seja, que o masculino é *todo* na função fálica. Como diz Lacan (1972-1973/1985): “O todo repousa, portanto, aqui, na exceção colocada” (p. 107) e também que “é a partir desse *existe um*, é com referência a essa exceção, que todos os outros podem funcionar” (Lacan, 1971-1972/2012, p. 35). Detalhadamente, $\forall x \Phi x$ indica que é pela função fálica que o homem como todo faz sua inscrição, exceto que essa função encontra seu limite na existência de um x pelo qual a função Φx é negada. Marc Darmon (1994) esclarece que a castração é a lei universal: $\forall x \Phi x$ (para todo x , x é castrado) e que existe ao menos um x que escapa a ela, precisamente aquele que a aplica a todos: o Pai simbólico.

A lógica inscrita no campo masculino, logo, é a do Um, do universo constituído a partir da exceção e que especifica o conjunto ou classe que, aos moldes do zoólogo, determina uma classe animal de acordo com o traço diferencial específico e que, portanto, não pode faltar para pertencer àquele grupo. A classe forma o Um, agrupamento que reúne os que compartilham o traço em comum a todos, destacado a partir da comparação com a ausência desse traço. A lógica fálica do Um constitui um universal, conjunto fechado, no qual todos estão referidos ao pai simbólico e ao falo do mesmo registro daí decorrente.

Em termos edípicos⁴, a exceção alude ao tempo do pai severo, privador e dono de todos os bens, o *pai do sexo* ou *falóforo* (Pommier, 1992), promovendo a passagem da angústia e impotência diante de um pai todo-poderoso para a potência sexual, devido à identificação com o possuidor do falo. Até aí nenhuma especificidade feminina ou masculina se pôs na constituição do sujeito, e será na relação com essa instância do pai *falóforo*, possuidor do falo, que uma escolha determinada da sexuação se dará. Antes disso, tanto o menino quanto a menina estavam igualmente falicizados e incestuosamente ligados ao desejo da mãe. O caminho feminino será o do reconhecimento do amor por esse pai severo, mas salvador da ligação mortífera com o desejo materno. A alternativa masculina será o da identificação com o pai *falóforo*, escapando da violência paterna e da feminilização implicada em tal submissão. Nesse momento, a identidade masculina encontra sua eficácia, uma espécie de certeza sobre sua identidade sexual que atrairá o sujeito masculino a aí se situar. Assim, a identidade masculina fica respondida pela identificação com o pai violento, e, eventualmente, precisando submeter o feminino, de modo que seja esse outro, e não ele, a ser feminilizado (Mees, 2001). Porém, essa identidade sexual não responde ao masculino sobre sua condição subjetiva, simbólica. Essa posição subjetiva e singular será dada por seu nome, pela transmissão de um traço paterno, a partir do qual se fundará

como único. O terceiro tempo edípico proposto por Lacan (1957-1958/1999) descreve tal passagem: o falo não se encarna mais no pai, instaurando-se enquanto instância simbólica. Não havendo mais o pai possuidor absoluto do falo, será uma nomeação, um traço identificatório que ele transmitirá a sua descendência. Aqui será a instância do *pai simbólico* ou *pai de nome* que se colocará. *Fazer valer o nome* em seus atos será a *atividade* a que se lançará o sujeito masculino. Em um tipo de heroísmo cotidiano, buscarão honrar o nome a partir de cada ação, pois atuar será uma forma de assinar, de ser sujeito de seu ato, portanto, uma maneira de metaforizar o nome próprio.

Na verdade, o que há de potencial em sua [do nome] transmissão é a simbolização do falo, no sentido da prescrição da violência maléfica trazida por sua [do pai] potência. A parcela despedaçadora ou perversa do gozo é estancada pelo nome. Ele não pactua, pois, e aspira a dispensar de qualquer totem, de qualquer imagem, de qualquer velo de ouro. (Pommier, 1992, p. 78)

Já no lado feminino, não existe ninguém que escape à castração ($\exists x \overline{\Phi x}$), o que conduz – na ausência de uma exceção – a que elas sejam *não-todas* na função fálica ($\overline{\forall x \Phi x}$). A fórmula indica que, sendo *não-toda* na função fálica, não existe no feminino alguém que escape a ela: não há exceção fundadora; portanto, o conjunto feminino não constitui uma classe, mesmo que seja constituído por elementos singulares e contáveis. Se não há traço comum que as especifique, a primeira consequência é que não há uma categoria fechada feminina. Como o artigo não pode se aplicar, Lacan escreve \bar{A} mulher. Isso deixa \bar{A} mulher sem classe à qual pertencer, sem traço distintivo que garantiria sua identidade feminina.

[...] não-todo, isto quer dizer que quando um ser falante qualquer que se alinha sob a bandeira das mulheres, isto se dá a partir de que ele se funda por ser não-todo a se situar na função fálica [...] Não há A mulher, artigo definido para designar o universal. Não há A mulher pois [...] por sua essência ela é não-toda. (Lacan, 1972-1973/1985, p. 98)

As fórmulas da sexuação são, assim, dentre outros aspectos, a escrita da relação do masculino com o falo e de sua submissão a ele, visto que é condição que tenham a marca do Outro não castrado e de sua morte para, assim, operar a castração e inscrição significante. Com o feminino, não há *todo*, apenas o uma

a uma, sem uma classe que afirme o que é ser mulher. E, como não há exceção, as mulheres estão “não-todas” submetidas à função fálica, dado que não existe o conjunto das mulheres. O pai terrível da mitologia masculina não se inscreve na sexuação feminina, posto que todos são castrados. O feminino não se identifica com o pai *falóforo*, como referido antes, e sua escolha é a do amor por ele. Logo, a instância do pai *falóforo* não se inscreve no feminino por identificação, nada se incorpora, nem como identidade sexual, nem subjetiva, pois o feminino não possui a tarefa de “fazer o nome”. Na medida em que o nome transmitido pelo pai simbólico vem contrabalançar a feminilização implicada na relação ao pai *falóforo*, se o feminino assumisse o nome teria sua pertença sexual questionada, visto que, em relação à eleição da sexuação, o nome serve para fazer frente à feminilização.

A sexuação masculina, portanto, se caracteriza por ser, via simbolização do falo, uma defesa da feminilização inerente à sujeição ao pai *falóforo*. A posição feminina, mesmo que afetada pelo nome, não supõe “fazer o nome”. A nominação relativa ao masculino é a mesma inscrita no gozo fálico, o da linguagem, no qual o nome se inscreve e exige honrar tal inscrição. No feminino o gozo *não-todo* supõe um não ao nome, designando um fora da linguagem, para além do fálico. Ora linguagem, ora não nominação.

As fórmulas da sexuação permitem, portanto, o estabelecimento de diferenças entre o masculino e o feminino por meio dos gozos de cada uma destas posições. Elas inscrevem duas modalidades de relação com a função fálica, na medida em que, em razão da linguagem, ela é relativa à castração. Assim, não é por ser homem que alguém está na função fálica, mas, diferentemente disso, é pelo fato de um x indeterminado situar-se todo na função fálica que podemos chamá-lo de homem (Soler, 2005). O feminino, *não-todo*, da mesma forma, inscreve-se por efeito numa sexuação e, portanto, independente de sua anatomia. Trata-se de uma posição lógica que acarretará *a posteriori* determinada posição sexuada que também pode guardar certa plasticidade. Conforme propõe Quinet:

O macho humano XY também pode se situar como objeto causa de desejo além de sujeito e ocupar o lugar de A mulher que não existe atraído pela posição fálica da parceira ou do parceiro. Essa posição não-toda faz com que o sujeito aí se divida entre o falo (buscado no parceiro sexual) e sua solidão. Assim, o mesmo sujeito, independente do destino que sua anatomia impõe, pode se deslocar e transpassar o outro lado indo para o não universo do não-todo fálico. Na vida sexual, essas posições são plásticas, tendo cada uma suas preferências e fixações na cama ou fora dela. (Quinet, 2018, p. 21)

Na parte inferior do quadro da sexuação, no lado esquerdo, masculino, vê-se o sujeito barrado, porque marcado pela castração, assim como o significante fálico, Φ , inscrito como uma função, ou seja, o acesso ao significante fálico necessita da castração simbólica para que se escreva sob a forma da função Φx (Darmon, 1994). No campo feminino, vê-se o *objeto a*, causa de desejo; o significante da falta do Outro $S(A)$ e L/A , a mulher barrada, indicando a sua duplicidade em relação ao gozo – gozo fálico, por um lado, mas também gozo Outro, mais além do falo. O Φ e o $S(A)$ são outra forma de assinalar os diferentes gozos masculino e feminino. Como Lacan (1975-1976/2007) alertou, a dimensão da falta na linguagem e a falta que inscreve a castração não se confundem. $S(A)$ indica que há um significante que falta no Outro, posto que a linguagem é marcada por uma falta primordial; enquanto o falo Φ designa a falta específica, a que concerne à castração.

As posições de gozo todo fálico e *não-todo* fálico se definem a partir da função fálica, que é consequência da castração. Assim, $S(A)$ não designa o referente em relação ao qual os sujeitos definem suas posições de gozo, não se equivalendo, portanto, com o falo. Afinal, o $S(A)$ não funda uma sexuação que o levaria a ser a “outra metade” do masculino, não dirimindo a “inexistência da mulher” e seu correlato: “A relação sexual não existe” (Lacan, 1972-1973/2010). O significante da falta do Outro é pura ausência de nominação, referindo àquilo que é silêncio no feminino e que remete ao gozo Outro, além do fálico. De outro lado, o falo simbólico é, para o masculino, uma nominação, uma “versão” da falta genérica da linguagem.

O quadro da sexuação escreve, ainda, a relação ao Outro sexo, o que leva a considerar o que se inscreve em cada um a partir do laço com o outro lado do quadro das fórmulas. Ou, mais precisamente, a parte superior do quadro da sexuação diz respeito às posições do gozo, nas quais os sujeitos se inscrevem e que demonstram a inexistência da relação (*rapport*) sexual. Já a parte inferior descreve a relação (*relation*) sexual stricto sensu, o encontro sexual entre os seres da fala (Soler, 2005).

“Não há relação sexual”

No quadro da sexuação, além dos já descritos campos de cada uma das sexuações, duas flechas furam a barra de separação entre os dois terrenos do masculino e feminino, barra essa que separa as sexuações, de modo que o encontro seja marcado por uma impossibilidade – aquela da relação sexual que não existe –, ao mesmo tempo em que revela alguns modos possíveis de encontro. Não existe

a sonhada complementaridade dos diferentes que formariam o todo. As fórmulas escrevem a indelével separação entre ambos. Habitando universos diferentes, masculino e feminino podem se tocar, porém, em dois pontos: com o masculino através da flecha que liga o sujeito barrado, de seu lado, ao objeto causa de desejo, no lado feminino; com o feminino, a seta que fura o intransponível dos campos é aquela que parte da inexistência da mulher completa, a mulher barrada ($\text{I}\overline{\text{A}}$), para o falo simbólico do lado masculino (além da flecha que permanece em seu campo, a que a relaciona com o $\text{S}(\text{A})$, significante da falta do Outro).

Vertente feminina, aquela que é não-toda, $\text{I}\overline{\text{A}}$, está dividida em seu desejo, bem como em seu gozo. Visa o falo como atributo de seu parceiro, mas a outra direção de seu desejo se orienta em direção ao $\text{S}(\text{A})$, que pode ser lido aqui como a ausência de que ela goza (Millot, 1989, p. 78).

A flecha do feminino para o masculino se refere à busca – já formulada por Freud – do feminino pelo falo. Observe-se que o falo escrito é o simbólico, marcado pela *função*, efeito da castração, aquele que reporta o laço de um sujeito à transmissão de um significante que dê conta de um lugar, de um nome, de uma inscrição fálica, portanto. Quer dizer, a seta liga o feminino ao masculino sob a condição do sujeito desse campo se relacionar com a castração, com a condição de portar o significante que o constitui, mas que também o liga com a ausência de significado, com o nada mais ser senão esse traço que ele carrega e do qual se torna transmissor. No lado do feminino, o furo na barra supõe para ela a posição de alguém às voltas com sua falta e a do Outro, com a inconsistência de um lugar, com a falta de um significante que a represente, condição para que busque no masculino algo do significante que ele porta (Mees, 2013).

Na relação que escreve a fórmula do fantasma⁵, de \mathcal{G} do masculino ao *objeto a* do lado feminino, outras condições se colocam, considerando que o fantasma é a versão que cada um constrói a partir do desejo do Outro, constituindo uma “janela para o real” (Lacan, 1967/2003), como uma moldura que dá enquadre ao irrepresentável do real e do irrespondível sobre o desejo do Outro. Na trama fantasmática está a relação do sujeito com o objeto que causa seu desejo e ali compõe uma cena de linguagem, a partir da qual interpreta o mundo e sua “realidade”. Pois o sujeito na linguagem é dividido (\mathcal{G}), determinado pelos significantes do Outro, e, no que se refere ao gozo do corpo, ele se reduz a um objeto parcial para o desejo do Outro.

[...] Desse homem que eu inscrevi aqui com ξ e com esse Φ que o sustenta como significante [...] justamente esse significante do qual não há significado que, quanto ao sentido, simboliza seu fracasso [...] E esse ξ só tem de lidar, enquanto parceiro, com o a inscrito como tal, do outro lado da barra. Só lhe é dado alcançar esse parceiro que é o Outro, com maiúscula, por intermédio disso: que ele é a causa de seu desejo. (Lacan, 1972-1973/2010, p. 169)

Logo, o fantasma põe em cena o sujeito desejante determinado pelos significantes e sustentado por suas identificações simbólicas, bem como o objeto que ele supõe ter sido para o Outro e que diria do objeto causa de desejo do Outro. “A fantasia é o quadro que o sujeito pinta para responder ao enigma do desejo do Outro; é sua forma de tapar cenicamente o furo do Outro ($S(A)$) que lhe retorna como castração ($-\phi$) [...] ela tem, simultaneamente, a função de instância protetora e função de sustentáculo do desejo do sujeito”. (Quinet, 2009, p. 159)

No quadro da sexualização, as duas posições do fantasma se distribuem entre o masculino e o feminino. O masculino, afetado e tributário do significante, desencontra-se do corpo que se emprestaria ao gozo; e o feminino, carente do significante que diria de si, oferta seu corpo à designação do outro enquanto objeto causa de desejo. O fantasma é o que permite abordar essas duas vertentes do inconsciente: a da decifração do desejo e a do gozo a ser experimentado no corpo afetado pelo significante.

Ou ainda, podemos dizer que o masculino “veste” o feminino com o objeto que ele supõe ser para o Outro, que causa seu desejo. Portanto, não é o corpo feminino enquanto tal que interessa, mas esse *objeto a*, o objeto de sua fantasia, que ele lhe faz portar. Tal *roupagem*, em parte do movimento feminista atual, transfigura-se na roupa trajada pela mulher, sendo essa vestimenta foco de debate atual, como situamos anteriormente.

Com a ajuda de um filme recente de título sugestivo – “A trama fantasma” –, vamos desdobrar um pouco mais os fios desse enredo que compõe a trama da fantasia e as aberturas possíveis que a psicanálise inscreve nos modos de lidar com os lugares de sujeito e objeto no jogo erótico.

A trama do fantasma

O filme “Trama fantasma” (“Phantom thread”, direção de Paul Thomas Anderson, 2017) é precioso na apresentação da questão da posição de objeto que

move o erotismo de um casal. A película destaca e explicita a vestimenta como objeto de ligação no laço entre um homem e uma mulher. É narrada a história de um estilista renomado na Inglaterra dos anos 50, habituado a vestir aristocratas, milionárias e princesas. Reynolds Woodcock (Daniel Day-Lewis) é o estilista de moda e Alma (Vicky Krieps) é a garçonete que se tornará sua parceira. Eles se encontram na lanchonete na qual ela trabalha e ele está de passagem a caminho de sua casa de campo. A jovem o arrebatada e o inspira a criar novos vestidos com tecidos guardados à espera da musa. Eles ficam juntos, ele a veste, ela se deixa vestir, dizendo que se encanta com seu próprio corpo a partir daquilo que ele cria para ela. E, se antes ela se via sem atrativos e desinteressante, ela agora não se olha mais do mesmo modo.⁶

Alma, desde o primeiro momento, é quem alimenta Reynolds; ela o serve como garçonete, inicialmente, e depois fará seus jantares, até servir-lhe cogumelos venenosos, por fim. Como aconteceu com a mulher que veio antes dela – e, podemos supor, com todas até então –, ele a leva para sua casa, mas começa a se incomodar com seus sons, com sua vontade de falar, com seus ruídos à mesa. Ameaça dispensá-la e ela, desnudando sua fragilidade, o transforma em doente e dependente, envenenando-o só até o limite de sua força e prepotência. Dá-lhe de comer o que o adoce e o deixa fraco, posição infantil que remete ao desamparo – referência à falecida mãe de Woodcock, presença marcante e da qual ele afirma sentir muita falta.

A *trama* anunciada no título é também a de tecido – fio ou linha –, o que costura as partes, como o *fantasma* o faz. Woodcock veste Alma com o objeto de seu fantasma, e ela aceita portar o objeto para buscar se tornar aquilo que ele deseja. Se o desejo dele vacila, entretanto, ou se ele a humilha, como passa a fazer, é ela quem passa a subjugá-lo, transformando-o em objeto-filho e reconquistando o desejo dele. Assim, eles tecem a trama fantasmática que os une e os separa. Encenam, com isso, a inversão dos lugares relativos ao sujeito e ao objeto do fantasma, um e outro vindo a ocupar o lugar de objeto que causa o desejo.

Diferentemente da posição feminista atual, o filme apresenta a repetição dos mesmos lugares, mesmo que se invertam. A personagem feminina, ao se insurgir contra o que lhe é oferecido, almeja que seja ela a recobrir Woodcock, agora com o lugar de filho. O estilista passa a ser seu objeto, a ser nutrido/envenenado, conferindo a ela o poder de deixá-lo existir ou não. Logo, eles permutam os lugares, todavia a estrutura é a mesma.

No que se refere ao feminino, retomando o que desenvolvemos anteriormente, o quadro da sexuação permite situar três grandes questões: o laço daquele que posiciona seu gozo com o falo, com a falta no Outro e com o objeto. É a

partir deste, o *objeto a*, que nos deteremos agora, a fim de indagar seu estatuto para o feminino.

Frequentemente, tal objeto é situado apenas como efeito do sujeito masculino, pois, apesar de estar situado no lado feminino, tratar-se-ia do objeto, segundo Soler (2005), da fantasia do homem, que ela desconhece e não pode conter. Por consequência, o objeto nada poderia revelar acerca de uma especificidade do feminino, mas tão somente a fantasia do seu parceiro. Desse modo, o *objeto a* do lado feminino do quadro só teria existência a partir do masculino. Como se fosse inerente ao feminino ser *vestida* pelo desejo masculino, e exclusivamente isso. No filme descrito, a personagem Alma, trazendo atualidade à trama dos anos 50, denuncia a degradação implicada em tal exclusividade, ou, mais que isso, que sua aceitação em se deixar vestir obedecia à condição da oferta de um olhar recheado de valor, aspecto que retomaremos na conclusão deste texto.

Interessante ainda notar que essa interpretação corrente considera que a flecha que parte do masculino é que faria existir o *objeto a*. A seta que parte do lado feminino para o masculino, em direção ao falo simbólico, entretanto, é lida como uma busca, porém sem que sua existência dependa do feminino. Então, será que essa leitura é análoga à inexistência da mulher, afirmando que a ausência de um significante que forme classe para o feminino se estende também à questão do *objeto a*? Pois, se o escrito em cada campo é considerado como próprio daquela sexuação específica e as flechas indicam os modos parciais de encontro entre as duas, o que tornaria diferente a lógica de leitura do falo simbólico no lado masculino e o *objeto a* no feminino?

Cumpramos considerar que, se o falo simbólico do masculino tem existência em seu campo próprio, a flecha que lhe chega do feminino indica que ele tem função de causa no feminino a ponto de estabelecer um laço ($L\acute{a} \rightarrow \Phi$). Assim, propomos utilizar a mesma lógica interpretativa empregada no quadro da sexuação para ambas as partes, o que significaria afirmar que o *objeto a* se inscreve no campo feminino e é também, e de outro lado, causa do desejo masculino ($\mathcal{G} \rightarrow a$). O *objeto a* no campo feminino do quadro da sexuação precisaria, portanto, ser lido como associado aos outros termos ali constantes, o $S(A)$ e o $L\acute{a}$, ou seja, sem qualquer possibilidade de nominação, na medida em que eles marcam a falta de um significante, bem como uma inexistência. Isso conduz a uma leitura diversa daquela que supõe exclusivamente que o *objeto a* do quadro diz respeito a sua dimensão imaginária, ou seja, aquela que supõe um recorte do corpo da parceira (voz, olhar, seios, etc.), como afirma Soler (2005). Nesse sentido, propomos considerar a dimensão real do *objeto a*, faltante, causa do desejo, que suscita o desejo sem designar um objeto de satisfação a ele. Esta consideração permite uma

abertura em relação à posição de objeto delegada às mulheres que faz eco ao movimento feminista na atualidade.

Para concluir

No campo da psicanálise e a partir do quadro da sexuação, cabe voltar a indagar sobre o *objeto a* no lado feminino, abrindo-se daí duas reflexões: a primeira, que diferencia o jogo fantasmático do assédio ou abuso sexual; e a segunda, que pondera sobre o *objeto a* no campo feminino da sexuação.

Como já mencionamos, a fórmula do fantasma situa o sujeito barrado no lado masculino e o *objeto a* no campo feminino, demonstrando as condições para a constituição do laço fantasmático: para o feminino ser *objeto* é condição de que o masculino se coloque na posição de sujeito barrado, referente ao falo simbólico. Quer dizer, sem a violência e anonimato do falo imaginário da identificação com o pai *falóforo*. Aqui fica ressaltado que o sujeito masculino que “veste” o feminino com seu objeto é castrado e, nesse sentido, não violento, na medida em que o significante o dividiu e o nomeou, levando a que seus atos sejam simbólicos, e não reais, como a violência supõe. Ou, dito de outra forma, que o feminino pode vir a acolher a posição de *objeto* sob algumas condições: se, antes de tudo, o masculino dedicar palavras que ofereçam algum sentido à relação, visto que, para que um sujeito se situe diante do outro enquanto ser sexuado, é preciso que haja a entrada do significante fálico, de modo que a dimensão da falta seja especificada no âmbito sexual.

Para estabelecer o *sentido* sexual de $S(\mathcal{A})$ – elemento necessariamente associado ao *objeto a* no campo feminino do quadro da sexuação –, o falo é indispensável, nominando a dimensão genérica da falta. Esse é o *sentido* que a proposta masculina ao feminino pode ganhar e servir de convite à posição de *objeto a*. O feminino, carente de nomeação, pode aceitar *vestir* a posição de quem recebe uma definição fantasmática, ofertando seu corpo em troca de palavras. Que haja certa troca já requer que ambos estejam implicados no laço, mesmo que de modos radicalmente diferentes. O jogo fantasmático, portanto, pressupõe parcialidade, a do falo devido ao nome que ele porta, e a do *objeto a*, recorte do corpo que convoca o desejo, sem capturá-lo.

Como já indicado, Lacan, com as fórmulas da sexuação, buscou também escrever uma outra lógica, diferente da lógica fálica do Um, a lógica para além do falo, a do não quantificável, não nominável, com parte fora do simbólico e, portanto, ligada ao registro do real. Isso se explicita pela seta de ligação, dentro

do campo feminino, em direção ao $S(A)$, indicando sua duplicidade em relação ao gozo – gozo fálico, por um lado, quando ligada ao campo masculino, mas também gozo Outro, além do falo [$L\acute{a} \rightarrow S(A)$]. O $S(A)$ designa o ponto de relação com o gozo Outro e, dividida entre o significante do falo e a falta do grande Outro, o parceiro para o feminino não é o *objeto a*. O parceiro é, nesse caso, ofertador de significantes, mas ela também está em relação à ausência desses, ligada à falta e ao gozo que se produz daí. O sujeito masculino, por sua vez, visa ao Outro com seu desejo; porém, lhe é dado alcançar o *objeto a*, visto que o gozo sexual lhe impõe essa restrição. O *objeto a* é o recorte imaginário que o masculino efetua para dar existência a esse Outro, por meio do corpo feminino, “vestindo-a” com o objeto. Que assim o seja para o masculino, entretanto, não responde o que o *objeto a* é para o campo feminino, considerando que ele não é exclusivamente o que deseja o masculino, como o feminismo atual bem explicita. Pois, se aplicarmos a lógica indicada por Lacan também a esse ponto do quadro da sexuação, o estatuto do *objeto a* ganha outra interpretação: no lado feminino há a presença do real.

O *objeto a* que se escreve no campo feminino poderia assim se diferenciar do objeto imaginário masculino, indicando um estatuto próprio. Ou seja, pressuporia que o objeto na parte feminina do quadro da sexuação seja efeito do significante da falta do Outro, quer dizer, associado ao *objeto a* da travessia do fantasma: sem consistência e presente no feminino enquanto *disponibilidade* à proposta masculina. A disponibilidade, contudo, não significa que ela se relacione com o objeto exclusivamente a partir do que o fantasma masculino lhe propõe. Ela o faz no laço com o masculino, deixando ter parte de seu corpo apreendida pelo sujeito, em nome do significante que ele porta, mas *não-toda*. Isso supõe desejo de seu lado (ou consentimento, se quisermos usar a terminologia dos movimentos feministas), mesmo que não haja saber ou determinação imaginária do *objeto a*. Ela não sabe de seu *objeto a*, ele não tem “vestimenta” imaginária, o que o coloca em outra relação com o desejo, agora intransitivo, sem objeto configurável ou nominável, mas existente enquanto causa.

“A mulher não existe”, mas o mesmo não pode ser dito sobre seu desejo. Falta ao feminino o significante que formaria a classe das mulheres; porém, no que tange ao desejo, há o radicalmente singular, o uma a uma de cada mulher. Os movimentos feministas atuais parecem afirmar algo disso: não se trata de pretender ditar qual é o *objeto a* (o que só promoveria a inversão dos lugares no fantasma, como no filme citado), mas sim fazer lembrar que ele não é nominável no campo feminino, ele é *não-todo* efeito da proposta masculina.

Referências

- Anderson, P. T. (Director) (2017). *Phantom Thread* (DVD). EUA: Universal.
- Cossi, R. K.; Dunker, C. I. L. (2017). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (33). <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3344>
- Darmon, M. (1994). *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ferro, M. (2018). Para tentar resolver impasse do uniforme, Santo Inácio sugere que meninas usem bermuda masculina. In: *O Globo*, 09/03/2018. <https://oglobo.globo.com/rio/para-tentar-resolver-impasse-do-uniforme-santo-inacio-sugere-que-meninas-usem-bermuda-masculina-22473383>
- Hollanda, H. B. (2018). “O papel do homem no feminismo é se desconstruir”, diz Heloisa Buarque de Hollanda. In: *GaúchaZH*, 05/04/2018. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/04/o-papel-do-homem-no-feminismo-e-se-desconstruir-diz-heloisa-buarque-de-hollanda-cjfmrlsv06s101ph9zj5prbs.html>
- Iraheta, D. (2014). Alunos do Colégio Pedro II fazem ‘saiaco’ em apoio a estudante transgênero proibida de usar saia na escola do Rio. In: *HuffPost Brasil*, 10/09/2014. https://www.huffpostbrasil.com/2014/09/10/alunos-do-colegio-pedro-ii-fazem-saiaco-em-apoio-a-estudante-t_a_21679182/
- Lacan, J. (1957-1958/1999). *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (1964/2003). Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein. In: *Outros Escritos*, p. 198-205. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1964).
- Lacan, J. (1967/2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: *Outros Escritos*, p. 248-264. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1967).
- Lacan, J. (1967-1968/2001). *O ato analítico*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Edição não comercial. (Original publicado em 1967-1968).
- Lacan, J. (1971-1972/2012). *O Seminário, livro 19: ... ou pior*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1971-1972).
- Lacan, J. (1972/2003). O aturdido. In: *Outros Escritos*, p. 448-497. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1972).
- Lacan, J. (1972-1973/1985). *O Seminário, livro 20: Mais, ainda* Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1972-1973).
- Lacan, J. (1972-1973/2010). *Encore*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana (edição não comercial). (Original publicado em 1972-1973).
- Lacan, J. (1975-1976/2007). *O Seminário, livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1975-1976).
- Mees, L. (2001). *Abuso sexual: trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

- Mees, L. (2013). Existências entre masculino e feminino. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (44), 72-80.
- Millot, C. (1989). *Nobodaddy: a histeria no século*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Poli, M. C. (2007). *Feminino/Masculino: a diferença sexual em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Pommier, G. (1992). *A ordem sexual: perversão, desejo e gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Quinet, A. (2009). *A estranheza da psicanálise: a Escola de Lacan e seus analistas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Quinet, A. (2018). A psicanálise na era trans. *Stylus Revista de Psicanálise*, (35), 13-22. <https://doi.org/10.31683/stylus.v0i35.191>
- Roudinesco, E. (1988). *História da Psicanálise na França: A Batalha dos Cem Anos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Soler, C. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Tajes, C. (2018). Até o homem mais primitivo pode ser sensível. In: *GaúchaZH – Revista Donna*, 03/03/2018. <http://revistadonna.clicrbs.com.br/coluna/claudia-tajes-ate-o-homem-mais-primitivo-pode-ser-sensivel-claudia-tajes/>
- Tyszler, J.-J. (2014). *O Fantasma na clínica psicanalítica*. Recife: Ed. da Association Lacanienne Internationale.

Notas

- ¹ Conforme afirmam Cossi & Dunker (2017, p. 1): “Ao criticar o biologismo naturalizante de Freud e valorizar a dimensão da linguagem inerente aos processos simbólicos de subjetivação e de sexualização, Lacan recolocou a psicanálise no debate, emergente nos anos 1970, sobre o caráter ético-político das identidades, dos discursos e das práticas sexuais”. Apesar desse assinalamento, é muito difícil encontrar autores que se dediquem a indicar o impacto do movimento feminista nas formulações psicanalíticas, enquanto o contrário – a reação das feministas às formulações da psicanálise – é bem mais habitual e, diríamos até, hegemônico.
- ² Recentemente, meninas de outra escola, desta vez no Rio de Janeiro, fizeram uma manifestação semelhante (reportagem de Maurício Ferro, em abril de 2018). E, antes disso, também no Rio, o vestuário escolar também foi pauta de protesto, dessa vez em apoio a estudante transgênero (reportagem de Diego Iraheta, em setembro de 2014).
- ³ Leia mais em: <https://www.change.org/p/col%C3%A9gio-anchieta-vai-ter-shortinho-sim>
- ⁴ O *quadro da sexuação* busca ir além do Complexo de Édipo freudiano, tanto por substituir a novela pela lógica, esvaziando seus aspectos imaginários, como ao inscrever o não-todo fálico. Porém, principalmente, nas considerações sobre o masculino, que Freud descreveu tão bem, as referências edípicas são fundamentais para a compreensão do *Quadro*, além de situar as formulações psicanalíticas anteriores a ele.

⁵ O termo fantasma como tradução do francês *fantasme* é preferido aqui porque inclui acepções mais abrangentes para o termo freudiano de “fantasia”. Este está sobrecarregado da noção de imaginação e devaneio, enquanto que o aquele, consagrado nas traduções do francês (Tyszler, 2014), retrata melhor a especificidade do conceito em questão e que será mais bem trabalhado adiante. Em algumas citações de autores consta a palavra fantasia na mesma acepção de fantasma, revelando que não há unanimidade terminológica entre os lacanianos, mas sim conceitual.

⁶ Sobre essa dinâmica do olhar e da veste do objeto, remetemos o leitor ao texto de Lacan sobre o romance *Le Ravissement de Lol V. Stein*, de Marguerite Duras, onde se lê: “Não bastaria isso para reconhecermos o que aconteceu com Lol, e que revela o que acontece com o amor, ou seja, com essa imagem, imagem de si de que o outro reveste você e que a veste, e que, quando desta é desinvestida, a deixa?” (Lacan, 1964/2003, p. 201)

Recebido em 15 de maio de 2018

Aceito para publicação em 06 de agosto de 2018

REPERCUSSÕES DE DESENCONTROS E
AMBIENTE FAMILIAR NA RELAÇÃO MÃE-BEBÊ:
EXPERIENCIANDO O MÉTODO BICK DE OBSERVAÇÃO

*REPERCUSSIONS OF MISMATCHES AND FAMILY
ENVIRONMENT IN THE MOTHER-BABY RELATIONSHIP:
EXPERIENCING THE BICK OBSERVATION METHOD*

*REPERCUSIONES DE DESENCUENTROS Y AMBIENTE
FAMILIAR EN LA RELACIÓN MADRE-BEBÉ: EXPERIMENTANDO
EL MÉTODO BICK DE OBSERVACIÓN*

*Luiza Guazzelli da Costa Rodrigues**
*Márcia Pinheiro Schaefer***

RESUMO

A observação da relação mãe-bebê possibilita ao terapeuta em formação o desenvolvimento de habilidades importantes para sua prática. Desenvolvido por Esther Bick, o método Bick de observação de bebês abarca os principais conceitos da psicanálise, como o inconsciente, a transferência, a contratransferência e a atenção flutuante. O estudo tencionou compreender os desencontros ocorridos entre mãe e bebê e a importância do ambiente familiar, a partir de um relato de experiência de uma observação da relação mãe-bebê e das formulações teóricas de Winnicott. A observação foi realizada por meio de uma adaptação do método Bick de observação de bebês. Ao longo das observações, foram identificadas dificuldades iniciais na interação decorrentes dos desencontros na relação da díade mãe-bebê. O ambiente familiar e, em especial, o auxílio da avó materna foram

* Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil.

luiza_guazzelli@hotmail.com

** Doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Docente e supervisora do ESIPP (Estudos Integrados de Psicoterapia Psicanalítica), Porto Alegre, RS, Brasil. marcialavarda@gmail.com

Este trabalho foi realizado com apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), código de financiamento 001. A autora Márcia Pinheiro Schaefer é bolsista PROSUC/CAPES.

importantes enquanto fontes de afeto e empatia para com a díade, promovendo uma nova possibilidade de interação para o bebê. Concluiu-se que o ambiente familiar se mostrou fundamental, tanto para o desenvolvimento da criança quanto para um cuidado materno mais empático.

Palavras-chave: observação; relação mãe-filho; método Bick; relações familiares.

ABSTRACT

The observation of the mother-baby relationship allows the therapist in training to develop important skills for his practice. Developed by Esther Bick, the Bick method of infant observation covers the main concepts of psychoanalysis, such as the unconscious, transference, countertransference, and free-floating attention. The study aimed to understand mismatches between mother and baby and the importance of the familiar environment, from an experience report of an observation of a mother-baby relationship and Winnicott's theoretical formulations. The format of the activity was adapted from the Bick method of infant observation. Throughout the observations, it was possible to identify initial difficulties in the interaction due to mismatches in the mother-baby relationship. The family environment and, in particular, the maternal grandmother's help were important as sources of affection and empathy for the dyad, promoting a new possibility of interaction for the baby. It was concluded that the family environment was fundamental, both for the development of the infant and for a maternal care with more empathy.

Keywords: observation; mother-child relation; Bick method; family relations.

RESUMEN

La observación de la relación madre-bebé posibilita al terapeuta en formación el desarrollo de habilidades importantes para su práctica. Desarrollado por Esther Bick, el método Bick de observación de bebés abarca los principales conceptos del psicoanálisis, como el inconsciente, la transferencia, la contratransferencia y la atención flotante. El estudio pretendió comprender los desencuentros ocurridos entre madre y bebé y la importancia del ambiente familiar, a partir de un relato de experiencia de una observación de la relación madre-bebé y de las formulaciones teóricas de Winnicott. La observación fue realizada por medio de una adaptación del método Bick de observación de bebés. A lo largo de las observaciones, se identificaron dificultades iniciales en la interacción derivadas de los desencuentros en la relación madre-bebé. El ambiente familiar y, en especial,

la ayuda de la abuela materna fueron importantes como fuentes de afecto y empatía para la díada, promoviendo una nueva posibilidad de interacción para el bebé. Se concluyó que el ambiente familiar se mostró fundamental para el desarrollo del bebé y para un cuidado materno más empático.

Palabras clave: observación; relaciones madre-hijo; método Bick; relaciones familiares.

Introdução

Dentre os vários olhares da psicanálise, um em especial foca o período do início da vida, do psiquismo e das primeiras relações. Uma das técnicas desenvolvidas para a apreensão dos fenômenos dessa fase foi a da observação de bebês, desenvolvida por Esther Bick em 1948 como uma importante atividade para a formação de psicanalistas, sendo até hoje aplicada em diferentes centros de formação e em diversos países. O Método Bick de observação de bebês abarca os principais conceitos da psicanálise, como o inconsciente, a transferência, a contratransferência e a atenção flutuante (Oliveira-Menegotto, Lopes & Caron, 2010). Quando foi introduzido no Brasil, o método passou a ser chamado de Observação da Relação Mãe-Bebê (ORMB), assumindo um caráter mais relacional da observação (Oliveira-Menegotto et al., 2006).

O Método Bick consiste em o aluno observar uma dupla mãe-bebê durante dois anos, com frequência semanal no primeiro ano e quinzenal no segundo, em encontros de uma hora de duração. O observador, nesse contexto, deve assumir uma postura de não julgamento, buscando apreender e vivenciar as conquistas, as dificuldades e o modo de se relacionar da díade (Kompinsky, 2000). A observação de bebês, conforme o Método Bick, envolve três momentos: o primeiro, da observação da dupla mãe-bebê; o segundo, da elaboração do relato da observação (focando também aspectos como sentimentos e angústias despertadas no observador); e o terceiro, da supervisão em grupo, com a discussão do material (Bick, 1964). Para uma compreensão dinâmica da experiência, o objetivo é uma observação minuciosa, que inclua tanto os elementos manifestos como as reações no observador (Pergher & Cardoso, 2008). Assim, logra-se, pelo método Bick, acompanhar o desenvolvimento de um bebê desde seu nascimento e observar como se originam suas relações com a família (Oliveira-Menegotto et al., 2006).

A observação da relação mãe-bebê visa a capacitar o estudante para correlacionar as ações da dupla mãe-bebê e identificar os padrões de vínculo que são estabelecidos. Além disso, busca possibilitar a compreensão e reconhecimento

da comunicação primitiva, o desenvolvimento de um espaço mental que tolere as ansiedades e os desconfortos provocados pela atividade, o desenvolvimento da capacidade de “ouvir” o silêncio e as manifestações não verbais, o estabelecimento de uma postura neutra e aberta a aprender as soluções próprias da dupla, o treinamento da capacidade de lidar com o não saber e de conter estados emocionais do observador – que é, em outros contextos, psicoterapeuta (Kompinsky, 2000).

Por se tratar de uma experiência de grande relevância para a formação técnica, teórica e vivencial do analista, a observação da relação mãe-bebê também se apresenta como uma atividade de potencial contribuição para a formação de estagiários em psicologia clínica. Assim, este trabalho parte da vivência de uma estudante de psicologia em seu estágio profissional numa clínica-escola de orientação psicanalítica, especializada na formação de psicoterapeutas.

Para a inclusão da observação mãe-bebê nas atividades do estágio, realizou-se uma adaptação do Método Bick quanto ao tempo de observação: em vez de dois, apenas um ano de vida do bebê (ao longo do ano de estágio da aluna), já que, em mapeamento feito sobre a aplicação do Método Bick de Observação no Brasil, verificou-se que, em 81% dos grupos que o utilizam, esta tem sido a prática predominante (Caron & Lopes, 2015). Devido ao limite de tempo disponível para o encerramento do estágio, foi possível observar a relação mãe-bebê até os oito meses de vida da criança. As outras características da técnica foram mantidas, como a frequência semanal, a duração do encontro de uma hora, a escrita do relato de observação e a supervisão em grupo.

Assim, este estudo tencionou relatar a experiência de uma observação da relação mãe-bebê, relacionando-a com formulações teóricas de Winnicott, a fim de se compreender os desencontros na relação mãe-bebê e a importância do ambiente familiar nesse contexto. Buscou-se contribuir para o estudo do vínculo mãe-bebê, de seus possíveis desencontros e do papel do ambiente familiar no desenvolvimento infantil.

A observação

A dupla mãe-bebê foi encontrada por meio de indicação, e se fez contato telefônico ainda durante a gestação da mãe, quando foi explicada a proposta da atividade. Após a aceitação da observação, marcou-se um primeiro encontro para que a mãe e a observadora se conhecessem e se realizasse uma entrevista inicial. Essa entrevista, feita antes do nascimento do bebê, abordou aspectos como a

história da família e expectativas sobre a chegada do bebê. Quando se conheceram, a mãe foi receptiva e cordial com a observadora; entretanto, encontraram-se dificuldades na comunicação com a mãe (que apenas respondia mensagens, não atendendo ligações, na maior parte das vezes).

A partir da primeira entrevista, percebeu-se que a gestação, para a mãe, ocorrera de forma abrupta e forçada devido a problemas de saúde que a fizeram escolher entre ser mãe naquele momento ou nunca ser. Abrupta também foi a escolha do nome da menina, que inicialmente representava o desejo dos pais e era uma antiga opção materna e que, no sexto mês de gestação, foi alterado à revelia da vontade do pai. O novo nome, determinado pela mãe, passou a expressar características que ela nunca apreciara. Pode-se pensar que tal mudança, repentina e imposta pela mãe, reproduziu a chegada da gestação em sua vida e pode indicar a maneira como fora sentida por ela. Nesse primeiro encontro, as expectativas maternas estavam marcadas pelo medo da perda de identidade e de liberdade após o nascimento da bebê, com a verbalização de sua angústia em se imaginar cuidando de alguém tão dependente dela. Após a entrevista inicial, combinou-se que a observadora entraria em contato no período previsto para o nascimento da bebê para que se iniciasse a observação.

Logo no início da atividade, encontraram-se problemas em realizar as observações devidos a desencontros entre a observadora e a mãe. Na primeira observação (aos 24 dias de vida da bebê), a mãe relatava sua frustração quanto ao tamanho da menina, alegando que a mesma era pequena demais, “uma rata” (mãe, observação 1, 24 dias de vida). A mãe se apresentava muito cansada e relatava estar com dificuldades para dormir, comer e cuidar de si, o que era esperado para aquele momento.

Primeiramente, percebeu-se que a amamentação era um momento difícil para a dupla mãe-bebê, pois ambas pareciam não se encontrar: nos momentos em que a bebê chorava e não pegava o peito, a mãe se mostrava irritada, suspirava de forma impaciente e dizia à observadora, de forma queixosa, “tá vendo como ela é?” (mãe, observação 1, 24 dias de vida). A bebê, nesses momentos, chorava ainda mais, o que parecia deixar a mãe mais agitada e sem saber o que fazer, evidenciando-se sua dificuldade em lidar com a irritação e a frustração (sentimentos vivenciados tanto por ela como pela menina). Durante a amamentação, a bebê era apoiada pelo braço e pela perna da mãe de forma a ficar distante do colo materno, dando a sensação angustiante à observadora de que a menina estava solta e com pouca sustentação.

Observou-se ainda, nessas situações, o olhar profundo da menina voltado aos olhos da mãe enquanto mamava e a pouca reciprocidade materna (observa-

ção 2, 1 mês e 6 dias), cena que mobilizava na observadora sentimentos como tristeza e empatia pela díade. Além disso, percebeu-se uma desarmonia quanto às expectativas maternas e as possibilidades da bebê, pois a mãe desejava que ela já sorrisse e interagisse, mexendo em suas bochechas na tentativa de fazê-la sorrir e colocando muitos brinquedos à sua disposição (observação 2, 1 mês e 6 dias).

A mãe apresentou, ainda, dificuldades para identificar as necessidades da filha, como quando nomeava sua tentativa de se desvencilhar do seio como “bra-beza” (mãe, observação 2, 1 mês e 6 dias) ou quando decodificava diferentes tonalidades de choro como fome, sono ou “manha” (mãe, observação 2, 1 mês e 6 dias). Assim, não conseguia dar colo quando a bebê aparentava precisar e tampouco acalmá-la quando chorava: nesses momentos, a mãe mostrava-se irritada e agressiva, suspirando impacientemente e chamando a filha por adjetivos pejorativos como “ordinária” (mãe, observação 3, 1 mês e 23 dias), “fedida” e “braba” (mãe, observação 1, 24 dias de vida); já o berço e o carrinho eram nomeados como camas “com espinhos” (mãe, observação 3, 1 mês e 23 dias). A introdução de alimentos sólidos foi marcada pelo choro da bebê e pela impaciência materna que, em certa vez, falou que a comida que oferecia à filha era feita “de concreto” (mãe, observação 24, 7 meses e 10 dias).

Em outras circunstâncias, a mãe verbalizava suspeitar que a filha estivesse com frio por ter as mãos geladas; apesar disso, não providenciava nada para aquecê-la, o que pode indicar a manifestação de seus impulsos agressivos. Esse aspecto também foi observado numa cena na qual a mãe realizou a troca de fralda de maneira rápida, agressiva e pouco empática, enquanto a menina chorava intensamente, dando um caráter punitivo à situação (observação 6, 3 meses e 5 dias). A agressividade materna dirigida à bebê também era sentida pela observadora com relação a sua presença, como quando a mãe afirmava que a bebê chorava devido ao olhar da observadora (mãe, observação 24, 7 meses e 10 dias), tornando o momento da observação angustiante e desconfortável para a observadora.

A fala da mãe era frequentemente sentida pela observadora como ambígua, já que não era possível identificar se ela estava sendo carinhosa ou não. Ao mesmo tempo em que procurava interagir com a bebê, reclamava e a chamava por adjetivos negativos, variando entre um tom de voz suave e carinhoso e outro que indicava impaciência. Em um desses momentos observados, a menina olhou em seu rosto e alternou entre sorrir e chorar, não parecendo saber como reagir (observação 24, 7 meses e 10 dias). Essa situação causava na observadora sentimentos de angústia, confusão e insegurança, tanto em relação ao que estava ocorrendo na relação mãe-bebê quanto pela própria relação entre mãe e observadora, também sentida como ambígua.

A partir da quarta observação, quando a bebê estava com 2 meses e 11 dias, elas passaram a ocorrer na casa da avó materna, que passou a cuidar da menina quando a mãe retornou às atividades laborais, mantendo-se assim até o final da atividade. Presenciaram-se, dessa forma, não somente a relação mãe-bebê, mas as relações avó-bebê, avó-mãe-bebê e avó-mãe. E, logo na primeira observação no novo ambiente, a observadora sentiu-se acolhida pela avó (observação 4, 2 meses e 11 dias), sentimento que se manteve ao longo da atividade.

Nesse novo cenário, observaram-se mudanças importantes em relação à mãe, à bebê e à relação mãe-bebê. A mãe apresentou melhoras quanto ao seu autocuidado, aparentando também estar mais tranquila e menos agressiva durante a atividade (observação 5, 2 meses e 28 dias). Além disso, houve um maior investimento materno na filha, especialmente quando a menina dormia: com a filha no colo, a mãe tornou-se mais carinhosa, olhando-a profundamente de maneira terna, chamando-a por adjetivos carinhosos e tocando-a delicadamente (observação 4, 2 meses e 11 dias). Além disso, nesse novo contexto, a família verbalizou mudanças observadas na bebê, que passou a dormir melhor, a chorar menos e, nas palavras da avó, se tornou um bebê “normal” (avó, observação 4, 2 meses e 11 dias).

A contar da observação 7 (3 meses e 12 dias), a mãe esteve menos presente na atividade e a observação passou a ser predominantemente com a avó e neta. A avó propunha à menina maior interação, mais conversa em tom carinhoso e mais brincadeiras. Nas trocas de fraldas, por exemplo, falava e fazia gracejos e a neta respondia com muitos sorrisos e agitação de braços e pernas (observação 7, 3 meses e 12 dias). A avó a pegava no colo, era mais paciente e estimulava a bebê a pegar objetos e a ouvir música (observação 7, 3 meses e 12 dias).

A menina, por sua vez, se mostrava mais ativa, curiosa e risonha, dando a impressão à observadora de que mantinha um desenvolvimento dentro do esperado quando estava aos cuidados da avó. Observou-se aí um padrão ao longo da atividade, tendo início a partir da observação 5 (2 meses e 28 dias): quando a mãe estava no ambiente, a bebê permanecia adormecida, mesmo sendo mais velha (observação 10, 4 meses e 3 dias); já em sua ausência, a menina se apresentava ativa, curiosa e buscava interação com a avó e com a observadora (observação 8, 3 meses e 19 dias).

Da observação 12 (4 meses e 17 dias) em diante, notou-se que a mãe, mesmo quando presente e com disponibilidade de tempo para estar com a filha, passou a delegar seus cuidados à avó, que, gradualmente, assumiu um papel central no zelo pela neta, especialmente aqueles relacionados à interação, estimulação e afeto (observação 15, 5 meses e 7 dias; observação 23, 7 meses e 3 dias). Por outro

lado, em alguns momentos a mãe parecia se esforçar para se aproximar da bebê, tentando fazê-la rir ou acalmá-la quando chorava, sendo observada, nessas oportunidades, uma interação harmoniosa entre a dupla mãe-bebê (observação 13, 4 meses e 24 dias); mas esses momentos de conexão eram interrompidos pela avó, que passou a se sobrepor ao papel materno.

À medida que a bebê crescia, passou a ser percebida pela mãe e pela avó como uma criança insegura, assustada e com medos: observava-se que a menina se assustava facilmente, tinha um sono tenso e não aceitava dormir longe do colo da avó (observação 16, 5 meses e 14 dias). Em somente um encontro, foi observada a relação pai-bebê. Diferentemente da maioria das observações, a observação 11 (4 meses e 10 dias) ocorreu na casa da mãe e contou com a presença do pai da menina. Esse lhe dava colo, consolava seu choro ao falar de forma carinhosa e a fazia dormir de maneira acolhedora, sustentando-a em seu peito. Na mesma observação, enquanto ainda estava acordada, a bebê esteve mais curiosa, ativa e alegre do que geralmente se apresentava quando somente na presença da mãe.

Em diferentes momentos da atividade, a família observada realizava tentativas para incluir a observadora como parte dela, como nos momentos em que expunham conflitos familiares por meio de discussões na frente da observadora, solicitando sua opinião (observação 21, 6 meses e 14 dias), ou ainda quando a convidavam para assistir à televisão, a filmes e a comer (observação 13, 4 meses e 24 dias; observação 19, 6 meses de vida). Ainda em relação ao funcionamento familiar, observou-se que os membros expunham suas questões de cunho privado em ambientes compartilhados pela família, quando todos opinavam (observação 21, 6 meses e 14 dias). Ademais, alguns moravam na mesma casa (avó, avô, bisavó e bisavô), outros em casas muito próximas (mãe, pai e bebê em uma casa; tias maternas e primos em outra) e se organizavam em torno de um cuidador central (a avó).

A relação mãe-bebê, os desencontros e o ambiente familiar

A partir do que foi observado, percebeu-se que a mãe apresentou dificuldades para atingir o estado emocional especial que Winnicott (1956/2000) descreveu como *Preocupação Materna Primária*. Essa condição única, segundo o autor, se desenvolve gradualmente na mãe e se caracteriza por uma sensibilidade aumentada que lhe permite identificar-se com o filho e perceber suas necessidades, ocorrendo entre o final da gestação e as primeiras semanas de vida do bebê. É marcada pela dissociação e, se não ocorresse na gravidez e no puerpério, poderia

ser considerada patológica. Após algumas semanas, a mãe se recupera desse estado e, devido a sua intensidade, tende a não recordar dele por meio da repressão (Winnicott, 1956/2000).

Para desenvolver a *Preocupação Materna Primária* e para que haja uma recuperação, é necessário que se conte com uma mãe *saudável* (Winnicott, 1956/2000). Conforme descrito por Winnicott (1956/2000), há muitas mulheres que podem ser boas mães, mas não conseguem atingir esse estado delicado que a capacita a se adaptar de forma sensível às necessidades do bebê, podendo haver uma possível *fuga para a sanidade* nessas circunstâncias. Assim, a mãe teria dificuldades em se entregar ao intenso e regressivo período da *Preocupação Materna Primária*.

A partir desse estado, a mãe consegue fornecer ao bebê o que ele precisa para poder expressar suas tendências de desenvolvimento, experimentando espontaneidade e domínio das sensações. A mãe fornece, assim, uma adaptação suficientemente boa à necessidade do bebê. Este ainda não tem como saber que a mãe está sendo suficientemente boa; ele pode apenas experimentar um suficiente *continuar a ser*, sem precisar ser interrompido por reações à invasão. Um suficiente *continuar a ser*, sem a necessidade de frequentes reações à invasão, são a base para o estabelecimento do ego e para o gradual desenvolvimento do potencial herdado do bebê, o qual se refere à tendência inata de crescer e criar relações com o mundo. Apesar de herdado, esse potencial não pode se desenvolver sem uma provisão ambiental adequada (Winnicott, 1965/1983).

Em relação ao processo saudável de construção do ego, também são importantes experiências nas quais a mãe não atende de imediato às necessidades do bebê, o que este sente como uma ameaça de aniquilação. Entretanto, essa ameaça não leva à aniquilação e sim a uma rápida *recuperação* do bebê, o que possibilita o desenvolvimento da confiança na recuperação, que posteriormente promoverá a capacidade do ego de suportar a frustração (Winnicott, 1956/2000).

Quando o cuidado é marcado pela continuidade de *fracassos maternos*, conforme nomeado por Winnicott (1965/1983), o bebê precisa vivenciar repetidas reações à invasão em resposta às consequências da falha, interrompendo seu *continuar a ser* e produzindo uma contínua *ameaça de aniquilamento*. É possível pensar que, em muitos momentos de desencontros observados entre a dupla mãe-bebê (nos quais a bebê não tinha suas necessidades atendidas e era possível identificar agressividade na fala da mãe), a menina vivenciava, em seu choro, a ameaça de aniquilamento referida por Winnicott (1965/1983).

Segundo o autor (Winnicott, 1956/2000), o fracasso nessa primeira fase da vida exige que o bebê utilize mecanismos de defesa primitivos, podendo acarretar

no desenvolvimento de um *falso self* e na anulação de elementos constitucionais devido à ameaça de aniquilamento. O *falso self* é desenvolvido como uma defesa que busca um *self* que cuida de si próprio, sendo um aspecto falso da personalidade que visa a esconder e proteger o verdadeiro *self* (Winnicott, 1965/1983). Dessa forma, é possível pensar que, na bebê observada, evidenciava-se o início do uso de defesas rudimentares quando ela se comportava diferentemente de sua natureza ao dormir excessivamente na presença materna ou ao parecer não saber se chorava ou se ria, alternando sua resposta enquanto observava o olhar da mãe (observação 24, 7 meses e 10 dias). Tais mecanismos, se utilizados com maior frequência e intensidade ao longo do tempo, podem contribuir para o desenvolvimento de um *falso self*.

Outra questão importante observada ao longo da atividade de observação da relação mãe-bebê foi o *holding* (e a possível falta dele) promovido pela mãe. Conceito desenvolvido por Winnicott (1965/1983), o *holding* refere-se a uma das funções ambientais para um cuidado satisfatório e inclui o segurar físico do bebê, o colo, a sustentação, o manejar, a apresentação de objetos e toda a provisão ambiental necessária nesse período em que ele ainda não existe em separado da mãe. Essa provisão ambiental, entretanto, não deve violar a onipotência do bebê, ou seja, deve lhe permitir seguir sentindo o objeto como uma criação subjetiva própria (Winnicott, 1971/1975).

Pode-se pensar que o *holding* materno observado nesse caso pode ter sido precário e insuficiente na concepção da menina, como no momento da amamentação em que a mãe a apoiava em seu braço e na perna de forma pouco acolhedora. Assim, conforme a sensação sentida pela observadora, tratava-se de um colo com pouca sustentação e que gerava insegurança. Entretanto, quando a bebê estava dormindo, a mãe parecia fornecer um colo mais sustentador e acolhedor (observação 4, 2 meses e 11 dias).

O *holding* é importante no processo de integração do ego e, quando o cuidado for suficientemente bom e consistente, possibilita ao bebê alternar entre estados integrados e não integrados do ego e ser capaz de experienciar a ansiedade associada à desintegração. Esse processo levará a uma diferenciação da mãe e à aquisição de uma individualidade própria; bebês de mães que não conseguem prover um *holding* adequado vivenciam insegurança e um chorar nervoso (Winnicott, 1965/1983). Tais comportamentos foram associadas à menina quando mãe e avó passaram a descrevê-la como insegura, assustada e medrosa (observação 16, 5 meses e 14 dias), podendo-se supor que a primeira não desenvolvera, até aquele momento, uma segurança no objeto cuidador (mãe/avó).

Quando o ambiente sustentador é insuficiente, interrompe-se a *continuidade do ser* do bebê e ele precisa reagir, deixando de *ser* para vivenciar o aniquilamento. Segundo Winnicott (1965/1983), a função principal do ambiente é a redução ao mínimo de irritações às quais o bebê necessite reagir e vivenciar o aniquilamento do seu *self*. A bebê observada, em diferentes momentos da atividade, teve de lidar com invasões e irritações provocadas pelas dificuldades maternas relacionadas à capacidade de olhar e ser empática, assim como pelas cargas agressivas manifestas. A cena em que a menina chorava intensamente durante a troca de fralda, realizada pela mãe de forma agressiva e com caráter punitivo (observação 6, 3 meses e 5 dias), ilustra a vivência de um bebê que necessitou reagir e interromper a *continuidade do ser*.

Ao longo das observações, percebeu-se que a mãe foi aprendendo sobre o manejo de sua filha e passou a lhe prover um cuidado mais satisfatório, apesar de ainda apresentar bastante dificuldade em segurá-la, demonstrar afeto e brincar. Dessa forma, a avó assumiu um papel fundamental na provisão do *holding* à neta ao fazê-la dormir e consolá-la em momentos de angústia. A inserção da avó como cuidadora pareceu ter contribuído para que a mãe pudesse promover um melhor cuidado tanto para a menina quanto para si mesma.

Pode-se pensar, nesse sentido, que a mãe observada vivenciou o que Winnicott (1987/2002) nomeou como desamparo materno, ou seja, o desamparo experienciado pelo cuidador frente à total dependência e desamparo do bebê. Segundo o autor, é possível dizer que “as pessoas que cuidam de um bebê são tão desamparadas em relação ao desamparo do bebê quanto o bebê o é. Talvez haja até mesmo um confronto de desamparos” (Winnicott, 1987/2002, p. 91), evidenciando a importância de um ambiente protetor e de apoio à mãe nesse contexto (Winnicott, 1965/2005). Conforme a teoria winnicottiana, frente ao terror e ao desamparo, algumas mães podem não conseguir se identificar com o bebê, sendo alguns fatores envolvidos nesse processo: a própria vivência materna enquanto bebê, uma identificação masculina acentuada ou a falta de segurança no momento vivido (Araújo, 2003). Neste sentido, o cuidado oferecido pela avó à bebê e à mãe pode ter aliviado as ansiedades e dificuldades maternas, trazendo benefícios para relação mãe-bebê.

Apesar de ter sido observada em somente um momento, a relação com o pai também pode ter fornecido afeto, acolhimento e cuidado, e pode ter sido um modelo de relação importante no desenvolvimento da menina.

“Quando olho, sou visto; logo, existo”

Essa é uma frase de Winnicott (1971/1975, p. 157) que resume sua concepção sobre o papel de espelho da mãe no desenvolvimento emocional, ou seja, o rosto da mãe é um precursor do espelho. O bebê tende a olhar para o rosto materno, e como num espelho, ele deve ver a si mesmo. Assim, a mãe olha para o bebê e “aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali” (Winnicott, 1971/1975, p. 154). Outros bebês olham para a mãe e, muitas vezes, não recebem de volta o que estão dando, ou seja, não veem a si mesmos. Logo, o que a mãe está refletindo não é o que o bebê está direcionando a ela, sendo possível que a bebê observada tenha vivenciado isso já na observação 2, quando mantinha um olhar profundo voltado aos olhos maternos enquanto mamava e a mãe, por sua vez, desviava o olhar e apresentava uma feição séria.

Nos casos em que a mãe não ocupa o papel de espelho, o bebê acaba se acostumando com a ideia de que o que ele vê é o rosto da mãe e não um espelho, deixando de lado a *apercepção* do mundo para a percepção objetiva das coisas. Conforme Winnicott (1971/1975), perde-se nesse momento a oportunidade de uma troca significativa com o mundo que envolveria tanto o autoenriquecimento quanto a descoberta do significado do mundo objetivo. Para Winnicott (1971/1975), essa vivência acaba prejudicando a capacidade criativa do indivíduo e demanda que o bebê procure outros meios no ambiente de ter algo de si mesmo.

A avó, por outro lado, retribuía com mais frequência o olhar da bebê, sendo este sentido pela observadora como mais afetivo. Isso pode ter sido fundamental, à medida que um olhar mais afetivo podia facilitar que a menina adquirisse a tranquilidade ao sentir que a imagem da avó se encontrava ali, e que sua cuidadora estava em *rappor*t com ela (Winnicott, 1971/1975). Nesse sentido, pode-se supor novamente a importância do ambiente em relação às outras fontes de olhar para a bebê, como a avó e o pai, pois estes pareciam prover uma maior interação, investimento e afeto.

Alguns bebês não desistem do olhar do objeto e fazem todo o possível para encontrar nele algum significado (Winnicott, 1971/1975). Conforme Winnicott (1971/1975), bebês que vivenciam o contínuo fracasso materno estudam as variáveis feições maternas tentando predizer o humor da mãe, precisando deixar de lado sua espontaneidade a fim de se proteger. Esse aspecto pode ser visto nos momentos em que a menina se detinha ao rosto da mãe e alternava entre sorrir e chorar, parecendo não saber como reagir.

A ambiguidade na fala materna também era sentida pela observadora tanto na relação mãe-bebê quanto na relação entre mãe e observadora, inferindo-se

assim que os sentimentos de angústia, confusão e insegurança experienciados pela observadora eram também vivenciados pela menina. Dessa forma, pode-se compreender que se vivenciou, na atividade de observação, os fenômenos de transferência, contratransferência e identificação projetiva.

Apesar das dificuldades na relação com sua mãe, observou-se que a bebê, até o final da observação (com 8 meses de idade), continuava investindo nas pessoas à sua volta, como quando buscava o olhar e o colo da avó e da observadora. Além disso, a menina estava crescendo de acordo com o esperado para a idade, como por exemplo em relação ao seu desenvolvimento psicomotor. A busca por interação, o investimento no ambiente e o crescimento condizente com a idade podem evidenciar o que Winnicott (1965/1983) chamou de potencial herdado do bebê, que por ter encontrado *holding* suficientemente bom no ambiente familiar, segue seu fluxo.

O papel da observadora

A observação da relação mãe-bebê pelo Método Bick tem sido considerada, por alguns autores, como uma atividade com impacto clínico positivo nas famílias observadas, apresentando um potencial terapêutico (Oliveira-Menegotto, Lopes & Caron, 2010). Apesar de o observador experimentar um impacto emocional devido à intensidade das projeções que a ele são dirigidas pelos sujeitos da cena observada, ele não assume um papel aconselhador ou julgador.

Conforme Oliveira-Menegotto, Lopes e Caron (2010), essa prática se aproxima da clínica psicanalítica, devido ao estabelecimento de um *setting* constante e confiável e devido à postura do observador de espera do desvelar dos significados (assim como a do analista). A presença do observador pode ter um efeito terapêutico quando ele oferece um *holding* (Winnicott, 1956/2000), por meio de sua postura empática e não intrusiva (Oliveira-Menegotto, Lopes & Caron, 2010).

Devido ao funcionamento dinâmico da família observada, a observadora teve de atentar para as diversas tentativas da família de incluí-la como parte dela. A manutenção do *setting* e de sua postura neutra foram desafios constantes vividos pela observadora durante a atividade. Pode-se considerar que sua atitude não invasiva, não julgadora e interessada foi uma experiência diferente para o funcionamento típico dessa família, caracterizado por fronteiras difusas (Minuchin, 1974) e pela invasão (em diferentes níveis para cada membro).

Além disso, observou-se, em muitos momentos, uma tentativa da avó de gratificar e ajudar a observadora em seu trabalho de observar o desenvol-

vimento da bebê, buscando estimular mais a menina a brincar e a se movimentar nos momentos da observação. Assim, pode-se pensar que a presença da observadora e seu olhar interessado voltado à criança desacomodou a avó, mobilizando-a para conectar-se e agir de forma diferente com a neta, sendo mais interativa e estimulante.

Em alguns encontros, identificaram-se fenômenos presentes na observação de bebês como a comunicação primitiva e não verbal, a transferência e a contratransferência, como quando a observadora sentia medo e insegurança em relação aos comportamentos agressivos e ambíguos da mãe e posteriormente a bebê chorava e expressava incômodo. Nessa situação, entendeu-se que o que foi sentido pela observadora, na verdade, também eram os sentimentos vivenciados pela menina, constituindo-se aqui a contratransferência.

Na maior parte das observações, estabeleceu-se o silêncio no *setting*. Inicialmente, esse foi um aspecto desafiador importante da prática, pois a observadora sentia o impulso de começar uma conversa para evitar o silêncio. Entretanto, essa necessidade foi gradualmente diminuindo até o desenvolvimento da capacidade de tolerar o silêncio e continuar ali presente. Esse aspecto do *setting*, no qual a observadora pouco interage, também foi internalizada pela mãe e pela família, que gradualmente entenderam e aceitaram esta característica da atividade.

Outra capacidade importante desenvolvida ao longo da observação foi a de tolerar o *não-saber*, ou seja, tolerar que em determinados momentos não é possível compreender os fenômenos que ocorrem no *setting* da observação. Na clínica psicanalítica também não é sempre possível compreender o que acontece no *setting* analítico (Zimerman, 1999), sendo importante o desenvolvimento e aprimoramento da capacidade negativa descrita por Bion (1958/2000), a qual se refere à necessidade do terapeuta de conter as próprias angústias decorrentes de seu *não-saber*.

Além disso, a atividade demandou o desenvolvimento da capacidade de tolerar as projeções depositadas pela família na observadora, como quando a família atribuiu o choro incessante da bebê à presença da observadora.

Considerações Finais

A experiência relatada trouxe contribuições para a formação da observadora ao possibilitar o desenvolvimento de habilidades importantes para o trabalho do psicoterapeuta, como a identificação da comunicação primitiva e não verbal, o desenvolvimento da capacidade de tolerar o silêncio, o não-saber e a capacidade

de suportar e compreender as inúmeras projeções direcionadas à observadora pela família. Assim, vivenciou-se o papel continente de angústias e sentimentos transferenciais e contratransferenciais em diferentes momentos da observação.

A postura não invasiva e interessada da observadora pode ter gerado repercussões positivas para a família, sendo possível notar, em especial, um maior estímulo e brincadeiras com a bebê nos momentos de observação. Além disso, a oportunidade possibilitou o acompanhamento do desenvolvimento de uma criança e de suas relações desde o início da vida, constituindo-se como uma vivência rica em aprendizado.

As formulações de Winnicott sobre a relação mãe-bebê, a preocupação materna primária, o papel de espelho da mãe e a importância do ambiente no desenvolvimento do bebê contribuíram para uma maior compreensão do caso e para uma ressignificação dessa experiência. Além disso, observou-se que, com as dificuldades oriundas dos desencontros entre mãe e bebê, o ambiente familiar se apresentou com um papel fundamental tanto para o desenvolvimento infantil da criança como para a relação mãe-bebê.

Referências

- Araújo, C. A. S. (2003). O autismo na teoria do amadurecimento de Winnicott. *Natureza humana*, 5(1), 39-58. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302003000100002 (acessado em 11-set-2018).
- Bick, E. (1964). Notas sobre la observación de lactantes en la enseñanza del psicoanálisis. *International Journal of Psycho-Analysis*, 45(4).
- Bion, W. (1958/2000). *Cogitações*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1958).
- Caron, N. A.; Lopes, R. C. S. (2015). *Resultados do mapeamento dos grupos de observação de bebês segundo o Método Bick no Brasil*. Relatório apresentado no I Encuentro Latinoamericano de Observadores de bebês: Método Esther Bick.
- Kompinsky, E. (2000). Observação de bebês: método e sentimentos do observador. In: Caron, N. M. (org.). *A relação pais-bebê: da observação à clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Minuchin, S. (1974). *Families and Family Therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Oliveira-Menegotto, L. M. de; Lopes, R. C. S.; Caron, N. A. (2010). O método Bick de observação da relação mãe-bebê: aspectos clínicos. *Psicologia Clínica*, 22(1), 39-55. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652010000100003> (acessado em 29-abr-2018).
- Oliveira-Menegotto, L. M. de; Menezes, C. C.; Caron, N. A.; Lopes, R. de C. S. (2006). O método Bick de observação de bebês como método de pesquisa. *Psicologia Clínica*, 18(2), 77-96. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652006000200007> (acessado em 29-abr-2018).

- Pergher, D. N. Q.; Cardoso, C. L. (2008). A experiência do aprendizado na observação da relação mãe-bebê-família. *Psychê*, 12(23). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382008000200004 (acessado em 29-abr-2018).
- Winnicott, D. W. (1956/2000). *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1956).
- Winnicott, D. W. (1965/1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (1965/2005). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (1971/1975). *O brincar e a realidade* (trad. J. O. A. Abreu & V. Nobre). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1987/2002). *Os bebês e suas mães*. São Paulo, Martins Fontes. (Original publicado em 1987).
- Zimerman, D. E. (1999). *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed.

Recebido em 28 de maio de 2018

Aceito para publicação em 30 de setembro de 2018

SEÇÃO LIVRE

Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam
pelo primeiro filho adotivo

Emotional development of children with
Attention Deficit Hyperactivity Disorder

O dinheiro como promotor de satisfação?
Da economia política à economia psíquica

Repensando o caso Lefebvre com Jean Laplanche

O conceito de imaginário coletivo em sua acepção
psicanalítica: uma revisão integrativa

TEMPO DE ESPERA: NARRATIVAS DE CASAIS QUE AGUARDAM PELO PRIMEIRO FILHO ADOTIVO

*PENDING TIME: NARRATIVES OF COUPLES WHO
ARE WAITING FOR THEIR FIRST ADOPTIVE CHILD*

*TIEMPO DE ESPERA: NARRACIONES DE PAREJAS
QUE ESPERAN POR EL PRIMERO HIJO ADOPTIVO*

*Vivian Mazzini Pekny**

*Tania Mara Marques Granato***

RESUMO

Os diversos sentidos que foram atribuídos à adoção, ao longo dos anos, assim como as mudanças na legislação que regula esse processo, repercutem no imaginário da sociedade e dos futuros pais adotivos, participando da construção da própria parentalidade. Por essa razão, o objetivo deste estudo qualitativo de orientação psicanalítica foi compreender os sentidos afetivo-emocionais sobre a adoção e a família adotiva para casais que estão passando pelo processo de adoção pela primeira vez. Participaram dessa pesquisa cinco casais, convidados pela pesquisadora em grupos de apoio à adoção. As entrevistas foram realizadas na residência de cada casal, iniciadas pela apresentação de uma narrativa interativa como instrumento de acesso à experiência emocional, de acordo com a perspectiva psicanalítica. A análise interpretativa do material narrativo reunido permitiu a configuração de três campos de sentidos afetivo-emocionais que integram a experiência vivida pelos participantes do estudo: a gestação eterna; o peso da responsabilidade; processo de adoção: preparação ou treinamento? Conclui-se que o processo de adoção revela conflitos, fantasias e expectativas parentais, cuja contraparte é o sofrimento parental engendrado pelo próprio processo de adoção.

* Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil. vimp_2005@hotmail.com

** Docente e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil. taniagranato@yahoo.com.br

Este estudo teve financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Palavras-chave: adoção; parentalidade; psicanálise; narrativa interativa.

ABSTRACT

The many senses attributed to adoption throughout the years, as well as changes in legislation that regulates these proceedings, affect society and would-be adoptive parents' imagination, aiding in the building of their own parenthood. In this way, the objective of this qualitative and psychoanalytically oriented study was to understand the affective-emotional senses about adoption and adoptive families for couples that undergo the process of adoption for the first time. Five couples took part in this research, having been invited by the researcher from adoption support groups they attended. The interviews were held in each couple's residence, starting with a presentation of an interactive narrative as an instrument to reach the emotional experience, according to the psychoanalytic perspective. The interpretative analyses of the narrative material collected allowed the configuration of three fields of affective-emotional meanings that make up the emotional experiences shared by the participants in the study: endless pregnancy; the weight of responsibility; adoption process: preparation or training? This study concludes that the adoption process reveals conflicts, fantasies and parental expectations, besides the parental suffering that is engendered by the process itself.

Keywords: adoption; parenthood; psychoanalysis; interactive narrative.

RESUMEN

Los diversos sentidos asignados a la adopción a lo largo de los años, así como las variaciones en la legislación, repercuten en el imaginario de la sociedad y de los futuros padres adoptivos, participando de la percepción de esos padres sobre su papel parental. Por lo tanto, el objetivo de este estudio cualitativo de orientación psicoanalítica fue comprender los sentidos afectivos-emocionales sobre la adopción y la familia adoptiva para las parejas que están pasando por el proceso de adopción por la primera vez. Participaron en esta investigación cinco parejas, invitados por la investigadora en grupos de apoyo a la adopción. Las entrevistas se realizaron en la residencia de cada pareja, y se iniciaron por la presentación de una narrativa interactiva como instrumento de acceso a la experiencia emocional de acuerdo con la perspectiva psicoanalítica. El análisis interpretativo del material narrativo conjunto permitió la configuración de tres campos de sentidos afectivo-emocionales que integran la experiencia vivida por los participantes del estudio:

la gestación eterna; el peso de la responsabilidad; proceso de adopción: ¿preparación o entrenamiento? Se concluye que el proceso de adopción revela conflictos, fantasías y expectativas parentales, cuya contraparte es el sufrimiento parental que el propio proceso engendra.

Palabras clave: adopción; parentalidad; psicoanálisis; narrativa interactiva.

Introdução

A prática da adoção no Brasil e no mundo assumiu diferentes significados ao longo de sua história. Durante muitos anos, a principal intenção ao se adotar um filho era que pessoas inférteis pudessem deixar seu legado, como os pais biológicos o faziam. Dessa maneira, o imaginário social sobre a adoção é ainda alimentado pela ideia de infertilidade, e é pontuado por representações de dor, frustração e piedade associadas às famílias adotivas (Maux & Dutra, 2010).

Durante a colonização brasileira, como explicam Maux e Dutra (2010), quando as famílias abastadas recebiam crianças em suas casas para que trabalhassem em troca de um lar, educação e comida, os principais significados que emergiam quanto à adoção dessas crianças eram os ligados à caridade, compaixão e bondade. Já a criação da roda dos enjeitados e a prática das “adoções à brasileira”, nas quais tentava-se proteger a identidade da mãe biológica e registrar um filho adotivo como se fosse biológico, acabaram por estimular sentimentos de vergonha e humilhação, erigindo segredos e tabus em torno do tema adoção, uma vez que ela era ocultada da sociedade.

Tais sentidos recaem sobre o imaginário dos pais adotivos, trazendo-lhes insegurança quanto aos laços afetivos que venham a construir com os filhos adotivos (Levinzon, 2006, 2015; Maux & Dutra, 2010; Schettini, Amazonas & Dias, 2006). O momento em que revelarão ao filho sua condição de adotado passa a ser imaginado com intensa angústia pelos pais, pois acreditam que o filho poderá deixar de amá-los quando souber a verdade, ou ainda, questionar a posição dos pais. Esses receios podem comprometer a colocação de limites na educação do filho e, assim, formar crianças rebeldes e transgressoras (Maux & Dutra, 2010), o que contribui para uma crença social generalizada de que as crianças adotadas geram mais conflitos, tanto nas relações familiares quanto em seu próprio desenvolvimento emocional. É possível perceber que o que gera conflitos é a insegurança dos pais quanto à legitimidade do vínculo com o filho e não a adoção em si (Huber & Siqueira, 2010; Levinzon, 2006, 2015; Maux & Dutra, 2010).

Outro medo referido por muitos casais que esperam pelo filho adotivo é o de que a criança seja portadora de genes transmissores de doenças, da tendência ao uso de drogas, alcoolismo, criminalidade e prostituição, que possam macular sua personalidade, ou que a história pregressa da criança lhe traga traumas irreparáveis decorrentes de uma possível rejeição dos pais biológicos e das dificuldades enfrentadas após essa separação. Associado a esse medo, surge o sentimento de culpa por querer a criança perfeita, na medida em que são solicitados a escolher o perfil do futuro filho (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Huber & Siqueira, 2010; Levinzon, 2015; Maux & Dutra, 2010; Schettini, Amazonas & Dias, 2006; Sequeira & Stella, 2014).

Grande parte dos pais candidatos à adoção escolhem bebês e crianças que a eles se assemelhem fisicamente. Diversos autores (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Huber & Siqueira, 2010; Maux & Dutra, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Rosa, 2008) interpretam essas escolhas como uma tentativa de reproduzir o modelo de família biológica, considerada verdadeira e legítima, realizando o desejo inconsciente de ocultar da criança, da sociedade e de si mesmos o elo por adoção, ainda que conscientemente revelado.

Nesse contexto em que pais e filhos sofrem ao longo do processo de adoção e da constituição de uma nova família, foram criados os grupos de apoio à adoção (GAA) com o objetivo de auxiliar os pais adotivos a conceber as particularidades de sua parentalidade, construir sua identidade parental e criar um espaço psíquico para receber o filho adotivo, apesar de suas diferenças (Huber & Siqueira, 2010; Maux & Dutra, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Rosa, 2008; Schetini, Amazonas & Dias, 2006; Sequeira & Stella, 2014).

Nos GAA, os casais têm a possibilidade de compartilhar suas angústias e experiências com outras pessoas que os entendem, por viverem situação semelhante, e assim, deixam de se sentir sozinhos ou como os únicos a carregar aqueles sofrimentos, ao mesmo tempo em que resgatam a esperança e confiança em todo o processo (Gondim et al., 2008; Huber & Siqueira, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015). Entretanto, existem grupos que focalizam a informação e o cognitivo sobre a adoção e seu desenrolar, sem trabalhar entre os futuros pais os sentidos daquela experiência e o compartilhar simbólico (Ferreira-Teixeira, 2006).

Outro objetivo dos GAA é divulgar a Nova Lei da Adoção de 2009, que se fundamenta sobre a noção de que a adoção é realizada para o bem da criança, reconhecendo seu direito à convivência familiar para a formação da identidade pessoal. Assim, são estimuladas a adoção tardia, a adoção de crianças com necessidades especiais, grupos de irmãos, crianças portadoras do vírus HIV e

adoções interracialis (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Machado, Ferreira & Seron, 2015).

Dada a complexidade de situações e vivências que caracterizam o processo de adoção e o sofrimento emocional que dele resulta, apesar de seus inegáveis benefícios, tencionamos compreender os sentidos afetivo-emocionais da adoção para casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo.

Metodologia

Participantes

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, psicanaliticamente orientada, de caráter transversal, a qual contou com a participação de cinco casais candidatos à adoção e que frequentam GAAs, os quais se localizam em três cidades do interior do Estado de São Paulo. Dois desses casais são homossexuais e três são heterossexuais. A faixa etária dos participantes variou de 30 a 43 anos, a escolaridade desde o segundo grau completo à pós-graduação completa e a renda mensal de três salários mínimos até uma renda superior a 15 salários mínimos.

Instrumentos

Utilizou-se como instrumento uma Narrativa Interativa (NI), a qual consiste em uma história fictícia, elaborada pelo pesquisador, em torno de uma situação ou conflito emocional, cuja função é desencadear a associação livre do participante. A NI, cuja trama se interrompe em um momento de clímax, convoca o participante a se identificar com os personagens e, dessa forma, dar um sentido e um desfecho para aquela história, situação ou conflito (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011; Granato, Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2011).

Para investigar os sentidos afetivo-emocionais que a adoção pode tomar para os casais participantes que aguardam seu primeiro filho adotivo, foi construída a seguinte NI:

Felipe e Clara olhavam para aquela criança que dormia tranquila, sem imaginar que foi tão desejada, tão esperada. Depois de tanto tempo na fila de espera para adoção, preenchendo papéis e recebendo visitas de assistentes sociais, dividindo medos, angústias e espec-

tativas com outros casais que também aguardavam para realizar o sonho de ter filhos, ela finalmente chegou.

Clara disse para Felipe:

— Parece que foi ontem! Depois de tudo o que passamos para ter essa criança aqui conosco... Conseguimos, mas ainda tenho alguns medos...

Felipe abraçou Clara e respondeu:

— Eu também. Ela mudou nossa vida para sempre... Agora não tem mais volta...

Percebendo a dúvida do marido, Clara sorriu e disse:

— A gente luta tanto pra chegar aqui que até esquece da gente. De repente somos pais e não sabemos o que esperar, o que fazer, o que sentir.

— É verdade! Hoje me peguei pensando em como ele seria daqui cinco, dez ou vinte anos!

Clara ficou feliz de poder partilhar suas dúvidas com o marido, mas ficou curiosa e perguntou:

— Mas o que você imaginou pra daqui cinco, dez ou vinte anos?

Felipe ficou sem graça, mas fez Clara prometer que também contaria o que a preocupava tanto:

— Tudo bem, eu conto primeiro. Imaginei que...

Procedimentos de coleta de dados

Após entrar em contato com o primeiro GAA e explicar o objetivo, o método e os procedimentos desta pesquisa para os profissionais responsáveis por esse serviço, a pesquisadora fez o convite aos casais para participação voluntária na pesquisa em uma das reuniões do referido grupo. Tendo sido convidados, os casais que se manifestassem favoráveis à sua inclusão como participante forneceriam seu contato para que, em um segundo momento, a pesquisadora agendasse a entrevista. O encontro com os participantes, que poderia ser realizado em grupos de

casais ou por casal, acabou assumindo este segundo formato, em função da baixa adesão de participantes.

Como foram entrevistados apenas dois casais do primeiro grupo, foram contatados dois outros GAAs. No segundo GAA, os profissionais preferiram encaminhar os casais e, assim, mais dois casais participaram. Por fim, do terceiro GAA, no qual o convite também foi realizado em um encontro do grupo, apenas um casal teve disposição para participar da pesquisa.

Foram agendados dia, local e horário da preferência de cada casal para o encontro com a pesquisadora. Todos os casais preferiram que a entrevista fosse realizada em suas residências. Após a apresentação da NI, ficavam livres para completá-la em dupla ou individualmente e, uma vez terminada a NI, uma das autoras os convidou a refletir sobre a experiência da escrita da NI e sobre sua experiência ao longo do processo de adoção.

Cada um dos encontros foi registrado pela pesquisadora responsável sob a forma de uma narrativa, a qual foi tomada como objeto de análise, juntamente com as NIs dos participantes.

Procedimento de análise de dados

A análise das narrativas foi realizada com base na literatura científica contemporânea sobre o tema da adoção e na teorização winnicottiana sobre o desenvolvimento emocional.

A análise interpretativa foi realizada com base na teoria dos Campos de Fábio Herrmann (2001), segundo a qual a noção de inconsciente é formulada em termos de inconscientes relativos ou Campos. Cada Campo tem seu funcionamento próprio, com suas regras, dinâmicas e movimentos, o qual fornece uma estrutura lógico-emocional sobre a qual se desenvolvem as relações afetivas de uma pessoa, o que pode se dar de modo flexível, quando os campos de movimentam, ou fixa, limitando as possibilidades de ação do indivíduo (Herrmann, 2001).

Procedimentos éticos

Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado de uma das autoras. A pesquisa está de acordo com o protocolo exigido pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), o qual regulamenta as normas para a realização de pesquisas com seres humanos, tendo sido aprovado

pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com seres humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob o parecer nº 1.915.714.

Antes de dar início ao procedimento investigativo, a pesquisadora explicou os objetivos e a metodologia da pesquisa, o destino das produções narrativas, além da preservação do sigilo e anonimato. A apresentação da NI se deu após o esclarecimento de todas as dúvidas e direitos dos participantes. Foram assinados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos os participantes. Para preservar o sigilo dos participantes foram atribuídos nomes fictícios a eles.

Resultados

Dada a limitação de espaço para esta publicação, será apresentada uma breve descrição da situação de cada casal participante da pesquisa, assim como suas NI, ficando excluído o restante da entrevista com o material reflexivo sobre a experiência pessoal de cada um ao longo do processo de adoção. Entretanto, vale ressaltar que todo o material narrativo (NI e reflexão conjunta com o casal) foi objeto de análise e discussão para este artigo.

Casal A: Artur tem 33 anos, segundo grau completo e trabalha como cabeleireiro. André tem 36 anos, ensino superior em formação e trabalha como enfermeiro. Estão juntos há cinco anos e esperam pelo filho adotivo há três anos. Aguardam uma menina de 0 a 5 anos, sem distinção de etnia. Aceitam que a menina tenha uma doença, desde que seja tratável. Aceitam um irmão se for condição para adotar uma menina. O casal A preferiu não completar a NI, solicitando à pesquisadora que apenas conversassem, o que foi atendido. Justificaram essa escolha dizendo que se fossem escrever sobre a futura filha descreveriam “uma criança totalmente idealizada” (sic).

Casal B: Bruno tem 36 anos, ensino superior completo e trabalha como comerciante. Bárbara tem 34 anos, ensino superior completo e atua como psicóloga. Estão juntos há três anos e esperam pelas crianças há sete meses. Aguardam uma criança de 2 a 6 anos, sem distinção de sexo e etnia. Aceitam que a criança tenha alguma deficiência física e aceitam seus irmãos. Bruno e Bárbara têm, cada um deles, uma deficiência física. Bruno manifestou o desejo de completar a NI em parceria com a esposa, mas Bárbara propôs que escrevessem cada um a sua história. Bruno se mostrou constrangido com a proposta e acabou não completando a NI, enquanto Bárbara elaborou o seguinte desfecho:

Daqui a 5 anos nós já estaríamos com os filhos, vivendo outra rotina, tudo mudado! Daqui a 10 anos, os filhos estarão na adolescência, novas mudanças, novos desafios... Em 20 anos, faculdade, gastos, e nos preparando para eles iniciarem suas vidas independentes.

Casal C: Carlos tem 30 anos, ensino superior completo e atua como engenheiro civil. Carolina tem 41 anos, ensino superior completo e, assim como o marido, trabalha como engenheira civil. Estão juntos há sete anos e esperam pelo filho há um ano. Desejam uma criança de 1 a 4 anos, sem distinção de sexo e etnia. Carlos e Carolina resolveram completar juntos a NI. Conversaram sobre o que cada um imaginava e escreveram uma primeira parte:

Que nossa família possa fazer as atividades juntos, como fazer tarefas de escola, viajar, passear no shopping, ir na igreja. Que se tornem pessoas felizes e realizadas, que sejam pessoas boas.

Enquanto Carolina terminava de escrever sobre o que haviam conversado, Carlos releu a história e disse para a esposa que precisavam escrever também sobre os medos. Assim, Carlos e Carolina acrescentaram o seguinte trecho à sua história:

Quanto aos medos que ainda tenho, receio contar para nossos filhos, sempre respeitando a família biológica, e falar sempre a verdade, qual será o comportamento de nossos filhos. Receio que nossos filhos queiram ir atrás de suas origens e sofram novamente mágoas do passado.

Casal D: Daniel tem 33 anos, ensino superior completo e trabalha em uma farmácia. Douglas tem 30 anos, ensino superior completo e atua como assistente administrativo. Estão juntos há quatro anos e esperam por um filho há oito meses. Aguardam um menino de 7 a 13 anos, sem distinção de etnia. Daniel e Douglas decidiram escrever juntos a história. No entanto, Daniel assumiu a escrita, após o primeiro parágrafo, enquanto Douglas contava a sua história pessoal para uma das autoras, resultando no seguinte desfecho:

Daqui a 5 anos, ela terá 12 anos, que já tenha nos reconhecido como pais, que os medos iniciais tenham sido abrandados ou até desaparecido. E que nós tenhamos aprendido a lidar com ele como pais. Com 17 anos, que tenha aspirações para o futuro e os valores

essenciais para o convívio em sociedade estejam bem introjetados, que estes valores tenham sido passados. Que suas escolhas na vida já tenham sido desenhadas, que nós como pais possamos apoiá-lo e possamos ajudá-lo no processo como um todo.

Com 27 anos, que esteja com objetivos de formar sua família, que possamos ser uma referência de valores familiares, que o amor seja passado através dos anos de convivência. Que suas escolhas na vida possamos apoiá-lo em todas as esferas. Porém, as expectativas não correspondem à realidade, mas acreditamos que possamos passar a importância de uma família, seja esta idealizada ou não.

Após terminar a NI, Daniel a mostrou ao companheiro, obtendo sua aprovação.

Casal E: Eduardo tem 38 anos, pós-graduação e trabalha como biomédico. Érica tem 43 anos, nível técnico e trabalha como técnica de enfermagem. Estão juntos há oito anos e esperam pelo filho adotivo há oito meses. Érica tem dois filhos biológicos de um primeiro casamento e Eduardo não tem filhos, mas considera os filhos da esposa como seus filhos adotivos. Esperam por uma criança entre 0 a 5 anos, sem distinção de sexo ou etnia. Tiveram um aborto anteriormente. Embora Eduardo e Érica tenham afirmado que gostavam de fazer juntos tudo o que se referisse à adoção, decidiram completar individualmente a NI. Durante a escrita, enquanto um conversava com a pesquisadora sobre o processo de adoção, o outro completava sua NI. Eduardo finalizou a sua NI:

Nossa caminhada da paternidade será um tanto desafiadora. Às vezes, me preocupo em como conseguir transmitir os valores familiares, pessoais, profissionais e principalmente, como trabalhar nosso filho nestas questões. Às vezes, fico tentando imaginar como será o primeiro dia de aula. Como será tirar o primeiro dentinho, como será a saúde dele(a). Como será nosso entendimento, nossa amizade. Nossos netos serão lindos. Muitas conversas difíceis acontecerão. Mas muitos momentos de alegria, felicidade. E o que eu não tiver como fazer tudo isso, Deus fará.

Em seguida, Érica entregou a sua versão:

Clara: me preocupo se vamos conseguir juntos tornar essa criança em um adulto, responsável, de caráter, princípios, de bom coração,

uma pessoa que respeita a todos, distinguindo raça, cor, posição financeira. Colocar para essa criança sempre a verdade, para crescer uma pessoa de pé no chão, que tenha maturidade.

Felipe: minhas preocupações são as mesmas, mas nós dois sabemos que vamos conseguir, vamos fazer dessa criança uma pessoa apaixonada por nós e nós por ela. E quando forem chegando os problemas, dúvidas, perguntas, Deus vai nos capacitar e dar forças para vencer, vamos caminhar todos juntos. Vai dar certo!!!

Discussão

Como resultado da análise interpretativa do material narrativo reunido, chegamos a três campos de sentido afetivo-emocionais que integram os sentidos atribuídos pelos casais participantes conforme a dramática que está nos sendo comunicada. De modo diverso da elaboração de categorias, os campos visam a transmitir uma leitura psicanalítica da experiência vivida pelos participantes.

A gestação eterna

A espera pelo filho adotivo, referida como gestação simbólica (Huber & Siqueira, 2010), envolve um longo período de preparação para a futura parentalidade, desenrolando-se desde a decisão de adotar até o encontro com a criança. Os participantes Douglas e Daniel pensam que esse tempo de espera é necessário, argumentando que, no momento em que se decide adotar, as pessoas não estão realmente preparadas. Conforme Levy, Diuana e Pinho (2009), esse período que separa a decisão da concretização da adoção é usado para que as pessoas se aproximem de questões relacionadas a esse novo plano familiar e elaborem sentimentos e medos em relação ao desconhecido.

Para alguns, o tempo de espera é experimentado como oportunidade para receber a sustentação emocional necessária para elaborar a gestação adotiva, sentindo-se mais seguros para significar a experiência, vivenciando-a de maneira verdadeira, espontânea e criativa (Abram, 2000). Entretanto, alerta Winnicott (1960/1983), a espera prolongada pode potencializar a vivência de angústias impensáveis, dado o seu caráter de imprevisibilidade, interrompendo

a continuidade de ser e levando o indivíduo a reagir a essa experiência que, dessa forma, torna-se traumática.

André confessa ter ficado muito ansioso com a entrevista que teríamos para esta pesquisa imaginando que uma de nós fosse a psicóloga do Fórum que os informaria sobre a chegada da filha. André e Artur referiram-se ao grupo de apoio que frequentam e falaram da ansiedade que acompanha o demorado processo de adoção. Artur demonstrou certa desconfiança, associando a lentidão do processo ao fato de formarem um casal homossexual.

Pereira, Torres, Falcão e Pereira (2013) salientam o papel das representações sociais acerca da homossexualidade na oposição ao casamento e à adoção de crianças por homossexuais, o que não passa despercebido por Artur e André, embora não se possa afirmar que a demora esteja associada a uma hesitação dos profissionais envolvidos em conferir o cuidado de uma criança a um casal homossexual. Seja real ou imaginária, essa suspeita se fortaleceu à medida que o tempo passava e a espera se tornou indeterminada, gerando ansiedades persecutórias (Dias, 2000) e a sensação de estarem sendo enganados pelos profissionais (Huber & Siqueira, 2010).

Bárbara comenta que conhece pessoas que foram ao Fórum para mudar o perfil da criança desejada, na esperança de diminuir o tempo de espera. Já André lembra de casos de adoção ilegal no hospital onde trabalha, além dos pais adotivos terem pagado pela criança. Seu companheiro manifesta sua revolta contra essa ideia, afirmando que denunciaria sem medo, se conhecesse um caso desses, pois não achava justo esperarem tanto tempo enquanto outras pessoas adotam de forma ilegal. O casal confessa ter pensado em adotar uma menina dessa forma ilegal, mas não o fizeram, por medo de que a criança fosse tirada deles. Érica também se refere à adoção ilegal quando conta que, ao falar com amigos e parentes próximos a respeito do desejo que ela e Eduardo têm de adotar, estes lhes sugeriram que fossem à Bahia com dois ou três mil reais para escolher uma criança, que trariam imediatamente para casa.

Assim, a lei e o processo de adoção passam a desempenhar, no imaginário dos casais, um papel oposto ao de sua função primária. Se antes sentiam-se amparados e protegidos para construir sua família adotiva de forma legítima para si e para a sociedade, agora, vivenciando a agonia da espera indeterminada, passam a sentir-se desamparados pela legislação. Dessa forma, nasce, em alguns pais, o desejo de burlar a lei e adotar uma criança de forma ilegal, como alternativa para reencontrar o viver espontâneo, interrompido pela angústia da gestação eterna, a qual deixa de lhes inspirar confiança para ameaçá-los (Winnicott, 1954/1990b).

Ressaltamos que o passar do tempo também pode marcar a vida das crianças que crescem em ambientes insuficientes, do ponto de vista material e emocional, influenciando sua forma de ser. Conscientes dessa situação, os pais adotivos sentem o peso da responsabilidade de adotar uma criança e assumir o protagonismo no processo de resgate do viver espontâneo e criativo da criança adotada, o que nos encaminha para o segundo campo.

O peso da responsabilidade

Quando imaginam o futuro com o filho adotivo, os pretendentes são capazes de se colocar em seu lugar, identificando-se com ele e, assim, compreender alguns de seus sofrimentos (Winnicott, 1956/2000). Alguns participantes relataram o medo de aumentar o sofrimento da criança em função da parentalidade adotiva. André demonstra sensibilidade em relação ao sofrimento das crianças abrigadas quando diz que, “na cabecinha delas, sabem que já passou sua época de serem adotadas” e lhes dirige a atenção antes de conhecer os bebês de um abrigo, em busca de amenizar o sofrimento da rejeição. Artur e André pensam que uma menina mais nova sofreria menos com o fato de ter pais homossexuais, na medida em poderia se acostumar aos poucos com essa ideia. Também consideram a possibilidade de adotar irmãos com o objetivo de a menina não se sentir sozinha. Daniel e Douglas também aludem aos diversos tipos de preconceito que o filho pode sofrer, como o fato de ser negro, ter sido adotado e ter pais homossexuais. A adoção homoparental traz consigo o medo de que a criança sofra tanto quanto o casal, por ocasião de sua luta pela aceitação social do vínculo homossexual.

Diante do medo de que a deficiência física de Bárbara e o Bruno choque os filhos, Bárbara imagina que seria mais fácil se as crianças fossem avisadas antes. Como o casal A e o casal D, Bárbara se coloca no lugar da criança, e se refere à necessidade de que os pais sejam também “adotados” pelos filhos. Preocupada, compara o seu privilégio de escolher uma criança, enquanto esta não poderá escolher os futuros pais nem suas características (Winnicott, 1971/1975b).

Há medos que se contrapõem ou se sobrepõem uns aos outros, como o de não ser amado e aceito pelo filho, de não amar ou aceitar a criança incondicionalmente, ou mesmo de não conseguir comunicar esse amor de forma convincente. Carlos cita este como sendo um de seus temores: “como passar para essa criança que eu a amo incondicionalmente? Independente da história dela!” (sic).

Eduardo conhece muitos casais que temiam se dedicar aos filhos e não serem retribuídos, sentindo-se abandonados ou maltratados. Em seguida, reflete:

“na verdade, o maior medo da pessoa não é dar isso ou aquilo e não ser retribuído, o maior medo é não ser amado” (sic). Assim, Eduardo revela o jogo de espelhos da parentalidade, na medida em que a contraparte de olhar para a criança como filho é ser visto como pai, para além do sangue ou da legislação (Winnicott, 1962/1983a, 1962/1983b).

Além do receio de não ser reconhecido pela criança como pai, a consciência da responsabilidade de oferecer uma educação baseada em um ambiente de *holding*, em que são dosadas as limitações da realidade, ao mesmo tempo em que se resgata a capacidade criativa da criança que sofreu privações em seu ambiente de origem, parece gerar nos casais um receio sobre a própria capacidade parental (Winnicott, 1962/1983a, 1962/1983b).

Carolina revela o medo de que a educação e suas limitações à plena realização de desejos, possam passar para o filho adotado a ideia de que não o amam nem o aceitam completamente. Entretanto, Carlos a tranquiliza, argumentando que ambos tiveram uma boa educação. Daniel também comenta sobre a importância da educação do filho, comentando que ele e Douglas concordam sobre o que desejam transmitir ao futuro filho, apesar de terem sido educados de maneiras diferentes. Eduardo também traz a ideia da relação com seus pais como base de sua segurança para agir com o futuro filho, justificando que vê seu pai como um herói.

Dessa forma, o relacionamento com os próprios pais é tomado como referência para a construção da própria parentalidade, tanto em relação aos valores morais como ao relacionamento afetivo, seja para reproduzir o cuidado vivenciado como satisfatório, como Eduardo, seja para elaborá-lo e recriá-lo, como Daniel, que pretende educar seu filho de maneira menos rigorosa do que como foi educado. Machado, Féres-Carneiro e Magalhães (2015) concordam quanto aos futuros pais revisitarem sua infância e a relação que tiveram com os próprios pais quando se tornam pais.

Carlos receia que os filhos desejem conhecer os pais biológicos e que prefiram ficar com eles; explica que teme que vivenciem mais uma rejeição e, dessa forma, venham a sofrer. Já Carolina teme o momento da revelação da adoção para os filhos e Carlos busca tranquilizá-la, sem se dar conta que revela seu próprio medo: “se forem negros será mais fácil, pois eles e as pessoas já irão saber, sem que a gente precise explicar”. Escrevem em sua NI: “Medo de contar, sempre respeitando a família biológica”.

Conforme Huber e Siqueira (2010) asseveram, um dos maiores medos de pais adotivos é que seus filhos prefiram a família biológica e os abandonem em favor desta, ao lhes ser revelada a adoção. A fantasia infantil de que se pode ser

filho de um rei ou de uma rainha, que visa a apaziguar as frustrações da criança em relação aos pais reais (Freud, 1909/2015), parece amplificada pelos pais adotivos, que passam a competir com a família biológica da criança. Mobilizados pelo medo da rejeição e do abandono, a revelação da adoção acaba se tornando um tabu para os pais adotivos (Fonseca, 2012; Huber & Siqueira 2010; Rosa, 2008).

Com o objetivo de auxiliar os pretendentes a se preparar para a futura parentalidade, foram criados os Grupos de Apoio à Adoção, o que nos leva ao terceiro campo de sentidos afetivo-emocionais.

Processo de adoção: preparação ou treinamento?

A Nova Lei da Adoção de 2009 (Lei nº 12.010) preconiza que os pais adotivos passem por um longo processo de seleção, preparo e espera para que o futuro filho adotivo seja recebido de fato em sua família e em suas vidas (Brasil, 2009). André e Artur apresentaram uma pasta onde arquivam os registros das atividades realizadas no GAA que frequentam. Artur brinca: “eu sei tudo sobre adoção, o que você me perguntar sei te responder”, como se quisessem mostrar que se prepararam e estão prontos para receber a filha que esperam há três anos.

Bárbara, por conta de sua experiência como psicóloga, conta que entende todos os envolvidos nos processos de adoção: os pais biológicos, crianças, profissionais e, agora, os pais adotivos. Entretanto, ao contrário da proposta lúdica e imaginativa da NI, ela termina a sua narrativa de forma bastante descritiva e racional. Porém, ao final do encontro, quando percebeu que a autora que a entrevistou não faria perguntas que visassem à avaliação do casal, Bárbara verbalizou seu medo de não ser aceita pelo futuro filho em função da deficiência física do casal.

Bruno, Artur e André não completaram a NI, o que não é comum nas pesquisas realizadas por nosso grupo de pesquisa. Para além da resistência, esse movimento foi interpretado como forma de se protegerem de um documento que pudesse comprometê-los, sob pressão da fantasia de estarem sendo avaliados mais uma vez. De acordo com Huber e Siqueira (2010), muitos pretendentes acabam se sentindo ansiosos e culpados devido aos testes e avaliações a que são continuamente submetidos, cujo resultado é um desamparo psicológico, e não o fortalecimento de sua identidade parental.

Para Carlos e Carolina, a escolha das características do futuro filho causou um tal desconforto que Carlos nem conseguia se lembrar das características escolhidas. E Carolina explica: “É horrível, parece que você está escolhendo um objeto”.

Eduardo e Érica contam que se sentiram desamparados pelos profissionais quando tinham de escolher as características da criança. Segundo Eduardo, as perguntas parecem ser todas iguais com algumas diferenças muito sutis, o que ele interpreta como uma “pegadinha” (sic) para surpreender os casais que tivessem dúvidas ou estivessem mentindo. Não receberam ajuda dos profissionais para responder algumas das perguntas. Dias depois, receberam uma ligação dizendo que havia contradições em suas respostas. Eduardo respondeu indignado: “mas nós não pedimos para vocês nos ajudarem?”

Ferreira-Teixeira (2006) reconhece os malefícios desse tipo de ambiente hostil e desrespeitoso à espontaneidade dos casais, em que o profissional se dá o direito de julgar as escolhas e os desejos dos pretendentes. Para Winnicott (1963/1994), um ambiente intrusivo pode interromper a continuidade de ser de uma pessoa, e conseqüentemente o seu viver criativo, ocasião em que um falso *self* pode ser desenvolvido como estratégia defensiva para proteção do *self* e evitar seu aniquilamento pelo ambiente.

Ser continuamente avaliado e questionado gera uma angústia nos pretendentes que os deixa em estado de alerta, comprometendo a espontaneidade, a autêntica aceitação e o cuidado suficientemente bom. As recomendações excessivas para ser um bom pai e uma boa mãe acabam por gerar um ideal de perfeição que nem pais nem filhos conseguirão atingir, restando-lhes apenas a frustração e o sentimento de impotência.

A desidealização da criança é um dos assuntos mais citados pelos participantes deste estudo como objetivo principal dos GAA, e parece impedir os futuros pais de elaborar imaginativamente a própria parentalidade, na medida em que são instados a abandonar seus sonhos e fantasias sem qualquer elaboração. Embora o processo de desidealização seja necessário para que os pais consigam aceitar o filho adotivo sem aprisioná-lo em seus ideais (Costa & Kemmelmeier, 2013; Gondim et al., 2008; Levy, Diuana & Pinho, 2009; Maux & Dutra, 2010; Oliveira & Schwartz, 2013; Scorsolini-Comin, Amato & Santos, 2006), levantamos a possibilidade de que o exercício da parentalidade se estabeleça em campo transicional, onde o interno e o externo se articulam em direção à autenticidade (Winnicott, 1960/1983, [1951]1969/1975) e não pela submissão do *self*.

Para Winnicott (1964/2012), o brincar, tal como os sonhos, nos conduz à autorrevelação. Dessa forma, se a autodescoberta parental é substituída pela reprodução mecânica de orientações e práticas, pode comprometer o próprio

cuidado infantil, na medida em que gera defesas, como o falso *self* (Winnicott, 1960/1983), distanciando pais e filhos de um relacionamento vivo e real.

Apesar dos conflitos que costumam acompanhar o processo de adoção, Érica e Eduardo se mostraram à vontade durante a entrevista. Escreveram histórias individuais imaginativas, além de contarem sua própria história no caminho da adoção sem a resistência que observamos nos demais participantes. Érica, inclusive, foi a única participante da pesquisa que realizou um diálogo entre os personagens, adentrando a proposta lúdica da NI como um espaço potencial (Winnicott, 1971/1975a). Este casal estava na fila de espera da adoção há apenas 4 meses, o que pode explicar a espontaneidade que os casais que aguardam há anos já haviam perdido. Salientamos que o tempo de espera somado ao preparo nos GAAs parece potencializar o sofrimento dos casais que já chegam frustrados por não terem filhos.

Artur e André comentaram que teriam imaginado uma criança totalmente idealizada se tivéssemos tido essa conversa anos antes. Justificaram sua negativa a completar a NI pelo risco de idealizarem a filha, tendência que é muito combatida nos GAAs. No entanto, a resistência do casal cedeu ao seu desejo durante o encontro, dando lugar ao compartilhamento dos sonhos construídos em torno da filha. O casal já tinha feito modificações na decoração da casa, comprado inúmeras bonecas para a menina e, inclusive, construído uma piscina para receber a futura filha. Ela já ocupa o psiquismo dos futuros pais, e, dessa forma, compreender e elaborar essas construções imaginativas poderia enriquecer a experiência parental desses pretendentes e, inclusive, ajudá-los a lidar com a filha real.

Após escrever sobre como imagina o futuro com o filho, Daniel finaliza sua NI: “Porém, as expectativas não correspondem à realidade, mas acreditamos que possamos passar a importância de uma família, seja esta idealizada ou não”. Dessa forma, parece que a idealização da criança se transforma no tabu que separa os pais aprovados dos desaprovados para a adoção. Por outro lado, Daniel e Douglas valorizam o GAA, onde podem ouvir outras histórias sobre adoção, compartilhar sofrimentos e dúvidas, além de receber orientações e informações (Levy, Diuana & Pinho, 2009; Scorsolini-Comin, Amato & Santos, 2006; Scorsolini-Comin & Santos, 2008). Para esse casal, o GAA fornece o suporte emocional necessário para ampará-los em sua experiência parental (Winnicott, 1954/1990a).

Daniel e Douglas revelam que alguns programas de televisão que contam histórias de adoção de crianças também desempenham essa função de suporte emocional. Convidaram a pesquisadora que os entrevistou para assistir dois episódios, um sobre a adoção de uma menina transgênero e outro sobre liberdade

sexual. Daniel comenta, ao final dos programas, que gosta de assisti-los, pois lhe dão força para continuar ao ver que outras pessoas também sofrem, mas persistem e vencem.

Assim, os programas passam a inspirar a resiliência do casal, concedendo-lhes um espaço transicional e potencial oferecido pela cultura, que dá sentido à experiência pessoal. O casal passa a desfrutar desse encontro entre mundo externo e mundo interno de modo a integrá-los em um viver espontâneo e criativo, apesar das invasões de um ambiente que avalia e julga. Daniel e Douglas parecem procurar pelo compartilhar simbólico, mais do que orientações e informações intelectualizadas, reencontrando nesses programas de televisão o sentido para a singularidade de sua experiência parental (Winnicott, [1951]1969/1975).

Considerações Finais

Quando nos debruçamos sobre a experiência emocional de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo, foi possível identificar fantasias e preocupações que os tornam inseguros quanto ao vínculo a ser construído com o filho e, principalmente, quanto à própria capacidade parental. Sentem o peso da tarefa de resgatar a criança do luto pela perda da família de origem, oferecer-lhe um cuidado que compense as privações sofridas, estabelecer limites para a sua educação e, finalmente, evitar que a criança experimente nova rejeição. É nesse contexto de altas exigências que o casal parental se move, vivendo ora o desamparo e a crítica social, ora o suporte familiar ou de um GAA.

Entendemos que os procedimentos para a adoção de uma criança visam a protegê-la das múltiplas vulnerabilidades a que já esteve exposta em sua história de vida. Entretanto, o longo e difícil processo de adoção pode reforçar a ideia preconcebida de alguns, de que a família adotiva é menos legítima do que a família consanguínea, enquanto que para se ter um filho biológico não há necessidade de testes e avaliações.

Embora muitos GAA atinjam o propósito de servir de suporte para os futuros pais, alguns focalizam seu trabalho na informação e orientação, em detrimento do gesto espontâneo que singulariza e enriquece a própria experiência parental. Nessa área em que o aspecto emocional da experiência conta tanto quanto o racional, estaremos comprometendo a vinculação autêntica e criativa que caracteriza a relação familiar saudável se continuarmos insistindo no treinamento de pais para que cumpram um protocolo que, na melhor das hipóteses, será abandonado assim que estiverem com seus filhos.

Sabemos das limitações deste estudo, que não pretende uma generalização a partir de cinco casais participantes, reconhecendo, entretanto, a peculiaridade de suas experiências que, de certa forma, refletem as transformações da família contemporânea. Casais homossexuais, casais inférteis, casais que enfrentam algum tipo de deficiência, famílias recompostas, dentre outros arranjos familiares encontram nas histórias de nossos participantes o reconhecimento dos desafios que enfrentam quando decidem adotar uma criança.

Referências

- Abram, J. (2000). *A linguagem de Winnicott: Dicionário das Palavras e Expressões Utilizadas por Donald. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Andrade, R. P. de; Costa, N. R. do A.; Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. *Paidéia*, 16(34), 241-252.
- Brasil (2009). Lei nº 12.010, de 03/08/2009: Dispõe sobre Adoção. In: *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm
- Costa, L. T. M.; Kimmelmeier, V. S. (2013). O olhar de futuros pais sobre o processo de adoção. *Psicologia Argumento*, 31(72), 187-196.
- Costa, N. R. A.; Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Dias, E. O. (2000). Winnicott: agressividade e teoria do amadurecimento. *Natureza humana*, 2(1), 9-48.
- Ferreira-Teixeira, M. C. (2006). *Encontrando a criança adotiva: um passeio pelo imaginário coletivo de professores à luz da psicanálise* (tese de doutorado). Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP. <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/362>
- Fonseca, C. (2012). Mães “abandonantes”: Fragmentos de uma história silenciada. *Estudos Feministas*, 20(1), 13-32.
- Freud, S. (1909/2015). O romance familiar dos neuróticos. In: *O delírio e os sonhos na Gradiva e outros textos*, vol. 8, p. 419-424. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1909).
- Gondim, A. K.; Crispim, C. S.; Fernandes, F. H. T.; Rosendo, J. C.; Brito, T. M. C.; Oliveira, U. B.; Nakano, T. C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170.
- Granato, T. M. M.; Corbett, E.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativa interativa e psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 149-155.

- Granato, T. M. M.; Tachibana, M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno. *Psicologia & Sociedade*, 23(spe), 81-89.
- Herrmann, F. (2001). *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Huber, M. Z.; Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: teoria e prática*, 12(2), 200-216.
- Levinzon, G. K. (2006). A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 14(1), 24-31.
- Levinzon, G. K. (2015). A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica? *Desidades*, 7, 10-20.
- Levy, L.; Diuana, S.; Pinho, P. G. R. (2009). O grupo de reflexão como estratégia de promoção de saúde com famílias adotivas. *Mudanças-Psicologia da saúde*, 17(1), 39-42.
- Machado, L. V.; Ferreira, R. R.; Seron, P. C. (2015). Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 6(1), 65-81.
- Machado, R. N.; Féres-Carneiro, T.; Magalhães, A. S. (2015). Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha. *Revista Psico*, 46(4), 442-451.
- Maux, A. A. B.; Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 356-372.
- Morelli, A. B.; Scorsolini-Comin, F.; Santeiro, T. V. (2015). O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194.
- Oliveira, D. S. de; Schwartz, E. R. D. (2013). The new Adoption Law: legal and psychological aspects. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(3), 445-453.
- Pereira, C. R.; Torres, A. R. R.; Falcão, L.; Pereira, A. S. (2013). O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(1), 79-89.
- Rosa, D. B. D. (2008). A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. *Psicologia Clínica*, 20(1), 97-110.
- Schettini, S. S. M.; Amazonas, M. C. L. de A.; Dias, C. M. de S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293.
- Scorsolini-Comin, F.; Amato, L. M.; Santos, M. A. (2006). Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. *Revista de Spagesp*, 7(2), 40-50.
- Scorsolini-Comin, F.; Santos, M. A. (2008). Aprender a viver é o viver mesmo: o aprendizado a partir do outro em um grupo de pais candidatos à adoção. *Vínculo*, 5(2), 115-130.
- Sequeira, V. C.; Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Psicologia: teoria e prática*, 16(1), 69-78.
- Winnicott, D. W. (1954/1990a). Estabelecimento da relação com a realidade externa. In: *Natureza Humana*, p. 120-135. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1954).

- Winnicott, D. W. (1954/1990b). Caos. In: *Natureza Humana*, p. 157-160. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1954).
- Winnicott, D. W. (1956/2000). Preocupação Materna Primária. In: *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise*, p. 399-405. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1956).
- Winnicott, D. W. (1960/1983a). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro *self*. In: *O ambiente e os processos de maturação*, p. 128-139. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1962/1983a). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In: *O ambiente e os processos de maturação*, p. 55-61. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1962).
- Winnicott, D. W. (1962/1983b). Provisão para a criança na saúde e na crise. In: *O ambiente e os processos de maturação*, p. 62-69. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1962).
- Winnicott, D. W. (1963/1994). O medo do colapso. In: Winnicott, C. (org.). *Explorações Psicanalíticas*, p. 70-76. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (1964/2012). Por que as crianças brincam? In: *A criança e o seu mundo*, p. 161-165. Rio de Janeiro, RJ: LTC. (Original publicado em 1964).
- Winnicott, D. W. ([1951]1969/1975). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: *O brincar e a realidade*, p. 13-44. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em [1951]1969).
- Winnicott, D. W. (1971/1975a). O Brincar: uma exposição teórica. In: *O brincar e a Realidade*, p. 59-78. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1971/1975b). Inter-relacionar-se independentemente do Impulso Instintual e em função de Identificações Cruzadas. In: *O brincar e a Realidade*, p. 163-186. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1971).

Recebido em 29 de maio de 2018

Aceito para publicação em 25 de agosto de 2018

EMOTIONAL DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH ATTENTION DEFICIT HYPERACTIVITY DISORDER

DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO / HIPERATIVIDADE

DESARROLLO EMOCIONAL DE NIÑOS CON TRASTORNO DE DÉFICIT DE ATENCIÓN / HIPERACTIVIDAD

*Ana Paula Mucha Tonetto**

*Fernanda Kimie Tavares Mishima-Gomes***

*Valeria Barbieri****

RESUMO

O Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade (TDAH) é uma desordem do neurodesenvolvimento que surge na infância e pode permanecer na vida adulta. A criança com esse diagnóstico apresenta prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social e acadêmico. Esta pesquisa tencionou compreender o desenvolvimento emocional de crianças diagnosticadas com TDAH, pois conhecer as experiências dessas crianças auxilia na compreensão do surgimento e manutenção desse quadro. Trata-se de um estudo clínico-qualitativo, empregando a psicanálise winnicottiana como referencial teórico. A estratégia metodológica utilizada foi a das “narrativas transferenciais” e o teste de percepção temática infantil – figuras de animais (CAT-A), empregado

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. anapaulamtonetto@gmail.com

** Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. ferkimie@yahoo.com.br

*** Professora Associada do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. valeriab@ffclrp.usp.br

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “A experiência materna e o desenvolvimento do Self de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade”, de Ana Paula Mucha, realizada em 2017 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, com financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

como mediador da comunicação na entrevista. Participaram quatro crianças diagnosticadas com TDAH em acompanhamento psiquiátrico e medicamentoso para o transtorno. As crianças revelaram que os comportamentos desatentos e hiperativos surgem como uma deficiência no recebimento do “holding”, tendo como resultado um enfraquecimento e a desconsideração do gesto criativo que promove e sustenta o vínculo emocional com o mundo. Nessas condições, a capacidade para vivenciar a transicionalidade, para o brincar e para a simbolização não podem se desenvolver. É importante entender o desenvolvimento emocional das crianças pensando nas possibilidades de intervenção e auxílio terapêutico a elas e suas famílias.

Palavras-chave: transtorno de déficit de atenção com hiperatividade; psicanálise; criança.

ABSTRACT

Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) is a neurodevelopmental disorder that manifests itself in childhood and can accompany the individual in adult life. The child with such diagnosis presents a clinically significant decline in social and academic functioning. This study aimed to understand the emotional development of children diagnosed with ADHD, as comprehending the experiences of these children helps in understanding the emergence and persistence of this condition. This was a clinical-qualitative study, using Winnicottian psychoanalysis as a theoretical reference. The methodological strategy used was the “transferential narratives” and the children’s apperception test – animal figures (CAT-A) was employed as mediator in the communication during the interview. The participants were four children diagnosed with ADHD under psychiatric and medication support for the disorder. The children revealed that attention-deficit and hyperactivity behavior arose as a deficiency in receiving the “holding”, resulting in weakening and disregard for the creative gesture that promotes and sustains the emotional bond with the world. In these conditions, the ability to experience transitionality, to play, and for symbolization cannot develop. It is important to understand the emotional development of the children considering the possibilities of intervention and therapeutic help for them and their families.

Keywords: attention deficit disorder with hyperactivity; psychoanalysis; child.

RESUMEN

El Trastorno de Déficit de Atención / Hiperactividad (TDAH) es un trastorno del neurodesarrollo que surge en la infancia y puede permanecer en la vida adulta. El niño con ese diagnóstico presenta un perjuicio clínicamente significativo en el funcionamiento social y académico. Esta investigación intentó comprender el desarrollo emocional de niños diagnosticados con TDAH, pues conocer las experiencias de esos niños auxilia en la comprensión del surgimiento y mantenimiento de ese cuadro. Se trata de un estudio clínico-cualitativo, empleando el psicoanálisis Winnicottiano como referencial teórico. La estrategia metodológica utilizada fue la de las “narrativas transferenciales” y la prueba de apercepción temática infantil – figuras de animales (CAT-A), empleado como mediador de la comunicación en la entrevista. Participaron cuatro niños diagnosticados con TDAH bajo seguimiento psiquiátrico y con medicamentos para el trastorno. Los niños revelaron que los comportamientos desatentos e hiperactivos surgen como una deficiencia en la recepción del “holding”, que resulta en un debilitamiento y la negligencia del gesto creativo que promueve y sustenta el vínculo emocional con el mundo. En esas condiciones, la capacidad para vivir la transicionalidad, el juego y la simbolización no pueden desarrollarse. Entender el desarrollo emocional de los niños ayuda a pensar en las posibilidades de intervención y ayuda terapéutica para ellas y sus familias.

Palabras clave: trastorno de déficit de atención con hiperactividad; psicoanálisis; niño.

Introduction

Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) is currently one of the most debated topics when it comes to behavioral and school difficulties. This term is used to define a neurobiological disorder that arises in childhood and can accompany the individual throughout their life. Approximately 67% of cases detected in childhood remain in adult life. Estimates assume that inheritance of the disorder is close to 80% (Silva, 2005; Kappel, 2016).

Attention Deficit Hyperactivity Disorder is considered a complex disorder and its etiology is not well described, with several proposed causal hypotheses. Evidence suggests that environmental and genetic factors are associated with increased susceptibility of the individual to ADHD. Environmental factors are usually related to the family and socioeconomic context. Other factors affect specific brain processes, including fetal exposure to alcohol, maternal smoking

and low birth weight, which can affect the attention and motivation processes (Dumas, 2011; Hora, Silva, Ramos, Pontes & Nobre, 2015). Fernandes et al. (2017) pointed out that children diagnosed with ADHD present a delay in motor performance when compared to what is expected for the age group.

The symptoms must, necessarily, cause some kind of difficulty or impediment to the accomplishment of tasks and impairments in relationships. Hyperactive and impulsive children often put themselves in danger and are at increased risk of accidents (Dumas, 2011).

One of the earliest literary references to individuals with attention, hyperactivity and impulsivity disorders is found in Shakespeare, who alluded to a “malady of attention” allegedly acquired by King Henry VII. In children, hyperactivity was first described in 1845 in a Russian poem called “Fidgety Philip”, written by the physician Heinrich Hoffman. In this poem, Philip’s symptoms increase, alternating between the inability to stand still, squirming and laughing, and swinging back and forth in his chair until he inevitably falls (Mash & Barkley 2003; Martins et al. 2014).

Population studies suggest that ADHD appears in the majority of cultures, in about 5% of children and 2.5% of adults (APA, 2014). Prevalence rates are quite variable, however, it is believed that 8 to 12% of children in the world have ADHD. Americans are the most affected, approximately 9.5%, that is, 5.4 million children and adolescents aged 4 to 17 years had ADHD in 2007 (Polanczyk, 2008). According to data from the Brazilian Attention Deficit Association (*Associação Brasileira de Déficit de Atenção – ABDA*), between 3% and 5% of Brazilian children suffer from ADHD; among these children, 60% to 85% continue to present the disorder in adolescence (Cheida & Monteiro, 2014). The incidence ratio between boys and girls ranges from 4:1 to 9:1. There is, however, no clear scientific explanation from any area of research to shed light on this greater vulnerability of males. What seems to happen is that boys are more often referred for treatment than girls because they also develop behavioral problems. Currently, the diagnosis of ADHD is a challenge because several diseases may present common warning signs and symptoms, such as dyslexia, intellectual deficiency or comorbidities such as oppositional defiant disorder, conduct disorder, bipolar disorder and depression (Machado et al., 2014; Alves, Neme & Cardia, 2015; Dias & Badin, 2015).

There are two main sets of diagnostic criteria for ADHD: one based on the International Classification of Mental and Behavioral Disorders, 10th revision – ICD-10 (OMS, 1993), and the other on the criteria of the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 5th edition – DSM-IV (APA, 2014). According

to the ICD-10, the diagnosis of this disorder requires abnormal levels of hyperactivity, inattention and impulsivity for at least six months. The DSM-IV (APA, 2014) includes ADHD in the group of neurodevelopmental disorders, defined by harmful levels of inattention, disorganization and/or hyperactivity-impulsivity (Benczik, 2010). There are a number of questionnaires that employ the DSM-IV criteria, which are used for screening, for assessment of severity and frequency of symptoms and for monitoring the treatment, and can be answered by parents and/or teachers. Among them, the ADHD Rating Scale (Pappas, 2006) and the Conners Questionnaire (Conners, 1989) are the best known and used in Brazil, as well as the SNAP-IV, based on the DSM (Christiansen et al., 2012; Gonçalves et al., 2013).

The treatment of ADHD requires a broad and multidisciplinary approach. The most commonly used therapeutic approaches include education on the disorder for all who have contact with the child, such as family and teachers, use of medication for the child, and psychotherapeutic interventions with the child and the family. The treatment should be provided on an ongoing basis, considering and covering the different contexts and people with whom these children coexist. The use of pharmaceuticals is prescribed in most cases, these being first-line medications for the treatment of ADHD in school-age children, adolescents and adults (Desidério & Miyazaki, 2007; Mattos, Rohde & Polanczyk, 2012). For the pharmaceutical therapeutic care of ADHD, the main substance used worldwide is methylphenidate, a stimulant marketed since the 1950s in Switzerland (where it was synthesized) Germany and the United States. Due to its association with ADHD, its sales have increased, becoming the most consumed stimulant in the world. In the treatment of ADHD, it is sought to adapt the administration of the drug to periods of greater school, behavioral or social difficulties for the patient (Moreira et al., 2014). In Brazil, it has been sold since the 1990s. Brazilian production increased from 40kg in 2002 to 226kg in 2006. The use of methylphenidate between 2009 and 2011 in Brazil indicates that two million boxes were prescribed in 2011, with an increase of almost 30% in the period (ANVISA, 2012). The increase in sales of these drugs attracted collective attention to the possibility of excessive treatment (Itaborahy & Ortega, 2013).

Silva and Alvarenga (2013), when evaluating maternal parenting practices and childhood behavior in children diagnosed with ADHD, concluded that there was no evidence regarding the impact of these parenting practices on the emergence and maintenance of this disorder. They therefore support the hypothesis that parental behavior contributes to the emergence of comorbidities,

but does not play a determining role in the onset or exacerbation of ADHD symptoms. Maia, Gama and Michalick-Triginelli (2012) investigated the relationship between Attention Deficit Hyperactivity Disorder, family dynamics and dysphonia, and found no statistically significant differences in parenting practices between groups of families with and without ADHD. Lien et al. (2015), in a study of more than 3,000 children with ADHD in Taiwan, also found no family predictors for the onset of ADHD; however, they found better treatment responses in cases where the child's family also received psychosocial support. In contrast, Gau and Chang (2013) observed a relationship between impairments in the mother-infant relationship and the onset of ADHD, especially when the mother had neurotic depressive symptoms. This conclusion is in agreement with the study by Cartwright et al. (2011), which indicated a difficulty in the emotional expression of the mothers of these children. Harvey, Metcalfe, Herbert and Fanton (2011) found an association between parental depression during the preschool years of the child and the manifestation of ADHD, confirming the findings of Takeda, Ambrosini, deBerardinis and Elia (2012), which linked parental psychopathology to an increased risk of developing ADHD in children.

Interactions between parents and children in families where at least one child has ADHD are characterized by more conflict, coercion and stress, although discipline may also be looser, unlike that observed in ordinary families (Benczik & Casella, 2015). However, much of the family conflict seems to stem from the child's ADHD and its impact on family functioning, rather than its etiological agent. Furthermore, Benczik (2010) stated that parents' behavior, their characteristics and their occupational pattern may also be related to these problematic interactions, and contribute to their occurrence. Assessing the relevance of the interaction between the family role and the pathology studied, coupled with the experiences of children with ADHD, this study aims to comprehend the emotional development of these children, in order to provide practical support for interventions and therapeutic care for these children and their families.

Method

This work is part of a master's dissertation entitled "The Maternal Experience and Development of the Self in Children with Attention Deficit Hyperactivity Disorder", developed from a qualitative research perspective. The theoretical framework employed was Winnicott's psychoanalysis and the transferential

narratives methodological strategy (Aiello-Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron & Beaune, 2009), in which the researchers make clinical presentations as an authorial report, which allows the reader the comprehension of the encounter as a whole. The clinical event is narrated with the countertransferential impressions of the researcher and their free associations. Later, these contents are associated to theoretical concepts, based on psychoanalysis. In this context, at the moment of clinical occurrence, a projective procedure was employed as a dialogical mediator. These procedures consist of a special form of dialogue, such as a “playful dialogue”, in a kind of make-believe. Its rigor and scientificity are due to the dialogical situation which, combined with care related to the setting, is predominantly structured from the personality of the research participants (Aiello-Vaisberg, 1995). In this way, the projective techniques allow the comprehension and identification of characteristics of the individual interviewed, allowing for the creation of dialogue between the participant and the interviewer, stimulating new associations (Aiello-Vaisberg, 2004; Turato, 2008).

The dialogical mediator chosen was the Children’s Apperception Test – animal form (CAT-A). The cards used were 1, 2, 3, 4 and 8, which evoke the following themes: orality and relationship with the mother figure, oedipal conflict, perception of the parental figures and relationship with authority, fraternal rivalry and perceptions considering the family dynamics. The use of these CAT-A cards as mediators of communication has proved to be an important facilitator of communication, as demonstrated by Barbieri (2011, 2015), Heck (2014) and Bomfim (2015), who used this mediator to understand the maternal experience in other contexts and also used Winnicottian theory for the data analysis.

Two meetings were held with each child: in the first, the research was explained to the child and the person responsible; in the second, the cards of the Children’s Apperception Test – Animal Form (CAT-A) were used as communication mediators. Four boys participated in the study (all of the names used are fictitious, in order to preserve the participants’ anonymity – see Table 1): Davi (7 years and 10 months), Pedro (10 years and 10 months), Vinicius (8 years and 8 months) and Marcos (9 years and 6 months). All were undergoing medical monitoring due to the diagnosis of ADHD. With the exception of Vinicius, who started treatment two months before, the other boys had been monitored for two years; despite using controlled medication, at the time of the meetings, without this having been previously agreed, the children were not medicated. Regarding the family members, three children lived with both parents and younger siblings, while Vinicius lived with his mother and had an older sister.

Table 1 — Fictitious names of participants and information.

	Name of the child	Age of the child	Education of the child	Marital status of the parents	Position of the child in the family
Case 1	Davi	7 years and 10 months	2nd year of F. E.	married	eldest (of 2 children)
Case 2	Pedro	10 years and 10 months	4th year of F. E.	married	eldest (of 3 children)
Case 3	Vinicius	8 year and 6 months	3rd year of F. E.	divorced	youngest (of 2 children)
Case 4	Marcos	9 years and 5 months	3rd year of F. E.	married	eldest (of 2 children)

Results and Discussion

Case 1 – Davi: The child presented difficulties in the contact with the researcher, showing impatience and intense discouragement in the face of activities he considered difficult, believing that he was not able to do them (when seeing a figure he soon stated he did not know what to say, and had difficulty in telling stories; his answers were short and vague). When he realized he was capable of creating something, he was encouraged; however, when he failed, he wanted to give up again, showing insecurity and low self-esteem.

In telling the stories, Davi, with great difficulty, described the characters very poorly, without managing to develop a story with beginning, middle and end. The chick (card 1) ate along with other chicks and soon someone arrived who devoured them all (*“Along came the rooster and ate them!”*). There were indications that the first relationship of proximity and attachment (mother-child) was interrupted abruptly, without satisfaction. Faced with the anguish of experienced annihilation, the boy resorts to omnipotence as a defense (card 2), making the character he identified with win the tug of war easily against the other two weak bears (father-mother). The relationship with the immediate environment, i.e. the family, is experienced as a tug of war. To live with the parental figures, he sees himself as the strongest (*“The little bear is the strongest... It will win!”*), without having limits to his omnipotence.

Next, Davi indicates the other’s difficulty in perceiving his needs and how much he needs to take care of everything by himself (card 3 – lion and mouse do not communicate), without being able to trust the environment. The characters

are together in the scene, but apart in affection, united only by the television they watch. Even the moments that should be enjoyable are considered distressing: an outing (picnic) does not happen and the characters go to sleep (card 4). There is an interruption in the activity due to passivity and immobility. One more relationship is interrupted and each side remains attached to their own needs, without affective contact. The intolerance of the environment in relation to the needs of the child continues (card 8), located in a family that does not fulfill his needs, but only reprimands him (the monkey's grandmother is very angry with him). Again, the difficulty in establishing a bond shows up, the lack of acceptance and recognition of his "art", which is shunned, only leads him to shut himself up more inside himself (the little monkey does not want to change).

Case 2 – Pedro: The boy demonstrated not being able to create long stories and had poor vocabulary which made some answers difficult; however, he helped with the activity, wanted to participate, and was curious to see the sequence of the cards. At times he needed the objects to be named for him (such as the bib on card 1 and pipe on 3). The stories told show the lack of holding and gratification received by the child, both in terms of quality and quantity. In card 1, it was observed that gratification was obtained through a person outside the family environment, suggesting that the parents seem little able to fulfill the child's basic needs. This gratification that comes from outside is not yet fully enjoyed, the mother forbids its use, directing it to be shared with the father (*"The mother says that it is to be left for the father"*). The force of the mother's presence follows in card 2, it is she who wins the tug of war; despite being accompanied by her son, the victory is hers alone. There is no affective involvement on the part of the child in the game, which seems to make little sense, arousing only dissociated reactions (the father, though he tried to win, is happy when he loses the game) or clichés (mother and son happy because they won).

The next story (card 3) ratifies the maternal presence as authority (she is the lion), and suggests that something wrong happened with the lion, who is pensive and silent, sad and depressed, with no reason why. There is mention of a possible maternal depression, the reasons for which the child cannot understand. Although there are two characters in the story, there is no relationship between them, and the mouse (the child) becomes impotent and unable to act faced with what happened to make the adult sad; the interaction does not take place. This situation distresses the child, who, with card 4, shows a certain eagerness to establish a close affective relationship with someone who can understand his childlike condition, to regress and relate through the game, the space of transitionality. He seems to have few opportunities to enjoy relaxation and play, and when this hap-

pens, it is mainly the figure of the father who provides such experience (*“Because my mother does not go out, but my father goes out with me. He goes out with me and my brothers”*). Playing with the mother, on the other hand, is seen as something distant and very unlikely to be reached.

Finally, in the last card, Pedro describes three generations of the family. He is able to establish a historical continuity for the family, in vertical terms (great-grandmother, grandmother, grandson) and how the transmission is made, that is, the socialization of the children. With this he makes an attempt to inscribe his place in the family, but curiously “skips” his mother. The family context is not harmonious, with “gossip” and reprimands to the grandson’s behavior. Therefore, instead of constituting a cohesive and pleasant group to live with, the relationship between the members is marked by intrigue, reprimands and distrust. The scarcity of illusory experiences reflects in difficulties to consolidate the area of the transitional phenomena and even playing appears as something distant. The chances of enjoying these experiences with the parents are slim, especially with the mother. He seems to be powerless to help her, becoming irritated with this.

Case 3 – Vinicius: This kid showed an interest in participating in the activity; however, he was bothered when he felt difficulty. From the beginning of the contact, the fact that Vinicius seemed to be younger than he really was had an impact. Confirming this first impression, in the story about card 1, he conveyed the message that, in order to have secured the holding of the mother and the gratification she provides, it was necessary to be close to her (*“Who is closer to the mother eats more...”*). In this way and in this position, he can become stronger. In this sense, maternal love is guaranteed by the maintenance of a developmental condition inferior to that which he is capable of (he speaks like a baby), close to the symbiosis, which may be hindering the emotional development of the child.

After displaying the need to join the mother in a symbiotic movement, the rivalry appears between father and mother for the love and support of the child (card 2: *“Three bears, one is going and the other is with the son pulling...”*). On one hand, the capacity to take care of things is achieved in a certain way; on the other, the child’s approach to the father for this assurance is opposed by the mother, a situation that may engender conflicting loyalties in the child. The figure of the sister is also important for stabilizing the capacity for transitionality. It is sought as a way to circumvent the maternal deficiency for playing and his attempts to prolong the earlier fusional bond, but also to assure the family relevance (or bond) through consanguinity (*“I play a little with my sister... My blood sister”* – alluding to the existence of the stepdaughter of the father). Unlike the

father, the figure of the sister is not perceived by the mother as threatening and does not rouse her rivalry.

The previous theme that mobilized the child continues in card 3, regarding the effects caused in the mother by the closeness of the child to the father. Apparently, this condition triggers anger and persecution on the part of the mother; however, her fragility does not allow a real action (*“And then he (the mouse) saw that (the lion) was watching him, and he tried to catch the mouse, but his ‘backs’ was broken”*). The child’s reaction at first is manic, the mouse laughs when the lion gets hurt (*“The mouse laughed and the lion did not go to the hospital”*), but there is an attempt to repair it, the lion was not hurt to the point of going to the hospital, showing the child’s concern for his mother.

The difficulties in the family relationship continue in card 4, the capacity for transitionality is also the object of attention in the story, represented mainly in the character of the kangaroo “postman”, which represents people in relationships, with the brotherly relationship and the bond with the father gaining importance. Again, the sister arises as essential to offer part of the holding to the child; she interrupts the trip to feed him and gratify him (*“Three kangaroos. A baby who drank water, another who did not like to use a skipping rope and only liked to ride a bike and the biggest is a postman. The postman arrived and the girl came down, and this one here too (the kangaroo alone on the bicycle) to give water”*). She also accepts the father’s participation for the continuity of this function, when the kangaroo that represents her goes to play while the other is left in the care of the father (*“This. There, she went to play with more kangaroos, and he went to drink water with the father”*) and later returns, both to continue this offer and to experience the transitional phenomena (*“Then they went to deliver the parcels in the forest and then they went for a picnic”*).

The issues of socialization and protection are emphasized in the last card. There is a conflict between the desire of the child and that of the father experienced in the context of a relationship of protection of the parent for the child (*“Four little monkeys. The father was telling his son to behave and the other two were gossiping. They said he messes about and has a lot of tantrums. Then the father saw that they were gossiping and got angry with them”*). Thus, he relies on his father to defend him against the impositions of others and the narcissistic wounds they may cause; however, there is no excessive permissiveness, since the goal of socialization by the father persists. Vinicius understands the father’s intention and acknowledges the protection he offers.

The emerging content of the dialogical mediators reveals that at the moment of his development, the child struggles with the task of cementing and consolidat-

ing his capacity for transitional experiences, amidst the demands of his parents who share his care, his mother's and his own fear of losing the love they devote to one another and also of revealing it to the father. He then resorts to the figure of the sister, who seems able to help him in this transit between absolute and relative dependence, putting him at a lesser risk of reproach. To be able to take advantage of these resources expressed in the care provided by the sister and by the father, without causing injuries and losses in the mother, seems to be what the child seeks.

Case 4 – Marcos: This child presented a great deal of difficulty in verbalization: he exchanged letters (g for c) and spoke like a younger child, with many mispronounced words. At times there was a gentleness in his voice; however, the impatience in remaining seated, still, paying attention, his stories being too short, and wanting to leave the room masked his friendlier side. In the contact with him there was an ambivalence about correcting him or not, being irritated or not. He said he did not want to make up stories, but then he continued. He behaved in an intrusive way and without boundaries, wanting to touch the cards that were on the table and not sitting in the chair, even when requested. Like the contact, his stories were short and hard to understand.

Right at the beginning (card 1) he indicated the ability of the parents to fulfill his needs: the father and the mother make food (milk pudding) that does not sustain him. Although there is a puppy who is more enthusiastic, the situation apparently does not promote rivalries of any kind, neither between the brothers, nor between him and one of the parents. The situation of dispute shows up in card 2, with colorful positive Oedipal experiences: he with his mother against his father, who is still stronger than both (*"The little boy and the mother are in tug of war and this here is daddy (the bear that's alone)... It's strong, it is"*). However, in the rest of the contact, the Oedipal experience does not appear as a pillar in the organization of the child's personality, which seems to be based on dynamics far more primitive than this.

Accordingly, it is in the report of card 3 that the "reactive" quality of the acceptance, on his behalf, of what the mother offers (breast-pudding) and his perception of her ability to fulfill his needs and desires is revealed. The story he invented about the lion and the rat that eat endlessly until they get sick shows, in fact, the voracious pursuit of gratification that is based on important experiences of deprivation (*"The king of the jungle. He ate everything and got a big belly ache and that's the end!"*). In this way, the difficulties presented by the boy are sustained in more primitive periods of the emotional development. At this moment, Marcos is distressed and his capacity for representation and symbolization begins to

fail. Threatened by inner danger, he asks to return to his mother, hoping she will protect him. He asks to leave the room, but ends up staying. The persistence of these difficulties until the end of the meeting reveals that their nature is of a more structural order than specific to a theme. The playing, which was precarious from the start, deteriorates further. Therefore, it is with great difficulty that he persists in the task, but at the cost of a contamination of the following stories, losing the notion of the differences between the objects (cards).

There is some relief at seeing card 4, which refers to the relationship between siblings. He uses it to situate his condition from the contraposition between the two characters (siblings), which gives him some support in the process of integrating the personality (*"Yes! And daddy stayed before... But all the others were traveling with them... The little one, the puppy (small kangaroo) has not got ears yet."*). Apparently, he can only count on his brother for support in acquiring and sustaining integration capacity, since the father is absent and, when present, only opposes his relationship with his mother (*"It's the brother who knows how to ride a bicycle, but the other does not know, the end."*).

This preliminary achievement of integration is again shaken by card 8, where he reveals the cause of the deprivation he suffered: the death of his grandmother, a figure who offered him holding (*"The grandma gorilla died!"*). This death was noted, but not understood or expected (*"I do not know, I just saw"*). It was this experience of loss felt as atrocious that led to the voracity, picking lice and eating them (*"One is talking and the other is picking lice and eating them... This is how the 'monkey' does it"*), which the mother cannot understand (*"The mother is angry because he is picking fleas and eating them!"*). In the degradation of symbolic capacity that happens then, Marcos becomes the monkey, imitating the animal (*"Uh uh uh, ah, ah, ah"*), which shows that this loss occurred at a time when he still did not have the developmental capacity that allowed him to differentiate between internal and external reality, that is, still in the absolute dependence stage of emotional development, when the grandmother tried to supply the previous lack of illusion in the experience with the mother. As a result, the loss seems to have triggered psychotic type distress.

Marcos shows he is a child who suffered and still suffers because of the deprivation of experiences of illusion, which makes the acceptance of disappointment and the possibility of joining the area of transitionality extremely painful. His hyperactivity seems to cover up unthinkable anxieties, in which the loss of the object becomes a threat of annihilation. The personality is pre-organized in a psychotic way and the suffering experienced is acute.

Synthesis of the narratives

The children generally spoke very little, used impoverished vocabulary and were often limited to the descriptions of the cards, indicating the difficulty they have in playing and fantasizing, due to the blockage in the creative process. This is sustained by specific emotional dynamics and by precariousness in the process of constitution of the self. These deficiencies seem to stem from a series of difficulties in the family relationships of these children and from the inability to fulfill their emotional needs. Therefore, in psychodynamic terms, all the children presented low self-esteem and insecurity facing the world and the challenges of emotional development. The roots of these characteristics seem to lie in a lack of holding received early in life, which in some cases may be partially repaired by other figures, the father or sister (case 3), the grandmother (case 4) or an undefined person who provided a “standardized” adaptation to the needs (case 2). This support, however, did not prevent the onset of emotional distress, although it seems to have played an important role in terms of lessening the seriousness of the psychopathology (cases 3 and 4), which, however, rapidly deteriorated upon its interruption (case 4).

In all cases, the narratives revealed that the oral gratification and illusion needs were only partially fulfilled, with the mothers having difficulty adapting to objects imaginatively created by their children. In this way, it was not possible for these children to establish a sense of continuity with the world, which cannot be creatively appropriated by them and seen as a pleasant place to live. A personal sense of existence cannot be constituted, and the sensation is that there is a difficult space to transpose between themselves and the world, resulting in withdrawal that can reach very serious levels (cases 1, 2 and 4). In these circumstances, due to the deprivation suffered, the children remain in a dependent relationship with their mothers, hoping to find the illusory provision that they lack, which is also encouraged by the mother. However, the extension of the period of symbiosis alters the quality of the bond to foster autonomy; therefore the child’s difficulties persist.

The presence of this gap between himself and the world compromises the child’s capacity for transitionality and make-believe, and thus for symbolization. Any attempt to get close is interpreted as invasion and fulfilling their demands as submission; hence, relationships are experienced as a “war of forces” between the child and the environment, which intensifies in situations where it is necessary to have limits imposed by an authority figure (cases 1, 2 and 4). This gap between the self and the other is further aggravated by the difficulties of relationships that

exist in the family group, which is full of conflicts (cases 1, 2, 3 and 4) or, even worse, composed of people who are physically together, but do not relate to each other (cases 1 and 2). Thus, the real, genuine encounter cannot be established, and the child's creative gesture does not find the necessary resistance to be humanized, being lost in the vacuum or smothered, a situation that could compromise the personalization and development of a sense of corporeity. In this context of divergence, all the children reported difficulties in enjoying moments of pleasure and relaxation with the mother, seen as presenting limitations to relax and play. The failure of the mother to mold herself to the object and to the creative gesture of the child is understood by the child as the result of a possible depression of the mother, who is perceived as fragile and very susceptible to destabilization in the face of the aggressiveness directed towards her. The childhood aggression cannot then be humanized or controlled, and reparative capacities do not develop.

Considering this unfavorable picture of emotional development, in all cases the children still seem to seek a relationship capable of offering them the experiences of illusion and access to transitionality that they lack, and when they can obtain them, however scarce and insufficient, they try to help the mother to learn to play (cases 2 and 3). Unfortunately, as the mother is refractory to these efforts, the child develops a deep sense of impotence. The children's difficulties in achieving transitional experiences thus appear to be sustained by experiences of deprivation that they experience directly or indirectly through the direct loss of the people who offered them holding or by a deprivation suffered by the mother that degrades the emotional world and the bond with her child (cases 2, 3 and 4). The impact of these deprivations differs according to the level of emotional development the child has attained, and may lead to anguish of annihilation (cases 1 and 4) resulting from voracious attacks on the object as responses to the deprivation suffered, with attempts to repair them and with the fear of retaliation.

Faced with these emotional and family dynamics, the child remains paralyzed in a relationship of dependence with the mother, in a frustrated hope of finding the experience necessary to thaw the blocks to his emotional development. If, by chance, he is able to overcome this immobilization by seeking another object from the outside world that is able to help him in this overcoming, he will still have to face the resistance of a mother who does not tolerate being replaced (cases 1, 3 and 4) nor symbolized.

Conclusion

The results indicate that the children participating in this study revealed that the inattentive and hyperactive behaviors they present are related to a smothering and to a disregard of the creative gesture that promotes and sustains the emotional connection with the world. Thus, the bond with the world makes no sense to them, and the fulfillment of their demands is experienced as an invasion. In such conditions, the ability to experience transitionality, play and symbolization cannot develop. Although all the children continued to strive to find an object within or outside their family to repair the lack of holding received, success in this endeavor requires overcoming the resistances of the mothers, who demand the continuation of a bond of symbiotic dependence. Accordingly, the results of this study suggest that psychotherapeutic monitoring, for the mother and the family members and for the child, would be an ideal way to alleviate the child's symptoms, so that he can regain his creative capacity to act spontaneously in the world.

Regarding the research method, the CAT-A proved to be quite fertile as a dialogic mediator, and stresses the scope of this instrument as a facilitator of communication between interviewer and interviewee. The topicality of the Winnicottian theory and its relevance could also be observed. Although arisen from a different historical moment, Winnicott's ideas have proved to be an important resource for reflecting on current issues. This is the case of ADHD, a disorder that seems to be under construction, as it has undergone changes in its nomenclature. New studies are frequently published regarding the etiology, diagnosis and treatment of this disorder, with it currently being one of the best-known neurodevelopmental disorders in childhood, due to its high prevalence.

This study, which encompasses psychoanalysis and ADHD, highlights the importance of understanding the context in which the family is inserted in the emergence or maintenance of this disorder, provided that it goes beyond the mere consideration of the parenting styles and practices in its etiology, in order to emphasize the experience and the meaning of this emotional difficulty for each child and their family. Assuming that emotional development always occurs in a relational context, Winnicott's theory, which shares the same assumption, and was used as a theoretical framework, proved to be appropriate for the interpretation of the results, in collaboration with new studies that use the Winnicottian theory or other approaches to thinking about ADHD and other pathologies.

It is hoped that this work will be an incentive for the perception of how psychoanalysis can contribute to the comprehension and treatment of ADHD.

Because this was a qualitative study that sought to comprehend the experience, the clinical event, the objective was not, therefore, to exhaust the possibilities of discussion. Thus, there is still much to be explored in view of the richness of the encounter with the participants of this study. For this reason, other studies, such as understanding ADHD in girls, in young people and in adults, can be conducted and may contribute.

References

- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1995). O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais: projeção e transicionalidade. *Psicologia USP*, 6(2), 103-127.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2004). Da questão do método à busca do rigor: a abordagem clínica e a produção de conhecimento na pesquisa psicanalítica. In: Aiello-Vaisberg, T. M. J. *Ser e Fazer: enquadres diferenciados na clínica winnicottiana*, p. 119-128. Aparecida, SP: Idéias & Letras.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J.; Machado, M. C. L.; Ayouch, T.; Caron, R.; Beaune, D. (2009). Les récits transferenciels comme presentation du vécu clinique: une proposition méthodologique. In: Beaune, D. (org.). *Psychanalyse, philosophie, art: dialogues*, p. 39-52. Paris: L'Harmattan.
- Alves, G. M. A. N.; Neme, C. M. B.; Cardia, M. F. (2015). Avaliação neuropsicológica de crianças com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) revisão da literatura. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 9(4), 65-74.
- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2012). *Boletim de farmacoepidemiologia do SNGPC*, 2(2). http://www.anvisa.gov.br/sngpc/boletins/2012/boletim_sngpc_2_2012_corrigeo_2.pdf (acessado em 02-jun-2017).
- APA – American Psychiatric Association (2014). *Manual diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5*. Porto Alegre, RS: Artmed Editora.
- Barbieri, V. (2011). *A experiência materna de mulheres brasileiras, francesas e magrebínas e o desenvolvimento do Self infantil* (tese de pós-doutorado). Université Paris Diderot, Paris 7, França.
- Barbieri, V. (2015). *A experiência materna de mulheres brasileiras, francesas e magrebínas e o desenvolvimento do Self infantil* (tese de livre docência). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- Benczik, E. B. P. (2010). *Transtorno de déficit de Atenção*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Benczik, E. B. P.; Casella, E. B. (2015). Compreendendo o impacto do TDAH na dinâmica familiar e as possibilidades de intervenção. *Revista Psicopedagogia*, 32(97), 93-103.

- Bomfim, I. H. F. B. (2015). *Narrativas maternas: um estudo transcultural com mães brasileiras e francesas* (tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- Cartwright, K. L.; Bitsakou, P.; Daley, D.; Gramzow, R. H.; Psychogiou, L.; Simonoff, E.; Thompson, M. J.; Sonuga-Barke, E. J. (2011). Disentangling child and family influences on maternal expressed emotion toward children with attention-deficit/hyperactivity disorder. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 50(10), 1042-1053.
- Cheida, R. S.; Monteiro, M. S. A. (2014). Sobre os sentidos sócio-técnicos da interação entre o metilfenidato e o conhecimento neurológico do TDA/H. *Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, (1). Campinas, SP. <http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1194/648> (acessado em 10-mai-2018).
- Christiansen, H.; Kis, B.; Hirsch, O.; Matthies, S.; Hebebrand, J.; Uekermann, J.; Abdel-Hamid, M.; Kraemer, M.; Wiltfang, J.; Graf, E.; Colla, M.; Sobanski, E.; Alm, B.; Rösler, M.; Jacob, C.; Jans, T.; Huss, M.; Schimmelmann, B. G.; Philipsen, A. (2012). German validation of the Conners Adult ADHD Rating Scales (CAARS) II: reliability, validity, diagnostic sensitivity and specificity. *European Psychiatry*, 27(5), 321-328.
- Conners, C. K. (1989). *Manual for Conners' Rating Scales*. N. Tonawanda, NY: Multi-Health Systems.
- Desidério, R.; Miyazaki, M. C. D. O. (2007). Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH): orientações para a família. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(1), 165-176.
- Dias, G.; Badin, K. (2015). Comorbidades no transtorno de déficit de atenção/hiperatividade – transtorno específico da aprendizagem. In: Nardi, A. E.; Quevedo, J.; Silva, A. G. da (org.). *Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: Teoria e clínica*, p. 131. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Dumas, J. E. (2011). *Psicopatologia da infância e da adolescência*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Fernandes, L. A.; Marques de Miranda, D.; Costa Ribeiro-Silva, P.; Pereira, D. A.; Giusti Salvador, M.; Menezes Lage, G. (2017). Uma análise do desenvolvimento motor de crianças com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). *Revista Educação Especial*, 30(57), 115-128.
- Gau, S. S. F.; Chang, J. P. C. (2013). Maternal parenting styles and mother-child relationship among adolescents with and without persistent attention-deficit/hyperactivity disorder. *Research in developmental disabilities*, 34(5), 1581-1594.
- Gonçalves, H. A.; Mohr, R. M.; Moraes, A. L.; Siqueira, L. D. S.; Prando, M. L.; Fonseca, R. P. (2013). Componentes atencionais e de funções executivas em meninos com TDAH: dados de uma bateria neuropsicológica flexível. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 62(1), 13-21.
- Harvey, E. A.; Metcalfe, L. A.; Herbert, S. D.; Fanton, J. H. (2011). The role of family experiences and ADHD in the early development of oppositional defiant disorder. *Journal of consulting and clinical psychology*, 79(6), 784-795.

- Heck, V. S. (2014). *A influência das invasões ambientais nos sintomas de ansiedade infantil: uma experiência de psicodiagnóstico interventivo* (tese de doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Hora, A. F.; Silva, S.; Ramos, M.; Pontes, F.; Nobre, J. P. (2015). A prevalência do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): uma revisão de literatura. *Psicologia*, 29(2), 47-62.
- Itaborahy, C.; Ortega, F. (2013). Methylphenidate in Brazil: a decade of publications. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 803-816.
- Kappel, D. (2016). *Estudo da interação entre o gene LPHN3 e o agrupamento gênico NTAD no TDAH em adultos* (dissertação de mestrado). Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/150677> (acessado em 10-mai-2018).
- Lien, Y. T.; Yeh, H. H.; Soong, W. T.; Jeng, S. F.; Huang, N.; Chen, C. Y. (2015). Factors associated with treatment mode and termination among preschoolers with ADHD in Taiwan. *Psychiatric Services*, 66(2), 177-185.
- Machado, C. M.; Luiz, A. M. A. G.; Marques Filho, A. B.; Miyazaki, M. C. D. O. S.; Domingos, N. A. M.; Cabrera, E. M. S. (2014). Ambulatório de psiquiatria infantil: prevalência de transtornos mentais em crianças e adolescentes. *Psicologia: teoria e prática*, 16(2), 53-62.
- Maia, A. A.; Gama, A. C. C.; Michalick-Triginelli, M. F. (2012). Relação entre transtorno do déficit de atenção/hiperatividade, dinâmica familiar, disfonia e nódulo vocal em crianças. *Revista ciências médicas (Campinas)*, 15(5), 379-389.
- Martins, A. C. G.; Souza, N. S. D.; Machado, D. D. C. D.; Bastos, V. H.; Orsini, M.; Barbosa, A. D. M. (2014). Historical and diagnostic trajectory of attention deficit hyperactivity disorder (ADHD): a literature review. *Revista Brasileira de Neurologia*, 50(2), 26-32.
- Mash, E. J.; Barkley, R. A. (2003). *Child psychology*. New York: Guilford Press.
- Mattos, P.; Rohde, L. A.; Polanczyk, G. V. (2012). ADHD is undertreated in Brazil. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 34(4), 513-514.
- Moreira, M. S.; Morais, R. G. de; Moreira, E. A.; Leite, S. F.; Teixeira, C. C.; Silva, M. E.; Freitas, D. F. de (2014). Uso de Psicofármacos em crianças e adolescentes. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 12(2), 1013-1049.
- OMS – Organização Mundial de Saúde (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamentos da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Pappas, D. (2006). ADHD Rating Scale-IV: Checklists, norms, and clinical interpretation. *Journal of psychoeducational assessment*, 24(2), 172-178.
- Polanczyk, G. V. (2008). *Estudo da prevalência do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade na infância, adolescência e idade adulta* (doctoral dissertation). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12635> (acessado em 27-abr-2018).

- Silva, E. J. C. (2005). Transtornos do déficit de atenção com hiperatividade em adolescentes. *Adolescência e Saúde*, 2(2), 25-29.
- Silva, L. A.; Alvarenga, P. (2013). Práticas educativas maternas e comportamentos infantis no transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. *Temas em Psicologia*, 21(2), 361-377.
- Takeda, T.; Ambrosini, P. J.; deBerardinis, R.; Elia, J. (2012). What can ADHD without comorbidity teach us about comorbidity? *Research in developmental disabilities*, 33(2), 419-425.
- Turato, E. R. (2008). *Tratado de Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa – Construção Teórico-Epistemológica, discussão comparada e aplicada nas áreas de saúde e humanas*, 3ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Recebido em 17 de maio de 2018

Aceito para publicação em 10 de setembro de 2018

O DINHEIRO COMO PROMOTOR DE SATISFAÇÃO? DA ECONOMIA POLÍTICA À ECONOMIA PSÍQUICA

*MONEY PROMOTING SATISFACTION?
FROM POLITICAL ECONOMY TO PSYCHIC ECONOMY*

*EL DINERO COMO PROMOTOR DE SATISFACCIÓN?
DE LA ECONOMÍA POLÍTICA A LA ECONOMÍA PSÍQUICA*

*Lillian Nathalie Oliveira da Silva**

*Rogério da Silva Paes Henriques***

RESUMO

Este é um ensaio teórico que analisa o dinheiro como artefato condensador de opostos no psiquismo humano, apresentando-o como elemento conflitivo de satisfação. Parte-se da economia política e de sua atribuição do dinheiro como capital, capaz de satisfazer necessidades humanas. Contrapõe-se a isso a economia psíquica, de uma perspectiva psicanalítica, enfocando o dinheiro como atributo fálico em suas relações com a demanda e com o desejo do sujeito pulsional. Denuncia-se o engodo representado pela tentativa de contrabalançar a falta estrutural do sujeito com o dinheiro. Conclui-se que o modo de produção capitalista, ao pretender colocar a economia psíquica a serviço da economia política, enfrenta a resistência do sujeito pulsional.

Palavras-chave: dinheiro; psicanálise; economia política; economia psíquica; pulsão.

ABSTRACT

This work is a theoretical essay consisting in an analysis of money as a condenser of opposites in the human psyche, which is a conflicting component of satisfaction. It starts from political economy and its ascription of money as

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

lillian_nat@hotmail.com

** Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

ruggerosph@gmail.com

capital, capable of satisfying human needs. Contrast that with psychic economy, from a psychoanalytic perspective, which views money as a phallic attribute in its relations with the demand and desire of the subject affected by the “Trieb”. The deceit represented by attempting to make up for the structural lack of the subject through money is denounced. We conclude that the capitalist mode of production, by trying to place the psychic economy at the service of the political economy, faces the resistance by the subject affected by the “Trieb”.

Keywords: money; psychoanalysis; political economy; psychic economy; Trieb.

RESUMEN

Esto es un ensayo teórico que analiza el dinero como un condensador de opuestos en el psiquismo humano, presentándolo como un elemento conflictivo de satisfacción. Se parte de la economía política y de su adscripción del dinero como capital, capaz de satisfacer las necesidades humanas. Se contraponen a eso la economía psíquica, desde una perspectiva psicoanalítica, enfocando el dinero como atributo fálico en sus relaciones con la demanda y con el deseo del sujeto pulsional. Se denuncia el engaño representado por el intento de contrabalancear la falta de estructura del sujeto por intermedio del dinero. Se concluye que el modo de producción capitalista, al intentar poner la economía psíquica al servicio de la economía política, enfrenta la resistencia del sujeto pulsional.

Palabras clave: dinero; psicoanálisis; economía política; economía psíquica; pulsión.

Economia política: o dinheiro como capital

A origem etimológica da palavra dinheiro advém do latim *denarius*, usada para denominar uma moeda corrente na Roma Antiga. Seu significado varia em função do contexto social (Brasil, 2002). O dinheiro movimenta a economia e a história das sociedades modernas, originando-se da necessidade de troca entre comunidades, sendo comumente oferecido ou recebido pela compra ou venda de bens, serviços ou outras coisas (Mayer, Duesenberry & Aliber, 1993; Galbraith, 1997).

A partir dos estudos sobre o dinheiro realizados pela economia política (Smith, 1776/1996; Marx & Engels, 1848/2001; Marx, 1867/1996; Huberman, 1936; Keynes, 1973/1996; Robert, 1989; Galbraith, 1997; Ferguson, 2007),

verificam-se algumas propriedades que o caracterizam, segundo um recorte específico que aqui nos interessa: é uma medida de valor para todas as coisas, funcionando por um princípio de generalização de função – precifica como caro aquilo que é raro e como barato o que é abundante, transforma as relações humanas em relações econômicas e reifica as condições de produção social do trabalho (funcionando como meio de circulação e assim se eternizando); consegue classificar pessoas diferenciando o grau entre o que é necessário, o que é conveniente e o que é ostensivo à vida; permeia-se de encantamento por constituir artefato condensador do trabalho humano. Contudo, talvez a propriedade atribuída ao dinheiro mais disseminada seja sua suposta capacidade de satisfazer as necessidades humanas, transformando-o em sinônimo de riqueza. Karl Marx (1867/1996) chega a afirmar em *O Capital* que a mercadoria, ou o dinheiro como equivalente geral de todas as mercadorias, é um artefato que, por suas propriedades elementares, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie, sejam estas originadas do “estômago ou da fantasia” (p. 165).

A história e evolução do dinheiro, com as transmutações que o fizeram unificador universal do comércio, introduzem uma lógica de elemento simbolizador capaz de se apresentar como um fim em si mesmo, através de sua condição de passagem a muitos fins desejáveis. O dinheiro se metamorfoseia no próprio objetivo final. Funciona, dessa forma, segundo Simmel (2009), por um princípio de generalização de função, valendo-se da teleologia – entendida como o estudo das finalidades, da atribuição de propósitos, da necessidade humana de explicações finalistas da sociedade e da humanidade – em que a consciência humana associa a sua obtenção como suficiente, como o fim em si e ultrapassa o caráter de meio propiciador.

Se o dinheiro consegue abarcar vários fins, ele agrega também a característica da inespecificidade, pois, através da associação, a consciência psicológica unifica suas mais variadas formas de aquisição e a especificidade atenua-se. Além de reversível/restituível, é o dinheiro que tudo torna impessoal e equitativo, o vulgar e o raro, visto que põe no mesmo patamar o que há de mais precioso e aquilo que existe em grande abundância (Simmel, 2009; Smith, 1776/1996).

Por sua vez, para além das análises sociológicas do dinheiro, Freud (1917/1996) assinala o conceito de equivalência simbólica, caracterizada como elo de representatividade capaz de equiparar elementos distintos na cadeia do inconsciente, que por similitudes de funções ou características semelhantes são considerados equivalentes, podendo facilmente substituir uns aos outros. Em suas atribuições acerca do dinheiro, Freud o põe como equivalente aos objetos fálicos, seguindo uma cadeia inconsciente de significações advindas das teo-

rias sexuais infantis. Inicialmente, equiparando os conceitos de fezes e dinheiro, aquelas constituem o primeiro objeto genuíno de troca de que dispõem as crianças, com o qual se pode iniciar a negociação afetiva com a mãe através do autocontrole esfinteriano.

A partir de experiências clínicas, Freud (1908/1996) faz também observações entre traços de caráter e a relação dinheiro/sujeira/sexualidade, em que os traços de ordem, parcimônia e obstinação correspondem a falhas no ato de defecação e a incontinência. Nos estudos sobre a sexualidade infantil (Freud, 1905/1996), lembra que a quantidade de excitação provinda das zonas erógenas do corpo (genitália, boca, ânus e uretra) sofre transformações ao longo da vida, e somente algumas destas permanecem de ordem diretamente sexual, sendo outras sublimadas em diversos destinos no período de latência, podendo tomar características até opostas a esse fim, de forma a mascarar a função sexual.

Através dos caminhos das transformações das pulsões, Freud (1917/1996) assinala uma cadeia simbólica de identificação na qual as crianças tendem a fazer equivaler os conceitos de fezes, bebê, dinheiro e pênis. Simbolicamente, portanto, tais conceitos mal se distinguem uns dos outros nos conteúdos do inconsciente. Dessa forma, o dinheiro se situa dentro de uma série simbólica na qual se enquadram os objetos fálicos mais representativos.

Nessa perspectiva, Freud (1908/1996) identifica a questão da ambivalência nos assuntos relacionados ao dinheiro também em analogia com as fezes, que se fazem equivalentes à moeda por um mecanismo de formação reativa na qual os opostos são comparados: aquilo que é mais imundo e o que é mais caro são, na cadeia simbólica inconsciente, identificados como sendo de mesma ordem.

Na economia política, a condição inerente de ambivalência manifesta-se no processo de entesouramento, do qual nos fala Karl Marx (1867/1996), apontando que, no início da circulação de mercadorias, o dinheiro era apenas o excedente transformado. Com o desenvolvimento da produção, as necessidades se renovam incessantemente, e são realizadas vendas sem compras, fazendo surgir, assim, os tesouros e aumentando o poder e a cobiça pelo dinheiro, mantendo a mercadoria como valor de troca ou o valor de troca como mercadoria. Dessa forma, explica que

[o] impulso para entesourar é por natureza sem limite. Qualitativa-mente ou segundo a sua forma, o dinheiro é ilimitado, isto é, representante geral da riqueza material, pois pode trocar-se diretamente por qualquer mercadoria. Porém, ao mesmo tempo, toda a soma efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, portanto também

apenas meio de compra de eficácia limitada. Essa contradição entre a limitação quantitativa e o caráter qualitativamente ilimitado do dinheiro impulsiona incessantemente o entesourador ao trabalho de Sísifo da acumulação. (Marx, 1867/1996, p. 253)

O autor denota, dessa forma, a habilidade do dinheiro de fazer com que seu entesourador abdique dos prazeres da carne e pratique a abstenção, pois para reter o dinheiro é necessário impedir sua circulação e sua dissolução em artigos de consumo. O dinheiro passa, então, a exaltar como virtudes a laboriosidade, poupança e avareza. A moeda “passa a ser um ativo que pode ser mantido como poder aquisitivo na forma pura, para ser gasto em alguma data futura indefinida, sendo assim uma forma de riqueza” (Val & Linhares, 2008, p. 96).

Marx (1867/1996) aponta que, como último produto da circulação de mercadorias, é o dinheiro a configuração elementar, a primeira forma de aparição do capital, diferenciando-se já pelo formato de circulação, em que há uma inversão no processo, pois, se no início era mercadoria-dinheiro-mercadoria, agora o capital requer uma transformação do dinheiro em mercadoria para que esta seja novamente transformada em dinheiro. A fórmula no capitalismo se torna dinheiro-mercadoria-dinheiro. É comprar para vender. O dinheiro como capital não se atrela somente à satisfação de necessidades, mas vira um fim em si mesmo, destituindo-se de seu valor de uso. É, portanto, a busca ilimitada pelo dinheiro o motor do sistema, o que se denomina capital.

Uma das primeiras funções do dinheiro é fornecer às mercadorias o material para a expressão de valor, condição que o torna o equivalente universal do comércio, agregador dos valores de bens e serviços disponíveis, funcionando dessa forma como *medida de valor* (Marx, 1867/1996). A moeda então se torna a criação de uma unidade padrão capaz de agregar em si o valor expresso dos mais diversos produtos e serviços que antes possuíam um valor particular (Lopes, 1942). Passa, portanto, a exercer essa função, tornando-se uma forma de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias, que é o tempo de trabalho empregado. O meio de circulação imprime à mercadoria uma metamorfose. O processo de troca das mercadorias é um metabolismo social, na medida que se transfere as mercadorias de alguém para quem elas não possuem um valor de uso para aqueles que as façam tê-lo. E então, ao chegar ao patamar de possuir o valor de uso, a mercadoria sai do processo de intercâmbio para entrar no processo de consumo (Marx, 1867/1996).

Assim, na esfera do consumo, o dinheiro representa simultaneamente o *quantum* e o *quale* (Simmel, 2009), torna tudo indistinto e a partir da generali-

zação de função, tornam-se também equiparáveis os elementos de difícil mensuração, apesar de suas dimensões abstratas. É nesse contexto que o dinheiro a tudo pode comprar, desde a alimentação disponível nas prateleiras do supermercado, o serviço de transporte do qual a coletividade se utiliza, até os serviços de saúde e os de novas formas de subjetivação (Dantas & Tupinambá, 2015).

Ao tratar sobre as condições do dinheiro na clínica psicanalítica, Freud (1913/1996) o relaciona ao pagamento das sessões de análise, apontando que, ao lado das funções de autopreservação e obtenção de poder, o dinheiro carrega consigo poderosos fatores sexuais. Em suma, o dinheiro participa do circuito da sexualidade, mas não como causa pulsional, como veremos no tópico seguinte; o dinheiro reveste-se de importante estatuto psíquico, pois é capaz de amodar a própria constituição do eu.

Alçado pela economia política à ordem da necessidade, o dinheiro é supostamente capaz de dispender tudo o que o organismo precisa. No campo das relações sociais, o dinheiro só existe em função da linguagem e da troca, o que dá respaldo para a obtenção de poder e para a passagem da necessidade à demanda e ao desejo, desejo esse que implica a falta e ciclicamente leva o sujeito à busca pela satisfação, mas a satisfação é somente uma forma de encantamento do dinheiro, nunca sendo capaz de efetivar-se plenamente, denunciando assim um engano. Dessa forma, o dinheiro em sua atribuição de medida de valor se situa na fronteira entre aquilo que é individual e social, bem como entre aquilo que é representável e inapreensível em termos pulsionais.

O dinheiro é advindo da cultura de troca, do intercâmbio de mercadorias entre os membros de comunidades ativas. A partir de sua história e evolução, Smith (1776/1996) atenta para as normas existentes no processo de troca de mercadorias por dinheiro que determinam o valor que este recebe. Ao se referir a *valor*, devem-se considerar duas formas básicas com que esse termo se apresenta no contexto econômico: a primeira diz respeito ao *valor de uso* que determinado objeto tem, a outra ao seu *valor de troca*. Cotidianamente, a água possui um valor de uso maior que qualquer outra coisa, mas dificilmente alguém a aceitará em troca de outras mercadorias e, ao reverso, um diamante é pouco utilizado, mas por ele se pode trocar uma infinidade de outros bens. A água, portanto, tem um alto *valor de uso*, mas quase nenhum *valor de troca*, enquanto o contrário se observa no diamante.

O dinheiro, nas relações econômicas, implica uma eterna busca na transformação da mercadoria em seu valor de troca para seu valor de uso. Uma mercadoria, para seu possuidor, não tem valor de uso efetivo, o possível valor de uso concerne somente à capacidade que a mercadoria tem de transmutar-se em meio

de troca para algo que de fato tenha um valor de uso para seu possuidor. Portanto, a transformação da mercadoria em dinheiro implica essa ilimitada busca de seu possuidor por algo que o satisfaça (Marx, 1867/1996).

Economia psíquica: o dinheiro como atributo fálico

A relação de troca é a condição essencial do dinheiro, condição esta que cria possibilidades para a análise de seu paradoxo enquanto promotor de satisfação, pois o âmbito da cultura de troca, das relações sociais e da impossibilidade plena de satisfação é também um campo fecundo, senão estruturante, da teoria psicanalítica, formulada como um além da racionalidade, pondo como ativo um sujeito do inconsciente que dá aporte para os fundamentos das ambivalências existentes. A condição de troca é indispensável ao sujeito psicanalítico, que requer a consideração de que o humano é primitiva e prematuramente um ser de relação, um ser que vem ao mundo em total desamparo e não sobrevive senão a partir dos cuidados que lhe dedicam. Dessa forma, se a economia política enfatiza o âmbito da necessidade, em psicanálise se lida com a demanda e com o desejo. A demanda em psicanálise refere-se à significantização da necessidade, via código de linguagem. Isso advém do fato de que não há um código inato que determine uma conduta padrão de uma mãe, guiada pelo instinto materno, perante o choro de seu bebê recém-nascido; tal choro deverá necessariamente ser interpretado à luz da linguagem, como aquilo que a mãe julgará ser necessário ao seu bebê em função do lugar que ele ocupa no desejo materno.

O sujeito é, portanto, imprescindivelmente referido ao Outro (alteridade absoluta), um sujeito do inconsciente e um sujeito do desejo. O sujeito da psicanálise é da ordem de um vazio, dado que “seu desejo não procede de nada consistente, mas só da pura falta da Coisa” (Baas, 2001, p. 45) e na medida em que “a fonte pulsional gira em torno de um vácuo que nada pode saturar” (Cabas, 2009 p. 64).

Cabe ressaltar que aquilo que certas vertentes pós-estruturalistas consideram “subjetividade” ou “subjetivação” corresponde ao que em psicanálise se designa por “eu”. Nesse sentido, não há como tomar a nova figura antropológica que encarna o eu ideal capitalista – o indivíduo capitalizado que, contemporaneamente, assume-se como “empresário de si mesmo”, do qual nos fala Michel Foucault (2008, p. 311) em *Nascimento da biopolítica* – como causa de uma nova assunção subjetiva. Para a psicanálise, “um sujeito não é causa. Quando muito, ele é causado. [...] é uma função e não uma instância (psíquica). [...] essa função

carece de conteúdo próprio”, de substancialidade (Cabas, 2009, p. 10). “O sujeito freudiano é um correlato da pulsão, um efeito da satisfação (em tempo: do gozo). [...] é – em última instância – um dos efeitos do real” (ibid., p. 73).

O sujeito pulsional é o mesmo que mantém uma relação intrínseca com a sexualidade, pois a fonte pulsional funciona por um viés excitatório que requer permanentemente um ato capaz de lhe diminuir a excitação, mas a pulsão é sempre parcial, submetida ao órgão de origem, impossível de abarcar um ato íntegro e denota assim um ponto impossível de conter (Freud, 1915/1996). A fenda encontrada entre a impossibilidade de saturação da pulsão é o lugar do sujeito em questão, lugar esse marcado pela ambivalência e pela dualidade, inatingível, da satisfação plena (Cabas, 2009).

O sujeito pulsional se desenvolve sexualmente como um ser dividido, marcado pelos circuitos pulsionais atrelados à sexualidade. Como visto, o dinheiro perpassa diferentes instâncias, sendo revestido por poderosos fatores sexuais, de autopreservação na ordem da necessidade e obtenção de poder nas relações sociais. Dessa forma, pode revestir-se com a marca fálica, tornando-se índice de uma complementaridade perdida (Freud, 1913/1996).

Vimos também que, segundo a economia política, o dinheiro se faz promotor da vida com o suprimento das necessidades ligadas à sobrevivência do indivíduo, mas o conceito de necessidade não basta ao se tratar do sujeito humano. O dinheiro, advindo da cultura de troca, perpassa o âmbito das relações humanas, e indica indispensavelmente um deslocamento do eixo de necessidade para aquele da demanda e do desejo, pois:

É nesse desencontro que nascemos e nos constituímos como sujeitos, dependendo da palavra, de início vagidos, interpretada pelo outro, para obter a satisfação. É nesse contexto que as necessidades do sujeito se transformam em demanda, demanda de que o outro o ame, única garantia de sobrevivência. O que escapa entre a necessidade e a demanda é o desejo que anima o sujeito do inconsciente.

Esse desejo provém da falha, da impossibilidade de que o outro o entenda totalmente ou mesmo que atenda totalmente sua demanda de amor inesgotável e, portanto, impossível de ser atendida (Ribeiro, 2011, p. 8).

A travessia da ordem da necessidade àquela do desejo requer do sujeito a passagem pelas relações sociais que o estruturam. Dessa forma, o dinheiro, surgi-

do essencialmente como um meio coletivizado, representa socialmente o limite egoico, e não se faz somente parte do meio ou uma forma social de troca. Na economia psíquica, de promotor de necessidades humanas, transita num fluxo imanente para aquilo que é da ordem da demanda, intrínseco à sua implicação decorrente da linguagem (Quinet, 2009).

A marca da castração impulsiona as dimensões do dinheiro atribuídas por Freud, pois na dimensão do desejo ela opera marcando o sujeito pela falta, sendo também por meio dessa marca que o dinheiro se investe do atributo narcísico. Nessa função, o equivalente universal escamoteia a falta inerente ao ser, dissimulando-a, pois põe-se como completo a partir da atribuição de que a tudo pode comprar, de que pode suprir todo tipo de necessidade, dando a impressão de que o sujeito não é barrado, que pode alcançar a completude e a satisfação total tão almejada.

No entanto, não demora o desmascaramento de que a onipotência sobre a marca fálica se faz somente como uma impressão frívola, acabando por denunciar o ser cindido, pois mesmo no âmbito econômico, o dinheiro se faz finito. A condição de ser o dinheiro limitado e escasso é a mesma que dá definição ao objeto de estudo das ciências econômicas – a alocação de recursos escassos, com o propósito de satisfazer as diversas necessidades humanas, pois a escassez se faz presente em todas as sociedades, estando relacionada ao conflito entre necessidades ilimitadas e recursos limitados (Albergoni, 2008; Gonçalves & Guimarães, 2011). Dessa forma, o dinheiro se fará escasso diante da realização de algum desejo, pois nunca existirá no mundo em quantidade suficiente, capaz de garantir satisfação plena.

O furo pulsional do sujeito é atualizado então na demanda eterna pelo dinheiro, uma vez que quanto mais abundante este se torna, mais querido e mais desejado se faz proporcionalmente, nunca se furtando à satisfação. A título de exemplificação, Teixeira e Couto (2010), analisando a cultura do consumo sob a ótica psicanalítica, apontam que a promessa de completude é enganosa e que “o sistema capitalista, agregado ao discurso científico, alimenta seu modo de produção e funcionamento” (p. 584) a partir de uma sensação nostálgica de completude, em que o sujeito entra num processo autista e se imobiliza a fim de reaver sua parte perdida, recaindo com isso no processo de rotatividade de produtos potencialmente descartáveis.

A sujeição humana às exigências pulsionais se dá pelo fato de a regência do princípio do prazer se caracterizar pela existência de extrema excitação psíquica, a qual produz uma tensão permanente no psiquismo que pretende incessantemente evacuar a tensão sem, no entanto, obter êxito, causando um desprazer. O psiquismo estrutura-se de modo a se livrar da tensão desprazerosa a todo custo

e trabalha sempre no sentido de dar vazão às tensões, revelando a busca incessante pelo prazer. Porém, em contrapartida, no momento em que se depara com as exigências do mundo externo, o sujeito compreende que a liberação do desprazer nem sempre se faz passível de realização imediata, necessitando adiar por certo tempo a obtenção do prazer, de acordo com as restrições do princípio da realidade (Freud, 1911/1996).

Nos processos de fortalecimento do eu em que o dinheiro se faz promotor, há uma contramão da sublimação no retardo do princípio do prazer, substituído por uma satisfação imediata das pulsões. Nesse processo, o que está em evidência é a relação entre o dinheiro e a falta, esta como a inscrição do furo psíquico. O dinheiro traz o sentimento de satisfação imediata, tendo em vista, no entanto, que o psiquismo humano é constituído em torno de um furo que não se pode saturar. Uma vez que a fonte de prazer nunca se esgota e que este é obtido somente de forma parcial (Cabas, 2009), as satisfações possibilitadas imediatamente pelo dinheiro se fazem também parciais, e o dinheiro tem a propriedade de atender cada ilusão de demanda humana que, por sua vez, libera prazer, por mais elaboradas e complexas que sejam de se adquirir.

Logo, ao mesmo tempo em que a falta alude à satisfação, ela também a impossibilita, por ser constitutiva do sujeito. A partir de então, o que se tem é de um lado o desejo e do outro a demanda. Ao se aplacar a demanda pelo consumo, ela nunca chega à satisfação, sendo somente relançada. O dinheiro, então, se reveste de estatuto fálico por se apresentar como o que viabiliza a satisfação plena, aplacando a falta. No entanto, diante da falta, o sujeito responde com dinheiro e consumo, o que faz somente com que não se depare com a falta-da-falta (angústia), lançando a possibilidade de sublimação (Metzger, 2014).

Nesse sentido, essa eterna busca por satisfação que o dinheiro sustenta, estimulando a aquisição de bens e serviços que supram a falta estrutural, denota a ambivalência constitutiva do sujeito apontada por Freud (1913/1996), ao discorrer sobre o papel do dinheiro no tratamento psicanalítico.

A resistência pulsional à objetificação monetária

Vimos que uma das características elementares do dinheiro é que ele serve como medida universal de valor, porque é capaz de reificar o trabalho humano empregado nas mercadorias; no entanto, verdadeiramente é o trabalho a real medida do valor de todas as coisas (Smith, 1776/1996). Marx (1867/1996) elabora o dinheiro como detentor de uma *performance* que transforma as relações humanas

em relações econômicas, afirmando que o dinheiro tem essa propriedade porque as mercadorias por si só não são passíveis de movimentação isolada, necessitam de pessoas que as reconheçam como mercadorias e que desejem reciprocamente realizar o processo de troca. Os possuidores de mercadorias precisam se reconhecer como proprietários privados, como representantes de mercadorias, como possuidores de mercadorias. Dessa forma, os personagens econômicos são personificações das relações econômicas. Possuidor e mercadoria se completam, e os sentidos que faltam a esta para perceber até que ponto é vantajoso trocar-se por outra, o seu possuidor os tem.

A satisfação tem como ponto inicial de medida o trabalho humano empregado na mercadoria, uma vez que aquele se conta somente se esta for útil a outras pessoas. O processo de troca demonstra como o trabalho é empregado de forma útil; assim, a troca é um processo social, pois “apenas a ação social pode fazer de uma mercadoria equivalente geral” (Marx, 1867/1996, p. 211), e o dinheiro, eleito como mercadoria universal, é o equivalente geral detentor do aspecto social que permeia o processo de troca das mercadorias. O dinheiro agrega essa característica de relações humanas, do emprego do trabalho de forma social, tem como função “servir de forma de manifestação do valor das mercadorias ou de material, no qual as grandezas de valor das mercadorias se expressam socialmente” (ibid., p. 212).

O dinheiro é mercadoria. Essa descoberta é elementar. Então, o que Marx mostra verdadeiramente é que o dinheiro é subsequentemente o reflexo em uma única mercadoria das relações de todas as outras mercadorias e dessa conjuntura decorre o fato de ser ele também a encarnação direta do trabalho humano, já que a mercadoria é a reificação das condições de produção social, ou dos produtos do trabalho humano. Portanto, para Marx, o enigma do fetiche do dinheiro é apenas a usurpação que o dinheiro faz – já que é unificador geral – do enigma do fetiche da mercadoria, pois é “uma relação social definida entre os homens, que assume aos olhos deles a forma fantasiosa de uma relação entre as coisas” (Marx, citado por Žižek, 1996, p. 308).

Assim, a condição do dinheiro como medida universal de valor dá aporte para várias outras atribuições suas. Ao ser a reificação do trabalho humano, e este ser a única medida de valor com a qual se pode comparar valores de diferentes mercadorias a qualquer tempo e lugar, o dinheiro se mostra como um espectro linear de valor, visto que os valores de mercadorias em formas específicas podem variar com o tempo, sendo muito valiosas em uma época e dispensáveis em outras. Dessa forma, a medição em dinheiro se tornou paulatinamente mais eficaz que a medição direta em trabalho (Smith, 1776/1996).

Já a partir dessa linearidade, pode-se apontar para o funcionamento do inconsciente, que é atemporal e no qual a realidade psíquica nunca perde o valor. Na lógica do inconsciente, portanto, a partir da série de equivalências simbólicas, as fezes, como equivalentes diretas e primitivas do dinheiro, constituem o objeto mais valioso de que o sujeito dispõe na infância, tão valioso que adquire o sentido de dádiva, tornando esse sentido expansivo de forma atemporal para o dinheiro no inconsciente. As fezes são ainda, fundamentalmente, produtos do trabalho da criança.

A partir dessas articulações entre a economia política e a economia psíquica, pode-se atentar para a discussão de que, se o real valor de uma mercadoria – e do dinheiro como equivalente geral – é o trabalho humano nele investido, essa propriedade mede-se mais adequadamente pelo tempo de trabalho nela empregado, ou seja, o que confere valor a um produto é o tempo de trabalho necessário à sua produção. Nesse sentido, Goes (2008), dando aporte também ao funcionamento do dinheiro que torna a tudo indistinto, o *quantum* e o *quale*, lembra que

A força de trabalho é negociada no mercado como qualquer mercadoria. Assim que ela tem valor de uso, valor de troca, e este valor é expresso em um equivalente que norteia a formação do preço dessa mercadoria, o salário. A força de trabalho é, diariamente, vendida e comprada, e seu consumo supõe uma temporalidade; então, ela é negociada por um certo período de tempo (Goes, 2008, p. 173).

O capitalismo, sistema econômico de maior vigência no mundo contemporâneo, tem por máxima mais adequada a expressão *time is money*. Contudo, essa máxima mascara o tempo de trabalho gasto pelo trabalhador que não é contabilizado, e que, por isso, não é pago. O tempo de trabalho não contabilizado, denunciado por Marx (1867/1996) sob a rubrica da mais-valia, delata algo que escapa, como um “a mais” na relação entre trabalho/tempo/dinheiro (Quinet, 2009). Uma vez afastado o naturalismo presente na noção de necessidade em Marx, a economia se revela uma política do gozo que se encarna nos modos de satisfação pulsional.

No imaginário social, o dinheiro é o objeto privilegiado da posse, pois escamoteia a castração e aparenta ser trocado por tudo. No entanto, quando entra em jogo a discussão da mais-valia como o tempo de trabalho roubado, que não é pago, o que na verdade torna-se explícito é que o dinheiro é verdadeiramente uma falta. Uma falta de satisfação mútua, de via dupla, onde o objeto da troca se faz de um lado como aquilo que o vendedor pode, mas não quer usufruir, pois seu valor

de uso não o satisfaz, e do outro lado, explana aquilo de que o comprador quer, mas não pode, desfrutar, porque o valor de uso lhe escapa por não ter o objeto (Quinet, 2009).

Nessa elaboração, o que se observa em tempos atuais é a passagem de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, na qual a presentificação da transformação das relações sociais em relações mercadológicas se torna visivelmente efetiva. Na sociedade de consumidores, a própria visão de si torna-se ponderada pela visão de mercado, em que pese a propaganda para fazer vender a si como produto de boa qualidade no mercado. Os seres “são, ao mesmo tempo, os *promotores das mercadorias* e as *mercadorias que promovem*. São, simultaneamente, o produto e seus agentes de marketing, os bens e seus vendedores” (Bauman, 2008, p. 13).

Enquanto produtos a serem vendidos, os indivíduos são estimulados instantaneamente a exigir mais de si no sentido de desligar-se das amarrações relacionais, pois no mercado de trabalho potencial o “empregado ideal seria uma pessoa sem vínculos, compromissos ou ligações emocionais anteriores, e que evite estabelecê-las agora” (Bauman, 2008, p. 18). O mercado de trabalho, no entanto, é mais um tipo de mercado, como o próprio nome sugere, e é, portanto, regido pelas mesmas regras: os trabalhadores são produtos.

A soberania do consumidor, ao contrário do que propala a sociedade, tem seu limite alcançado no encontro entre seres humanos, os quais são dotados de sentidos que veem, escutam, se põem e necessitam do outro com características humanas também para entrar em relação. Contrariamente às leis de facilidade do mercado, as relações sociais não prometem felicidade gratuita, pois lidam com desejos e inclinações dos diversos agentes. Na sociedade do consumo fica mascarada essa condição, assim como Marx (1867/1996) denunciou o mascaramento do fetichismo da mercadoria como o trabalho humano empregado, em que as mercadorias aparentemente se destituem de sua condição de trabalho humano social com aplicação de tempo e energia, e se mostram como objetos submissos colocando os compradores no desempenho do papel de sujeitos. Žižek (1996) lembra que o dinheiro é apenas

uma materialização de uma rede de relações sociais – o fato de ele funcionar como equivalente universal de todas as mercadorias é condicionado por sua posição na trama das relações sociais [...] Aqui, tocamos no clássico tema marxista da “reificação”: por trás das coisas, da relação entre as coisas, devemos identificar as relações sociais, as relações entre os sujeitos humanos (p. 314).

Dessa forma, assim como o fetichismo da mercadoria, o fetichismo da subjetividade baseia-se numa mentira, numa ilusão, e “ambas as variações tropeçam e caem diante do mesmo obstáculo: a teimosia do sujeito humano, que resiste bravamente às repetidas tentativas de objetificá-lo” (Bauman, 2008, p. 30).

A condição do dinheiro como modificador do eixo relacional humano, em que pese a alocação do sujeito no lugar de objeto, parece apontar para o impasse maior da sensação de bem-estar do humano para com o dinheiro. Essa condição acaba por denunciar, tudo em nível que foge à consciência, uma objetificação do ser que não se faz cabível em sua existência. O sujeito psicanalítico é da ordem da demanda, da ordem do desejo em que não se suporta saturação, satisfação e completude.

Considerações finais

O dinheiro em si indica a ambivalência conflitiva da constituição humana; utiliza da caracterização da marca fálica, vendendo o sentido de completude e satisfação plena, ao passo que representa a impossibilidade de obtenção íntegra já no processo de aquisição, desvelando assim a falta implicada no desejo.

Como via de satisfação, o dinheiro não é comportado pelo sujeito antagônico marcado pela falta, pois perpassa o âmbito da castração, tentando negá-la, indicando que com sua posse, a tudo se pode suprir, exaltando a onipotência narcísica desejada, mas nunca instituída. É verdadeiramente uma falta, a falta de satisfação mútua, uma insatisfação de via dupla.

Por se metaforizar no ciframento da estrutura psíquica humana, o dinheiro se imbuí de uma carga condensada e esbarra na resistência do sujeito ao se opor à tentativa de objetificação.

Os sistemas econômicos têm adotado a “forma-empresa” (Deleuze, 1992) e, por intermédio do dinheiro, vêm tentando apagar a distinção entre pessoas e mercadorias, afirmando que ninguém é insubstituível. No entanto, o sujeito psicanalítico, implicado no desejo, até tropeça nas armadilhas das capturas subjetivas articuladas ao dinheiro, mas acaba por resistir à objetificação monetária e ao lugar-comum. A resposta do sujeito pulsional ao dinheiro é que ninguém é de fato substituível, pois não há igualdade em se tratando de gozo.

Referências

- Albergoni, L. (2008). *Economia*. Curitiba: IESDE, Brasil S.A.
- Baas, B. (2001). *O Desejo Puro*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Bauman, J. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brasil. Banco Central do Brasil (2002). *O que é o dinheiro?* Cadernos BC. Série Educativa.
- Cabas, A. (2009). *O Sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Dantas, D.; Tupinambá, G. (2015). O analista cobra, o paciente paga – e a economia política dá o troco. *Lacuna*, 1(0). <https://revistalacuna.com/2015/09/29/o-paciente-paga-o-analista-cobra-e-a-economia-politica-da-o-troco/>
- Deleuze, G. (1992). *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*, p. 219-226. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Ferguson, N. (2007). *A lógica do dinheiro: riqueza e poder no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Record.
- Foucault, M. (2008). Aula de 14 de março de 1979. In: *Nascimento da biopolítica*, p. 297-327. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 7. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1908/1996). Caráter e erotismo anal. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 9. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908).
- Freud, S. (1911/1996). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1911).
- Freud, S. (1913/1996). Sobre o início do tratamento: Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1915/1996). Os instintos e suas vicissitudes. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 14. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1917/1996). As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 17. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917).
- Galbraith, J. (1997). *Moeda: de onde veio, para onde foi*. São Paulo: Pioneira.
- Góes, C. (2008). *Psicanálise e capitalismo*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Gonçalves, C.; Guimarães, B. (2011). *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Huberman, L. (1936). *História da riqueza do homem*, 20ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Keynes, J. (1973/1996). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1973).
- Lopes, J. (1942). *Moeda e bancos: uma introdução*, 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- Marx, K. (1867/1996). *O Capital: crítica da economia política*, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural (coleção Os Economistas). (Original publicado em 1867).
- Marx, K.; Engels, F. (1848/2001). *O Manifesto Comunista*. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf> (acessado em 11-set-2019). (Original publicado em 1848).
- Mayer, T.; Duesenberry, J.; Aliber, R. (1993). *Moedas, bancos e a economia*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus.
- Metzger, C. (2014). *O estatuto teórico-clínico da sublimação no ensino de Jacques Lacan: a sublimação como tratamento do gozo* (tese de doutorado). São Paulo. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Quinet, A. (2009). *As 4 + 1 Condições da Análise*, 12ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ribeiro, M. (2011). *A Neurose Obsessiva*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Robert, J. (1989). *A Origem do Dinheiro*, 2ª ed. São Paulo: Global (coleção Universidade Popular).
- Simmel, G. (2009). *Psicologia do dinheiro e outros ensaios*. Lisboa: Texto e Grafia.
- Smith, A. (1776/1996). *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural (coleção Os Economistas). (Original publicado em 1776).
- Teixeira, V.; Couto, L. (2010). A cultura do consumo: uma leitura psicanalítica lacaniana. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 15(3), jul.-set. 2010, 583-591.
- Val, V.; Linhares, L. (2008). O Papel da Moeda em Marx e Keynes. *Leituras de Economia Política*, Campinas, 14, ago./dez, 81-107.
- Žižek, S. (1996). Como Marx inventou o sintoma? In: Žižek, S. (org.). *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Recebido em 21 de março de 2018

Aceito para publicação em 19 de junho de 2018

REPENSANDO O CASO LEFEBVRE COM JEAN LAPLANCHE

RETHINKING THE LEFEBVRE CASE WITH JEAN LAPLANCHE

REPENSANDO EL CASO LEFEBVRE CON JEAN LAPLANCHE

*Sarug Dagir Ribeiro**

*Fábio Roberto Rodrigues Belo***

RESUMO

Propomos uma releitura do caso Lefebvre, de Marie Bonaparte, com o objetivo de redirecionar o vetor de explicação dos fenômenos psíquicos da psicose, que aponta para o descentramento radical da constituição psíquica. Assim, temos como referente a teoria da sedução generalizada, por meio da qual trabalhamos o texto no sentido de fazer render seus elementos que concernem à sedução originária. Iniciamos com uma apresentação geral do caso e das explicações bonapartianas acerca dos principais sintomas psicóticos da paciente; em seguida, com base na teoria tradutiva do recalçamento, apresentamos os possíveis destinos e os fracassos das seduções originárias, tendo como princípio a primazia da sedução do outro nas origens da vida psíquica inconsciente e o ganho de realidade na psicose. O resgate histórico-epistemológico desse caso tem interesse na psicanálise contemporânea justamente porque aponta para o descentramento radical.

Palavras-chave: Lefebvre; psicose; sedução.

* Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

sdagir@gmail.com

** Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
fabiobelo76@gmail.com

Este estudo teve apoio e financiamento da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais). O autor Fábio Belo é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), nível 2.

ABSTRACT

We propose a re-reading of Marie Bonaparte's Lefebvre case, with the aim of redirecting the vector of explanation of the psychic phenomena of psychosis, which points to the radical decentering of the psychic constitution. Thus, we have as reference the generalized theory of seduction, through which we work the text in order to make it surrender its elements concerning the original seduction. We start with a the general presentation of the case and the Bonapartean explanations about the main psychotic symptoms of the patient; then, based on the translation theory of repression, we present the possible destinations and the failures of the original seductions, having as principle the primacy of the seduction of the other in the origins of unconscious psychic life and the gain of reality in psychosis. The historical-epistemological rescue of this case has an interest in contemporary psychoanalysis precisely because it points to radical decentering.

Keywords: Lefebvre; psychosis; seduction.

RESUMEN

Proponemos releer el caso Lefebvre, de Marie Bonaparte, con el objetivo redireccionar el vector de explicación de los fenómenos psíquicos de la psicosis, aquel que apunta hacia el descentramiento radical de la constitución psíquica. Así, tenemos como referente la teoría de la seducción generalizada, por medio de la cual trabajamos el texto en el sentido de hacerle rendir sus elementos que conciernen a la seducción originaria. Iniciamos con una presentación general del caso y de las explicaciones bonaparteanas sobre de los principales síntomas psicóticos de la paciente; a continuación, sobre la base de la teoría traductiva de la represión, presentamos los posibles destinos y los fracasos de las seducciones originarias, teniendo como principio la primacía de la seducción del otro en los orígenes de la vida psíquica inconsciente y la ganancia de realidad en la psicosis. El rescate histórico-epistemológico de ese caso tiene interés en el psicoanálisis contemporáneo justamente porque apunta al descentramiento radical.

Palabras clave: Lefebvre; psicosis; seducción.

Introdução

Propomos um resgate histórico-epistemológico, além de um debate teórico, em torno do caso Lefebvre, considerado um dos primeiros casos de psicose relatados na literatura psicanalítica e a maior contribuição de Marie Bonaparte

(1952a) à clínica das psicoses.¹ Assim, ousamos pensar no vetor de explicação dos fenômenos psíquicos da psicose, defendidos pelo dossiê bonapartiano, como prioritariamente centrífugo, ou seja, os fenômenos psíquicos partem do Eu² (interno), de forma muito semelhante ao sentido do vetor dos textos freudianos sobre o assunto (Freud, 1889/1996a, 1911/1969, 1915/1969, 1924[1923]/1996, 1924/1996a); tais ideias ainda influenciam os trabalhos na psicanálise contemporânea, nas suas mais variadas linhas. Desse modo, as metáforas físico-astronômicas empregadas por Laplanche (2008a) na tradução, na interpretação dos textos freudianos e no desenvolvimento da teoria da sedução generalizada serão neste texto referidas pelos termos de forças centrífugas e forças centrípetas. Enfim, nosso objetivo é levar a interpretação bonapartiana do caso Lefebvre a um novo patamar, fazendo trabalhar a teoria da sedução generalizada nos seus argumentos.

A fim de atingir esse propósito, ancoramos nossa metodologia no método laplanchiano de “fazer trabalhar” os textos freudianos (Laplanche, 1988; André, 2016), que levou o autor a formular os novos fundamentos para a psicanálise (Laplanche, 1992), vertendo em sua teoria da sedução generalizada advinda do descentramento radical do sujeito por meio da afirmação da prioridade do outro e do aspecto sexual na constituição psíquica. Desse modo, inverte-se o vetor de explicação dos fenômenos psíquicos, que passam a ser centrípetos. Esse modo singular de tratamento da alteridade interna constitui uma ferramenta teórica pertinente no esquema explicativo das psicoses.

Laplanche (1992) propõe a ideia de confrontação de mensagens sexuais entre o adulto e o bebê na chamada situação antropológica fundamental. Essa situação se refere à dissimetria que caracteriza a condição em que a criança se encontra, submetida pelo adulto a uma dimensão erótica, atulhando-a de mensagens “pré-conscientes-conscientes” (Laplanche, 2015, p. 168), cujas origens e cujos significados ele próprio desconhece.

Tarelho (2017) esclarece que nessa dissimetria se encontra a base do que a teoria laplanchiana nomeia de enigma. Então, “é justamente devido a esse aspecto enigmático da mensagem adulta que a criança é incitada a desenvolver uma atividade insólita de tradução” (Laplanche, 2015, p. 61). O modelo da tradução, mais exatamente do fracasso da tradução, é muito importante para o entendimento de determinadas patologias psicológicas, bem como para nossa leitura do caso Lefebvre. Então, é pelo destino das mensagens enigmáticas ou o destino das mensagens não traduzidas, logo não recalçadas porém ativas, que desenhamos outro modo explicativo sobre a afirmação da condição psicótica de Lefebvre. Desse modo, não ingressamos nos argumentos bonapartianos que recentram o Eu, mas buscamos a primazia da sedução do outro nos fundamentos do Eu.³

Com tal objetivo, subdividimos este ensaio em quatro partes. Na primeira parte, apresentamos dados biográficos de Lefebvre, esclarecendo aspectos desde sua infância à vida adulta. Focalizamos os fatos cujas dimensões se relacionam mais diretamente com a interpretação realizada por Bonaparte (1952a) no que diz respeito tanto à classificação nosológica do caso quanto ao entendimento da dinâmica do homicídio (assassinato da nora) cometido pela paciente.

Na segunda parte, expomos a hipótese bonapartiana da psicose racionante ou de revindicação (Capgras & Sérieux, 1909) de Lefebvre. Em seguida, apresentamos os argumentos da autora que cotejam o erotismo anal (Freud, 1908/1976a) na hipocondria e na avareza da paciente, assim como a compreensão da suposta configuração edipiana do crime.

Na terceira parte, fazemos trabalhar a teoria de Laplanche (1992) na interpretação bonapartiana do caso Lefebvre, primeiro entendendo como a autora preconiza a sedução (Lanouzière, 1991), geralmente pensada de modo restrito, episódico ou ocasional, para em seguida expandir esse horizonte para o que Laplanche (1992) postula por teoria da sedução generalizada, paradigma que traz a dimensão do primado da alteridade do outro e do sexual, e se baseia no modelo tradutivo do recalçamento (Laplanche, 2015; Tarelho, 2017), o que vai propiciar ao caso Lefebvre o ganho de aportes na teoria psicanalítica contemporânea.

Na quarta parte, continuamos a abordar a psicose de Lefebvre por meio do modelo tradutivo do recalçamento e dos destinos dos enclaves, ou seja, daquilo que não pode ser metabolizado ou traduzido na história da paciente. Além disso, apresentamos a ideia do ganho de realidade na psicose (Carvalho, 1996, 2003), contrapondo-a à ideia freudiana clássica da perda da realidade (Freud, 1924/1996a).

Lefebvre: sobre sua vida e sobre o crime

Vale esclarecer alguns pontos do caso, cujas informações biográficas colhidas na história da paciente, bem como os detalhes do crime e do estado mórbido que serão explanados a seguir, foram coletadas pela própria Bonaparte.⁴

Sobre a infância de Lefebvre⁵, o que mais chama nossa atenção em seu relato é a descrição da sua brincadeira infantil preferida: ela brincava no jardim com seu irmão, deixando de fora sua irmã caçula. A brincadeira consistia em ritos religiosos ligados aos funerais das pequenas aves (pintinhos) que ela própria matava e enterrava dentro das caixas de charutos do pai, em um cemitério improvisado com esse propósito. Seu irmão proferia as bênçãos solenes,

e sobre as covas eles colocavam pequenas cruces ornamentadas com coroas de margaridas. Na adolescência, ela começa a ter problemas de saúde e é acometida por uma diarreia que a atormenta sem cessar. Nessa época, seu equilíbrio nervoso foi fortemente perturbado. Tornava-se triste sem causa visível e tinha, por razões fúteis, crises de choro: “[...] por uma simples observação feita por mamãe” (Bonaparte, 1952a, p. 7, tradução nossa). Na vida adulta, ela arranja um casamento de conveniência e afirma que aborda o casamento num estado de ignorância completa da realidade da vida íntima de um casal. Bonaparte (1952a) chega a atribuir-lhe a condição de mulher frígida, assunto de muito interesse investigativo da autora (Bonaparte, sob o pseudônimo Narjani, 1924, 1967, 1952b), mas não tomamos como nossa tarefa no presente artigo o desenvolvimento desse ponto, por extrapolar nosso propósito.

Lefebvre diz que sofreu muito durante as duas gestações que teve, principalmente de dor nos rins. Em 1890, tem seu primeiro filho, André, e em 1892, seu segundo, Charles. Com a proximidade da menopausa, apresenta os mesmos males que a afligiam na adolescência, só que com mais intensidade, ou seja, perturbações nervosas difusas e diversas, diarreia, contrações do estômago e toda sorte de sensações dolorosas, como acontece com os hipocondríacos em geral (Freud, 1914/1969). Seu filho Charles não se casa e permanece morando na casa de seus pais. Já André, aos 34 anos, conhece Antoinette Mulle, de 30 anos, e com ela se casa, contra a vontade da sua mãe.

A partir de então, surgem os sintomas mentais em Lefebvre, que culminarão no assassinato da nora. Assim, oito dias depois do casamento, explode a primeira cena de ciúmes: na igreja, Lefebvre se aproxima de Antoinette e lhe fecha acentuadamente a passagem numa atitude clara de monopolização do automóvel da família, ou seja, não queria que a nora fosse passear com seu filho. Então, com a gravidez de Antoinette, em junho de 1925, Lefebvre tem a primeira ideia de comprar um revólver. Em seguida, segue-se a situação do crime: durante um passeio de automóvel com o filho e a nora, esta lhe diz uma frase que ela cita muitas vezes durante a entrevista e que caracteriza uma das sintomatologias de sua psicose. Então, ela alega sofrer uma terrível ofensa, uma profunda falta de respeito e de grave injúria por parte da nora, que lhe disse: “Você me tem. Bem, agora, de fato conte comigo” (Bonaparte, 1952a, p. 11, tradução nossa). Durante o passeio, de modo repentino, Lefebvre solicita ao filho que pare o carro sob o pretexto de satisfazer uma necessidade fisiológica. Quando o automóvel para, ela pega o revólver, se coloca à direita da nora e com implacável segurança dispara a bala, que lhe atravessa o crânio de um lado a outro. O crime causou na época intensa comoção pública na França e foi divul-

gado amplamente na mídia local. A assassina, já bastante idosa, foi julgada no ano seguinte ao crime, em 1926, no tribunal de Douai e condenada à morte.

Lefebvre: psicose de revindicação e crime edipiano

O propósito principal do dossiê elaborado por Bonaparte (1952a) sobre o caso criminal Lefebvre é defender a ré como um caso de psicose, contrariando o exame mental dos peritos de acusação, que concluíram que a assassina tinha uma espécie de característica “um pouco particular” (p. 14, tradução nossa), que teve inteira e plena responsabilidade sobre o crime, e que o diagnóstico de psicose estava descartado. Assim, a autora realiza uma entrevista de avaliação nosológica e de compreensão psicodinâmica da personalidade de Lefebvre, discriminando indicadores relevantes para a avaliação psicopatológica da entrevistada.

O ponto de vista bonapartiano é que “Madame Lefebvre tem uma constituição paranoica, sob a qual se desenvolveu uma psicose de revindicação” (Bonaparte, 1952a, p. 14, tradução nossa). Trata-se de um tipo de psicose estudada e caracterizada por Capgras e Sérieux (1909)⁶ como um tipo de delírio de interpretação, em que os doentes conservam a memória, a faculdade intelectual, “mas em um ponto sua razão é perturbada, neste que toca a faculdade dita de julgamento” (Bonaparte, 1952a, p. 14, tradução nossa). Uma ideia prevalente é tomada de um efeito poderoso que se estabelecerá e se tornará dominante. De fato, Lefebvre foi incapaz de dizer de um agravo sério cometido pela nora contra ela, pois das palavras mais insignificantes proveio, segundo ela, o mais grave agravo.

De acordo com Capgras e Sérieux (1909), o fato que caracteriza a impressão de anormal é justamente a maneira como as ideias se desenvolvem com precisão e se fixando num ponto em que

O delírio de reivindicação pode definir uma psicose sistemática crônica, caracterizada por uma predominância exclusiva de uma ideia fixa que se impõe ao espírito de uma maneira obsessiva, orienta toda a atividade no sentido manifestadamente patológico e se exalta em razão dos obstáculos encontrados (Capgras & Sérieux, 1909, p. 246, tradução nossa).

Trata-se de um estado psíquico de monoideísmo de prevalência mórbida que em nada se assemelha à demência. Nesse tipo de psicose, a ideia obsessiva é como um tirano que não deixa o doente um só instante em repouso e, de acordo

com Bonaparte (1952a), Lefebvre apresenta as características próprias do delírio de reivindicação.

Por outro lado, com relação ao crime, a autora se questiona: teria Lefebvre cometido um crime edípiano? Para Bonaparte (1952a, p. 13, tradução nossa), “ela tinha, de fato, cometido um crime de um horror antigo: matar por amor de um filho como outros matam por amor de um amante; um aroma de incesto exala em torno do crime”.

Sabemos que, para Freud (1924/1996b), o complexo de Édipo é um estado de sentimento em que a criança direciona amor sexual ao genitor do sexo oposto e, em contrapartida lógica, deseja a morte ao genitor do mesmo sexo, considerado um rival. “Esse complexo, vivido em toda a sua realidade sexual, existe também nos pais, mas de maneira atenuada, ensurdecido pela longa corrente da censura moral” (Bonaparte, 1952a, p. 15, tradução nossa), em que o pai prefere a filha, e a mãe prefere o filho.

[...] no caso Lefebvre, é o crime edípiano ao contrário, ou seja, não de Édipo, mas de Jocasta [...] um amor carnal entre a mãe e seu filho [...] e expressou de um modo cruel e simplista esta verdade que Lefebvre é a Jocasta que matou (Bonaparte, 1952a, p. 15, tradução nossa).

Portanto, a autora justifica os motivos pelos quais o crime de Lefebvre muito repercutiu e repercutiu na mente e na opinião das pessoas justamente porque “em toda mãe, no fundo do inconsciente, há, inexprimido, um pouco de Jocasta e de Lefebvre” (Bonaparte, 1952a, p. 15, tradução nossa).

No dossiê bonapartiano consta que a mãe de Lefebvre foi muito avarenta na época de sua infância e apresentava muitos sintomas hipocondríacos ligados a vários distúrbios de ordem intestinal. Esses sintomas também acometerão Lefebvre muito fortemente na época de sua primeira menstruação e reaparecerão na época da menopausa. A autora questiona se haveria um elo de identificação de Lefebvre com a mãe, conotado tanto pela hipocondria como pela avareza.⁷

Quanto ao último sintoma, observemos que Bonaparte (1952a), seguindo a via interpretativa proposta por Freud (1908/1976a) e Abraham (1924), afirma que o gasto de dinheiro por parte da nora era sentido com intensa dor por Lefebvre justamente porque “todo dinheiro gasto é um dom, um dom transposto, sob o modo da regressão anal” (Bonaparte, 1952a, p. 21, tradução nossa) e que “nos produtos do inconsciente – ideias espontâneas, fantasias e sintomas – os conceitos

de fezes (dinheiro, dádiva), bebê e pênis mal se distinguem um do outro e são facilmente intercambiáveis” (Freud, 1917/1996, p. 160).

Segundo Bonaparte (1952a), o erotismo anal é reanimado em certos tipos de psicopatas, e deveríamos tomar como exemplo o caso Lefebvre, em que a hipocondria, além da avareza, é testemunha desse retorno aos estados pré-genitais da libido. Para Freud (1914/1969), a hipocondria exprime um retorno da libido sobre o próprio sujeito como uma “neurose narcísica atual” expressa na linguagem orgânica. Então, a hipocondria é um estado preliminar das psicoses paranoicas. Segundo a interpretação bonapartiana, o caso Lefebvre corrobora as teses freudianas.

Outro aspecto importante no dossiê bonapartiano é a afirmação de que Lefebvre relata que se sentiu completamente incomodada e ressentida com a aparência da mãe gorda quando estava grávida da filha caçula, considerada sua arquirrival edipiana. Esses sentimentos, segundo Bonaparte (1952a), muito provavelmente foram revividos na ocasião da gravidez da nora e numa leitura laplanchiana, como veremos adiante, podem ser entendidos pela reabertura do processo de fracasso de tradução do enigma das mensagens de cunho sexual vindas do outro e que não são metabolizadas, os chamados enclaves psicóticos (Laplanche, 2008c).

De acordo com Bonaparte (1952a), Lefebvre desejava matar a mãe quando esta estava grávida de sua pequena irmã, e o crime contra a nora foi a repetição dessa reação primitiva muito antiga, provavelmente o desejo edipiano de morte contra a própria mãe, para poder tomar o lugar da mulher do pai. A autora faz clara menção às ideias freudianas sobre o complexo de Édipo na menina (Freud, 1924/1996b, 1931/1996).

Na próxima seção faremos trabalhar a teoria da sedução generalizada como meio de aprofundar a elaboração dessas questões.

Gravidez e sedução: os destinos das mensagens

Levando em consideração as indicações do estudo de Lanouzière (1991) relativo ao caminho que a noção de sedução traça no pensamento bonapartiano, podemos distinguir três tipos de agentes de sedução: a sedução maternal, a sedução pelos adultos e a sedução pelos pares. Sucintamente, temos o seguinte entendimento: a sedução maternal está relacionada aos cuidados com a higiene do bebê e é de natureza involuntária ou inconsciente. Bonaparte (1967) defende que, nos cuidados com a toalete, as carícias são provedoras essenciais de excitações

sexuais na criança e geralmente ocorrem nos momentos em que ela é “lavada, limpa, acariciada” (p. 117, tradução nossa).

Já a sedução pelos adultos é aquela considerada como sedução sexual propriamente dita, de natureza intencional, que provoca a excitação direta das partes do corpo da criança, geralmente provocada por adultos pedófilos ou perversos. É neste tipo de sedução que a autora também localiza aquelas seduções provocadas pela visão e audição, por parte da criança, de cenas sexuais entre adultos. Isso significa que a criança é testemunha de cenas sexuais reais, chamadas de cena primária (Bonaparte, 1952c; Freud, 1899/1996b). Então, além das confabulações de suas teorias sexuais infantis (Freud, 1908/1976b), é despertada na criança a masturbação (Lanouzière, 1991, p. 141), que na fase fálica ou genital está repleta de fantasias edípicas. Na teoria freudiana clássica, o menino deseja se deitar com a mãe e rivaliza com o pai, e a menina abandona a mãe como objeto de amor, disputando com ela o amor pelo pai, de quem espera um dia ter um filho, como forma de compensação da falta anatômica do pênis, mas percebe que o pai ama a mãe, por isso é acometida por uma grande decepção amorosa, que marca seu psiquismo de maneira inequívoca (Freud, 1924/1996b, 1931/1996).

Por fim, na manifestação da sedução pelos pares, os postulados bonapartianos (Bonaparte, 1967) se referem aos jogos sexuais entre crianças ou entre irmãos de mesma idade ou idades próximas. Geralmente as crianças imitam os jogos sexuais dos adultos e se masturbam ou evoluem para o coito completo. De maneira geral, para o pensamento bonapartiano, a sexualidade reside na articulação desses três fenômenos preparatórios: a sedução, a masturbação e os devaneios edípianos.

Por outro lado, Laplanche (1992, 1985) se opõe à noção de sedução restrita, acidental ou conjectural, que tão costumeiramente aparece nos textos bonapartianos e freudianos. A teoria laplanchiana vem ampliar a noção de sedução reconhecendo que os inelutáveis encontros do bebê com a mãe e/ou o pai (o mundo dos adultos), que estão permeados de sexualidade e, seguindo modalidades diferentes de mensagens a ele endereçadas, vão enchendo seu corpo de materiais discursivos e não discursivos, que estão comprometidos com o inconsciente do adulto. Essas mensagens provocam um efeito traumático no bebê por causa da sua imaturidade na organização psíquica, que o impede de traduzir ou tratar o excesso de excitação. Esses excessos traumáticos serão esquecidos e farão parte de seu inconsciente pelo efeito do recalçamento originário. Cabe alertar o leitor que a teoria da sedução generalizada não se confunde com a generalização ou a banalização da sedução (dos abusos sexuais na infância), mas trata-se de explicar as origens da vida psíquica inconsciente (Laplanche, 1985).

Como mencionado anteriormente, na situação antropológica fundamental, em que o bebê depende de ser cuidado pelo adulto, são transmitidas a ele mensagens conscientes e pré-conscientes (de amor, ódio, raiva, entre outras), que vão aos poucos colonizando seu corpo com afeto. Segundo Laplanche (2008b), essas mensagens podem ser endereçadas via “implantação”, que são aquelas mensagens que ocorrem corriqueiramente e passarão por algum processo de tradução, ou via “intromissão”, que são aquelas de cunho mais violento e que muitas vezes permanecem no inconsciente como restos não metabolizados ou não traduzidos. Esses jogos de mensagens são seduções que partem do outro e, como assinalamos acima, o modelo de tradução dessas mensagens é uma das chaves da teoria da sedução generalizada (Laplanche, 1992) e de nosso entendimento sobre as psicoses. Isso significa que a “intromissão” de mensagens implica para o Eu um fracasso radical de tradução, o que se deve, entre outros aspectos, “ao fato de que tais mensagens já se apresentam como não metabolizadas no próprio outro” (Cardoso, 2017, p. 89). E é isso que na teoria laplanchiana nomeamos de enclave psíquico. Segundo Laplanche (2008c), os enclaves correspondem às impressões não traduzidas de mensagens advindas do outro cujo ingresso no psiquismo se deu via “intromissão”. Esses enclaves se mantêm como marcas traumáticas e tendem a reaparecer na vida psíquica de maneira quase imutável. Então, tais mensagens ficarão “encravadas” no psiquismo (Laplanche, 2015).

Fazendo trabalhar a teoria da sedução generalizada nas elaborações bonapartianas no dossiê clínico sobre Lefebvre, podemos avançar na interpretação bonapartiana mudando o vetor de explicação que, por exemplo, esclarece a raiva sentida por Lefebvre quando a mãe estava grávida da filha caçula. Sabemos que a gravidez soa para o mundo infantil como enigma, cujas confabulações ou teorias sexuais encontrarão várias explicações (Freud, 1907/1996, 1908/1976b), como a história da cegonha que, voando pelos céus, traz os bebês para as mães, entre outras crenças. Mas o que nos interessa aqui é o enigma (da mensagem do outro) no jogo do processo tradutivo (Laplanche, 1985, 2015), que funciona como o elemento focal do desenvolvimento psicosssexual. Dessa maneira, entendemos que com o desenvolvimento do bebê vai ocorrendo a formação das representações mentais, as quais darão sentido a algumas das mensagens a ele endereçadas (*implantações*), cujo processo tradutivo tem como base as informações recebidas do ambiente, do seu meio social mais próximo (tios, tias, avós, primos, vizinhos, dentre outros). Esses valores e essas crenças, por exemplo, lhe fornecerão o sentido do que é ser homem ou mulher e, então, a criança dará conta da introjeção e/ou identificação com o objeto.⁸ Esses valores e essas crenças darão sentido ao enigma da gravidez ou à chegada de um(a) irmãozinho(a).

Já as mensagens designadas “intromissões”, de cunho mais violento, como dito anteriormente, permanecerão sem tradução e constituirão parte do inconsciente da criança como enclaves ou encravada (Laplanche, 2008b, 2015). Em outros termos, “a intromissão de mensagens implica para o ego um fracasso radical de tradução [...] Isso poderia ser devido [...] ao fato de que tais mensagens já se apresentariam como não metabolizáveis no próprio outro, já são enclaves no adulto” (Cardoso, 2017, p. 89).

Assim, pensamos, por exemplo, na gravidez da mãe de Lefebvre como uma mensagem, que pode ter sido endereçada de forma rude e severa, fato que nos faz pensar numa possível qualidade de mensagem que a fez fracassar na tradução, inundando-a de raiva. Lefebvre afirma que “ressentia-se brutalmente com a gravidez de sua mãe, gravidez de sua pequena irmã” (Bonaparte, 1952a, p. 16, tradução nossa). Portanto, a mensagem da gravidez “é aquilo que perdeu a ligação de sentido e que assim, estará sempre escapando a esta tentativa de significação, de criação de sentido” (Tarelho, 2017, p. 29). Cabe lembrar que o esforço tradutivo do sujeito para integrar o sexual que veio de fora é a chave da compreensão da constituição psíquica de forma geral (Tarelho, 2016), inclusive, que levará o sujeito à psicose. Assim, pela teoria da sedução generalizada a direção do vetor é centrípeto, do sexual que vem de fora, do outro e não do interior do Eu como se apresenta nos argumentos bonapartianos. Assim, a gravidez da mãe de Lefebvre, entendida como uma mensagem a ela endereçada, escapou de uma ligação de sentido e a fez ter uma reação tradutiva mortífera, como expressa em sua brincadeira predileta de infância de matar os pintinhos e enterrá-los no quintal.

Quando Bonaparte (1952a) afirma que “é a gravidez de sua nora que o inconsciente de Mme. Lefebvre não pode suportar” (p. 35, tradução nossa), precisamos interpretar que não é o inconsciente de Lefebvre que não pode suportar a gravidez da nora, mas sim seu Eu. Os elementos, no caso, sugerem que a própria gravidez é que produz o ataque de angústia. Vale lembrar que a descrição dos sintomas hipocondríacos se assemelha ao peso de uma gravidez e às dores do parto. E inverso à direção do vetor (centrípeto), o sexual que vem do outro nas cenas de sedução às quais Lefebvre foi submetida na sua infância, da “mensagem do outro, sexual-pré-sexual, enigmática” (Laplanche, 1999, p. 35, tradução nossa) nos seus aspectos mais violentos ou de desligamento do funcionamento psíquico nos permitem conceber o ataque da mensagem da mãe grávida. E *a posteriori*, ao ver a nora grávida, sua memória traumática é ativada, o que a faz repetir a reação primitiva mais antiga da época em que sua mãe estava grávida de sua irmã çaula.

A interpretação bonapartiana da psicose da paciente é semelhante à teoria sobre as psicoses da tese clássica de Freud (1911/1969), que via um movimento centrífugo comandando o sintoma psicótico: algo interno intolerável é projetado para fora e retorna como se viesse do exterior. Mas, tomando as indicações do caso Lefebvre de Bonaparte (1952a) para ilustrar a teoria da sedução generalizada, reconhecemos nossos limites na explicitação do vetor sexual que vai da mãe de Lefebvre à própria Lefebvre, exemplificada quando narra a raiva e o medo que sentia da mãe, principalmente quando estava grávida da filha caçula.

Conforme a teoria da sedução generalizada, esses afetos já são resposta às “intromissões” sofridas pela criança Lefebvre. A crítica de Laplanche (1999) às teorias freudianas sobre a psicose visa destacar que há um movimento centrípeto (do outro ao Eu) anterior à defesa projetiva. A sedução vem primeiro do outro externo, o sexual é intrometido no sujeito e só então ele encontra alguma tradução e pode ser projetado para, mais uma vez, retornar vindo de fora.

A gravidez da mãe entra na mesma lógica afetiva de desprezo e violência por meio da qual Lefebvre fora tratada por ela. Uma reação da menina na época foi justamente matar os pintinhos (pequenas aves) como uma tentativa de simbolizar uma tradução das mensagens que a mãe endereçava à criança Lefebvre. Era ela também a menina enterrada e morta pelo ódio da mãe. Sua saída cruel ativa traduz a passividade brutal à qual é submetida. Quando se depara com a nora grávida, temos novamente uma cena sexual que lhe é endereçada. Tal cena reabre a situação originária: antes de edipianizar a cena, dizendo que o filho da nora é o filho que ela gostaria de ter com o próprio filho, insistimos que o que é perturbador são os efeitos sexuais internos produzidos pela cena da gravidez.

Veremos na seção seguinte como a insistência da literalidade da memória traumática de Lefebvre é correlativa à má delimitação das fronteiras do seu Eu.

A primazia da sedução do outro nos fundamentos do Eu e o ganho de realidade na psicose

Para Bonaparte (1952a, p. 36), os mecanismos psíquicos do Eu de Lefebvre só lhe permitem amar o marido e os dois filhos, não admitindo a entrada de ninguém mais no seio familiar; por isso, ela considerava a nora uma intrusa, alguém que perturbava a ordem e a harmonia familiar. Sobre esse ponto podemos pensar que “o Eu é uma realidade criada e mantida pelo investimento libidinal. O Eu deve ser considerado como uma experiência contínua do psiquismo, cujos contornos modificam-se” (Carvalho, 2003, p. 45). As modificações dos

contornos do Eu incluem a despersonalização, a alienação e o estranhamento. Isso implica pôr em evidência a vulnerabilidade do Eu e dizer que o Eu do psicótico é modificado e, no caso Lefebvre, “um Eu com as fronteiras encolhidas, esbarrando com o órgão doente” (Carvalho, 2003, p. 47) e um Eu que fazia ligações libidinais apenas com seu pequeno grupo familiar. Portanto, segundo Carvalho (2003), as elaborações sobre as fronteiras do Eu e a realidade dos fenômenos psicóticos não são “a perda da realidade, mas o ganho de realidade daquilo que, anteriormente, era meramente pensamento” (p. 49).

Por conseguinte, com base na ideia de que a psicose se caracteriza pelo “ganho de realidade dos conteúdos inconscientes” (Carvalho, 1996, p. 239, tradução nossa), é possível propor a compreensão da regressão a um estado do Eu passado como a atualização de uma situação de sedução originária.

O surgimento da psicose tem uma relação decisiva com exigências pulsionais que se apresentam como enigmáticas e ameaçadoras na justa medida de sua incompatibilidade com o que pode ser reconhecido como pertencente ao eu, ou seja, na medida de sua alteridade (Ribeiro, 2001, p. 123).

Segundo Laplanche (1999, p. 52), “a ‘realidade psíquica’ não é criada pelo Eu, ela é invasiva”.⁹ É no movimento centrípeto, vetor que vai do outro para o interior do sujeito, que se encontra nosso ponto de partida. Lembramos ao leitor que essa perspectiva é bem diferente daquela dos postulados freudianos sobre a psicose, que se diferencia da neurose pelo fato que o “[...] ego, a serviço do id, se afasta de um fragmento da realidade” (Freud, 1924/1996a, p. 229), cujo reparo da perda da realidade se dá de maneira autocrática, com a criação de uma nova realidade, seja por meio do delírio, da alucinação, seja por meio de uma infeliz ideia mórbida. Por conseguinte, a noção de ganho de realidade na psicose nos ajuda a entender de outro modo o respectivo caso, na medida em que sua sintomatologia (a hipocondria, o delírio e o ato homicida) está intimamente interligada a um Eu que aparece mal delimitado em suas fronteiras internas ou externas. E equacionado a um processo sedutivo marcado por injunções paradoxais que a levaram à subsequente falha radical de tradução (clivagem), cujos conteúdos inconscientes alcançaram um ganho de realidade: minha nora me insultou, então, é meu dever eliminá-la como “se tira uma erva daninha do jardim” (Bonaparte, 1952a, p. 28, tradução nossa), num tipo de reabertura de cenas originárias, a cena da mãe grávida considerada ofensa.

Conforme a teoria da sedução generalizada, a realidade psíquica está relacionada à realidade da mensagem sexual do outro. Quanto ao delírio de Lefebvre, ele é retirado da frase mais banal, que encerra a essência daquilo que se transformará em sua loucura. Ou seja, da fala corriqueira: “Você me tem. Bem, agora, de fato conte comigo” (Bonaparte, 1952a, p. 11, tradução nossa), que aos ouvidos de Lefebvre soa como ofensa moral ou sexual. E quanto à gravidez da nora, nossa interpretação nos faz levar em conta que essa gravidez endereçou a Lefebvre mensagens sexuais da mãe, cujo caráter sedutor e sexual é velado e só pode ser deduzido *a posteriori*, quando colocada lado a lado com a nora grávida. Desse modo, a gravidez da nora atualiza uma situação de sedução mais antiga, a sedução da mensagem da gravidez da mãe. É nessa cadeia associativa que liga a mãe à nora, em que “a regressão a um estado passado do Eu deve ser compreendida como a atualização de uma situação de sedução” (Carvalho, 2003, p. 56), que percebemos o ganho de realidade de conteúdos inconscientes pelo Eu de Lefebvre.

A fixação da ideia sobre a suposta ofensa da nora, repetida monotonicamente, marca um modo explosivo e um ponto de fixidez da realidade da mensagem sexual intrometida em seu psiquismo pelo enigma da gravidez. Segundo Laplanche (1999), “o primado do outro e seu enigma não se ‘fecha’ necessariamente quando desaparece a relação concreta adulto-bebê” (p. 5, tradução nossa), o que o autor chamará de abertura à inspiração. No que tange ao estudo das psicoses, as asserções seduzir, perseguir e revelar são os verbos ativos da ação do outro sobre o Eu (da criança), e essas ações merecem ser interrogadas no estudo das psicoses.

Para Laplanche (1999), “[...] sustentar ‘a realidade da sedução’ é afirmar sua prioridade, sua primazia com relação aos outros cenários ditos originários” (p. 10, tradução nossa). Nas cenas de sedução está a realidade psíquica do inconsciente, em que entre o adulto e o bebê “se postula uma comunicação imaterial de inconsciente a inconsciente, de fantasia a fantasia, isso postulado de maneira totalmente injustificada, a preexistência de uma fantasia e de um inconsciente no bebê” (p. 12, tradução nossa).

Na teoria de Freud (1911/1969), assim como na de Bonaparte (1952a), esses traços no psiquismo estão funcionando como um resíduo da “revivescência [do ódio] das meninas que foram suas amigas na infância, ou das irmãs, que foram suas rivais verdadeiras” (Freud, 1911/1969, p. 87). Para Laplanche (1999), seria interessante pensar no ódio como, primariamente, proveniente do outro: só então o percurso prosseguiria: (1) eu sou odiada; (2) odeio minha agressora/rival; (3) eu me culpo pelo meu ódio; (4) projeto meu ódio para a agressora, invertendo-o: sou odiada/perseguida. Talvez a diferença do ponto (1) para o ponto (4)

seja o caráter persecutório, que ganha o ódio proveniente da projeção, o que não está presente no ódio inicial, proveniente do outro da situação originária. Portanto, Laplanche (1999) situa essa suposição de inversão do ódio em perseguição justamente na inversão do movimento do vetor, que, em vez de ser centrífugo, tem seu ponto de partida no exterior, “como movimento que toma sua origem no outro” (p. 54, tradução nossa). Assim, perseguir aparece como um retorno da passividade originária em atividade no que concerne à vetorização centrípeta, da intervenção do outro, pela qual o sujeito toma ser a origem daquilo que primeiramente o submete.

Freud (1911/1969) explica o delírio ou, mais precisamente, sua forma persecutória como se fosse provocada por “uma percepção interna suprimida, e seu conteúdo, após sofrer certo tipo de deformação, ingressa na consciência sob a forma de percepção externa” (p. 89). Vemos claramente a direção do vetor (centrífugo) na explicação da psicose, tal como no texto bonapartiano sobre Lefebvre. Mas, conforme a teoria da sedução generalizada, invertamos esse vetor: o que importa são as mensagens que vêm de fora, do outro, em que na situação antropológica fundamental “o *infans*, por sua imaturidade de base, seu desamparo, passa um bom tempo girando em torno desse astro-rei, o adulto com seu calor, que aquece e é a fonte de vida, mas que não deixa também de queimar” (Tarelho, 2017, p. 19). E é desse modo que a sexualidade pulsional chega à criança. Assim, compreendemos que a projeção, essencial à paranoia, está relacionada à dimensão tradutiva da metabolização das mensagens endereçadas à criança pelo adulto. Então, essa defesa psicótica se efetua pela via da projeção. Em vez de se pensar numa sensação interiormente suprimida pelo exterior, o delírio faz proeminência como alteridade irreduzível, levando Lefebvre a ter feito seu dever de matar.

“Quando eu falo de um descentramento originário, de um copernicanismo de base, eu não falo em geral, mas especificamente no domínio sexual” (Laplanche, 1999, p. 52, tradução nossa). No texto bonapartiano há uma confusão do sexual (da sedução) e da autoconservação (uma visão endógena do sexual), em que o simbolismo exagerado nas interpretações do caso Lefebvre a fez silenciar a origem alteritária do Eu.

Para concluir

Vimos que, esquematicamente, o dossiê clínico Lefebvre de Bonaparte (1952a) se compõe de duas partes: uma concernente aos sintomas hipocondrí-

acos e às fases pré-genitais da libido, demonstrando a origem de sua avareza e a especificidade da *folie ratiocinante*, e outra concernente ao conteúdo edípico do crime e sua dinâmica.

De certa maneira, constatamos que há continuidade da psicopatologia freudiana das psicoses nas ideias bonapartianas. E o resgate desse caso se mostra importante nos dias de hoje por mostrar como essas ideias sobre a psicose, de certa maneira, ainda predominam na psicanálise contemporânea, que muitas vezes a relaciona aos fenômenos internos ao Eu. Um dos méritos desta pesquisa é recuperar o fazer teórico em psicanálise ao mostrarmos como o movimento centrífugo recalca as origens alteritárias do Eu e como isso se traduz do ponto de vista teórico. Nosso esforço, ao contrário, é pensar o descentramento radical na teoria das psicoses com base na teoria da sedução generalizada.

Nosso caminho foi, então, priorizar o domínio da mensagem do outro, do sexual, movimento centrípeto e não centrífugo, pois, “a ‘realidade psíquica’ não é criada pelo Eu, ela é invasiva” (Laplanche, 1999, p. 52, tradução nossa). No que tange ao caso, repetimos, a realidade da mensagem da nora grávida reabre em Lefebvre o efeito da sedução do outro (a mãe), efeito sexual disruptivo, que exige a passagem ao ato – matar a nora – como uma maneira de tradução das “intromissões” da mãe.

Finalizamos reconhecendo o conhecimento profundo do texto freudiano que o texto de Bonaparte (1952a) testemunha, mas é pela ideia da realidade da sedução, vetor centrípeto que mantém essa discussão no campo próprio da psicanálise. Ao realizarmos este estudo, pensamos ter aberto novas possibilidades de pesquisas e de descobertas no pensamento bonapartiano, que, de fato, se mostrou um campo fecundo a ser explorado.

Referências

- Abraham, K. (1924). *Versuch einer Entwicklungsgeschichte der Libido*. Leipzig: Internationaler Psychoanalytischer Verlag.
- André, J. (2016). Laplanche-e-Pontalis. *Percursos*, 56/57, 153-160.
- Bonaparte, M. (1952a). Le cas de Madame Lefebvre. In: *Psychanalyse et Anthropologie*, p. 5-45. Paris: Presses Universitaires de France. (Original publicado em 1927).
- Bonaparte, M. (1952b). Les deux frigidités de la femme. In: *Psychanalyse et Biologie*, p. 12-19. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bonaparte, M. (1952c). Notes sur la découverte analytique d’une scène primitive. In: *Psychanalyse et Biologie*, p. 146-152. Paris: Presses Universitaires de France.

- Bonaparte, M. (1967). *La sexualité de la femme*, Paris: Presses Universitaires de France. (Original publicado em 1949).
- Capgras, J.; Sérieux, P. (1909). *Les folies raisonnantes, le délire d'interprétation*. Paris: Alcan.
- Cardoso, M. R. (2017). Repensando o trauma e o intraduzível com Jean Laplanche. In: Ribeiro, P. de C. (org.). *Por que Laplanche?*, p. 82-104. São Paulo: Zagodoni.
- Carvalho, M. T. de M. (1996). *Paul Federn: Une autre voie pour la théorie du moi*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Carvalho, M. T. de M. (2003). As fronteiras do eu na psicose – O trabalho pioneiro de Paul Federn. *Psicologia em Revista*, 9(13), 43-58.
- Freud, S. (1889/1996a). Casos clínicos: 2 – Frau Emmy von N. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 2, p. 91-152. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1889).
- Freud, S. (1899/1996b). Lembranças encobridoras. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 3, p. 333-358. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1899).
- Freud, S. (1907/1996). O esclarecimento sexual das crianças. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 9, p. 137-147. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1907).
- Freud, S. (1908/1976a). Caráter e erotismo anal. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 9, p. 175-186. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908).
- Freud, S. (1908/1976b). Sobre as teorias sexuais infantis. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 9, p. 213-232. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908).
- Freud, S. (1911/1969). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (*Dementia paranoides*). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 12, p. 23-104. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1911).
- Freud, S. (1914/1969). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 14, p. 89-120. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (1915/1969). Um caso de paranoia que contraria a teoria psicanalítica da doença. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 14, p. 297-307. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1917/1996). As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 17, p. 157-166. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917).

- Freud, S. (1921/1996). Psicologia de grupo e a análise do ego. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 18, p. 91-184. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1924[1923]/1996). Neurose e psicose. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 19, p. 189-198. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924[1923]).
- Freud, S. (1924/1996a). A perda da realidade na neurose e na psicose. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 19, p. 229-238. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924).
- Freud, S. (1924/1996b). A dissolução do complexo de Édipo. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 19, p. 217-228. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924).
- Freud, S. (1931/1996). Sexualidade feminina. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 21, p. 254-279. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1931).
- Lanouzière, J. (1991). Marie Bonaparte. In: *Histoire secrète de la séduction sous le règne de Freud*, p. 123-153. Paris: Presses Universitaires de France.
- Laplanche, J. (1985). *Vida e morte em psicanálise*. (trad. C. P. B. Mourão & C. F. Santiago). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1970).
- Laplanche, J. (1988). Interpretar [com] Freud. In: *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*, p. 21-32. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1999). Séduction, persécution, révélation. In: *Entre séduction et inspiration: l'homme*, p. 7-56. Paris: Quadrige / Presses Universitaires de France.
- Laplanche, J. (2008a). La révolution copernicienne inachevée. In: *La révolution copernicienne inachevée (Travaux 1967-1992)*, p. III-XXXV. Paris: Presses Universitaires de France. (Original publicado em 1992).
- Laplanche, J. (2008b). Implantation, intromission. In: *La révolution copernicienne inachevée (Travaux 1967-1992)*, p. 355-358. Paris: Presses Universitaires de France. (Original publicado em 1992).
- Laplanche, J. (2008c). Le traitement psychanalytiques des états psychotiques. In: *La révolution copernicienne inachevée (Travaux 1967-1992)*, p. 125-130. Paris: Presses Universitaires de France. (Original publicado em 1992).
- Laplanche, J. (2015). *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano (2000-2006)*. Porto Alegre: Dublinense.
- Narjani, A. E. (1924). Considérations sur les causes anatomiques de la frigidity chez la femme. *Bruxelles-Médical*, 4(42), 768-778.

- Ribeiro, P. de C. (2000). *O problema da identificação em Freud: recalramento da identificação feminina primária*. São Paulo: Escuta.
- Ribeiro, P. de C. (2001). O real é sexual: mal-estar na clínica lacaniana das psicoses. *Percurso*, 2, 113-125.
- Ribeiro, P. de C. (2007). Identification passive, genre et séduction originaire. *Psychiatrie Française*, 4, 21-48.
- Sadock, B. J.; Sadock, V. A. (2008). *Manual conciso de psiquiatria clínica*. Porto Alegre: Artemed.
- Tarelho, L. C. (2016). A tópic da clivagem e o supereu. *Percurso*, 56/57, 133-142.
- Tarelho, L. C. (2017). O descentramento do ser humano e o realismo do inconsciente na teoria laplancheana. In: Ribeiro, P. de C. (org.). *Por que Laplanche?*, p. 15-49. São Paulo: Zagodoni.

Notas

- ¹ Cabe destacar que Lefebvre nunca foi analisada por Bonaparte. Essa publicação é fruto de uma entrevista clínica realizada na prisão onde a assassina cumpria sua pena. O dossiê gera mais tarde, por parte da autora, uma série de estudos sobre os tratamentos psiquiátricos de criminosos e assassinos notórios, em que ela se posiciona veementemente contra a pena de morte. Portanto, é crível que seu interesse por Lefebvre se dê pela crença de que seu diagnóstico como psicótica pudesse salvá-la da pena de morte.
- ² Usamos inicial maiúscula na grafia de ‘Eu’ para denotar que se trata da instância metapsicológica do aparelho psíquico, e não do pronome pessoal (eu) da primeira pessoa.
- ³ Em linhas gerais, o que está em jogo é a questão da “centração”, que, segundo Laplanche (2008a), começou com a mudança do centro da astronomia da Terra para o Sol, o que abre caminho para consequências bem mais drásticas, considerando a imensidão do universo e seus infinitos sistemas, que significa a abertura para a ausência de centro, porque o centro do universo passa pela noção de infinito. E, na psicanálise, se refere à descentração do nosso Eu.
- ⁴ Em entrevista com a assassina na penitenciária de Lille, em 14 de janeiro de 1927, com duração aproximada de quatro horas. Acreditamos que nessa situação a paciente não foi um objeto passivo da observação da pesquisadora (Marie Bonaparte), mas que ambas se influenciaram mutuamente, o que não pode ser desconsiderado no tratamento do texto bonapartiano. A entrevistadora também se valeu dos detalhes do dossiê médico-legal realizado pelos médicos Dr. Raviart, Dr. Rogues de Fursac e Dr. Logre, além dos documentos jurídicos disponíveis na época. Como mencionado anteriormente, a autora era veementemente contra a pena de morte e militava nessa causa.

⁵ Madame Lefebvre, nascida Marie-Félicité-Elise Lemaire, nasceu em Fromelles, no norte da França, em 13 de novembro de 1864. Ela pertencia a uma honorável família de grandes lavradores. Seu pai, Charles-François Lemaire, cultivava extensos hectares de terras. Sua mãe, Nathalie-Sidonie Waymel, era de uma família comum. Dois anos após seu nascimento, veio o irmão Charles-François e, dezoito meses mais tarde, a irmã caçula Nelly.

⁶ Atualmente esse tipo de psicose é caracterizado como transtorno delirante inespecificado (Sadock & Sadock, 2008, p. 183).

⁷ Não perfilhamos como nossa empreitada no presente artigo o desenvolvimento do tema da relação entre a identificação e a sedução originária, mas remetemos o leitor aos trabalhos de Ribeiro (2000, 2007).

⁸ Isso gerará em termos da formação do aparelho psíquico o ideal do eu e eu ideal, e todo o processo da identificação. Ao leitor que deseje se aprofundar nesse assunto sugerimos a leitura dos textos de Sigmund Freud (1914/1969, 1921/1996, 1924/1996b).

⁹ “La ‘réalité psychique’ n’est pas créée par moi, elle est invasive” (Laplanche, 1999, p. 52).

Recebido em 21 de fevereiro de 2018

Aceito para publicação em 22 de junho de 2018

O CONCEITO DE IMAGINÁRIO COLETIVO EM SUA ACEPÇÃO PSICANALÍTICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

*THE CONCEPT OF COLLECTIVE IMAGINARY IN ITS
PSYCHOANALYTIC SENSE: AN INTEGRATIVE REVIEW*

*EL CONCEPTO DE IMAGINARIO COLECTIVO EN SU
ACEPCIÓN PSICOANALÍTICA: UNA REVISIÓN INTEGRATIVA*

*Débora Cristina Joaquina Rosa**

*Daiane Marcia de Lima***

*Rodrigo Sanches Peres****

*Manoel Antônio dos Santos*****

RESUMO

Este estudo teve como objetivo, por meio de uma revisão da literatura, mapear e analisar criticamente a produção científica brasileira, veiculada no formato de artigos, sobre o imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica. Trata-se de uma revisão integrativa empreendida mediante consultas às bases de dados PEPsic e SciELO-Brasil, sem limite de tempo. As referências localizadas foram selecionadas e então examinadas independentemente por dois avaliadores, de acordo com um conjunto de dimensões analíticas. O corpus foi constituído por 17 referências, as quais contemplaram o imaginário coletivo de populações diversas, em

* Mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.

deborarosa.psicologia@gmail.com

** Mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.

daianemarcia@yahoo.com.br

*** Professor Associado do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.

rodrigossanchesperes@yahoo.com.br

**** Professor Titular do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

masantos@ffclrp.usp.br

Este estudo teve financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

relação a diferentes fenômenos, com certas variações em termos das estratégias de coleta e análise de dados. Verificou-se ainda que as referências lançaram luz sobre uma gama de produções imaginativas não conscientes que ensejam atuações no mundo externo ou delas representam um momento inicial. Logo, este estudo realça a plasticidade do conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica para captar uma diversidade de processos psicológicos que são, ao mesmo tempo, individuais e sociais.

Palavras-chave: imaginário coletivo; psicanálise; revisão de literatura.

ABSTRACT

The objective in this study was, through a review of literature, to map and critically analyse the Brazilian scientific production, published in the form of articles, about the collective imaginary in its psychoanalytical sense. An integrative review was undertaken by consulting the databases PEPsic and SciELO-Brazil, without time limit. The identified references were selected, and two reviewers evaluated them independently, according to a set of analytic dimensions. The corpus consisted of 17 references, which discussed the collective imaginary of several populations, concerning different phenomena with some variations in terms of data collection and analysis strategies. In addition, the references have shed light on a range of unconscious imaginative productions that give rise to or represent the onset of actions in the external world. Hence, this study highlights the plasticity of the collective imaginary concept in its psychoanalytical sense to capture a range of psychological processes which are, at the same time, individual and social.

Keywords: collective imaginary; psychoanalysis; literature review.

RESUMEN

La finalidad de este estudio fue, por medio de una revisión de literatura, mapear y analizar críticamente la producción científica brasileña, vehiculada en el formato de artículos, sobre el imaginario colectivo en su acepción psicoanalítica. Se trata de una revisión integrativa emprendida mediante consultas a las bases de datos PEPsic y SciELO-Brasil, sin límite de tiempo. Las referencias encontradas se seleccionaron con evaluación independiente por dos evaluadores, según un conjunto de dimensiones analíticas. El corpus abarcó 17 referencias, que contemplaron el imaginario colectivo de poblaciones diversas, con relación a diferentes fenómenos, con ciertas variaciones en las estrategias de recolecta y análisis de

datos. Se verificó además que las referencias han arrojado luz sobre una gama de producciones imaginativas no conscientes que brindan actuaciones en el mundo externo o de ellas representan un momento inicial. Así, este estudio destaca la plasticidad del concepto de imaginario colectivo en su aceptación psicoanalítica para captar una diversidad de procesos psicológicos que son, al mismo tiempo, individuales y sociales.

Palabras clave: imaginario colectivo; psicoanálisis; revisión de literatura.

Introdução

O conceito de imaginário coletivo admite definições um tanto quanto distintas em função da perspectiva teórica adotada para sustentá-lo. Em sua aceção psicanalítica, o conceito em questão foi originalmente proposto pela psicanalista brasileira Tânia Maria José Aiello-Vaisberg, na medida em que sua experiência como docente e pesquisadora na Universidade de São Paulo – e, posteriormente, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – a levou a se ocupar da exploração do substrato afetivo-emocional das ações humanas. Como consequência, o conceito de imaginário coletivo foi gradativamente circunscrito e passou a ser utilizado para aludir, em termos psicanalíticos, ao complexo ideofetivo não consciente que influencia as práticas, individuais ou coletivas, de um determinado grupo social em relação a um certo fenômeno (Aiello-Vaisberg & Ambrosio, 2006).

Tal definição se coaduna com a releitura do conceito de conduta preconizada pelo psiquiatra e psicanalista argentino José Bleger. Para o autor, o conceito de conduta se aplica a qualquer manifestação humana, desde uma produção imaginativa até seus desdobramentos concretos (Bleger, 1989). Mas é importante sublinhar que a referida releitura parte do princípio de que toda conduta é, concomitantemente, individual e social, pois emerge em uma cultura que – conforme subjetivamente vivenciada por cada pessoa – modela os vínculos que nela se estabelecem. Logo, o estudo da conduta como um comportamento simples, abstraído da cena social, por um lado, ou da vida interior do sujeito, por outro, incorreria num reducionismo que a apartaria de seus elementos vitais humanos e ensejaria uma visão mecanicista do homem. Esse conjunto de formulações, em essência, se aplicaria também ao conceito de imaginário coletivo.

Diante do exposto, o imaginário coletivo, segundo Aiello-Vaisberg e Machado (2008), pode ser psicanaliticamente concebido como uma moda-

lidade de conduta que se organiza a partir de um determinado campo. Com tal formulação, as autoras estabelecem uma articulação com o pensamento do psicanalista brasileiro Fábio Herrmann, que utilizou a noção de campo de modo original para designar uma espécie de mundo emocional que um sujeito “habita” em um dado momento sem se dar conta conscientemente, o que permitiria enquadrá-lo como um inconsciente relativo. Esse mundo emocional balizaria suas ideias e seus sentimentos, além de que moldaria suas relações sociais (Herrmann, 1979). Porém, seria possível transitar de um campo para outro. De forma semelhante, parece razoável propor que o imaginário coletivo também seria mutável, a depender da dinâmica de forças internas e externas que o delimitam.

Embora bastante pontuais, as informações precedentes oferecem um quadro de referências suficiente para realçar o caráter multifacetado do conceito de imaginário coletivo, propriedade que tem estimulado seu emprego crescente em pesquisas nacionais que se situam na interface da Psicologia Social com a Psicologia Clínica. Portanto, um panorama dos saberes já produzidos a respeito de tal conceito seria de inegável valor prático. As revisões da literatura se prestam justamente a sintetizar e avaliar o conhecimento disponível acerca de um assunto em particular, sendo que – em contraste com os estudos teóricos tradicionais – respaldam-se em procedimentos metodológicos próprios, que lhes conferem maior ordenação, rigor e validade científica (Ercole, Melo & Alcoforado, 2014; Mendes, Silveira & Galvão, 2008). O presente estudo teve como objetivo, por meio de uma revisão da literatura, mapear e analisar criticamente a produção científica nacional veiculada no formato de artigos sobre o imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica.

Método

O presente estudo se afigura como uma revisão integrativa da literatura, modalidade de estudo bibliográfico que se caracteriza pelo emprego de uma questão norteadora a partir da qual se podem sumarizar pesquisas prévias e extrair conclusões especificamente quanto a seus métodos e achados, segundo Broome (2000). A questão que norteou este estudo foi: “Qual é o *status* da produção científica nacional dedicada à temática em pauta, em termos dos aspectos metodológicos básicos e dos principais resultados?”. Cumpre assinalar que, de acordo com Broome, as revisões integrativas também se distinguem na medida em que, diferentemente de outros formatos de revisão, podem ser direcionadas

a conceitos cujo histórico de utilização em pesquisas é recente, como é o caso do conceito de imaginário coletivo.

Os procedimentos metodológicos próprios de revisões integrativas – referentes à localização, à seleção e à avaliação das referências – foram empregados neste estudo. A localização das referências se deu mediante consultas às bases de dados Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPsic) e Scientific Electronic Library Online – Brasil (SciELO-Brasil). A primeira base de dados é especializada em Psicologia, área de maior interesse em face do escopo ora estabelecido. O recurso à segunda base de dados, em contrapartida, se justifica por seu caráter multidisciplinar, na medida em que artigos sobre a temática em pauta vêm sendo publicados, ainda que mais pontualmente, em revistas de outras áreas para além da Psicologia. Ademais, ambas as bases de dados disponibilizam artigos completos veiculados em periódicos – predominantemente brasileiros – de reconhecida qualidade científica e elevado padrão editorial.

As consultas às bases de dados foram concluídas em julho de 2017, e tanto na PEPsic como na SciELO-Brasil foram conduzidas a partir do emprego do descritor “imaginário coletivo” na opção de busca “todos os índices”, sem limite de tempo. Tal estratégia foi escolhida por viabilizar a obtenção de resultados mais produtivos em comparação com outras possíveis. Já no que diz respeito à seleção das referências, cumpre assinalar que todas aquelas localizadas automaticamente pelas bases de dados foram triadas, considerando-se seus títulos, para subsidiar a eliminação de eventuais duplicidades. Na sequência, os resumos das referências selecionadas com esse procedimento inicial foram submetidos a uma leitura preliminar, cujo propósito foi definir o material que, efetivamente, viria a constituir o *corpus* de análise. Essa leitura preliminar foi realizada de modo independente por dois avaliadores, autores deste estudo, mediante a observância do seguinte critério de inclusão: contemplar o conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica.

As referências que constituíram o *corpus* foram, então, recuperadas na íntegra e submetidas à avaliação a partir de uma leitura exaustiva, também realizada, de modo independente, pelos mesmos dois avaliadores. Os resultados decorrentes dessa leitura exaustiva foram organizados em cinco dimensões analíticas, alinhadas à questão norteadora. São elas: (1) objetivos; (2) participantes; (3) procedimentos para coleta de dados; (4) procedimentos para análise de dados; e (5) resultados. Faz-se necessário sublinhar que os achados obtidos com tal expediente foram revisados por outros dois avaliadores, também autores deste estudo, a fim de evitar eventuais vieses.

Resultados e Discussão

Foram localizadas, no total, 17 referências, sendo 11 na SciELO-Brasil e seis na PEPsic. A triagem realizada revelou a inexistência de duplicidades. A seguir, procedeu-se, em função do critério de inclusão estabelecido, a seleção propriamente dita das referências. Verificou-se que todas elas se ocupavam da exploração psicanalítica do imaginário coletivo. Logo, o *corpus* foi constituído por 17 referências. Em ordem cronológica crescente: Ávila, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2008); Pontes, Cabrera, Ferreira e Aiello-Vaisberg (2008); Ribeiro, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2008); Russo, Couto e Aiello-Vaisberg (2009); Barreto e Aiello-Vaisberg (2010); Pontes, Barcelos, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2010); Granato, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2011); Montezi, Zia, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2011); Miranda, Serafini e Baracat (2012); Gallo-Belluzzo, Corbett e Aiello-Vaisberg (2013); Cambuí e Neme (2014); Corbett, Ambrosio, Gallo-Belluzzo e Aiello-Vaisberg (2014); Fialho, Montezi, Ambrosio e Aiello-Vaisberg (2014); Simões, Ferreira-Teixeira e Aiello-Vaisberg (2014); Tachibana, Ambrosio, Beaune e Aiello-Vaisberg (2014); Granato e Aiello-Vaisberg (2016); e Silva e Peres (2016).

No tocante à primeira dimensão analítica (objetivos), foi possível observar, conforme a Tabela 1, que as referências selecionadas visaram à exploração psicanalítica do imaginário coletivo concernente a fenômenos diversificados, com maior ou menor grau de especificidade. Destacaram-se, por exemplo, tópicos que dizem respeito a etapas críticas do desenvolvimento (adolescência e envelhecimento), à parentalidade (gravidez precoce, interrupção da gestação, maternidade e cuidado materno) e ao aprendizado da prática profissional em Psicologia (primeira entrevista diagnóstica e primeiro atendimento clínico). Tal achado pode ser considerado positivo, pois a diversificação das pesquisas quanto a seus objetivos tende a contribuir para a ampliação do valor heurístico do conceito em questão, proporcionando novas descobertas.

As assertivas precedentes igualmente se aplicam ao achado relativo à segunda dimensão analítica (participantes), o qual evidencia outro aspecto da diversificação das referências selecionadas. Ocorre que houve heterogeneidade quanto aos participantes, como se pode observar também na Tabela 1, pois as referências abarcaram uma gama de profissionais e estudantes. Ressalte-se que, em algumas referências, os participantes foram sujeitos que vivenciaram pessoalmente o fenômeno abordado, como é o caso daquela de autoria de Ribeiro, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2008), dedicada a investigar o imaginário coletivo de estudantes de Psicologia sobre sua própria formação profissional. Em contrapartida, outras

Tabela 1 — Distribuição das referências selecionadas por objetivos, participantes e procedimentos para coleta de dados

Referências	Objetivos	Participantes	Procedimentos para coleta de dados
Ávila, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2008)	Compreender o imaginário coletivo de professores do ensino superior sobre a inclusão escolar	12 professores dos cursos de Letras e Pedagogia	Entrevista grupal norteada pela utilização do PDE-T
Pontes, Cabrera, Ferreira e Aiello-Vaisberg (2008)	Compreender o imaginário coletivo de professores sobre a criança adotada	20 professores do Ensino Fundamental, com idades entre 25 e 55 anos, sendo que 10 atuavam em escola pública e 10 em escola particular	Entrevistas individuais norteadas pela utilização do PDE-T e redação de narrativas psicanalíticas pelas pesquisadoras
Ribeiro, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2008)	Compreender o imaginário coletivo de estudantes de Psicologia em formação clínica sobre a primeira entrevista diagnóstica	19 estudantes do curso de Psicologia, sendo 13 mulheres e seis homens, com idades entre 21 e 23 anos	Entrevista grupal norteada pela utilização do PDE-T e redação de narrativas psicanalíticas pelas pesquisadoras
Russo, Couto e Aiello-Vaisberg (2009)	Compreender o imaginário coletivo de estudantes de Educação Física sobre pessoas com deficiência	30 estudantes do curso de Educação Física	Abordagem coletiva norteada pela utilização do PDE-T
Barreto e Aiello-Vaisberg (2010)	Compreender o imaginário coletivo de adolescentes interioranos sobre a fase da vida em que se encontram e a saída da casa paterna	Seis adolescentes interioranos de classe média, com idades entre 15 e 21 anos	Consultas terapêuticas coletivas norteadas pela utilização do PDE-T e redação de narrativas psicanalíticas pelas pesquisadoras
Pontes, Barcelos, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2010)	Compreender o imaginário coletivo de adolescentes sobre a gravidez precoce	13 adolescentes, do último ano do Ensino Fundamental ao último ano do Ensino Médio	Abordagem coletiva norteada pela utilização do PDE-T
Granato, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2011)	Compreender o imaginário coletivo de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno	14 profissionais do setor de Enfermagem Obstétrica de um hospital universitário	Entrevistas individuais norteadas pela complementação, pelas participantes, de uma história fictícia sobre conflitos relativos à maternidade, previamente elaborada pelas pesquisadoras
Montezi, Zia, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2011)	Compreender o imaginário coletivo de professores sobre o adolescente contemporâneo	Seis professores do Ensino Médio de uma escola particular	Entrevista grupal norteada pela aplicação do PDE-T e redação de narrativas psicanalíticas, pelas pesquisadoras

Continua

Continuação

Referências	Objetivos	Participantes	Procedimentos para coleta de dados
Miranda, Serafini e Baracat (2012)	Compreender o imaginário coletivo de médicos no exercício da reprodução assistida sobre situações de difícil manejo	22 médicos que atuavam com reprodução assistida em hospitais e clínicas públicas e privadas	Entrevistas individuais norteadas pela utilização do PDE-T
Gallo-Belluzzo, Corbett e Aiello-Vaisberg (2013)	Compreender o imaginário coletivo de estudantes de Psicologia em formação clínica sobre o primeiro atendimento clínico	52 estudantes do sétimo semestre do curso de Psicologia	Entrevista grupal norteada pela aplicação do PDE-T
Cambuí e Neme (2014)	Compreender o imaginário coletivo de estudantes de Psicologia acerca do sofrimento psíquico contemporâneo	17 estudantes do curso de Psicologia, sendo 10 do primeiro ano e sete do quinto ano	Entrevista grupal norteada pela aplicação do PDE-T e redação de narrativas psicanalíticas, pelas pesquisadoras
Corbett, Ambrosio, Gallo-Belluzzo e Aiello-Vaisberg (2014)	Compreender o imaginário coletivo de estudantes de Psicologia sobre dificuldades sexuais	47 estudantes, do quinto ao sétimo semestre, do curso de Psicologia, sendo 39 mulheres e oito homens, com idade média de 26 anos	Entrevista grupal norteada pela aplicação do PDE-T
Fialho, Montezi, Ambrosio e Aiello-Vaisberg (2014)	Compreender o imaginário coletivo de estudantes de Educação Física sobre vida saudável	27 estudantes do curso de Educação Física, sendo 14 mulheres e 13 homens	Entrevista grupal norteada pela utilização do PDE-T
Simões, Ferreira-Teixeira e Aiello-Vaisberg (2014)	Compreender o imaginário coletivo de profissionais de saúde sobre o envelhecimento	17 profissionais de saúde (médicos psiquiatras, terapeutas ocupacionais, psicólogos, farmacêuticos, assistentes sociais, educadores físicos, enfermeiros e nutricionistas), sendo 11 mulheres e seis homens, com idades entre 28 e 60 anos	Entrevistas individuais norteadas pela apresentação de 10 fotos de pessoas de diferentes faixas etárias e expressões fisionômicas em variadas situações cotidianas
Tachibana, Ambrosio, Beaune e Aiello-Vaisberg (2014)	Compreender o imaginário coletivo de enfermeiras sobre a mulher cuja gravidez foi interrompida	Profissionais de uma equipe de Enfermagem Obstétrica (quatro enfermeiras, 10 técnicas de enfermagem e quatro assistentes de enfermagem), todas do sexo feminino	Entrevistas individuais norteadas pela utilização do PDE-T e redação de narrativas psicanalíticas, pelas pesquisadoras

Continua

Continuação

Referências	Objetivos	Participantes	Procedimentos para coleta de dados
Granato e Aiello-Vaisberg (2016)	Compreender o imaginário coletivo de estudantes universitários sobre a maternidade	58 estudantes universitários, sendo 25 do curso de Pedagogia, com idades entre 18 e 58 anos (apenas do sexo feminino), e 33 do curso de Psicologia, sem idade especificada (predominantemente do sexo feminino)	Abordagem coletiva norteada pela complementação, pelos participantes, de uma história fictícia sobre a maternidade, previamente elaborada pelas pesquisadoras
Silva e Peres (2016)	Compreender o imaginário coletivo de agentes comunitárias de saúde sobre usuários de saúde mental	Seis agentes comunitárias de saúde, com idades entre 43 e 57 anos	Grupo psicanalítico de discussão desenvolvido ao longo de quatro encontros

referências, como aquela assinada por Ávila, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2008), focalizaram sujeitos envolvidos com o fenômeno abordado, porém de uma forma menos direta, no caso professores do ensino superior, em que o objetivo foi a compreensão do imaginário coletivo sobre a inclusão escolar.

Cabe acrescentar que, considerando-se o *corpus* como um todo, houve alguma discrepância a respeito da descrição dos participantes. Uma parcela das referências se revelou suficientemente informativa nesse aspecto, ao passo que outra omitiu dados importantes para a caracterização dos participantes, como sexo e idade. Esse fato torna-se significativo ao se levar em conta que as referências derivaram, sem exceção, de pesquisas qualitativas, as quais – independentemente da fundamentação teórica – não viabilizam generalizações estatísticas, estabelecidas *a priori* pelos autores, mas, sim, possibilitam generalizações naturalísticas, estabelecidas *a posteriori* pelos leitores (Turato, 2011). Para tanto, porém, os leitores devem dispor de um perfil detalhado dos participantes da pesquisa, a fim de poder avaliar em que medida os resultados reportados se aplicam a outros públicos. Logo, recomenda-se que pesquisas futuras atentem para a relevância de se oferecer uma descrição completa dos participantes.

Quanto à terceira dimensão analítica (procedimentos para coleta de dados), verificou-se, ainda de acordo com a Tabela 1, que na maioria das referências a coleta de dados aconteceu em âmbito coletivo ou teve como cenário determinadas modalidades grupais, como consultas terapêuticas coletivas e grupos psicanalíticos de discussão. Tal estratégia metodológica pode ser considerada potencial-

mente proveitosa, tendo em vista que contemplar os participantes desse modo permite abordá-los em interação. Como observou Ávila (2009), a Psicanálise tem evidenciado que nenhum indivíduo, por mais isolado que possa estar, deve ser tomado como um autônomo, pois seu mundo mental é referenciado por aqueles com quem ele se relaciona ou se relacionou, presencial ou simbolicamente. Por outro lado, as referências de autoria de Pontes, Cabrera, Ferreira e Aiello-Vaisberg (2008); Granato, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2011); Miranda, Serafini e Baracat (2012); Simões, Ferreira-Teixeira e Aiello-Vaisberg (2014); e Tachibana, Ambrosio, Beaune e Aiello-Vaisberg (2014) demonstraram que a exploração do imaginário coletivo também pode ser realizada a partir de dados coletados individualmente, desde que os participantes sejam considerados representativos de uma personalidade coletiva, ou seja, de um grupo social que se organiza em torno de vivências comuns.

Permanecendo na terceira dimensão analítica, faz-se necessário mencionar que a coleta de dados, como também se nota na Tabela 1, foi norteada predominantemente pela utilização do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (PDE-T), proposto pela mesma autora do conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica e cujo propósito é funcionar como mediador de experiências emocionais e facilitador da comunicação de elementos não conscientes das manifestações humanas. Em linhas gerais, o PDE-T envolve: (1) a elaboração de um desenho com um tema predeterminado e uma estória a respeito dele; (2) a realização de um inquérito sobre o desenho e a estória; e (3) a criação de um título para a estória. Evidencia-se, portanto, que se trata de uma técnica bastante versátil, bem como apropriada à exploração do imaginário coletivo acerca de diferentes fenômenos, por propiciar um encontro inter-humano de caráter lúdico entre o pesquisador e os participantes (Aiello-Vaisberg & Ambrosio, 2013).

Vale destacar que o PDE-T é derivado do Procedimento de Desenhos-Estórias (PDE), concebido nos anos 1970 por Walter Trinca, psicanalista brasileiro e professor aposentado da Universidade de São Paulo. Trinca (2013) esclarece que o PDE se afigura como “um meio auxiliar de ampliação do conhecimento da dinâmica psíquica no contexto do diagnóstico psicológico” (p. 11). Por conjugar processos expressivos-motores e aperceptivos-dinâmicos, o PDE é dotado de uma identidade gráfico-verbal e se alicerça em movimentos transferenciais e contra-transferenciais, o que demarca sua natureza concomitantemente investigativa e interventiva. Tais características se estendem ao PDE-T. Contudo, as técnicas em questão se diferenciam na medida em que o PDE, por prescindir de um tema em particular, contempla conteúdos psíquicos mais gerais em comparação com o PDE-T.

Ressalte-se, adicionalmente, que em parte das referências foram consideradas informações oriundas de narrativas psicanalíticas redigidas pelos autores. Com tais narrativas, buscava-se, basicamente, registrar as experiências vivenciadas durante a coleta de dados. Em certo sentido, portanto, as narrativas psicanalíticas funcionaram como uma espécie de diário de campo focado em conteúdos contratransferenciais a fim de proporcionar um *background* intersubjetivo para a comunicação dos resultados. Assim, o emprego dessa estratégia metodológica pode ser qualificado como positivo. Também parece razoável postular que as narrativas psicanalíticas igualmente têm o mérito de valorizar o encontro inter-humano estabelecido entre pesquisadores e participantes, sobretudo a propósito da utilização do PDE-T, o que constitui mais um argumento favorável a elas.

O achado concernente à quarta dimensão analítica demonstra que os procedimentos de análise de dados adotados nas referências envolveram o recurso à interpretação psicanalítica, o que já era esperado. Conforme Laplanche e Pontalis (2000), por meio da interpretação psicanalítica tenciona-se, basicamente, elucidar as possíveis significações latentes das produções do inconsciente. Para tanto, a manutenção da atenção flutuante é imprescindível. Trata-se de uma atitude equivalente àquela adotada pelo psicanalista no *setting* clínico para se eximir de julgamentos e não imputar importância particular a conteúdos selecionados *a priori* dentre aqueles apresentados pelo paciente. Porém, faz-se necessário mencionar que a utilização da interpretação psicanalítica em pesquisas cuja coleta de dados não foi realizada no âmbito de um dispositivo de tratamento psicanalítico tradicional – ou, mais especificamente, em uma sessão analítica – ainda é vista com ressalva em alguns círculos psicanalíticos conservadores, como será detalhado mais adiante.

É interessante observar que a interpretação psicanalítica foi empreendida de modo mais livre em algumas referências, como aquelas de autoria de Miranda, Serafini e Baracat (2012) e de Silva e Peres (2016). Em contrapartida, outras referências – Ávila, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2008); Pontes, Cabrera, Ferreira e Aiello-Vaisberg (2008); Russo, Couto e Aiello-Vaisberg (2009); Gallo-Belluzzo, Corbett e Aiello-Vaisberg (2013); Cambuí e Neme (2014); Fialho, Montezi, Ambrosio e Aiello-Vaisberg (2014); e Simões, Ferreira-Teixeira e Aiello-Vaisberg (2014) – seguiram especificamente as diretrizes estabelecidas por Herrmann (1979), para quem o método psicanalítico – e a interpretação psicanalítica, por conseguinte – pode ser desmembrado em três etapas básicas, a saber: (1) “deixar que surja”; (2) “tomar em consideração”; e (3) “completar o desenho”. Por intermédio delas, o psicanalista (ou o pesquisador) se deixa afetar pelo material apre-

sentado pelo paciente (ou participante da pesquisa), associa livremente a partir de tal material e procura captar suas bases simbólicas não conscientes.

A propósito da quinta e última dimensão analítica, os principais resultados obtidos pelas referências selecionadas serão sucintamente apresentados a seguir, buscando-se aglutinar aqueles que dialogam mais diretamente entre si. As referências que abordaram questões relativas à parentalidade demonstraram que o imaginário coletivo sobre as figuras materna e paterna – e os papéis que supostamente lhes competiriam – é atravessado por diferentes formas de idealização, em função das quais a interrupção da gestação, quando supostamente provocada pela própria gestante, é qualificada como uma monstruosidade, ao passo que a ocorrência de uma gravidez precoce representaria uma punição para as meninas, mas não para os meninos (Pontes, Barcelos, Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2010; Granato, Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2011; Tachibana, Ambrosio, Beaune & Aiello-Vaisberg, 2014; Granato & Aiello-Vaisberg, 2016).

As referências que trataram de tópicos que dizem respeito, em sentido amplo, à inclusão tornaram patente a predominância de preconceitos ancorados em posturas defensivas ou narcisistas em relação a pessoas com necessidades especiais e a crianças que sofreram rompimento precoce de vínculos afetivos (Ávila, Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2008; Pontes, Cabrera, Ferreira & Aiello-Vaisberg, 2008; Russo, Couto & Aiello-Vaisberg, 2009). Já as referências de autoria de Silva e Peres (2016); Simões, Ferreira-Teixeira e Aiello-Vaisberg (2014); e Fialho, Montezi, Ambrosio e Aiello-Vaisberg (2014) se ocuparam de distintos recortes do processo saúde-doença-cuidado. A primeira delas verificou que a coexistência de sentimentos de receio e comisseração define o imaginário coletivo de agentes comunitárias de saúde sobre a “loucura” e os “loucos”. E por meio da segunda e da terceira foram captadas imagens que, respectivamente, associam o envelhecimento a perdas, dificuldades e solidão, e atrelam a vida saudável a iniciativas individuais, como a prática de atividades físicas, desconsiderando o papel do ambiente.

A crença nas figuras do “paciente ideal” e do “terapeuta ideal” e a eclosão de um sentimento de realização pessoal ofuscado por ansiedades e inseguranças quando da realização do primeiro atendimento clínico sobressaíram no imaginário coletivo de estudantes de Psicologia, conforme Ribeiro, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2008) e Gallo-Belluzzo, Corbett e Aiello-Vaisberg (2013). As referências de autoria de Cambuí e Neme (2014) e de Corbett, Ambrosio, Gallo-Belluzzo e Aiello-Vaisberg (2014), que também foram desenvolvidas junto a tal público, revelaram o enquadramento da solidão e de fatores fisiológicos como as raízes fundamentais do sofrimento psíquico contemporâneo e das dificuldades sexuais, respectivamente.

Cumprе assinalar que três referências se distinguiram por terem focado em fenômenos mais específicos. Barreto e Aiello-Vaisberg (2010) identificaram que, para adolescentes interioranos, a perspectiva da saída da casa paterna é temida, visto que a vida adulta é percebida, de modo não consciente, como problemática e desvantajosa. Por seu turno, Montezi, Zia, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2011) observaram que o imaginário coletivo de professores é marcado pela equivalência entre a adolescência e um universo “vazio”, caracterizado pela profusão de festas, namoros e aparelhos eletrônicos. Já conforme Miranda, Serafini e Baracat (2012), para médicos no exercício da reprodução assistida o resultado negativo do teste de gravidez de uma paciente é emblemático de uma situação de difícil manejo, devido ao contato com o sofrimento emocional alheio.

Em suma, quando tomados em conjunto, os resultados reportados pelas referências que constituíram o *corpus* deste estudo evidenciam que a exploração psicanalítica do imaginário coletivo é capaz de trazer à tona elementos constituintes da subjetividade grupal de distintos públicos a respeito de uma ampla gama de fenômenos, o que sugere a plasticidade do conceito em questão para captar uma diversidade de processos psicológicos que, ao mesmo tempo, são individuais e sociais. É indubitável que os referidos elementos não derivam de uma atividade meramente cognitiva – razão pela qual não equivalem à opinião pessoal – mas, sim, resultam de elaborações que se configuram coletivamente, ou seja, nas experiências que são compartilhadas em determinados grupos sociais. Outrossim, não resta dúvida de que o imaginário coletivo é conformado por crenças, imagens e sentimentos que ultrapassam o plano da consciência, pelo que, de modo inadvertido, podem sustentar simbolicamente práticas estereotipadas e até mesmo segregadoras. Com base nessas constatações, torna-se evidente a relevância, bem como a complexidade, da exploração psicanalítica do imaginário coletivo.

Para complementar, parece pertinente assumir o risco de ultrapassar os limites de uma revisão integrativa e apresentar aqui algumas breves considerações sobre um movimento de resgate da cena social como *locus* possível para o trabalho do psicanalista. Isso porque as referências selecionadas refletem esse movimento, ainda que especificamente no que tange à pesquisa. Faz-se necessário explicitar que a opção pelo substantivo “resgate” decorre da intenção de colocar em relevo o fato de que, no desenvolvimento da Psicanálise ao longo do tempo, identifica-se uma certa descontinuidade ou, em outros termos, uma trajetória atravessada por linhas de força que determinaram desvios em relação ao itinerário que se vislumbrava de início. Obviamente, porém, não se trata de uma exclusividade da Psicanálise, pois, em maior ou menor grau, em diversas disciplinas científicas se

distinguem etapas marcadas pelo predomínio de posicionamentos que emergiram em oposição àqueles que se mostravam hegemônicos anteriormente.

Uma das maneiras de circunscrever a referida descontinuidade é sublinhar que, no transcurso da história, a maioria dos psicanalistas acabou por se confinar no *setting* clínico. Ocorre que este encastelamento contrasta com o que seria esperado, a julgar por certas coordenadas estabelecidas na obra freudiana. Serão arrolados a seguir dois argumentos básicos em defesa desta tese. O primeiro argumento passa pelo reconhecimento de que Freud jamais qualificou a Psicanálise exclusivamente como uma terapêutica, como frisou Enriquez (2005). Afinal, quando solicitado a redigir um verbete sobre Psicanálise para uma atualização da 11ª edição da *Encyclopaedia Britannica*, Freud (1923[1922]/1996) definiu sua revolucionária criação intelectual como uma disciplina científica que fundamenta teoricamente um método que se presta tanto ao tratamento de distúrbios neuróticos quanto à investigação de processos psicológicos, nomeadamente os inconscientes.

O segundo argumento a ser arrolado diz respeito ao fato de que a obra de Freud evidencia o quão ricas podem ser as aplicações sociais da Psicanálise. Diversos de seus textos são emblemáticos nesse sentido. Basta lembrar que *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (Freud, 1908/1996) se notabiliza por apontar a “repressão nociva” ocasionada por exigências sociais como a raiz de muitas neuroses, e *Totem e tabu* (Freud, 1913[1912]/1996) articula a história de cada indivíduo à repetição da história da humanidade como um todo. *O mal-estar na civilização* (Freud, 1930[1929]/1996), por seu turno, postula que as restrições impostas pelo conjunto de regulamentos e realizações que diferenciam o ser humano enquanto espécie se afiguram como uma das principais fontes de sua infelicidade. Estes exemplos podem ser considerados suficientes nessa oportunidade, na medida em que conferem sustentação ao ponto de vista de Ávila (2009), por meio do qual, como já mencionado, o autor destaca que a Psicanálise não subscreve a abordagem de qualquer sujeito como um autônomo.

O mesmo ponto de vista, a propósito, também é defendido por Enriquez (2005), ao afirmar que Freud, por compreender o homem como um ser social por definição, concebeu a Psicanálise como a ciência tanto dos processos psicológicos individuais quanto das interações que se estabelecem entre diversos sujeitos na cena social. Vale recordar que, em *Psicologia de grupo e análise do ego*, Freud (1921/1996) afirmou, textualmente, que a psicologia individual é, ao mesmo tempo, também psicologia social, o que corrobora de modo inequívoco a afirmação de Enriquez. Fica claro, então, que as resistências às incursões psicanalíticas para além do *setting* clínico se devem mais aos discípulos de Freud do que ao pró-

prio ou à Psicanálise *per se*. Mas o que motivaria essas resistências? Rosa (2004) formula uma resposta profícua a tal pergunta.

Para a autora, a utilização da Psicanálise na investigação de objetos externos à situação analítica enseja oposições baseadas, principalmente, na atribuição de uma suposta “fragilidade epistemológica” ao emprego da interpretação psicanalítica fora do *setting* clínico. Rosa (2004) esclarece ainda que tais oposições seriam cabíveis se as produções do inconsciente apenas se manifestassem no âmbito de um dispositivo de tratamento psicanalítico tradicional. Todavia, a obra freudiana fornece fartas evidências – *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (Freud, 1901/1996) é prova cabal disso – de que essa restrição não procede, pois o inconsciente pode assumir roupagens diversificadas e irromper nas mais variadas circunstâncias, sendo sempre potencialmente interpretável. E parece razoável propor que tal premissa – apesar de o imaginário coletivo se afigurar como um inconsciente relativo, e não como o inconsciente propriamente dito – legitima o recurso à interpretação psicanalítica nas referências selecionadas e, assim, talvez pudesse ter sido nelas explicitada.

Por fim, há que se ponderar que, somando-se àqueles que assinam as referências selecionadas, outros autores – como Zugueib Neto e Cremasco (2013), Coelho (2012), e Oberg e Vilhena (2011) – também têm se valido da cena social como *locus* para a realização de pesquisas psicanalíticas no país, inclusive, em certos casos, com uma proposta interventiva. Contudo, um número ainda relativamente reduzido de pesquisadores se dispôs a enfrentar essa empreitada no âmbito nacional. Os resultados auspiciosos já atingidos sinalizam que a reversão desse cenário poderia produzir diversos benefícios, até mesmo no sentido de fortalecer a presença da Psicanálise nas universidades brasileiras. Isso porque, como defendeu Michael Rothberg no segmento de sua responsabilidade em um recente artigo de autoria múltipla (Chaudhary et al., 2018), a Psicanálise, quando não reduzida exclusivamente a uma terapêutica, fomenta o pensamento crítico que se costuma cultivar nas universidades, em especial na esfera das ciências humanas e sociais. E não seria esse pensamento crítico essencial para que o Brasil possa enfrentar suas mazelas sociais?

Considerações finais

Parece razoável concluir que o presente estudo respondeu à questão que o norteou. Para consubstanciar tal conclusão, cabe recapitular que os achados relativos à primeira e à segunda dimensões analíticas dão conta de que as referências

selecionadas contemplaram fenômenos e públicos diversificados, o que foi qualificado como positivo. Quanto às demais dimensões analíticas, é válido reforçar que o *corpus* evidenciou que a exploração psicanalítica do imaginário coletivo admite certas variações em termos das estratégias de coleta e análise de dados e tem lançado luz sobre uma gama de produções imaginativas que não se distanciam da vida concreta, na medida em que ensejam atuações no mundo externo ou delas representam um momento inicial. Basta lembrar que, conforme uma das referências selecionadas, usuários de saúde mental eram temidos por serem rotulados, de forma não consciente, como instáveis e perigosos por parte de um grupo de agentes comunitárias de saúde. Neste cenário, obviamente o poder vinculador destas profissionais encontrará mais dificuldades para ser exercido.

Avançando em relação à questão norteadora, neste estudo ainda foram tecidas, com a brevidade que se impunha aqui, considerações a respeito da retomada do interesse pela cena social como *locus* para a pesquisa psicanalítica. Procurou-se sublinhar que a Psicanálise, conforme definida por seu próprio criador, não deve ser compreendida apenas como uma terapêutica e, logo, não se justifica sua restrição ao *setting* clínico. Freud, inclusive, se empenhou em abarcar ao longo de sua obra diferentes produções do inconsciente e reconheceu a permeabilidade existente entre elas. E as referências selecionadas endossam a capacidade de a interpretação psicanalítica – quando direcionada corretamente apenas ao material que admite significações latentes – levar à emergência de *insights* valiosos. Uma delas, por exemplo, o fez ao apontar que, em virtude de sentimentos que perpassavam o imaginário coletivo de uma equipe de Enfermagem Obstétrica, a interrupção da gestação, quando supostamente provocada pela própria gestante, era qualificada como uma monstruosidade, sendo que até uma eventual malformação do bebê natimorto tendia a ser creditada à alegada desumanidade materna.

O presente estudo tem seu alcance determinado, sobretudo, pelos procedimentos metodológicos adotados para a localização das referências. Todavia, o *corpus* de muitas revisões integrativas é constituído por artigos publicados em periódicos veiculados nas bases de dados em questão ou outras equivalentes. Ademais, o fato de o conceito em questão ter nascido no Brasil justifica o interesse em mapear a produção científica no âmbito nacional. Ressalte-se também que, a julgar pela breve história do conceito de imaginário coletivo, o número de referências que dele se ocuparam e que foram avaliadas neste estudo pode ser considerado expressivo. Diante do exposto, é possível afirmar que já existe um corpo de conhecimentos com base no qual parece apropriado inferir que o conceito de imaginário coletivo se afigura como um importante e promissor acréscimo ao

vocabulário psicanalítico contemporâneo. Pesquisas futuras dedicadas à temática em pauta, portanto, poderão viabilizar a identificação de processos que ensejam preconceitos e estereótipos que ainda vigoram no país em face de fenômenos que não foram suficientemente compreendidos até o momento.

Referências

- Aiello-Vaisberg, T. M. J.; Ambrosio, F. F. (2006). Imaginários coletivos como mundos transicionais. In: Aiello-Vaisberg, T. M. J.; Ambrosio, F. F. (org.). *Cadernos ser e fazer: imaginários coletivos como mundos transicionais*, p. 5-8. São Paulo: IPUSP.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J.; Ambrosio, F. F. (2013). Rabiscando Desenhos-Estórias com Tema: pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos. In: Trinca, W. (org.). *Procedimento de Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões*, p. 277-302. São Paulo: Vetor.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J.; Machado, M. C. L. (2008). Pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos à luz da Teoria dos Campos. In: Monzani, J.; Monzani, L. R. (org.). *Olhar: Fábio Herrmann – uma viagem psicanalítica*, p. 311-324. São Carlos: Pedro & João.
- Ávila, C. F.; Tachibana, M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2008). Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar. *Paidéia*, 18(39), 155-164.
- Ávila, L. A. (2009). O Eu é plural – grupos: a perspectiva psicanalítica. *Vínculo*, 6(1), 39-52.
- Barreto, M. A. M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2010). O tornar-se adulto no imaginário coletivo de adolescentes interioranos. *Psicologia em Revista*, 16(2), 310-329.
- Bleger, J. (1989). *Psicologia da conduta*, 2ª ed. (trad. E. O. Diehl). Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1963).
- Broome, M. E. (2000). Integrative literature reviews for the development of concepts. In: Rodgers, B. L.; Knafl, K. A. (org.). *Concept development in nursing: foundations, techniques and applications*, p. 231-250. Philadelphia: W. B. Saunders.
- Cambuí, H. A.; Neme, C. M. B. (2014). O sofrimento psíquico contemporâneo no imaginário de estudantes de psicologia. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(2), 75-88.
- Chaudhary, Z.; El Shakry, O.; Frosh, S.; Kafka, B.; Lane, C.; Makari, G.; Parkinson, A. M.; Robcis, C.; Rothberg, M.; Taylor, B.; Walton, J.; Zaretsky, E. (2018). What is the future of Psychoanalysis in the academy? *Psychoanalysis and History*, 20(1), 23-35.
- Coelho, D. (2012). A psicanálise na pesquisa em Psicologia Social. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 248-259.
- Corbett, E.; Ambrosio, F. F.; Gallo-Belluzzo, S. R.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). Produções imaginativas sobre dificuldades sexuais: um estudo psicanalítico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 756-765.

- Enriquez, E. (2005). Psicanálise e ciências sociais. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 8(2), 153-174.
- Ercole, F. F.; Melo, L. S.; Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18(1), 9-11.
- Fialho, A.; Montezi, A. V. M.; Ambrosio, F. F.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). O imaginário de estudantes de educação física sobre vida saudável. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 36(3), 626-631.
- Freud, S. (1901/1996). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (trad. V. Ribeiro). In: Salomão, J. (org.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 6. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1901).
- Freud, S. (1908/1996). Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna (trad. M. A. M. Rego). In: Salomão, J. (org.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 9, p. 165-186. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908).
- Freud, S. (1913[1912]/1996). Totem e tabu (trad. O. C. Muniz). In: Salomão, J. (org.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 13, p. 12-163. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913[1912]).
- Freud, S. (1921/1996). Psicologia de grupo e análise do ego (trad. E. A. M. Souza). In: Salomão, J. (org.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 18, p. 77-154. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1923[1922]/1996). Dois verbetes de enciclopédia (trad. E. A. M. Souza). In: Salomão, J. (org.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 18, p. 283-312. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923[1922]).
- Freud, S. (1930[1929]/1996). O mal-estar na civilização (trad. J. O. A. Abreu). In: Salomão, J. (org.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 21, p. 65-153. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930[1929]).
- Gallo-Belluzo, S. R.; Corbett, E.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). O primeiro atendimento clínico no imaginário de estudantes de psicologia. *Paidéia*, 23(56), 389-396.
- Granato, T. M. M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2016). Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo sobre a maternidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(1), 25-35.
- Granato, T. M. M.; Tachibana, M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo de enfermeiras. *Psicologia & Sociedade*, 23(n.sp.), 81-89.
- Herrmann, F. (1979). *O método psicanalítico*. São Paulo: Brasiliense.
- Laplanche, J.; Pontalis, J. B. (2000). *Vocabulário da psicanálise*, 3ª ed. (trad. P. Tamen). São Paulo: Martins Fontes.
- Mendes, K. D. S.; Silveira, R. C. C. P.; Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17(4), 58-64.

- Miranda, K. L.; Serafini, P. C.; Baracat, E. C. (2012). O cuidado psicológico em reprodução assistida: um enquadre diferenciado. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(1), 71-79.
- Montezi, A. V.; Zia, K. O.; Tachibana, M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Imaginário coletivo de professores sobre o adolescente contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 16(2), 299-305.
- Oberg, L.; Vilhena, J. (2011). Psicologia Comunitária: a clínica ampliada na localidade de Muzema. *Psico*, 42(3), 401-408.
- Pontes, M. L. S.; Barcelos, T. F.; Tachibana, M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2010). A gravidez precoce no imaginário coletivo de adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(1), 85-96.
- Pontes, M. L. S.; Cabrera, J. C.; Ferreira, M. C.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2008). Adoção e exclusão insidiosa: o imaginário de professores sobre a criança adotiva. *Psicologia em Estudo*, 13(3), 495-502.
- Ribeiro, D. P. S. A.; Tachibana, M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2008). A experiência emocional do estudante de psicologia frente à primeira entrevista clínica. *Aletheia*, 28, 135-145.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-334.
- Russo, R. C. T.; Couto, T. H. A. M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). O imaginário coletivo de estudantes de educação física sobre pessoas com deficiência. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 250-255.
- Silva, M. A. B. P.; Peres, R. S. (2016). O imaginário coletivo de agentes comunitários de saúde em relação a usuários de saúde mental. *Vínculo*, 13(2), 55-65.
- Simões, C. H. D.; Ferreira-Teixeira, M. C.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). Imaginário coletivo de profissionais de saúde mental sobre o envelhecimento. *Boletim de Psicologia*, 64(140), 65-77.
- Tachibana, M.; Ambrosio, F. F.; Beaune, D.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). O imaginário coletivo da equipe de enfermagem sobre a interrupção da gestação. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(2), 285-297.
- Trinca, W. (2013). Apresentação do Procedimento de Desenhos-Estórias. In: Trinca, W. (org.). *Formas compreensivas de investigação psicológica: Procedimento de Desenhos-Estórias e Procedimento de Desenhos de Família com Estórias*, p. 11-30. São Paulo: Vetor.
- Turato, E. R. (2011). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*, 5ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Zugueib Neto, J.; Cremasco, M. V. F. (2013). A clínica social em situações extremas: o trauma na dimensão coletiva. In: Zugueib Neto, J.; Cremasco, M. V. F. (org.). *Trauma, traços e memória*, p. 63-86. Curitiba: CRV.

Recebido em 01 de fevereiro de 2018

Aceito para publicação em 10 de maio de 2018

